

Maria Celma Borges  
Walter Assis Alves  
Organizadores

# SEMANA DE HISTÓRIA 2005

## O Ensino e a Pesquisa na Construção da História

19 a 23 de setembro de 2005  
Campus de Três Lagoas - UFMS  
Unidade I

# ANAIIS



Maria Celma Borges  
Walter Assis Alves  
ORGANIZADORES

## **SEMANA DE HISTÓRIA 2005**

### **O Ensino e a Pesquisa na Construção da História**

19 a 23 de setembro de 2005

Campus de Três Lagoas - UFMS  
Unidade I

## **ANAIS**

# UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

Reitor: *Manoel Catarino Paes - Perú*

Vice-Reitor: *Amaury de Souza*

Obra aprovada pelo  
CONSELHO EDITORIAL DA UFMS  
Resolução 11/06

## CONSELHO EDITORIAL

*Célia Maria da Silva de Oliveira* (Presidente)  
*Antônio Lino Rodrigues de Sá*  
*Cícero Antonio de Oliveira Tredezini*  
*Élcia Esnarriaga de Arruda*  
*Giancarlo Lastoria*  
*Jackeline Maria Zani Pinto da Silva Oliveira*  
*Jéferson Meneguim Ortega*  
*Jorge Eremites de Oliveira*  
*José Francisco (Zito) Ferrari*  
*José Luiz Fornasieri*  
*Jussara Peixoto Ennes*  
*Lucia Regina Vianna Oliveira*  
*Maria Adélia Menegazzo*  
*Marize Terezinha L. P. Peres*  
*Mônica Carvalho Magalhães Kassar*  
*Silvana de Abreu*  
*Tito Carlos Machado de Oliveira*

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)  
(Coordenadoria de Biblioteca Central – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

S471s    *Semana de História 2005 (2005 : Três Lagoas, MS)*  
          *Semana de História 2005 : o ensino e a pesquisa na construção da*  
          *história : 19 a 23 de setembro de 2005 / Maria Celma Borges, Walter*  
          *Assis Alves, organizadores. -- Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2006.*  
          291 p. ; 21 cm.

ISBN 85-7613-080-7

1. História – Pesquisa – Congressos. I. Borges, Maria Celma.  
II. Alves, Walter de Assis. III. Título.

CDD (22) 907

Maria Celma Borges  
Walter Assis Alves  
ORGANIZADORES

## **SEMANA DE HISTÓRIA 2005**

### **O Ensino e a Pesquisa na Construção da História**

19 a 23 de setembro de 2005

Campus de Três Lagoas - UFMS  
Unidade I

## **ANAIS**

Três Lagoas - MS  
2006

Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica,  
Impressão e Acabamento  
*Editora UFMS*

Revisão

*A revisão lingüística e ortográfica  
é de responsabilidade dos autores*

Direitos exclusivos  
para esta edição

**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE MATO GROSSO DO SUL**

Portão 14 - Estádio Morenão - Campus da UFMS

Fone: (67) 3345-7200 - Campo Grande - MS

e-mail: [editora@editora.ufms.br](mailto:editora@editora.ufms.br)

Editora associada à

ISBN: 85-7613-080-7

Depósito Legal na Biblioteca Nacional

Impresso no Brasil

## APRESENTAÇÃO

É com imenso prazer que escrevemos esta apresentação, por presenciarmos um sonho concretizado na publicação desses Anais. O primeiro de nossas Semanas de História revitalizadas desde 2002, no Campus de Três Lagoas, UFMS. Dizemos isto, por bem sabermos o quanto é difícil em nosso país a publicação de textos, ainda mais desta natureza, com a maior parte das pesquisas oriunda de trabalhos dos acadêmicos da graduação.

Publicar o Caderno de Resumos – o que temos feito desde 2004 – já é uma façanha. A edição deste Anais é então uma grande vitória. Para tanto, pudemos contar com o apoio financeiro da PREAE (Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis) que, no auxílio aos vários projetos que vimos desenvolvendo nesses últimos anos, vem contribuindo para tornar o caminho menos árduo, seja na relação estabelecida com os recursos humanos, seja na liberação de verbas - ainda que, conhecidamente, seja uma das Pró-Reitorias com o menor orçamento da UFMS - e mesmo no incentivo à pesquisa, como evidenciam os textos.

Frente a este quadro caótico somando-se a PREAE, não poderíamos deixar de destacar a contribuição que a administração do Campus

de Três Lagoas, na figura da Profª Drª Marlene Durigan, vem destinando aos cursos. Diferentemente de outros contextos, a prioridade vem sendo dada pelo trabalho que desenvolvemos e não pela posição política que assumimos. Agradecemos aqui o trabalho do Eduardo Figueiredo na diagramação do texto e disponibilidade em colaborar.

Se encontramos esse apoio nesses espaços, em outros temos que reivindicar cotidianamente o mínimo para o desenrolar do curso, como no caso vivido nesse presente: o da necessidade premente de professores substitutos. Esses professores, desde 1998, vêm sendo contratados por no máximo 2 anos. No contexto atual os contratos são estabelecidos por 6 meses, prorrogáveis até os 2 anos –, de modo a evidenciar a precarização das relações de trabalho no ensino superior, com a carga horária de 20 horas e um salário mísero de fazer vergonha àqueles que, seriamente, se dispõem a assumir a responsabilidade de formar professores que irão formar nossos filhos.

Por um outro lado, desde quando os professores e alunos do curso resolveram levar a luta por uma História se construindo, uma outra questão floresceu e caminhou junto a todas as reivindicações, sendo ela a busca incessante pela pesquisa, resultando no que hoje apresentamos: a produção acadêmica. Temos aqui as evidências dessa conquista, expressas, em sua maior parte, nos textos de nossos professores e alunos, numa compilação de 23 artigos provindos de trabalhos apresentados durante o Projeto de Extensão “Semana de História 2005 - O ensino e a pesquisa na construção da História”.

As temáticas são multidisciplinares, tendo como eixo o ensino e a pesquisa. A Parte 1 está voltada para a pesquisa, as fontes orais e a história de Três Lagoas, com a denominação **A pesquisa, a oralidade, seus sujeitos e seus lugares: facetas e abordagens de Três Lagoas-MS**. A contribuição de outras áreas do conhecimento se dá na Parte 2 **Entre a Literatura, o Telejornalismo e a Educação: contribuições para a História**. Na Parte 3, **Da história cultural a história política e social: considerações de pesquisa**, temos novas abordagens envolvendo a história, semelhante à Parte 4

**Da época das monções ao Rio da Prata no século XX: cultura, patrimônio, trabalho e trabalhadores**, em que encontramos uma discussão que remonta à uma reflexão da América Portuguesa ao século XX.

É assim que a História em Três Lagoas tem procurado caminhar, lutando com armas diversificadas, mostrando a sua capacidade para além do “chorar o leite derramado”. Insistimos sempre, em nossas publicações, que é preciso perceber a situação a que chegamos – a História e o ensino público superior em geral - e denunciá-la em alto e bom tom, para, com isso, tentar inverter esse quadro e perceber o quanto vimos demonstrando que, ao reverso da situação, teimosamente fazemos o que incomoda, trabalhamos seriamente com a crença de que nossos esforços não serão em vão. Haverá um dia, quiçá próximo, em que teremos um quadro docente efetivo a que todo o Curso e Universidade Pública merecem.

Com esta publicação mostramos o quanto é sábio Raul Seixas, ao dizer que “o sonho que se sonha só é apenas um sonho, mas o sonho que se sonha junto é realidade”. Que os nossos sonhos de uma Universidade pública, gratuita e de qualidade não permaneçam apenas no trabalho de formiguinha que fazemos cotidianamente, mas se materializem nas práticas dos que deveriam gerir, de forma justa, esta Universidade e este país.

*Maria Celma Borges*

*Walter Assis Alves*

Primavera de 2006



# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	5
--------------------	---

## PARTE 1

### **A PESQUISA, A ORALIDADE, SEUS SUJEITOS E SEUS LUGARES: FACETAS E ABORDAGENS DE TRÊS LAGOAS-MS**

ELABORAÇÃO DE PROJETOS: CONSIDERAÇÕES PARA A INICIAÇÃO À PESQUISA <i>Maria Celma Borges</i> .....	15
RELAÇÕES DE TRABALHO, RELATOS DE VIDA: A TRAJETÓRIA DOS TRABALHADORES INFORMAIS TRÊS-LAGOENSES <i>Walter Assis Alves</i> .....	31
UM ESTUDO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS): PERSPECTIVAS PARA A REPRESENTAÇÃO DA LOUCURA EM TRÊS LAGOAS-MS <i>Vânia Aparecida de Jesus Queiroz</i> .....	43
UM ESTUDO DE CASO: A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA HISTÓRICA POR MEIO DA HISTÓRIA ORAL NO ASSENTAMENTO PONTAL DO FAIA -MS <i>Andrey Minin Martin</i> .....	57

TRAVESTIS PROFISSIONAIS DO SEXO: UM OLHAR PARA AS QUESTÕES MARGINALIZADAS PELO MEIO SOCIAL <i>Mariana Quadros Gimenez</i> .....	67
A ORGANIZAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS TENDO COMO PARÂMETRO AS FONTES DOCUMENTAIS OFICIAIS <i>Leisa Robles Borba da Silva</i> .....	77
CÓRREGO DA ONÇA, UM HISTÓRICO DE DEGRADAÇÃO <i>Adriana Costa Romano</i> .....	87
A RELIGIOSIDADE POPULAR DO DEVOTO DE SANTOS REIS EM TRÊS LAGOAS-MS: UMA IDENTIDADE CATÓLICA? <i>Luciana Ap. de Souza Mendes</i> .....	97

## PARTE 2

### **ENTRE A LITERATURA, O TELEJORNALISMO E A EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA**

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DOS TÍTULOS SOBRE JOÃO GILBERTO NOLL <i>Antonio Rodrigues Belon e Michele Cristina dos Santos</i> .....	109
ENTRE A ESCOLA E A MÍDIA: O TELEJORNALISMO EM FOCO <i>Jefferson Barbosa de Souza</i> .....	123
ENTRE A TRADIÇÃO E A CRÍTICA: UMA LEITURA DOS PCNS <i>Marlene Durigan e Janaina Nicola</i> .....	135
TRABALHO SOCIAL: CONHECENDO AS AÇÕES DO PROJETO SENTINELA <i>Anízia Aparecida Nunes Luz</i> .....	147

## PARTE 3

### **DA HISTÓRIA CULTURAL À HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL: CONSIDERAÇÕES DE PESQUISA**

DOCUMENTO FOTOGRÁFICO E IMIGRAÇÃO <i>Norma Marinovic Doro</i> .....	165
---	-----

ANÁLISE DA ESCRAVIDÃO BRASILEIRA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A MANUMISSÃO E A FAMÍLIA ESCRAVA <i>Isabel Camilo de Camargo</i> .....	173
EXPERIÊNCIAS DO POLÍTICO: HISTÓRIAS E TRAJETÓRIAS DE MOVIMENTOS POPULARES DO IAJES NA ANDRADINA DOS ANOS 80 <i>Mariana Esteves de Oliveira</i> .....	181
O NOROESTE PAULISTA NO CONTEXTO DAS FRENTE PIONEIRAS: DEBATE SOBRE SUA OCUPAÇÃO <i>Regivan Antonio de Saul</i> .....	199
COMPANHIA DE VIAÇÃO SÃO PAULO – MATO GROSSO: INSTITUIÇÃO E PODER <i>Juliana Sanches Silva</i> .....	209
<b>PARTE 4</b>	
<b>DA ÉPOCA DAS MONÇÕES AO RIO DA PRATA NO SÉCULO XX: CULTURA, PATRIMÔNIO, TRABALHO E TRABALHADORES</b>	
A “CIÊNCIA PRÁTICA” DOS RIOS: OS PILOTOS E GUIAS DAS CANOAS MONÇOEIRAS (SÉCULO XVIII) <i>Francismar Alex Lopes de Carvalho</i> .....	223
A CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE COLONIAL E AS MORALIDADES BRASÍLICAS <i>José Miguel Garnica Junior</i> .....	237
ITAPURA NO SÉCULO XIX: O COTIDIANO E O PATRIMÔNIO <i>Cleoslei de Faria</i> .....	249
A INTERAÇÃO ENTRE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A PRESERVAÇÃO DO COMPLEXO RELIGIOSO DE CAMPINA VERDE –MG <i>Lucas Ribeiro Silva</i> .....	259
ENTRE A CIVILIZAÇÃO E O SERTÃO: A APROPRIAÇÃO DA OBRA RETIRADA DA LAGUNA DO VISCONDE DE TAUNAY, PELAS ELITES SUL-MATO-GROSSENSIS NA CONSTRUÇÃO DO DISCURSO FUNDADOR <i>Carlos Alexandre Barros Trubiliano</i> .....	269
“OS CORAÇÕES PROLETÁRIOS NÃO CONHECEM FRONTEIRAS”: GREVES MARÍTIMAS NO PRATA E NO PARAGUAI (INÍCIO DO SÉCULO XX) <i>Vitor Wagner Neto de Oliveira</i> .....	277



**PARTE 1**

**A PESQUISA, A ORALIDADE,  
SEUS SUJEITOS E SEUS LUGARES:  
FACETAS E ABORDAGENS DE TRÊS LAGOAS-MS**

---



# **ELABORAÇÃO DE PROJETOS: CONSIDERAÇÕES PARA A INICIAÇÃO À PESQUISA<sup>1</sup>**

Maria Celma Borges<sup>2</sup>

Desde Descartes, no século XVII, a ciência vem ensinando-nos a dominar a natureza. Parece ter conseguido o seu intento com muito êxito, pois já trata de dominar o próprio homem. Todavia, ainda não conseguiu ensinar-nos como dominar a dominação. (JAPIASSU, 1976, p. 12)

## **APRESENTAÇÃO**

Este texto resulta do trabalho desenvolvido com os acadêmicos do Curso de História, Campus de Três Lagoas, e tem por objetivo contribuir para a elaboração de trabalhos monográficos, particularmente de projetos para a iniciação à pesquisa na área de ciências humanas, enfocando alguns passos necessários para o seu desenrolar. Inicia pontuando o significado da introdução. Para exemplificar como deli-

near a justificativa, a problemática (ou problemáticas), objetivos, metodologia e fontes, referencial teórico, plano provisório de pesquisa e cronograma, busca, por meio de um exemplo hipotético, “Terra e cultura: vozes dos sem-terra na luta pela terra em Três Lagoas, MS”, pontuar o modo como o projeto pode ser confeccionado. Mais que a preocupação em formular um “manual” de pesquisa, como se fosse possível um “receituário” para bem desenvolvê-lo, visa desmistificar o “monstro” que ronda os projetos, expondo teórico-metodologicamente alguns caminhos para a sua realização e apontando para a dinâmica do processo de pesquisa.

## **INTRODUÇÃO: SUA TESSITURA NO INÍCIO OU AO FINAL DO TRABALHO?**

Ao propor o desenvolvimento de um projeto de pesquisa<sup>3</sup>, de início, independente da área de conhecimento, nos deparamos com a necessidade de formular um texto que vise demonstrar o que queremos pesquisar, qual o tema, a problemática e a sua justificativa, os objetivos, recursos metodológicos, as fontes e referenciais teóricos, dentre outros elementos técnicos que fazem parte de sua organização. Assim, a princípio, cabe destacar algumas observações acerca da **introdução**, o que serve tanto para a elaboração do projeto quanto para qualquer outro trabalho de pesquisa.

Comumente, quando da realização de um trabalho científico (projeto, relatório, monografia, etc), a **introdução** é uma das primeiras preocupações. Preocupação desnecessária, na medida em que é a última parte a ser escrita, pelo fato de ser o momento em que o pesquisador vai apresentar sucintamente o corpo do seu trabalho.

A introdução pode ser compreendida como a síntese das principais idéias do tema a ser pesquisado. Escrivê-la logo de início, acena para um passo em falso, tendo em vista a fragilidade que o texto pode vir a apresentar como, por exemplo, a exposição das idéias de modo fragmentado e sem a devida inter-relação entre um tópico e outro, um capítulo e outro.

Deste modo, quando na elaboração do projeto, é aconselhável que a introdução seja escrita quando os outros tópicos já tiverem sido desenvolvidos, pelo fato de que é neste momento que será apresentado sucintamente o que foi discutido no projeto. Como elaborá-la, sem ter claro todo o corpo do projeto ou do trabalho? Como realizá-la primeiro, se estes ainda não foram desenvolvidos?

## JUSTIFICATIVA: O TEMA E A SUA PROBLEMÁTICA

Quanto à definição do **tema**, este é o primeiro passo para o planejamento do projeto de pesquisa e para a apresentação da **justificativa**. Este é escolhido conforme variados fatores e justificativas, dentre esses podemos destacar: a aproximação com uma determinada área em vista do seu interesse pessoal, a facilidade no acesso às fontes, a escolha feita pelo seu Departamento ou Instituição de trabalho, a sugestão do professor, o enriquecimento e aprofundamento de um assunto já pesquisado, e ainda o fato do tema estar interligado a uma linha de pesquisa do orientador, sua relevância acadêmica, social, etc.

Neste aspecto, vale destacar, como justificativa de relevância pessoal, a importância do primeiro ponto, qual seja, o interesse pessoal e a proximidade com o tema. Ressalta-se isto na medida em que é fundamental levar em conta a vivência do sujeito, futuro pesquisador, as suas experiências, o seu curso, o seu trabalho, disciplinas que mais lhe interessam, a possibilidade de dar continuidade ao projeto em outras áreas interligadas ao seu curso, seja na iniciação científica, no aperfeiçoamento, no trabalho em sala de aula junto a seus alunos, na especialização, no mestrado ou doutorado, etc.

Conforme Eco (1985), é importante que a escolha do objeto a ser estudado parta do interesse do pesquisador, do seu desejo de investigar um determinado tema. Salientamos ainda, a relevância social e o fato de nos apaixonarmos pelo tema. Esta paixão não implica a cegueira, o fechar os olhos para as questões pertinentes ao seu desenrolar, ou seja, a impossibilidade de analisá-lo criticamente. Ao contrário, pois como ressaltamos em nossa Dissertação:

Somos filhos do nosso tempo. Mas, se somos filhos do nosso tempo, e ele apresenta-se como a face da *desconstrução* e da *descontinuidade*, como se perceber dele? Como interpretá-lo sem tomar puramente os princípios do imediato? Esta é uma tarefa árdua, um elemento central do desvelar das possibilidades do trabalho com a história contemporânea. Ao mesmo tempo em que pesquisamos, vimo-nos pesquisadores da nossa própria relação com o mundo e se isto dificultou a análise, por outro lado a enriqueceu, pois emitiu desafios no próprio desenrolar da pesquisa. (BORGES, 1996, p. 06)

Esta observação sinaliza para o fato de, no percurso do mestrado, termos nos apaixonado pelo tema, mas, ao mesmo tempo perceber-

mos a necessidade de uma reflexão sobre esta paixão, pois ela não poderia impedir uma análise crítica do objeto, qual seja, de um movimento de luta dos posseiros da gleba Ribeirão Bonito, nas décadas de 1970 e 1980, no município de Teodoro Sampaio, Pontal do Paranapanema, SP.

Deste modo, voltando para o tema, e retomando a sua definição, ressaltamos que, em vista deste normalmente ser amplo, cabe ao pesquisador avaliar a escolha que está sendo feita. É preciso, para tanto, pensar na sua viabilidade, no acesso às fontes, na sua relevância social e acadêmica, bem como, fundamentalmente, no estabelecimento de uma delimitação precisa, o que requer necessariamente a construção de uma **problemática**, ou no decurso da pesquisa, como salientam Vieira et al. , “várias problemáticas” (1991, p.37).

Neste sentido, para o desenvolvimento de trabalhos de iniciação científica, monografia de final de curso, aperfeiçoamento, projetos junto a escolas de ensino fundamental e médio, dentre outros, não se pode trabalhar um tema genérico, amplo. E esta preocupação se estende para a pós-graduação no âmbito da especialização, do mestrado e do doutorado, haja vista a questão do tempo, cada vez mais escasso devido aos órgãos financiadores, comumente, estarem mais preocupados com a quantidade de trabalhos do que com a qualidade destes mesmos.

É preciso que tenhamos os pés no chão, quer dizer, que percebamos as “limitações temporais”, a necessidade de uma definição dos objetivos, a possibilidade de realização da pesquisa, as leituras a serem efetivadas, dentre vários outros fatores que implicam no desenvolvimento da pesquisa, particularmente, no “recorte”, o qual requer uma **delimitação** precisa do objeto de estudo. Assim, a problemática ao ser bem delineada, conduzirá, juntamente com a teoria e as fontes, todo o processo da pesquisa. Entretanto, como salientaram Vieira et al., ela não é estática e pode vir a ser alterada a partir do diálogo com as evidências: as fontes e a bibliografia.

Vieira et al., observam a relevância de se pensar o estabelecimento da problemática tomando como referência o trabalho com as fontes, ou seja, as questões sendo sugeridas tanto pelo material a ser pesquisado quanto pela(s) problemática(s) levantada(s) pelo pesquisador. Em suas palavras:

[...] é o movimento constante que vai do empírico à teoria e vice-versa, demandando a elaboração ou

reelaboração de noções, conceitos, categorias de análise, porque tais elementos, por mais abstratos que sejam, surgem de engajamentos empíricos e do diálogo com as evidências.(1991, p.38)

Desta forma, as autoras criticam a postura de Cardoso (1981, p.47), por este autor ressaltar que a problemática é delimitada “a partir dos mil conhecimentos externos do pesquisador”.

No momento em que circunscrevemos o tema e a sua problemática, ao tecermos uma delimitação precisa a partir de um recorte temporal e espacial, temos possibilidades de trabalhar de forma mais aprofundada os variados fatores que os circundam. Conforme Novais<sup>4</sup>, perguntas são fáceis de serem feitas, já a problemática é uma questão bem mais complexa.

Não se pode querer trabalhar um tema como: “*O mundo rural*”, na medida em que a sua amplitude impossibilita a realização do trabalho. Agora, se nos propormos a discutir “*o novo mundo rural: a agricultura familiar brasileira em perspectiva*” ou mesmo “*a questão agrária no Mato Grosso do Sul*”, estaremos estabelecendo uma certa delimitação, ainda que muito ampla, pois em relação aos temas relacionados, existem vários aspectos que poderiam ser trabalhados, como por exemplo: “diferentes leituras acerca da agricultura familiar brasileira na década de 1990”, “os assentamentos rurais no bolsão sul-mato-grossense”; “os acampamentos da FETAGRI, do MST e da CUT em Mato Grosso do Sul: similaridades e divergências”; “a mulher sem-terra no MS: do lar às praças e ruas”; “as relações familiares no interior dos assentamentos de MS”; “a representação da terra para os camponeses sul-mato-grossenses”; etc.

Na delimitação do tema deve-se considerar ainda o tempo disponível para o seu desenvolvimento, como também a sua natureza. Projetos de iniciação científica; de aperfeiçoamento; projetos desenvolvidos no ensino fundamental e médio, etc., os quais normalmente acompanham o calendário do ano letivo, necessitam ser ainda mais pontuados.

Partindo dos temas arrolados e voltando-se para os de natureza da graduação, bem como para os projetos que podem ser desenvolvidos junto aos alunos da educação básica, caberia então, como um exemplo para o desenrolar deste texto, refletir sobre uma outra **problemática**, bem mais delimitada e passível de ser desenvolvida por projetos deste cunho, qual seja: “**Terra e cultura: vozes dos sem-terra na luta pela terra em Três Lagoas, MS**”. Em vista de seu recorte espacial, a problemática delineada possibilita a análise

na perspectiva de um trabalho monográfico , de iniciação científica ou junto às escolas.

### **OBJETIVOS: METAS DA PESQUISA...**

Partindo da justificativa e definição da problemática, nos deparamos com a necessidade de estabelecer os **objetivos**, sendo estes compreendidos em dois momentos: o estabelecimento do **objetivo geral**, o qual circunscreve a problemática num sentido mais amplo, e os **objetivos específicos**, que decorrem do geral, sendo estes, normalmente, caminhos traçados de forma mais detalhada, para se responder ao(s) problema(s) levantado(s).<sup>5</sup>

Ao pensarmos nosso cotidiano, nosso trabalho, nossos estudos, etc., sempre temos uma meta. Caso não a tenhamos ou não consigamos percebê-la, nos vemos meio que perdidos, num labirinto, dando voltas, ou mesmo num túnel, sem luzes, sem motivação para encontrarmos o caminho. Os objetivos seriam as metas a se alcançar no desenrolar da pesquisa, vale dizer, os sinais que conduzem os passos que devem ser trilhados na busca de se responder à problemática (ou as problemáticas).

A fim de exemplificar o que são os objetivos, retomamos a questão do tema e da problemática, tendo como análise o exemplo dos sem-terra em Três Lagoas. Já definimos o tema: **“A questão agrária em Três Lagoas, MS”**. Da escolha do tema, partimos para a justificativa e delimitação do problema: **“Terra e cultura: vozes dos sem-terra na luta pela terra em Três Lagoas, MS”**. Porém, é preciso estabelecer os objetivos, os quais nos levarão adiante, nos conduzirão pelos caminhos a serem percorridos para se chegar ao resultado (ou resultados) da pesquisa.

Como **objetivo geral** da problemática estabelecida acima, acentuamos:

*- “Compreender a luta pela terra no município de Três Lagoas, com enfoque para a terra e a cultura no olhar estabelecido pelos sujeitos sem-terra”.*

Como **objetivos específicos**, salienta-se:

*- Apreender a história da luta pela terra no município de Três Lagoas.*  
*- Entender as práticas e representações da terra e da cultura tecidas pelos sujeitos pesquisados.*

- *Compreender as políticas públicas estabelecidas pelos governos federal, estadual e municipal no que concerne aos assentamentos de famílias sem-terra em Três Lagoas.*
- *Analisar o papel desempenhado pelos sindicatos, igrejas e movimentos sociais em relação aos sem-terra do município delimitado.*

Observa-se, todavia, que poderiam ser outros objetivos em torno desta mesma problemática. Entretanto, mesmo que sejam outros, é necessário que estejam bem delineados ainda que também se alterem no decurso da pesquisa, haja vista o processo de produção do conhecimento ser dinâmico, conflituoso, criativo, levando-nos constantemente a reavaliar a forma do fazer-se da pesquisa.

## **METODOLOGIA E FONTES: ALGUMAS ANOTAÇÕES**

Por compreendermos que a exposição da metodologia e das fontes no projeto de pesquisa, ou em qualquer outro trabalho de natureza acadêmica, não implicam unicamente uma ação técnica, ao final deste texto estaremos tecendo algumas considerações teórico-metodológicas do conhecimento científico, buscando apresentar o modo como concebemos o uso da metodologia e das fontes, ou seja, de forma dinâmica, viva, ambas construídas no necessário diálogo com a teoria.

Dessa maneira, enquanto sugestões para o tema em estudo – “A questão agrária em Três Lagoas, MS” – os primeiros passos a serem dados para a elaboração da **metodologia** e **as fontes** são os seguintes:

- *leituras de referenciais teóricos sobre a questão agrária e a cultura, especificamente sobre os acampamentos e assentamentos de sem-terra;*
- *leitura de fontes como: revistas especializadas e outras;*
- *pesquisa em jornais, boletins e informativos que estejam interligados à temática;*
- *leituras bibliográficas acerca das fontes orais, caso o tema delimitado necessite de uma investigação na perspectiva do trabalho de campo, como no caso do exemplo sugerido;*
- *fichamento e sistematização das leituras e materiais afins, em todas as etapas da pesquisa, desde a definição do tema e do problema, da elaboração do projeto, até o resultado “final” do trabalho.*

- coleta de informações (elaboração de roteiros de entrevistas e a entrevista com os sem-terra, membros do Sindicato, de Igrejas e de movimentos sociais, etc) a partir de uma definição de que forma produzirá as fontes orais, se temáticas ou de vida, ou outro referencial teórico-metodológico de pesquisa, como, por exemplo, a pesquisa-ação, a pesquisa participante, etc;
- paralelo a **coleta dos dados**, é preciso a sua **análise**, a qual remete à reflexão das questões apresentadas no projeto, quais sejam: a interpretação do problema e sua associação à fundamentação teórico-metodológica, a quantificação dos dados (caso se refira a uma pesquisa quantitativa), a elaboração de estatísticas, etc.
- apresentação final do trabalho (projeto), ou seja, a redação do texto, a qual requer todo um esforço físico e teórico.<sup>6</sup>

Na elaboração do projeto, bem como em seu desenvolvimento, estes caminhos não devem ser seguidos separadamente, por requerer um esforço paralelo de diálogo entre a teoria, as fontes e a metodologia.

Nos passos iniciais, somando-se às leituras do referencial teórico, é importante que se tenha um primeiro contato com as fontes impressas (jornais, revistas, boletins etc), bem como com os sujeitos da pesquisa, a fim de um maior esclarecimento de sua temática. Esta última sugestão se sustenta na medida em que o pesquisador se disponha a realizar o trabalho de campo, no uso das fontes orais, como é o caso do exemplo relacionado. Se a pesquisa refere-se estritamente às fontes escritas, o contato também se mostra relevante, ainda que este não seja o elemento central, podendo ser relativizada a sua necessidade.

Quanto aos instrumentais a serem utilizados para a realização da pesquisa, é interessante pontuar algumas questões de ordem teórico-metodológica.

Japiassu (1976, p.22), ao discutir a metodologia no campo das ciências humanas, observa que esta não tem um fim em si mesma, pois é apenas um meio para atingir determinado fim: “Os métodos são instrumentos que possibilitam ao cientista alcançar determinado objetivo cognitivo”. Nesta perspectiva, este autor observa ainda que:

Se a metodologia é válida e necessária para a formação dos pesquisadores em educação, parece nos que o é muito mais enquanto uma disciplina instrumental,

disciplina de indagação e de questionamento sobre a maneira como o pesquisador deve conhecer seu objeto. (1976, p.23)

Salienta Japiassu que não compreende metodologia alguma que não se faça acompanhar de um fundo epistemológico. Em outras palavras, o autor estabelece uma crítica acirrada a essa interpretação de uma metodologia separada da ciência do conhecimento, como se servisse apenas enquanto um instrumental técnico, dissociado da teoria. Ao concordarmos com este autor, ressaltamos que não compreendemos o método e as técnicas como fins em si mesmos, separados do corpo da pesquisa, os quais solucionarão qualquer problema de ordem de encaminhamento. Pelo contrário, pois se vistos de forma tecnicista, destituídos de uma análise mais ampla da problemática, dos objetivos, das hipóteses, etc., servirão muito mais como instrumentos de dogmatização, do que meios para a realização dinâmica e dialética da produção do conhecimento.

Por esta perspectiva, entendemos a metodologia (os métodos e as técnicas) como recurso fundamental, tanto no âmbito teórico quanto técnico, para o embasamento dos passos a serem tomados, dos meios a serem utilizados no desenrolar da pesquisa. Esta não é um receituário, ao inverso, aponta para referenciais que vão sendo construídos no decurso da pesquisa, no diálogo constante entre a teoria e as fontes.

O método necessita fundamentalmente estar interligado ao referencial teórico (ou referenciais teóricos). Vale dizer, estabelecer-se a partir de um exercício com as fontes e o trabalho teórico de construção dos referenciais, produzido na prática da pesquisa. Neste ponto, é preciso a interligação dos métodos (ou método) de análise com o objeto de estudo, ou seja, ler e interpretar o assunto sem dissociá-lo de uma discussão teórico-metodológica. Atividade esta que tem uma dinâmica própria quando do confronto entre o problema, a teoria e as fontes.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Concomitante à realização de todo o projeto, é preciso estabelecer a **fundamentação teórica**, ou seja, os referenciais bibliográficos que darão subsídios para a realização do trabalho de pesquisa. Neste momento do projeto, vê-se a necessidade de clarificar o(s) suporte(s) teórico(s), pressuposto(s) filosófico(s) que, num diálogo com a metodologia, com as fontes e a (s) problemática (s), conseqüentemente encaminharão toda a construção do texto.

Não é possível estabelecer uma fundamentação teórica sem o trabalho inicial da revisão bibliográfica e o conhecimento da temática . Neste sentido, entende-se que a produção da teoria, decorre da prática do pesquisador, do seu interesse pelo tema, de suas leituras sobre o mesmo e das indagações que a leitura e o diálogo com as fontes suscita.

É preciso compreender a fundamentação teórica não como um elemento estanque, dissociado de todo o corpo do projeto, pelo contrário, já que ela por si só, isolada do tema, de sua problematização e dos outros elementos do projeto, perde o seu sentido, pois como ressalta Triviños (1986, p.104): “A teoria não é um modelo, uma luva, onde qualquer realidade, deve adaptar-se as suas dimensões. Pelo contrário, é a realidade que aperfeiçoa freqüentemente a teoria. Mas, às vezes, a invalida totalmente ou exige reformulações fundamentais”.

Tanto no recorte da problemática, no estabelecimento dos objetivos, bem como na discussão teórico-metodológica e no trabalho com as fontes, precisamos discutir o problema e seus referenciais, tendo em vista o fato de que se constróem na prática da pesquisa, devido as diferentes interpretações sobre o assunto estudado.

Verbos tais como, por exemplo, contrapor, criticar, refletir, analisar, devem encontrar-se intensamente presentes e se demonstrarem como preocupações centrais do pesquisador em todo o percurso do projeto e do desenrolar de sua pesquisa. Já verbos como identificar e verificar, dependendo da maneira como são utilizados, implicam um empobrecimento da análise por apresentar uma leitura positivista do tema, na medida em que se parte do princípio de que o dado (fato; acontecimento) existe por si só, bastando ao pesquisador identificar ou verificar a sua existência.

## PLANO PROVISÓRIO

Como um outro ponto, - mas que não necessita estar presente e nem é exigência em grande parte dos projetos -, destaca-se a relevância de se organizar um **plano provisório de pesquisa**, o qual sirva também como um referencial para o bom andamento da pesquisa. Este plano, como o próprio termo salienta, tem um caráter provisório. Ao ser um esboço da provável estrutura de trabalho, tal como: uma pesquisa monográfica, um relatório etc., está constantemente sujeito às alterações, as quais são resultados - voltamos a insistir - da dinâmica e dialética da produção do conhecimento, da inter-relação entre a teoria e

as fontes. Para realiza-lo, é preciso que a pesquisa bibliográfica e o contato com as fontes já tenham sido efetuados.

Pensando o problema inicial: “**Terra e cultura: vozes dos sem-terra na luta pela terra em Três Lagoas, MS**”, como estrutura de apresentação e plano provisório para a realização do texto monográfico, sugerimos:

- *Capa*
- *Folha de Rosto*
- *Dedicatória (opcional)*
- *Agradecimentos (opcional)*
- *Sumário*
- *Lista de Abreviaturas, figuras ou tabelas (se for o caso)*
- *Epígrafe (opcional)*
- *Introdução*
- *Cap. 1 – Um breve histórico do Município de Três Lagoas, MS : a constituição do latifúndio*
- *1.1 . Histórias de Mato Grosso do Sul e de Três Lagoas: um mapeamento do latifúndio*
- *1.2. A questão agrária no município: nasce a luta pela terra, brotam os acampamentos*
- *Cap. 2 – Agentes mediadores: influências na luta pela terra*
- *2.1. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais e os acampamentos no município*
- *2.2. A CUT Rural, a Igreja Católica e a CPT: que papel lhes cabe na questão?*
- *Cap. 3 – Terra e Cultura: práticas e representações dos sem-terra*
- *3.1. Histórias de vida: o olhar dos sujeitos sem-terra*
- *3.2. Terra e Cultura: da luta pela terra prometida à busca do enraizamento*
- *Considerações Finais*
- *Referências (Fontes e Bibliografia)*
- *Anexos (se for o caso)*

## **CRONOGRAMA**

Para a apresentação do projeto faz-se necessário, ainda, elaborar um **cronograma** a ser cumprido no percurso da pesquisa. Este não encerra o projeto numa rede fechada de datas e de etapas estanques, ao contrário, deve servir como meio para o pesquisador organizar-se temporalmente, mantendo uma certa disciplina para a realização do trabalho. Como cronograma para uma pesquisa com duração de um ano, exemplificamos:

<b>METAS/ATIVIDADES</b>	<b>Jan/ Fev.</b>	<b>Mar/ Ab.</b>	<b>Mai/ Jun.</b>	<b>Julho/ Ag.</b>	<b>Set/ Out.</b>	<b>Nov/ Dez.</b>
- <i>Definição do tema e elaboração do Projeto</i>	X					
- <i>Pesquisa bibliográfica sobre o Estado e município, em especial sobre a questão agrária;</i>	X	X	X	X	X	
- <i>Leitura de fontes como: revistas especializadas e outras referentes ao tema</i>	X	X	X	X	X	
- <i>Pesquisa em jornais, boletins e informativos que estejam interligados à temática</i>	X	X	X	X	X	
- <i>Coleta de informações (elaboração de roteiros e entrevista com os sem-terra e mediadores (Igreja, Sindicato, CUT rural, CPT)</i>	X	X	X	X	X	
<i>Fichamento e sistematização das leituras e fontes afins</i>	X	X	X	X	X	
- <i>Redação e Apresentação final do trabalho</i>						X

Como último item do projeto é preciso apresentar as **referências** (fontes e bibliografias) consultadas para a sua elaboração, bem como outras obras que serão utilizadas no corpo da pesquisa. Apresentar ainda os **anexos**, se for necessário (como por exemplo, questionários que serão aplicados no decorrer da pesquisa). Tecido este caminho, cabe a seriedade, esforço, senso crítico e compromisso para a sua realização, seja como pesquisa individual ou mesmo como trabalho desenvolvido, de forma coletiva, no interior das escolas.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS DESTE TEXTO: SEMPRE PROVISÓRIAS, EM CONSTRUÇÃO...**

Retomando as considerações de Eco, a tese – lembramos novamente que entendida como qualquer trabalho científico na linguagem dos italianos - implica uma pesquisa original incluindo uma descoberta, o que remete, fundamentalmente, à maturidade do pesquisador. Sua obra não diz o que apresentar na tese, isto parte de cada um, ele observa apenas: “o que se entende por uma tese; 2. como escolher o tema e organizar o tempo de trabalho; 3. como levar a cabo uma pesquisa bibliográfica; 4. como dispor do material selecionado; 5. como dispor a redação do trabalho”.

Em vista das diferentes concepções de ciência e de método, utilizamos expressões como: método dialético, método positivista, método estruturalista, método fenomenológico, etc<sup>7</sup>. Assim, a utilização do método, pressupõe a elaboração de referenciais teóricos, os quais apreendam a problemática no seu sentido mais amplo, levando em conta fundamentalmente os princípios epistemológicos que devem ser construídos na pesquisa, iluminando todo o seu processo, desde a elaboração do projeto até a redação final do texto.

Eco (1985) ao discorrer sobre a produção científica, ultrapassa o sentido de um “manual” para se pensar o processo de pesquisa, pois traz um constante “jogo de contrários”, do começo ao fim. A sua obra conduz, mas sem deixar de mostrar os “percalços” do caminho, ao desvendar para o leitor o processo de construção do conhecimento, o que requer disciplina, paixão, interesse e rigor científico.

Para esta reflexão gostaríamos de salientar as considerações de Kosik, ao abordar o sentido do conhecimento e o olhar do homem. Para este autor, o conhecimento não é contemplação, na perspectiva abstrata, pois a contemplação do mundo se baseia e se faz somente a partir dos resultados da práxis humana:

Cada coisa sobre a qual o homem concentra o seu olhar, a sua atenção, a sua ação ou a sua avaliação, emerge de um determinado todo que a circunda, todo que o homem percebe como um pano de fundo indeterminado, ou como uma conexão imaginária, obscuramente intuída. Como o homem percebe os objetos isolados? Como únicos e absolutamente isolados? Ele os percebe sempre no horizonte de um determinado todo, na maioria das vezes não expresso e não percebido explicitamente. Cada objeto percebido, observado ou elaborado pelo homem é parte de um todo, e precisamente este todo não percebido explicitamente é a luz que ilumina e revela o objeto singular, observado em sua singularidade e no seu significado. A consciência humana deve ser, pois, considerada tanto no seu aspecto teórico-predicativo, na forma do conhecimento explícito, justificado, racional e teórico, como também no seu aspecto antepredicativo, totalmente intuitivo. (1986, p.25)

Ao tecer estas anotações de pesquisa, tivemos como objetivo contribuir para uma discussão do projeto, a qual não isole os métodos da teoria, mas entenda-os interligados na condução de todo o processo

de pesquisa. Sendo assim, compreendemos a produção do conhecimento como espaço de sociabilidade e práxis crítica da ação humana. Os passos são vários, o caminho é um tanto pedregoso, mas o prazer e a satisfação em realizar um trabalho de pesquisa são maiores que as dificuldades encontradas. Neste sentido, vale a pena começar, ir além da mera repetição na perspectiva positivista, para construir uma pesquisa que vise, no dizer de Freire (1987), a “trans-formação” do saber e não a sua reprodução.

Como observa Japiassu, a atividade científica ao ser um produto humano, é por isto uma realidade sócio-histórica, encontrando-se em constante estado de inacabamento. Na linguagem deste autor (1973, p.26): “Ela está sempre fazendo-se e construindo-se. Jamais atinge um estado definitivo. Uma produção científica acabada é um absurdo epistemológico”.

## NOTAS

<sup>1</sup> Este texto origina-se de uma comunicação coordenada, apresentada na Semana de História 2005. Origina-se ainda de anotações de pesquisa, de orientações de iniciação científica e mini-cursos desenvolvidos no curso de História, Campus de Três Lagoas, UFMS, entre os anos de 1999 a 2005.

<sup>2</sup> Profa. Dra. do Curso de História, CPTL/UFMS

<sup>3</sup> Para esta discussão, consultar Severino (1996). Nesta obra, o autor analisa, de forma pontuada, como se deve prosseguir para elaborar seminários, exposições, projetos, etc. Na análise de textos, desmembra a interpretação em textual, interpretativa, temática, discorrendo ainda sobre a problematização e a síntese pessoal. Discute também o trabalho científico e as suas modalidades como a narrativa, a descrição e a dissertação, dentre outras questões. Uma outra obra de relevância é a de Eco (1985), em que discute o que significa a tese e para que serve. Num segundo momento, tece reflexões sobre a escolha do tema: se uma tese monográfica ou panorâmica, se histórica ou teórica, se temas antigos ou contemporâneos, etc. Discute ainda a escolha do material, abordando o acesso às fontes, quais podem ser utilizadas, se fontes primárias ou secundárias. Discorre ainda sobre a pesquisa bibliográfica, o uso da biblioteca, a questão da bibliografia, etc.

<sup>4</sup> Consideração efetivada a partir de uma Palestra proferida por Fernando Novais, no Campus da Unesp/Assis, Programa de Pós-Graduação em História, 1994.

<sup>5</sup> Cabe salientar, todavia, que a distinção entre objetivo geral e objetivos específicos não é uma postura unânime na academia. Muitas vezes, o objetivo é apresentado no projeto sem a distinção de geral ou específicos

<sup>6</sup> Como assinala Tomanik (1994, p.17) no trabalho de pesquisa, temos 10% de inspiração e 90% de transpiração.

<sup>7</sup> A respeito desta discussão, consultar Chauí (1994)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Maria Celma. **Movimentos sociais nos campos do Pontal do Paranapanema: um estudo de caso da gleba Ribeirão Bonito (1970-1980)**. 1996. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual Paulista, Assis.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Uma introdução à história**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHAUÍ, Marilena Souza. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.

DEMO, Pedro. **Pesquisa – Princípio Científico e Educativo**. São Paulo: Cortez, 1996.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1985.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade e outros estudos**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JAPIASSU, Hilton. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro : Imago, 1976.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

PÁDUA, Elisabeth Matalo M. de. **Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico-prática**. São Paulo: Papirus, 1997.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1986.

TOMANIK, Eduardo Augusto. **O olhar no espelho: conversas sobre pesquisa em ciências sociais**. Maringá : EDUEM, 1994.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et al. **A Pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 1991. (Série Princípios)



# **RELAÇÕES DE TRABALHO, RELATOS DE VIDA: A TRAJETÓRIA DOS TRABALHADORES INFORMAIS TRÊS-LAGOENSE<sup>1</sup>**

Walter Assis Alves<sup>2</sup>

Com a proposta de penetrar no ambiente de relações dos trabalhadores informais de Três Lagoas, buscou-se, no trabalho de iniciação científica, compreender a sincronia com que tocam a vida àqueles que dentro de suas “lojinhas” - uma a uma, coladinhas, enfileiradas por mais de quatrocentos metros sobre a calçada da Ferrovia Novo-Oeste na avenida Rosário Congro –, no município de Três Lagoas, MS, permanecem vendendo seus produtos e enfrentando a ilegalidade e a exclusão por serem tais.

Uma das principais formas de exclusão social no Brasil, apontadas por Singer (2001), é a de instituições formais, que faz com que sujeitos sejam “impedidos de usufruir dos direitos legais”, negando acesso aos direitos assegurados pela legislação trabalhista, dificultando a sobrevivência de trabalhadores que vivem uma situação de pobreza e discriminação.

Para a realização deste trabalho, fez-se necessário a utilização da História Oral como fonte para que as vozes dos personagens desta

trama pudessem ser ouvidas, na busca de compreender na fala de seus atores – homens, mulheres e crianças - os meandros escondidos nas inspirações individuais, que no todo se completam deixando que as luzes se acendam refletindo as faces individuais no coletivo daqueles que no Camelódromo de Três Lagoas se encontram inseridos. A fonte oral contribui, desta forma, para a compreensão de questões que outras fontes não possibilitariam compreender, como, por exemplo, a subjetividade dando vida aos sujeitos comprometidos com a realidade do trabalho informal na cidade.

Sobre o uso deste instrumento na pesquisa, assim como os seus resultados, Camargo (1994, p.78) define que: “Em primeiro Lugar, há uma fonte. O mínimo que podemos dizer é que a História Oral é uma fonte, um documento, uma entrevista gravada que podemos usar da mesma maneira que usamos uma notícia de jornal, ou uma referência em um arquivo, em uma carta”. Essa fonte encontra-se inserida na pesquisa, desposando dos mesmos valores para enriquecer a análise dos fatos, e garantir a compreensão das relações de trabalho dos sujeitos analisados.

Na descontinuidade dos relatos de experiências de vida, selecionando acontecimentos, conjunturas e modos de viver, Neves (2000, p. 113) compreende que:

Cada pessoa é componente específico de um amálgama maior que é a coletividade. Portanto cada depoente fornece informações e versões sobre si próprio e sobre o mundo no qual vive ou viveu. A História Oral em decorrência é a arte do indivíduo, mas de um indivíduo socialmente integrado. Desta forma, os relatos e testemunhos possuem um amálgama maior: o da Identidade histórica.

Por este viés, foram selecionadas algumas entrevistas para que fossem discutidas as relações dos sujeitos históricos dentro de seu ambiente de trabalho e convívio social. Dentre as entrevistas selecionadas, levou-se em consideração o perfil dos trabalhadores, diferenciando-os por idade e sexo<sup>3</sup>, acreditando, desta forma, poder avaliar os indivíduos com características e posições diferenciadas no âmbito familiar, para além do espaço do trabalho.

Um adolescente em idade escolar, tendo que trabalhar para poder ajudar na composição da renda familiar, não poderia ser contratado formalmente por uma empresa, o que é proibido por lei segundo a CLT, dessa forma grande parte destes sujeitos se encontram trabalhando no setor informal.

Divino, um adolescente de dezesseis anos, trabalhador a um ano e três meses no setor da informalidade, atrasado nos estudos – cursando a sétima série do ensino fundamental -, acreditando que o trabalho não é responsável por seu desempenho escolar, mostra-se momentaneamente satisfeito com sua condição, planejando um futuro longe da realidade atual:

Não atrapalha [nos estudos] porque eu dependo disso né, estudo de tarde, procuro estudar um pouco mais de noite, na parte da manhã eu posso estudar um pouco o padrão libera, eu moro com ele também [...] Por enquanto ta bem, vamos ver mais pra frente, se eu não pretendo ficar pelo resto da vida assim. [...] Eu queria trabalhar pra fora, Portugal, mais...mais quando eu tiver de maior assim, tiver com carteirinha [carteira de trabalho, passaporte], com os documentos todos em dia [...] o menor trabalhar sem ter idade, não é registrado, você tem idade você pode trabalhar registrado, ganha seu salário por mês [...] porque esse emprego aqui não é um emprego muito bom, isso aqui é só um começo.<sup>4</sup>

É visível na sua fala a ansiedade de ser logo um adulto, legalizar a sua situação de trabalhador e poder buscar por seus sonhos. É até paradoxal o fato de Divino, um trabalhador ilegal vendendo produtos considerados ilegais, ter um grande anseio de tornar-se uma pessoa condizente com seus direitos de cidadão na legalidade. Ele convive com as dificuldades que a ilegalidade impõe na vida daqueles que ali estão, daí talvez essa sua aspiração por um futuro normalizado diante das leis e do Estado.

Marcelo, um outro trabalhador informal, com 21 anos, ainda não conseguiu o seu primeiro emprego com carteira assinada. É minoria os que com a sua idade, no Camelódromo, encontram-se trabalhando. O entrevistado vê como maior obstáculo para conseguir um emprego formal - visto que também mostrou insatisfação com a sua condição de trabalhador informal -, sua formação profissional e escolaridade insuficiente para poder disputar as vagas oferecidas pelas empresas da cidade. Neste sentido, Gilio (2000, p.98) afirma que:

O trabalhador que não estiver minimamente instrumentalizado estará, automaticamente, excluído do mercado de trabalho e, com isso, condenado a pobreza. Educação e emprego são, sem dúvida, os maiores obstáculos a serem superados pela sociedade brasileira neste final dos anos 90 e na próxima década.

Complementando a afirmação de Gilio, Singer (2001, p.104) nos chama a atenção para: “A abordagem individualista da exclusão social [que] recomenda como um de seus principais remédios o investimento em educação, a fim de capacitar um maior número dos excluídos a acumular capital humano”. E Marcelo é um destes muitos brasileiros que ainda não superou o obstáculo da falta de educação escolar, e desse modo o primeiro emprego, com carteira de trabalho assinada, torna-se difícil de ser concretizado. Argumenta ele que:

É o... a dificuldade que eu encontrei na... no mercado formal de trabalho foi um pouco também pelos meus estudos, que eu não tenho o segundo grau completo, e também pela falta de experiência, que o mercado de trabalho hoje exige muita experiência, ou seja, não adianta você ter vários cursos, onde você faz especialização tudo, e chega na hora pedem experiência pra você. Isso é uma barreira que já te impede pra se ingressar no mercado formal de trabalho, e essa foi uma das dificuldades que eu encontrei, não ter experiência e também o meu estudo incompleto<sup>5</sup>.

Marcelo, assim como Divino, deu início a sua vida de trabalho nas “lojinhas” do Camelódromo ainda com quinze ou dezesseis anos. Empregado por parentes, nunca esteve com registro em carteira. Apesar da tentativa de buscar por melhores formas de trabalho, amargando uma procura frustrante, terminou retornando para a “lojinha” de seu tio, que foi quem lhe deu seu primeiro emprego neste espaço.

Mas o retorno a informalidade não quer dizer a Marcelo que ali está a sua única chance de trabalho, ele ainda almeja um futuro melhor, a esperança de fazer o que realmente gosta:

[...] se não me engano eu entrei com... Eu já havia trabalhado aqui já, comecei acho que com uns quinze ou dezesseis anos, até os quinze ou dezesseis anos eu estava parado, aí foi indo, foi indo eu consegui algumas outras propostas de emprego melhor mais não deu certo né, aí acabei voltando pra cá. [...], um pouquinho da minha inexperiência né, no caso que nem eu falei no começo, que não tenho muito... meu estudo é... não é muito bom assim, eu tenho apenas o ensino fundamental completo. E também como eu havia dito pra você, a falta de oportunidade que no caso com a experiência, entendeu, é o caso da experiência como eu falei no começo. Muitas pessoas [os empregadores] pedem... que nem por exemplo: segundo grau e experiência na área que você vai traba-

lhar; isso é que dificulta o cidadão três-lagoense a entrar no mercado formal de trabalho [...] Eu gostaria de ter um trabalho, aonde eu pudesse desenvolver muito o que eu gosto que é a... é a computação, que eu... a informática que eu gosto demais de computador, e a música, eu sou... eu não vou dizer que eu sou músico, mas eu toco, eu sou... eu sou violonista, gostaria de alguma coisa relacionada a isso. Tocar em uma banda, um grupo assim sabe, é minha vontade, inclusive até quando eu... quando eu entrar pra faculdade eu quero fazer música, ou então é processamento de dados<sup>6</sup>.

A garantia que o jovem ainda inexperiente encontrou para se manter empregado foi no setor informal. Em nenhum momento do diálogo Marcelo mostrou desconhecer a sua realidade de trabalhador e a causa que o impõe tal condição. Segundo Dupas (2000, p.58) “[...] para um jovem – qualificado ou não – em busca do seu primeiro trabalho, sua maior probabilidade de emprego será no setor informal, sem os decorrentes direitos trabalhistas”. Tanto Divino, por ser um menor trabalhador quanto Marcelo já com idade que permite a ele um emprego legal, tem noção do que afirma Dupas. Apesar da exploração de seu trabalho, ambos compreendem que a oportunidade de se manter trabalhando mesmo de forma precária é vantagem em relação ao fantasma do desemprego.

Outros perfis de sujeitos que aderem ao setor informal por falta de opção, são aqueles que, já com certa idade, são vistos como improváveis para executarem trabalhos na maioria das empresas. Visto que essas empresas, por força do desemprego, dispõem de um grande número de mão de obra jovem e barata para atender a sua demanda, o número de trabalhadores acima de 40 anos que se encontra trabalhando no Camelódromo é maioria, conforme mostrado anteriormente neste trabalho. Sebastião, um senhor de 51 anos, relata a sua trajetória de trabalho, a sua ascensão social conquistada com muito esforço, assim como a perda de credibilidade profissional apresentada pelo preconceito diante do seu envelhecimento. Segue a sua declaração:

Desde meus vinte anos de idade, eu sempre trabalhei em supermercado, menos até, dezanove anos eu comecei no mercado, eu trabalhei de... de todos os ramos de supermercado eu trabalhei. Desde pacoteiro, motorista, entregador, fui subgerente, fui... assim gerente de sessão, fui gerente de setor, e aí quando chegou uma certa idade, aos quarenta e oito anos eu num...num dava mais aquela situação de super mer-

cado, o que eu fiz, eu optei, eu falei, vou ter que sair do mercado que eu não guento mais né, com a idade daquela. Agora depois que você chega aos quarenta e oito anos ninguém aceita você com carteira registrada, ninguém aceita a não ser pra guarda noturno, pra cuidar de casa, residência, essas coisas. Então, isso aí não adianta, porque hoje, num... Mesmo que eu to passando dificuldade aqui de buscar mercadoria, coisa e outra, mas eu tiro um salárinho até melhor, dá... chega até uns quinhentos a seiscentos reais por mês, se eu fosse trabalhar de guarda noturno, ou de vigilante ou de qualquer coisa aí... eu ia ganhar o que, um salário, porque um salário, trezentos reais, num da pra sustentar, num da pra mim tratar minha família, é isso o problema<sup>7</sup>.

Para Sebastião a tendência agora, com a sua idade, é buscar por uma forma alternativa de trabalho, mesmo que isto não lhe garanta mais alguns direitos antes deleitados. No setor formal, o empecilho da idade e a queda de posição profissional e do salário impossibilitam manter o seu padrão de vida e a garantia do sustento de sua família:

Então fica difícil, a minha situação caiu pela metade, foi difícil pra caramba. É o caso de muitos aí, pensam que isso aqui é um negócio que dá rios de dinheiro, não dá, isso é engano, tem muitas pessoas que talvez, vende um carro compra um pontinho aqui, é onde que ele quebra a cabeça, num funciona, num vira [...] Eu acho que mudou pra pior, porque quando você... Que nem eu acabei de falar, você é registrado, que nem quando eu trabalhava na Moreira eu ganhava um salário bom, passei pro Nova Estrela na época eu era encarregado geral de loja, eu tinha um salário bom, chegava até ai vamos supor: mil reais a mil e duzentos reais ao mês. Então, você tem... você tinha, além disso, você tinha as condições de você... como eu tô falando, comprar fazer uma prestação, fazer isso fazer aquilo, hoje eu não posso fazer isso, além do meu salário cair pela metade, ainda eu não tenho acesso nenhum na cidade. [...] Olha, eu falo sinceramente, quando eu trabalhava de empregado, eu era registrado, eu tinha convenio com o INPS. Tudo era mais fácil, pra você abrir uma conta em farmácia, era mais fácil pra você comprar uma mercadoria - por exemplo um aparelho de som, uma televisão, qualquer coisa que você precisava em casa -, a prestação. Porque que eu tinha um holerite, hoje eu não tenho esse holerite, eu

trabalho autônomo, e quando eu falo... como eu acabei de falar pra você, quando a gente fala que trabalha no camelô ninguém aceita nada<sup>8</sup>.

A inserção no mercado informal de trabalho como forma de garantir a liberdade, trabalhar de forma independente, longe da disciplina de trabalho imposta pelas empresas são questões consideradas, nos relatos, como um engano. Segundo Sebastião, quem busca pela informalidade com essas intenções “quebra a cara”. A queda do nível de vida, conduz a exclusão socioeconômica, já que a perda dos direitos trabalhistas coloca o trabalhador nas franjas do sistema social. Seus privilégios vão ficando escassos, e as portas começam a se fecharem para aquele que não goza da proteção do Estado.

A procura por um trabalho “independente”, fundamentada no desejo de ser o próprio patrão, fazer à sua maneira e não ter horário fixo é na concepção de Malaguti (2000, p.158). “[...] um mito, de uma lenda sustentada tanto pela necessidade dos trabalhadores obterem maiores rendimentos, quanto por um romantismo nostálgico da parte de alguns pesquisadores, uma espécie de saudade literária dos bons tempos dos ofícios medievais”.

Por tais motivos, trabalhadores que buscam a inserção no mercado informal encontram à sua frente uma realidade diferente, ou seja, terão a garantia de um emprego, mas também, por necessidade, terão que “manter as portas de seu negócio abertas”. Sendo assim vêem-se na contingência de sacrificar-se num número de horas de trabalho excessivo que ultrapassa as horas de um empregado “assalariado”.

Os trabalhadores informais que não sofrem tanto com a ilegalidade do setor, mesmo porque possuem a proteção do Estado e alguma garantia econômica, são os aposentados que na informalidade se inserem, como forma de complementação de renda ou para empregar membros da família.

Nesse quadro, encontramos trabalhadores aposentados que buscam, segundo Malaguti (2000, p.158) “abrir um negócio” para tentar suprir as suas necessidades antes mantidas com o salário. Pelo grande número de desemprego, vários membros da família encontram-se desempregados ou desocupados, assim montando um “negócio”, o empreendedor informal poderá empregar seus familiares.

Senhor Valdivino, um aposentado de 58 anos, que é proprietário de uma das “lojinhas” do Camelódromo, aponta que a sua relação com o trabalho informal se dá por ser um aposentado e não conseguir ficar

em casa sem nenhuma ocupação. Entre outras questões, este entrevistado observa que:

Eu tô trabalhando porque eu acho que me faz bem... Trabalhar, sempre fui acostumado com trabalho então eu num largo de trabalhar nunca, sempre trabalhando... é um rendimento a mais pra somar com a minha aposentadoria, então faz diferença [...] Eu pra chegar aonde cheguei, foi com muita luta e perseverança principalmente, muita vontade de vencer, se você não tiver vontade de vencer você não vai chegar a lugar nenhum, e venho lutando, pulando de degrau em degrau até chegar. Porque só em firma eu trabalhei vinte e quatro anos, mais sempre com o objetivo de um dia aposentar, e aconteceu isso aí, e meu objetivo foi esse, trabalhar pra um dia aposentar, consegui, e tô aqui na economia informal trabalhando e com o objetivo de ter mais algo que fazer na vida [...]<sup>9</sup>

É notável no relato de Senhor Valdivino que a sua história foi permeada por muitas lutas e conquistas, estando o seu triunfo maior na aposentadoria. A insatisfação com a ociosidade da vida como aposentado, fez com que retornasse ao mercado de trabalho como trabalhador informal, por ter então condição de continuar trabalhando, não enxergar na aposentadoria o final de uma vida produtiva, e ter algo a mais que fazer na vida que viver uma vida de aposentado.

Para finalizar a discussão a respeito dos trabalhadores que se encontram trabalhando nas “lojinhas” do Camelódromo, na cidade de Três Lagoas, foi escolhido o diálogo com uma trabalhadora, visto que: “As mulheres representam uma fração majoritária no setor informal, devido a flexibilidade desse setor e a ausência de oportunidades formais da economia.” (DUPAS, 2000, p.194). No Camelódromo, as mulheres representam 61% dos trabalhadores, confirmando a tese de Dupas e nos fazendo refletir sobre a questão. Sandra nos ajuda a compreender a condição das mulheres trabalhadoras do comércio informal de Três Lagoas:

Eu sempre fui informal, é...eu tinha uma lanchonete depois sempre fui informal...mexia com roupa e de lá pra cá estou aí. [...] Cada ano que se passa vai pegando experiência né, e sabendo trabalhar porque no começo vai... sem experiência, depois se vai pegando experiência e trabalhar e ganhando seu pão de cada dia. [...] Acho que a mulher tem mais ainda que... Acho que o homem é diferente....homem é homem. A mulher não, mulher tem menos perspectiva de arrumar

trabalho né... eu acho, ou você vai trabalhar de doméstica ou você vai trabalhar do que....Eu acho que agora o homem não....aí sim acho que o homem no trabalho informal é difícil para o homem..da mais ainda...insegurança, porque é homem né, eu não sei a diferença, mas...é chefe da família....acho que dá a diferença por causa disso... porque o homem é...que tem que pagar as contas tudo essas coisas...Não que eu não pague as minhas contas, porque eu que pago as minhas contas, mas...se for pensar do outro lado [...] Como to te falando pra você, acho que o meu trabalho é digno meu trabalho né, com função de ajudar meus filhos, meu marido em casa e... só que eu acho que é difícil. Quem tá dentro sabe que é difícil, o que é viver na insegurança né... na insegurança constante de não ter perspectiva que vai acontecer no amanhã, só isso...Eu adoro o que faço<sup>10</sup>.

Para Sandra, o trabalho no comércio informal pertence mais a mulher que ao homem. Ao seu ver o homem na informalidade enfrenta mais dificuldades que a mulher, visto que é o chefe da família, o provedor da renda familiar, responsável pelo sustento de outras pessoas além do seu. A mulher trabalhando na informalidade - ainda sobre a ótica de Sandra - é para complementação de renda, busca de independência e apoio ao investimento na formação dos filhos. Mas esta entrevistada não descarta que a sua situação de trabalho está relacionada a falta de perspectiva da mulher conseguir emprego, e carreira de trabalho no setor formal.

## CONCLUSÕES

O trabalho informal principalmente depois de 1997, alcançou uma dinâmica expressiva na cidade de Três Lagoas-MS. A transferência dos trabalhadores das calçadas do centro comercial para a calçada da Estrada de Ferro Novo-Oeste foi causadora de várias discussões e conflitos abrangendo, de um lado, trabalhadores informais que, na precariedade de seu trabalho, traziam transtorno para as vias públicas e incomodavam lojistas e a administração municipal que, de outro lado, tramavam a retirada dos trabalhadores informais do centro comercial, alojando-os em um espaço considerado por eles apropriado.

A pesquisa abrangeu métodos diferenciados como: questionário por amostragem e relatos de experiência de vida, com a História Oral. Buscamos relacionar esses dados empíricos com uma bibliografia

direcionada a questão, dando condições para que resultados fossem alcançados.

Face a isto, a construção histórica dos trabalhadores informais no comércio de Três Lagoas só foi possível graças ao entrelaçar de fragmentos de dados, tecendo a trama das relações humanas envolvidas no ambiente diversificado de trabalho no Camelódromo da cidade.

## NOTAS

<sup>1</sup> Este texto é parte da pesquisa de iniciação científica voluntária, PIBIC/UFMS, intitulada: *O Comércio Informal em Três Lagoas: expansão e mudança no perfil do seu trabalhador*, desenvolvida entre o período de agosto de 2004 a julho de 2005, sobre a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Celma Borges.

<sup>2</sup> Professor da Rede Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul

<sup>3</sup> Neste artigo, procuro utilizar os resultados obtidos por meio de um questionário por amostragem que foi desenvolvido em trabalho anterior. Este questionário deu respostas relacionadas, entre outras, sobre a porcentagem de trabalhadores inseridos na informalidade divididos por idade. Utilizando deste método para o processo de seleção das entrevistas, em que ficou da mesma forma dividida, para que os relatos de experiência de vida, viessem a dar voz aos números que se apresentaram no trabalho anterior. Os resultados do questionário são: trabalhadores de 10 a 18 anos, 29% dos que no camelódromo se encontram; de 19 a 24 anos, 15% dos que no camelódromo se encontram; de 25 a 39 anos, 19% dos que no camelódromo se encontram; e por fim trabalhadores acima de 40 anos que são 37% dos que no camelódromo se encontram trabalhando. Os entrevistados selecionados foram: Divino, adolescente de 16 anos; Marcelo, jovem de 21 anos; Sandra, adulta de 34 anos; Sebastião, senhor de 51 anos, que não foi aposentado; e senhor Valdivino, aposentado e com 58 anos; Logo, esses personagens ajudaram a tecer uma melhor compreensão do que é a realidade do trabalho informal no Comércio de Três Lagoas.

<sup>4</sup> Depoimento de Divino, concedido em 28 de julho de 2005.

<sup>5</sup> Depoimento de Marcelo, concedido no dia 29 de julho de 2005.

<sup>6</sup> Idem, 2005.

<sup>7</sup> Depoimento de Sebastião Mathias Gomes, concedido no dia 24 de julho de 2005.

<sup>8</sup> Idem, 2005.

<sup>9</sup> Depoimento de Valdivino, concedida em 28 de julho de 2005

<sup>10</sup> Depoimento de Sandra, concedida no dia 28 de julho de 2005.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMARGO, Aspásia. História Oral e Política. In: MORAES, Marieta (org). **História Oral**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV/Diadorim, 1994. p. 75-99.

DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social**, São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GILIO, Ismael. **Trabalho e educação: Formação profissional e mercado de trabalho**. São Paulo: Nobel, 2000.

MALAGUTI, Manoel Luiz, **Crítica a Razão Informal: A imaterialidade do salário**, Mundos do Trabalho, São Paulo: Boi Tempo, 2000.

NEVES, Lucília de Almeida. Memória, história e sujeito: substrato da identidade. In: **História Oral**. São Paulo, v.3, n. 3, p. 109-116, jun. 2000.

SINGER, Paul, **Força de trabalho e emprego no Brasil**, n. 3, São Paulo: SEBRAP, 1971.



# **UM ESTUDO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS): PERSPECTIVAS PARA A REPRESENTAÇÃO DA LOUCURA EM TRÊS LAGOAS –MS<sup>1</sup>**

Vânia Aparecida de Jesus Queiroz<sup>2</sup>

## **INTRODUÇÃO**

Apesar da temática loucura ser um foco de muitas pesquisas, ela é considerada por grande parte da sociedade como um estigma, pois o que se sabe sobre ela ainda acaba ficando restrito a grupos de discussões específicas dentro do meio acadêmico. Assim, entendemos que há muito a se pesquisar, levando para fora do meio acadêmico a discussão a respeito daqueles que passam ou passaram por estes casos, a fim de um maior esclarecimento sobre a problemática em questão.

Com o advento da Nova História, em meados do século XX, houve a possibilidade de uma inserção de temáticas até então inéditas na História. Ao propor um estudo da temática Loucura no município de Três Lagoas-MS, esta se faz dentro destas novas abordagens historiográficas.

Mattoso observa que “desde que a história da humanidade se alargou, tudo tem dimensão histórica” (1988, p. 18), entrando em discussão temas como: história da criança, das mulheres, dos homossexuais e da loucura.

Somando-se a discussão historiográfica, ao estudarmos a loucura se fez necessário a discussão metodológica no uso da História Oral, compreendendo-a como uma ferramenta para entender o universo no qual o doente mental<sup>3</sup> e a família estão inseridos.

Na reflexão sobre os passos da pesquisa é importante ainda a proposta de Freud de um método interpretativo centrado sobre os resíduos e os dados marginais, considerados reveladores, sendo necessário que o pesquisador esteja atento para as particularidades insignificantes. (apud GINZBURG, 1989, p. 146-149)

Assim foi preciso compreender as interpretações e representações tecidas pelos familiares em torno dos sujeitos em análise. Entendemos por representações a maneira que o grupo pensa as suas relações com os objetos que o afeta. (DURKHEIM apud GOMES, ALVES, PONTES, 1999, p.79).

Com os novos estudos da medicina no campo da Psiquiatria os tradicionais manicômios foram sendo fechados para se ajustarem à reforma psiquiátrica, onde procurou-se implantar a Terapia Ocupacional como uma forma de tratamento dos doentes mentais.

Implantou-se oficialmente o Departamento do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), em Três Lagoas nos meados de abril do ano de 2003, utilizando para tanto de influências da pesquisa da Psiquiatra Nise da Silveira, uma das precursoras da Terapia Ocupacional no Brasil, como uma nova forma de tratamento de pessoas com transtornos mentais (SERRANO, 1985, p.66). Este órgão tem como objetivo principal atender os pacientes regressos que passaram por tratamento nos hospitais psiquiátricos mais próximos, bem como aos que são encaminhados pelas Assistentes Sociais do município.

Objetivou-se, de início, analisar a história da loucura, desde o século XVIII. Com o enfoque para o tempo presente, buscou-se entender, ainda, como as famílias dos pacientes do CAPS interpretam a questão da loucura, ponto que está para ser aprofundado haja vista a necessidade de continuidade da pesquisa com novos sujeitos.

## PASSOS DA PESQUISA E A UTILIZAÇÃO DAS FONTES ORAIS

A pesquisa realizou-se no município de Três Lagoas, com alguns pacientes do CAPS e seus familiares.

A princípio foi feita uma pesquisa bibliográfica para uma melhor compreensão de como os sujeitos, tido como *loucos*, foram tratados ao longo dos dois últimos séculos, bem como a *proliferação dos manicômios* no Brasil, até as novas perspectivas para se cuidar dos que apresentam algum tipo de *desvio* de comportamento. Junto com a pesquisa bibliográfica houve a necessidade de uso da História Oral. Esta metodologia foi de extrema importância por propiciar um meio pelo qual se pode ouvir o que os pacientes do CAPS pensam sobre a sua atual situação.

Ao realizar as entrevistas com os pacientes, houve a necessidade de se respeitar o espaço do outro. Os indivíduos em questão são pessoas que tem uma história de vida marcada por internações constantes em Hospitais Psiquiátricos, que estão em tratamento e que portanto sofrem ainda de surtos e constantes crises depressivas, tendo sido esta umas das dificuldades da pesquisa.

Foi necessário um tempo de visitas ao CAPS para se estabelecer uma relação de confiança entre pesquisador/entrevistado. A esse respeito Verena Alberti observa que o se pede ao entrevistado é muito estranho, que conte sua vida a alguém que mal conhece, ainda por cima diante de um gravador. (2004, p. 2)

Assim o contato direto com o tema de estudo, no decorrer das entrevistas, levantou questões que Borges evidencia como:

De que forma eu poderia agir no processo da entrevista? Como se posicionar diante do choro, das interrupções da fala, dos sorrisos, indagações e expectativas do entrevistado? Situações das mais diversificadas apontavam para o fato de que se estava trabalhando com o outro, com sentimentos e lembranças que nem sempre queriam se fazer lembrar. (BORGES, 1996, p. 3).

Ainda a respeito da postura que se deve ter diante do outro, sendo este não um sujeito considerado normal na sociedade, mas sim alguém que constantemente lhe é negado o direito de ter uma convivência sadia, e é tratado por vezes com preconceito e discriminação por parte da sociedade, Montenegro descreve que

[...] a postura do entrevistado deve ser de um parceiro que não conhece a pressa e a impaciência e está disponível a ouvir as histórias do entrevistado com o mesmo cuidado, atenção e respeito, tenham estas significados ou não para a pesquisa em tela. ( 1993, p.57 )

Assim, as entrevistas seguiram o tempo dos entrevistado, ou seja, o momento que sentiam vontade de falar. Vontade esta que também seguia uma rotina alternada entre momentos de bem-estar e até sintomas de extrema euforia.

Entrevistar pessoas que apresentam sintomas diagnosticados pelos psiquiatras como Esquizofrenia é sobretudo conhecer uma outra forma de viver e ver o mundo, é conhecer uma outra lógica, ir além do discurso convencional costumeiramente manipulado pelo sistema, ou seja, o discurso coerente e que sempre apresenta começo, meio e fim, pois percebemos em suas falas um descompromisso com as regras, com o tempo.

A entrevista oral também proporcionou um encontro com pessoas conscientes de seu estado mental, que apesar de suas histórias de vida serem carregadas de sofrimentos, decepções, perdas, solidão e medo, são extremamente sensíveis e que sonham, buscam um meio de se ajustar a uma sociedade que se diz sã, para se sentirem acolhidos e aceitos.

Esse encontro foi como entrar em territórios desconhecidos, como ressalta Montenegro ao observar que realizar uma entrevista é, sobretudo a tentativa de visitar com o entrevistado territórios diversos, “que se relacionam e se comunicam através de uma lógica para nós desconhecida”. (1993, p. 10).

## **HISTORIOGRAFIA DA LOUCURA**

Os conceitos da Loucura se diferenciam bastante, tanto em sociedades tribais como em sociedades atuais. Algumas culturas compartilham a mesma idéia a seu respeito. Cada época tem seu louco, ou sua loucura: “A loucura nem sempre foi o que a sociedade atual pensa sobre ela” (SANTOS, 1994, p. 14). A psiquiatria a define como:

[...] síndrome psicótica caracterizada por graves processos de pensamento (incluindo-se as alucinações e fantasias), por desintegração da capacidade do indivíduo de entrar em relacionamento com outras pessoas (NEMIAH, apud SANTOS, 1994, p. 304).

As sociedades atribuem à Loucura todo comportamento contrário à razão, ou ideologia que não façam parte dos costumes e tradições de um povo. Em alguns casos ela acaba por refletir os valores de uma cultura. Usar a loucura como máscara, desculpa ou ainda ofensa acaba sendo um argumento algumas vezes válido. Mas os que atravessaram a linha da racionalidade ou viveram fora dela, durante séculos foram tratados de forma diferente. Como mostra a história, toda sociedade tem um modo de se organizar para lidar com as pessoas cujo comportamento é considerado como diferente, destrutivo ou perigoso.

O teatro no fim da Idade Média foi muito influenciado pela figura do louco. Conforme Foucault, neste espaço utilizava-se da loucura para a crítica à sociedade da época:

[...] a Loucura toma lugar no centro do teatro, e o louco entra em cena, ora como alguém insano, ora como o detentor da verdade, aquele que diz o amor para os enamorados, a verdade da vida aos jovens, a medíocre realidade das coisas para os orgulhosos, os insolentes e os mentirosos. (2002, p.14)

De acordo com Roy Porter: “o louco é como criança brincando de adulto, ressalta as hipocrisias, os comportamentos dúbios e a desatenção absolutamente insensível da sociedade sã” (PORTER, 1991, p.09). A loucura por muitos séculos, sempre causou espanto, curiosidade, aversão, sendo muitas vezes temida pela sua autenticidade, por imaginarmos que o louco é tudo aquilo que tememos dentro de nós mesmos.

Roterdã fazendo referência a Loucura a coloca como a autenticidade e originalidade do ser humano. Dando lugar a loucura deixa que ela mesma se defina:

Em mim não pode haver fingimento ou dissimulação, e o meu rosto jamais reflete sentimento que me não esteja no coração. Enfim, por toda parte sou tão parecida a mim mesma que ninguém poderia ocultar-me, nem os que querem passar por sábios e por tais desejam ser tidos. (ROTerdã, 2002, p. 8)

As interpretações com relação à loucura são variadas. A mais aceita conforme o senso comum, é a de que a loucura é demência, insanidade mental, falta de discernimento, irreflexão, tudo que foge as normalidades: “alguém que está por fora de tudo, que não sabe nada, que é incapaz de pensar.” (SERRANO, 1985, p. 25)

Mas quem dita as normas do conceito de razão? Para uma sociedade que é dominada pela razão, não ter a sua lógica é considerado doença. Para Porter: “[...] é igualmente possível pensar em termos da fabricação da Loucura, isto é, a idéia de que rotular a doença mental é antes de mais nada um ato social, uma construção cultural”. (1990, p. 15)

Para Santos (1994) a Loucura vista como doença mental é uma construção histórica recente, que não tem dois séculos de existência.

Durante a Revolução Francesa, em fins do século XVIII, a idéia que se tinha da Loucura era a seguinte: “que a animalidade se manifestava nestas criaturas, fazendo com que elas se descontrolassem no uso da liberdade” (SERRANO, 1985, p. 18). Considerado um “rebelde, um libertino que induz medo”, esse conceito de loucura permanece ainda hoje em nossa cultura.<sup>4</sup>

Philippe Pinel, médico francês, considerado o pai da Psiquiatria, era bastante movido pelas idéias libertárias desta época. Participou inclusive da Revolução que derrubou Luiz XVI. Este médico acreditava na idéia de anormalidade e animalidade do louco. Surge então a nova área da medicina que pressupunha ser capaz de entender os mecanismos da mente.

Para Serrano, a Psiquiatria surge no meio da revolução burguesa européia, momento em que com as descobertas de Pinel não se admitia mais interpretações mágico-religiosas da Loucura (1985, p. 20). A psiquiatria surgiu como uma prática asilar filantrópica praticada por um grupo de médicos, para proteger os membros de uma sociedade, ao mesmo tempo em que servia de instrumento de caridade aos necessitados. Artaud, escritor que foi confinado em manicômios parte da sua vida sendo obrigado a tratamento com eletrochoques, diz que “[...] a sociedade degenerada inventou a psiquiatria, para defender-se das investigações de algumas inteligências extraordinariamente lúcidas, cujas faculdades de adivinhação molestavam-na”.(1983, p. 36)

No início do século XIX, no contexto da Revolução Industrial, com o crescimento da classe operária, aumentou a marginalidade e os problemas sociais, desencadeando ainda mais o sofrimento psíquico. Assim, conforme Foucault, começa a se constituir as relações de poder entre psiquiatria e pacientes:

Sabemos sobre sua doença e sua singularidade coisas suficientes, das quais você sequer desconfia, para reconhecer que se trata de uma doença; mas desta doença conhecemos bastante para saber que você

não pode exercer sobre ela e em relação a ela nenhum direito. Sua loucura, nossa ciência permite que chamemos doença e, daí em diante, nós médicos estamos qualificados para intervir e diagnosticar uma loucura que lhe impede de ser como os outros: você será um doente mental. (FOUCAULT, 1982, p. 127)

A sociedade industrial não estava interessada em entendê-los, defini-los. Tratará, então, de aprisioná-los, anulando-os ao criar espaços próprios para sua reclusão. O louco é uma ameaça interna a sociedade, na medida em que a loucura desperta sentimentos profundos e conflituosos. Para Serrano: “Ela é uma caricatura de nossos instintos, espelha as loucuras reprimidas de todos, ainda lembra-nos daquilo que temos necessidade de rejeitar dentro de nós mesmos”. (1985, p. 9)

Para Serrano (1985) a partir dos séculos XIX e XX, a sociedade burguesa passa a valorizar as qualidades individualistas, por isso retira do relacionamento humano a responsabilidade de cuidar ou entender a loucura, negando que é muitas vezes os relacionamentos que geram tantos conflitos. Salienta este autor, que este modo de pensar tenta impor a idéia de que todo sintoma de sofrimento mental vem unicamente do corpo. Assim, os relacionamentos em família, escolas, trabalhos não precisam ser mudados. Cresce então a crença de que os psiquiatras e seus métodos modernos podem curar uma mente alienada.

Assinala Santos que os anos de 1830 a 1852 marcam o início de uma assistência psiquiátrica brasileira onde foram construídos grandes manicômios, todos seguindo o modelo dos velhos asilos europeus de Pinel (1994 p. 27). Estes tinham como característica serem cercados como uma prisão. Em 1852 foi inaugurado o hospício Pedro II que abrigava os delinqüentes, os marginais e os loucos. Este ainda sob os cuidados das irmãs de caridade. Havia ainda uma psiquiatria leiga, conforme Santos (1994, p. 29).

Conforme Serrano, em 1903, no governo de Rodrigues Alves, é promulgada a primeira lei que institui tratamento aos insanos, ou seja, seria obrigatória a internação de pessoas com comportamentos dúbios (1985, p. 32)

Sobre esta questão, observa Santos que estas medidas também era para atender a pressão da sociedade que não queria ver os loucos andando livremente pelas ruas da cidade. Desta forma, o Estado é pressionado para que os aglutinasse em um só lugar. Assim:

Paulatinamente aumenta o número de médicos voltados principalmente para a neuropsiquiatria, baseando-se na psiquiatria francesa entre os quais se destacam: Teixeira Brandão, Nina Rodrigues, Juliano Moreira, Franco da Rocha, Ulysses Pernambucano, Adauto Botelho<sup>5</sup>. (SANTOS, 1990, p. 30)

Todas as atrocidades que ocorriam dentro desses verdadeiros depósitos de seres humanos começaram a gerar muitas revoltas, pois não se buscavam outras formas de tratamento. Assim, por volta de 1960 deu-se o movimento internacional chamado de Antipsiquiatria ou psiquiatria alternativa ou democrática. Na Itália o movimento foi organizado por Franco Basaglia.

Para Basaglia os hospitais psiquiátricos não curam ninguém, “são depósitos de pessoas rejeitadas” (apud SERRANO, 1985, p. 80). Serrano ressalta que, para Basaglia, a psiquiatria democrática daria uma assistência intensiva à pessoa em sofrimento, ficando com ela o tempo todo, dizendo que é preciso um envolvimento com o paciente, saindo com ele, acompanhando-o na construção de uma vida digna (1985 p. 81).

Foram desses movimentos que nasceu a consciência da necessidade de novas alternativas, surgindo assim a Psiquiatria Preventiva e o Movimento das Comunidades Terapêuticas que tem como principal proposta: “O objetivo final da psiquiatria preventiva em suas relações com seus semelhantes, integrado no seio psicológico e cósmico” (SANTOS, 1990, p. 46)

No Brasil, em decorrência desse movimento, foram desenvolvidas atividades no Museu Imagem do Inconsciente, fundado por Nise da Silveira<sup>6</sup> em 1952, quando propõe o trabalho substitutivo, ou seja, a terapia ocupacional. Conforme Serrano (1985) este Museu teve repercussão até mesmo no exterior.

O Museu Imagens do Inconsciente teve origem nos ateliês de pintura e de modelagem da Seção Terapêutica Ocupacional, no Centro Psiquiátrico Pedro II, onde os pacientes há muito só conheciam os tratamentos tradicionais, com a utilização de métodos de “tortura”. A produção desses ateliês foi tão abundante, revelando-se de tão grande interesse científico e utilidade no tratamento psiquiátrico que pintura e modelagem assumiram posição peculiar. Daí nasceu a idéia de organizar um Museu que reunisse as obras criadas nesses setores de atividade, a fim de oferecer ao pesquisador condições para o estudo de imagens e símbolos e para o acompanhamento da evolução de casos clínicos através da produção plástica espontânea. (SERRANO, 1995)

O trabalho de Nise da Silveira, no entender de Serrano, mudou a assistência e o tratamento psiquiátrico dos doentes mentais ao recuperar suas expressões inconscientes através da arte, em particular, da pintura. No que diz respeito ao CAPS, foi esta psiquiatra a precursora desta forma de tratamento.

### **UM ESTUDO DA LOUCURA: O CAPS EM TRÊS LAGOAS**

Como observado anteriormente, a loucura é costumeiramente vista como um mal. A esse respeito D. Maria, mãe do Wanderlei que é um dos pacientes do CAPS, fala indignada sobre o que viveu ao internar o seu filho que sofre de Esquizofrenia em um Hospital Psiquiátrico em que: “[...] ali tinha todo tipo de gente interna. Tinha gente louca, gente drogada, e meu filho só tava mesmo com surto, ele não é nenhuma dessas duas coisas. Tava tudo misturado”.<sup>7</sup>

Demonstra assim o grande receio que sentia ao pensar que o seu filho pode ser vítima da “Loucura”. Deixa isso bem claro ao mencionar esta palavra, bater na boca e em seguida fazer o sinal da cruz como um gesto de repúdio e proteção. A este respeito, Serrano ressalta que a Loucura, por muito tempo, foi (e continua sendo) representada como mal, salientando ainda que ela carrega o desrespeito pelos costumes e normas mais sagradas com atitudes ofensivas e imorais. (SERRANO, 1985, p. 18)

Assim, a pessoa que apresente sintomas diagnosticados como Loucura se torna um incômodo, pois passa a ser vista como um perigo para a sociedade, como afirma D. Maria: “Eu tenho medo de sair na rua, ninguém me conhece e pouco conhece ele, eu tenho medo de agressão”. Ou ainda pode se tornar um encargo para a família, como a entrevistada insiste em dizer:

Ele sofre muito, a família também sofre, porque são muitas coisas triste né, que a gente passa junto com ele. Tem vez que você pode ajudar, tem vez que não pode. Eu já lutei muito, minha força já acabou. Eu já tenho problema de diabetes, hipertensão, agora surgiu um problema de coração, eu já tô muito cansada, tem dia que parece que não vou aguentar<sup>8</sup>

A entrevistada evidencia assim a dificuldade no cuidar diário do Wanderlei.

Os tratamentos vêm se modificando nas últimas décadas. Os novos métodos permitem que os pacientes, tradicionalmente internados num manicômio, sejam tratados em clínicas sem a necessidade de serem internados. Mas ainda assim algumas clínicas insistem nos métodos tradicionais de tratar os pacientes com transtornos mentais, tanto que ao conversar com Wanderlei, que já passou por várias internações, ele e sua mãe relatam que alguns hospitais psiquiátricos não fizeram ainda a reforma psiquiátrica. D. Maria, discorrendo a esse respeito afirma que, quando ia visitar o filho que estava internado:

Parecia mais um bando de porco, de animal! Tudo misturado ali. Uns comendo, outros vomitando, outros fumano na cara dos outros. Quando terminava ali, que todo mundo ia embora, os funcionários que via que os país, a família com aquele amor do lado dos pacientes, eles tinha um pouquinho de cisma de fazer aquilo. Mas muito que as visita nem ia, às vezes um tio né, ou um irmão...eles acabava de comer , eles pegava com as duas mãos e saia empurrando porta adentro, vai, vai, vai, empurrando assim!

Esta entrevista confirma, de certo modo, o que Serrano descreve sobre os hospícios dizendo que estes lembram mais um povoado de mendigos que uma clínica. (1985, p. 9)

O Brasil já há algum tempo vem implantando os Centros de Atenção Psicossocial que tem como principal objetivo a reintegração social. O CAPS em Três Lagoas é recente, surgiu com a necessidade de se adequar, por lei, a atual política do Ministério da Saúde. Está sob orientação da Secretaria de Saúde do Município. Conta com profissionais na área da Medicina, Enfermagem e agentes comunitários de saúde. São encaminhadas ao CAPS pessoas com transtornos mentais que se caracterizam principalmente pela Esquizofrenia, definida por Cooper como:

[...] uma situação de crise microssocial, na qual os atos e as experiência de determinada pessoa são invalidadas por outras, em virtude de certas razões inteligíveis, culturais e microculturais (geralmente familiar), a tal ponto que essa pessoa é eleita e identificada como sendo mentalmente doente de certa maneira e, a seguir, é confirmada (por processos específicos, mas altamente arbitrários de rotulação) na identidade de paciente esquizofrênico pelos agentes médicos ou quase médicos (apud SANTOS, 1994, p. 20)

## De acordo com um documento de implantação do CAPS:

O Centro de Atenção Psicossocial vem ao encontro das reais necessidades de um grupo de pessoas que vem sendo historicamente discriminados, necessitando de um atendimento mais humanitário que possibilite a reintegração social. Hoje as necessidades não são mais as de outrora, se faz necessário a construção de uma ideologia que possa não apenas amparar a esses que são discriminados, mas também que trabalhe junto a comunidade que é o principal foco dos preconceitos dando lugar ao respeito pelo ser humano. O respeito aos pacientes com transtornos mentais é o princípio maior desse projeto, seguido da reintegração social.<sup>9</sup>

Segundo informações desta fonte, no CAPS o paciente deve permanecer durante o período diurno, realizando atividades de acordo com a proposta terapêutica definida pela equipe. A família ao confirmar o tratamento deve se comprometer a participar do mesmo por meio de encontros semanais, onde serão desenvolvidas palestras, dinâmicas e orientações.

Todavia, em vista de alguns problemas vividos pelo CAPS, em sua administração, isto não vem ocorrendo, como lembra D. Maria: “tudo que sei é de Bauru onde eu morava, aqui ninguém nunca passou, aqui nunca teve nenhuma reunião de psicóloga, eu expliquei como era lá em Bauru, aqui tá tudo parado, nunca teve uma reunião em família”. Este envolvimento familiar é imprescindível na avaliação do prognóstico do paciente, sendo importante o intercâmbio de informações entre a família e a equipe do CAPS.

Como salientado, o CAPS se dedica mais ao atendimento de pessoas tidas como esquizofrênicas. Com quase dois anos e meio, essa instituição vem tendo sérias dificuldades principalmente na área financeira, além de não ter estrutura para atender os pacientes; ter a carência de profissionais qualificados; viver a falta de materiais para o trabalho de terapia ocupacional deparando-se ainda com o preconceito e a discriminação que os internos do CAPS e as famílias vivem em seu cotidiano.

Mesmo com todos os avanços da psiquiatria, os pacientes que porventura procuram o CAPS, têm que percorrer um longo caminho na busca da recuperação, e ainda assim acabam tendo de ceder aos remédios, para poderem estar aptos ao tratamento desta Instituição.

Ronaldo Laing, psiquiatra britânico, que se dedicou em buscar uma nova interpretação para a esquizofrenia, criticava severamente o uso de psicotrópicos. Definindo a psicose, observa este médico e sociólogo que:

[...] a Psicose é uma estratégia especial que a pessoa é obrigada a usar, para poder suportar uma situação muito pesada, o surto esquizofrênico é visto como uma viagem para o interior de si mesmo, onde a pessoa busca refúgio. É uma tentativa de retroceder no tempo e nas emoções, usadas quando não há maneiras de suportar o mundo. (apud SERRANO, 1985, p. 71)

Esse autor considera que as crises de loucura podem ter efeitos positivos, possibilitando aos sujeitos aprender novos modos de reagir frente a si e aos outros. Mas como a pessoa pode perder-se “nesta viagem”, é necessário um convívio tranqüilo, solidário, tanto no local em que se trata, como, principalmente, em seu ambiente familiar. Em se tratando do CAPS, em Três Lagoas, não tem existido este intercâmbio entre família e instituição, o que dificulta um tratamento alternativo. A compreensão e o respeito sugeridos por Laing, praticamente não existe, em que as atitudes “anormais”, se consideradas ao longo dos séculos como perigosas, insanas, ainda permanecem sob esta interpretação, seja na análise da realidade em estudo, seja no pensar a loucura num contexto mais amplo.

O CAPS, no último ano, passou ao cuidados da APAE (Associação de Pais e Alunos Excepcionais) devido a sérios problemas com a antiga administração municipal. Neste ano de 2005 voltou aos cuidados da Secretaria de Saúde. Com a nova administração de Três Lagoas, ele está se reestruturando, para possibilitar um melhor atendimento a seus pacientes.

## **CONSIDERAÇÕES DE PESQUISA**

Quando iniciamos a pesquisa tínhamos por objetivo central analisar a loucura ao longo da história para compreender como hoje os sujeitos do CAPS e suas famílias a interpretam. Um dos objetivos específicos era o de tentar entender qual o método de tratamento que as famílias compreendiam como o mais eficaz. O que alcançamos, no desenrolar, foi a compreensão de parte da história da loucura. Salientamos ainda a percepção de que, o CAPS, em Três Lagoas, ainda não é o melhor tratamento para os que vivenciam a condição de doente men-

tal, visto que passa por sérios problemas em sua estrutura, o que acaba por refletir, nas suas práticas cotidianas, numa tentativa de disciplinarização dos sujeitos.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Este texto resulta da iniciação científica voluntária (PIBIC/UFMS), desenvolvida no período de agosto de 2004 a julho de 2005, sob orientação da Profa. Dra. Maria Celma Borges, UFMS, Campus de Três Lagoas.
- <sup>2</sup> Acadêmica do 3º. Ano do Curso de História, Campus de Três Lagoas, UFMS.
- <sup>3</sup> Ao se usar o conceito de doença mental Pereira (1985, p.33) se refere a este como: “Todo comportamento que se afasta das normas reguladoras da capacidade universal do ser humano de utilizar os materiais que a cultura (isto é, fenômeno universalmente humano) põe a sua disposição para se viver simbolicamente suas experiências e comunicá-las aos outros”.
- <sup>4</sup> Ao trazer esta questão para o tempo presente, e para o nosso objeto de pesquisa, chama a atenção à fala de D. Maria sobre a pressão que sentiu do médico quando impôs o internamento de seu filho, dizendo que ela seria responsável por tudo que ele fizesse: “Se qualquer coisa que acontecer dentro de sua casa, a Senhora vai ser responsável, porque a Sra. não quer internar, pode fazer qualquer coisa com qualquer um dentro de casa e na rua também, ele já é considerado perigoso”. Entrevista realizada na residência de D. Maria Amador da Silva em Três Lagoas, no dia 11/06/2005.
- <sup>5</sup> Os autores relacionados por Santos foram os precursores da psiquiatria médica no Brasil.
- <sup>6</sup> Serrano relata que Nise da Silveira nasceu em Maceió, Alagoas. Formou-se em Medicina em 1926. Transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde assumiu, por concurso, a função de médica-psiquiatra do Serviço de Assistência a Psicopatas e Profilaxia, em 1933. No Centro Psiquiátrico Nacional, mais tarde rebatizado de Centro Psiquiátrico Pedro II, se recusou a aplicar as agressivas terapias psiquiátricas que estavam em uso. Criou o Serviço de Terapêutica Ocupacional, em 1946. Seguiu as teses do psicanalista Carl Gustav Jung, do qual se tornou grande divulgadora. (1995, p.76)
- <sup>7</sup> *Idem*
- <sup>8</sup> *Idem*
- <sup>9</sup> MORETTI, Sandra Regina. **CAPS – Projeto de Criação e Implantação**. Três Lagoas: Documento cedido pela Coordenadora do CAPS Sandra Regina Moretti.

## FONTES

ENTREVISTA realizada com Maria Amador da Silva.

MORETTI, Sandra Regina. **CAPS – Projeto de Criação e Implantação**. Três Lagoas: Documento cedido pela Coordenadora do CAPS Sandra Regina Moretti.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Maria Celma. **Fontes Orais: Um fazer-se Histórico diferente**. UFMS, 2001, (mimeo).

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

\_\_\_\_\_, **Microfísica do Poder**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GOMES, R.; MENDONÇA, E. A.; PONTES, M. L. As representações sociais e a experiência da doença. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, n. 18 (5) Set/Out de 2002.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e história**. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.

MATTOSO, José. **A escrita da História**. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

MONTENEGRO, Antônio Torres. História Oral, Caminhos e Descaminhos. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, vol. 13, n. 25/26, Set 92 /Ago93.

PEREIRA, João Frayze. **O que é loucura**. Editora Brasiliense. 5ª Edição, 1985.

PORTER, Roy. **Uma História Social da Loucura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1991.

ROTTERDA, Erasmo. **Elogio da Loucura**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

SANTOS, Nelson Garcia. **Do Hospício a Comunidade: Políticas Públicas de Saúde Mental**. Ilha de Santa Catarina: Coleção Teses, 1994.

SERRANO, Alan Índio. **O que é Psiquiatria Alternativa**. 4ª Edicao. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

# **UM ESTUDO DE CASO: A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA HISTÓRICA POR MEIO DA HISTÓRIA ORAL NO ASSENTAMENTO PONTAL DO FAIA – MS<sup>1</sup>**

Andrey Minin Martin<sup>2</sup>

Quando eu morrer, que me enterrem  
na beira do chapadão  
contente com minha terra  
cansado de tanta guerra  
crescido de coração [...]

(Chico Buarque/ Guimarães Rosa).<sup>3</sup>

## **INTRODUÇÃO**

Quando nos propomos a estudar a luta, o trabalho e a vida em um assentamento, não estamos nos deparando simplesmente com pessoas vistas enquanto objetos de pesquisa, como por vezes são encarados os agentes sociais, mas sim como uma elaboração consciente de uma tentativa de dar sentido as experiências fragmentadas,

nas quais, cada vivência, os modos, esperanças, conquistas, perdas, valores, etc... se constituem por meio das vozes daqueles que se encontram assentados e podem revelar o fazer da história das pessoas comuns.

Ao escolher o Assentamento Pontal do Faia como objeto de pesquisa percebemos o fato de que a região do Bolsão, onde se encontra o município de Três Lagoas – MS, vem se constituindo desde a década de 1990 como palco de uma série de conflitos rurais, fato este demonstrado com o surgimento de outros assentamentos, como o reassentamento Piaba, próximo a cidade de Brasilândia, os assentamentos Mutum, Santa Rita e o próprio Pontal do Faia, evidenciando a possibilidade e preocupação de estudos a serem realizados.

## **O ASSENTAMENTO E A PESQUISA**

Segundo dados da Agência Estadual de defesa Sanitária animal e vegetal – MS (2003), com uma extensão de 1.317.691 hectares, o Pontal do Faia se constituiu a partir do projeto de reforma agrária implementado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), construído a partir do programa - Terra Nova, com o convênio da SDA/IDATERRA e FETAGRI, criado em 29/11/2000, passando já de cinco anos de existência.

O assentamento é composto por 45 famílias e é fruto de uma luta organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas, e da insistência daqueles que hoje estão assentados e continuam na luta agora para na terra permanecer. Neste aspecto, Halbwachs acrescenta que:

O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras (...), o lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Cada aspecto, cada detalhe deste lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo porque todas as partes do espaço que ele ocupa correspondem a um outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida da sociedade. (Apud COSTA, 1993, p. 05)

A base da renda econômica do município de Três lagoas, a partir dos anos de 1970, encontrou na pecuária bovina o seu alicerce para o crescimento que alimenta desde 2002 o terceiro maior rebanho bovino do Brasil, com 950 mil cabeças, contribuindo enormemente para a arre-

cadação tributária do município, sendo responsável por 41% do seu ICMS.<sup>4</sup>

Na análise econômica do município, temos que este modelo praticado acarreta a concentração fundiária, sendo a região demarcada por fazendas extensas que configuram a presença da mão-de-obra barata, formando um quadro de baixa renda de trabalho semi-especializado, sendo esta coberta, na maioria das vezes, de desempregados - assentados na região. Isto é possível perceber na fala de uma assentada:

Eles dão serviço pros assentados, normal, não tem nenhuma discriminação, aceitam numa boa, pelo que eu tô sabendo aceitam numa boa. Aquele que nem no Senhor Eleno, ele trabalha aqui, ele tem três filhos e os filhos cuidam do lote e ele trabalha ai na fazenda, é um meio de vida, um ganho a mais, um sustento. (Sônia Maria, Assentamento Pontal do Faia)

Por conseqüência desta realidade, marcada pela presença de grandes latifúndios e irregularidades na posse da terra, o município se engendra no cenário de muitas tensões sociais, derivando na formação de acampamentos, por parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas, filiado a FETAGRI, que o torna diferente de outras regiões do Estado, cujo movimento é organizado a partir da luta dos próprios assentados na busca pela terra. Isso demonstra a fragilidade do movimento no município de Três Lagoas e região, que mesmo com toda tensão social em que se encontra, acaba não conseguindo fazer emergir uma consciência transformadora por parte dos assentados, o que pressupomos ocorrer, por exemplo, com os agentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nesta Perspectiva, observa Przeworski:

O movimento dos sem-terra foi elaborado pelos trabalhadores rurais, a partir de suas experiências e necessidades econômicas, políticas e culturais. As carências não se apresentaram como condições suficientes para o seu desenvolvimento. A consciência transformadora não se constrói espontaneamente, a partir meramente da existência das carências. Ela se elaboram no próprio processo de lutas. (1989, p. 45)

Na história de luta pela terra no Brasil, a luta de antes, dos negros e dos índios não desapareceu, apenas deu lugar a novos personagens devido ao contexto histórico de cada região, travando novas e antigas lutas, dentro de uma sociedade onde impera (e imperou) a desigualdade social. Focaliza-se hoje, no exemplo do MST no cenário

nacional e em algumas regiões do estado, a esperança do resgate de uma sociedade justa e que mobilize forças contra o abuso do poder econômico, político que existe no meio rural de Mato Grosso do Sul e por todo o Brasil. Assim a reforma agrária é vista como instrumento de questionamento da ordem oligárquica e capitalista no campo. (FABRINI, 2002).

Deste modo, partindo de toda esta problemática que se apresenta na região leste de Mato Grosso do Sul, especificamente na região do Bolsão, o exercício da pesquisa se faz presente para a compreensão destes valores, história de vida e também na tentativa de apreender experiências destes moradores no assentamento e em suas antigas localidades, não para revivê-las, porém, para analisar como elas foram preservadas ou adaptadas na construção do novo lar, no assentamento.

Para tanto, a história oral se faz presente como uma forma/meccanismo de pesquisa, não necessariamente um instrumento de pesquisa, mas sim algo que, como salienta Thompson, “pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras”. (1992, p. 22)

Vista desta forma, a história oral se torna um fio condutor do trabalho como produtora de fonte de pesquisa histórica e de sua interpretação, fazendo com que tenhamos uma abordagem diferenciada da que realizamos com as fontes escritas. Isto não quer dizer a não utilização do documento escrito, mas sim a possibilidade de utilizar variadas fontes sem que haja sobreposição. Neste ponto, Alberti nos demonstra a importância da história oral para a pesquisa histórica:

Uma das vantagens da história oral deriva justamente do fascínio do vivido. A experiência histórica do entrevistado torna o passado mais concreto, sendo por isso atraente na divulgação do conhecimento. Quando bem aproveitada, a história oral tem, pois, um elevado potencial de ensinamento do passado, porque fascina com a experiência do outro. Esse mérito reforça a responsabilidade e origem de quem colhe, interpreta e divulga a entrevista. (2004, p. 22).

Reflexões como esta acerca da utilização, ou seja, do uso da história oral, acabam sendo constatadas na prática de sua utilização, na forma como se dá à relação entre entrevistado e entrevistador, sua aproximação ou não com o sujeito pesquisado, o que pode proporcionar maior aproveitamento na pesquisa, gerando resultados positivos na produção final do trabalho.

Esta constatação se mostrou presente nas entrevistas realizadas no assentamento no ano de 2005, ano em que devido ao contato próximo junto aos assentados, em grande parte dos relatos houve um bom aproveitamento, a ponto de se mostrarem claros para indicar seus problemas, alegrias, dores e revolta:

Depois que eu estou aqui eles tão ajudando muito não, a gente tem que correr atrás se não, não vem nada pra cá não, tem que corre atrás. Você tem que ir, pedir, implorar, tornar a pedir e ir pedindo se não, não vem não porque tem quatro anos, vai faze cinco anos o assentamento até hoje não veio nada pra cá.

(Sônia Maria, Assentamento Pontal do Faia.)

As questões apontadas nesta entrevista se mostraram presentes na fala de praticamente todos os entrevistados. Juntamente com isto foi apontada uma diversidade de problemas. Em muitos relatos se acentuou o descaso de autoridades, como os órgãos criados especialmente para a realização de assistência técnica, entre outras, como o IDATERRA e o INCRA. A ação individual se sobrepõe ao coletivo, e em parte do assentamento se tornaram ainda pontos mais visados na fala dos sujeitos, o que, segundo os mesmos, dificulta a permanência na terra, fazendo com que muitos percam o encanto pela terra conquistada:

Eu acho muito complicado porque cada um só pensa em si né, e não tem aquela [...] união né. Às vezes quem mais tenta ter união não tem, aqui não tem não, aqui é cada um por si e Deus pra nois todos, eu acho muito complicado. Até às vezes eu falo pro meu marido que se eu soubesse que assentamento era assim, eu, eu não tinha arriscado tudo pra vim pra cá não.

(Josefa C. Medeiros, Assentamento Pontal do Faia)

Estas dificuldades apresentadas acabam rompendo com o sonho de muitos, o sonho da terra. A busca de toda uma vida agora marcada pelo descaso daqueles que apenas tiram o proveito da situação. Assim os assentados que lutaram pela terra têm que novamente lutar por sua permanência. Em um dos relatos foi apontado que das 45 famílias que entraram no início do programa de assentamento, cerca de 6 lotes já foram desocupados, devido as dificuldades enfrentadas para cultivo da terra e para a criação. Estes lotes estão sendo agora ocupados por novas famílias presentes no programa. E, conforme as entrevistas, este número tende a se agravar se providências não forem tomadas por parte das autoridades locais ou mesmo dos próprios assentados.

Parte desta situação em que se encontra o assentamento se deve, conforme Oliveira (2002), a um projeto inicial mal elaborado, realizado a partir de uma política baseada nas condições econômicas do município, que, sendo possuidor de uma riqueza agrícola e pecuária, tenderia a gerar assim renda e emprego suficiente para a permanência destes assentados na terra. Situação oposta a realidade estudada, onde as entidades apenas disputam pela liderança do assentamento, haja visto que completados quase cinco anos de existência, o descaso se torna visível no local.

Compreendemos então a necessidade de serem realizados estudos e práticas que apontem a situação da questão agrária no município, propiciando instrumentos a fim de colaborar para manter o assentamento posterior a sua criação.

Este trabalho também vem destacar, por meio da coleta de dados, a carência de assistência técnica, de infra-estrutura no assentamento, entre outros, o que reforça as dificuldades para que os assentados, em seu novo lar, possam trabalhar a terra sem ter que passar novamente por todo processo de exclusão social seja da terra ou mesmo do trabalho.

As lutas no campo e a situação de carência dos trabalhadores rurais tem sido preocupação de muitos estudos que, em geral, realçam a violência de que são vítimas os trabalhadores rurais e procuram proclamar a miséria daqueles, o poder excessivo do estado e a impunidade dos que tem dinheiro e poder. (COSTA, 1993, p.33)

Como em outros tempos, hoje o trabalhador rural tem demonstrado, nas marcas de sua história, traços rompendo com os elos tradicionais de exclusão e dominação, na tentativa de romper com a desigualdade social que os cerca da terra do trabalho. E esta contínua luta dos trabalhadores rurais, como no assentamento em questão, também se abre para o campo da pesquisa, em torno da compreensão das lutas pela conquista, por novos direitos.

Estes traços marcados pela luta contra o latifúndio no estado, e outras problemáticas já apontadas tendo como foco de pesquisa o Mato Grosso do Sul em abordagens que, desde os anos 80, registram a luta inicial dos trabalhadores de pequenas fazendas, contribuem com as novas pesquisas para a realização de debates, e reforçam que a história ainda esta aberta á discussões geradas em torno desses acontecimentos, bem como de outros que também envolvem esta temática.

O estudo de Costa sobre o assentamento de Indaiá, realiza uma reflexão quanto a questão social e o MST no estado nos anos 80, contribuindo para entender o processo de lutas e representação da terra para o Movimento:

O movimento dos sem terra em Mato Grosso do Sul é percebido, neste trabalho, como um espaço onde se desenvolvem as experiências sociais dos seus integrantes. Neste espaço social, os trabalhadores rurais compartilham, de forma comunitária, suas experiências e alguns princípios, que conferem legitimamente as suas práticas de ocupação e acampamento, consideradas como ilegais pela sociedade civil. Não obstante, não postulo que haja consenso, uma ação uniforme de todos seus integrantes, mas uma visão sobre o movimento, que é comum a todos aqueles homens. (1993, p. 44).

Assim, as lutas de hoje também se espelham nas ocorridas no passado. Toda dor, sofrimento e angústia de outras revoltas ocorridas na busca de espaço, liberdade e condições de trabalho, reforçam a idéia e os objetivos que ainda norteiam os caminhos da luta pela terra e para nela permanecer na busca da mesma conquista que vem sendo plantada historicamente desde o período colonial e sendo reforçada com os movimentos das décadas de 1960 aos dias atuais no Mato Grosso do Sul.<sup>5</sup>

A narrativa do sofrimento enfrentada pelos assentados em diversas regiões do Estado, como no Pontal do Faia, desde o seu surgimento em 2000, se reflete em falas como a de um entrevistado que argumenta “A gente vegeta aqui, come, trabalha e dorme”, e ainda complementa “É assim, largar não adianta, tem que viver, né”, demonstrando uma fala carregada de conformismo e ao mesmo tempo de resistência.<sup>6</sup>

Em vista destas condições, Borges observa que, decorrente destas dificuldades, esses trabalhadores acabam modificando suas trajetórias, esperanças e adquirindo novas formas de enxergar a sua realidade, a fim de conseguirem sobreviver:

Na tentativa de verem os seus direitos reconhecidos ou *simplesmente* no ato de sobreviver, os assentados vão re-definindo as suas trajetórias de vida, os seus valores. Nesta re-definição encontram-se presentes às raízes do ser trabalhador da terra, ou seja, os desejos que norteiam a terra do trabalho, da família e o espaço tão sonhado para a sua liberdade. (2002, p. 98).

Partindo do que pôde ser observado até o presente, buscamos realizar uma reflexão acerca dos caminhos abertos pela história oral, a fim de analisar os sujeitos do Assentamento Pontal da Faia, e buscar compreender, de forma mais abrangente, a trajetória de lutas, anseios e as lembranças que emergem nas fontes orais. Por muitas vezes encontramos pessoas marcadas pelas lutas, dificuldades e sonhos, na busca de espaço para viver, trabalhar e realizar o sonho da terra.

Sonhos esses que, por muitas vezes, acabam sendo adiados e vão se desmanchando nas mãos daqueles que omitem a realidade e manipulam o poder: “A história se repete, mas a força deixa a história mal contada”<sup>7</sup>.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Trabalho realizado como parte da pesquisa de Iniciação científica, PIBIC/CnPq, desenvolvida no período de Agosto de 2005 a julho de 2006, sob orientação da Profa. Maria Celma Borges.
- <sup>2</sup> Acadêmico do 3º ano do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas.
- <sup>3</sup> Extraído da Música “Assentamento”, de Chico Buarque, In: Chico ao vivo. 1999. Remasterizado em digital.
- <sup>4</sup> Dados extraídos da Agência Estadual de defesa Sanitária Animal e Vegetal – MS (2003).
- <sup>5</sup> Ver: GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais pela moradia. São Paulo, Loyola, 1991.
- <sup>6</sup> Sobre a questão da resistência e conformismo, consultar: Chauí, Marilena. Conformismo e resistência. 5ª edição. São Paulo. Editora brasiliense. 1993.
- <sup>7</sup> Extraído da música “Toda forma de Poder”, de Humberto Gessinger, In: Longe demais das Capitais. BMG, 1986, Remasterizado em digital.

## FONTES

Entrevista realizada com Sônia Maria Nogueira Pinto. 2005. Assentamento Pontal do Faia. Fita cassete.

Entrevista realizada com Josefa Camilo Medeiros. 2005. Assentamento Pontal do Faia. Fita cassete.

Agência Estadual de defesa Sanitária animal e vegetal – MS, 2003.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir, contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 1992.

BORGES, Maria Celma. **Tecendo as fontes orais para a história do MST no Pontal: Anotações de pesquisa**. Anais do VI Encontro de História de Mato Grosso do Sul: História, memória e identidade. Campo Grande, UCDB, p. 348-349, 2002.

COSTA, Cléria Botelho da. **Vozes da terra. Indaiá: O porto das esperanças. 1980 – 1990**. 1993.292 f. Tese (Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas). USP, São Paulo.

FABRINI, João Edmilson. **Os assentados de trabalhadores rurais sem terra do Centro Oeste – PR enquanto território de resistência camponesa**. Tese (Doutorado em Geografia). Unesp, Presidente Prudente, 2002.

OLIVEIRA, KELLY Cristina C. L. de. **Estudo de caso de um Assentamento rural em Três lagoas: O Pontal do Faia**. 2002, 98f. Monografia. Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas.

PRZEWORSKI, Adam. **Capital e Social Democracia**. São Paulo. Companhia das letras, 1998.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado – história oral**. Rio de Janeiro. Paz e terra. 1992.



# **TRAVESTIS PROFISSIONAIS DO SEXO: UM OLHAR PARA AS QUESTÕES MARGINALIZADAS PELO MEIO SOCIAL**

Mariana Quadros Gimenez<sup>1</sup>

Os jovens, as mulheres, os 'desviantes', todos aqueles que sempre foram privados da palavra[...]  
Devem saber e fazer saber que o desejo incoercível  
Não tem necessidade de terapeutas  
Nem de um 'saber' decretado do alto.  
Contra as instituições repressivas, ele deve  
Contar apenas com a força de sua afirmação.

(Guy Hocquenghem)

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo busca compreender a realidade social em que atuam as travestis e como convivem com a situação de marginalizadas a que, historicamente, foram submetidas. Para tanto, define-se, como objetivo específico da pesquisa, investigar práticas discursivas no cotidiano de travestis profissionais do sexo de Três Lagoas - MS. O objetivo que se

tem em vista é o de analisar a idéia de representação de um grupo considerado desviante, e de que forma esses indivíduos concebem os juízos a eles imputados por pessoas ditas “normais” e como se relacionam (ou dizem relacionar-se) com esses “julgamentos”.

O cenário escolhido para este trabalho refere-se a duas avenidas movimentadas da cidade, a saber: Avenida Ranulpho Marques Leal, saída para São Paulo, onde o fluxo de caminhoneiros é intenso, e Avenida Filinto Muller, nas proximidades do antigo mercado municipal, local de bares noturnos freqüentados por vários segmentos da sociedade. Ambos os locais vêm a favorecer o comércio sexual de travestis, onde paira no ar o gosto do desejo, do dinheiro e da moral aparente. Esse universo visível de prazer e lazer deixa entrever, no entanto, o outro lado que a sociedade insiste em “esconder debaixo do tapete”: a vulnerabilidade desses indivíduos à violência, física ou psíquica, à marginalização e à estigmatização.

Analisamos a visão dessas travestis pelo viés do conceito de comportamento desviante (VELHO, 1981) aplicado a esses sujeitos pela sociedade como forma de exclusão, buscando, em suas falas, elementos que evidenciem instrumentos de resistência ou de submissão.

Da perspectiva metodológica, a investigação desenvolve-se por meio de questionários<sup>2</sup>, pesquisa bibliográfica e análise do processo sócio-histórico de produção do discurso e constituição desses sujeitos, com quem discutimos e esclarecemos algumas questões referentes à comunidade das travestis profissionais do sexo, particularmente sua posição discursiva perante a ótica tradicional da sociedade sobre elas, em confronto com os conceitos que elaboram sobre si mesmas, no que diz respeito à exclusão social.

### **“DESVIANTE” X “NORMAIS”**

Os comportamentos de grupos sociais que compõem uma comunidade têm sido, historicamente, focos de uma visão maniqueísta que oscila entre a “moral e o bom costume” e o “imoral e depravado”. Não há como negar uma rígida definição de papéis específicos para cada membro de nossa sociedade, fazendo surgir pólos – em princípio, opostos –, como masculino e o feminino, que deixam bem clara a posição “ocupada” pelos sujeitos em uma dada sociedade.

Essa divisão, por um lado, leva em consideração tradições comportamentais que sobrevivem até os dias de hoje. Os sujeitos que

se deixam conduzir pela tradição moral são intolerantes em relação ao indivíduo cujo proceder diverge do deles. Esses “indivíduos desviantes”, por outro lado, assumem papéis considerados estranhos ao meio, apresentando características peculiares em relação à maioria tradicional. Se “regras” sociais dos grupos que compõem a maioria centrada no “bom costume” são quebradas, estes tendem a punir a minoria voltada para práticas interditas pela sociedade, conforme destaca Gilberto Velho:

[...] os grupos sociais criam o desvio ao estabelecer as regras cuja infração constitui desvio e ao aplicá-las a pessoas particulares, marcando as como *outsiders*. Sob tal ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa faz, mas sim a consequência da aplicação por outrem de regras e sanções ao ‘transgressor’. (1981, p.23-4)

Levando em consideração essa observação, percebemos que o comportamento desviante nos remete a supor a existência de um modelo ideal comum a todos os membros de uma sociedade. Esse modelo desconsidera os valores individuais, aplicando sanções discriminatórias aos indivíduos que divergem seu comportamento em relação aos princípios tradicionais estabelecidos, o que leva à estigmatização. O desvio não vem, portanto, agregado aos atos de uma minoria, mas vinculado à quebra de regras impostas pela sociedade formal. (VELHO, 1981).

Assim, emergem na sociedade os desviantes e os grupos admitidos como “normais”, procurando afirmar-se e, em geral, confrontando-se: de um lado, os estigmatizados, tentando ser aceitos e, de outro, os grupos majoritários tentando fazer prevalecer seus valores tradicionais.

Por meio de pesquisa de campo desenvolvida no centro velho da cidade de São Paulo, com garotos de programa, o antropólogo Néstor Perlongher constatou que as pessoas que desempenham esse tipo de atividade geralmente o fazem porque são expulsas da ordem da família e do trabalho formal, em decorrência de sua orientação sexual. Assim, com poucas opções e sem alternativas para atividade assalariada com todos os direitos trabalhistas, aderem ao comércio sexual.

Ao discutirmos a prostituição travesti em Três Lagoas, confirmamos dados apresentados por Perlongher (1981) acerca das causas da adesão desses sujeitos ao comércio sexual. Brena<sup>3</sup>, ao ser questionada sobre a prostituição, relata: “[...] é um meio de sobrevivência enquanto não tivermos oportunidade de emprego<sup>4</sup>”.

Sobre a prostituição como forma de emprego, Néstor Perlongher faz a seguinte observação:

No ingresso ao mercado da prostituição intervém uma multiplicidade de fatores. O econômico costuma aparecer manifestamente como determinante: a miséria e o desemprego crônico de vastas massas, particularmente entre os jovens, criam condições objetivas para que a prostituição seja encarada como uma 'estratégia de sobrevivência' e legitimada pelos seus praticantes enquanto tal. (1987, p. 203)

Importa enfatizar que os sujeitos de pesquisa do autor foram michês<sup>5</sup> do sexo masculino, porém os resultados a que chegou se aplicam aos nossos sujeitos e contribuem para analisar a situação das travestis, alvos do mesmo tipo de preconceitos e restrições identificados pelo pesquisador.

Presume-se neste momento, o preconceito do empregador – que possivelmente não vai admitir-se preconceituoso –, quanto à orientação sexual do candidato, especialmente, no caso de nosso objeto de estudo, se o sujeito interessado em uma vaga de trabalho, além de ser homossexual, ainda se trajar como uma mulher, quando biológica e juridicamente pertence ao sexo masculino.

As travestis são homens transformados com roupas e acessórios femininos. A maioria usa aplicações de silicone pelo corpo, buscando as silhuetas arredondadas das mulheres. A partir daí surge, para esses agentes sociais, uma nova leitura do universo feminino, uma ramificação (tendo como referência as mulheres) em busca de uma feminilidade que não renuncia a algumas características masculinas. Toda essa inovação do meio feminino tradicional confronta-se com os mais conservadores. Assim, interroga Guy Hocquenghem (1980, p. 35): “[...] porque [*sic*] vocês não suportam encontrar em um homem as atitudes, desejos e comportamento que exigem de uma mulher?”

As transformações de gênero acabam modificando consciências e remodelando as estruturas já existentes. Essa reforma é introduzida por um conjunto de um novo modelo sócio-sexual. Essa reforma não pode ser, contudo, facilmente aceita, pois, mesmo no século XXI, há grande discriminação para com a orientação sexual desses indivíduos em face do modo como eles se apresentam e agem diante da sociedade.

Nesse momento, as travestis profissionais do sexo estão cientes de que a situação de tanto ser travesti quanto ser prostituta são

condições que farão com que sejam estigmatizadas pela sociedade tradicional, que, em sua visão intolerante, de acordo com Gilberto Velho (1981), estariam corrompendo e confundindo os papéis destinados aos membros da sociedade, quais sejam, o masculino e o feminino. Desse modo, para esses grupos majoritários, afastá-las (as travestis) do convívio comum seria uma solução para uma possível reorganização social. Mas esta reorganização acaba tornando-se algo contraditório, pois a prostituição, ofício tão rejeitado, não deveria aparecer nas ruas: caso não houvesse demanda, não existiria a oferta. A prostituição acaba sendo uma modalidade marginalizada, falsamente varrida para debaixo do “tapete” social, e, paradoxalmente, por isso mesmo, também muito desejada.

As travestis entrevistadas, ao falarem do estado em que se encontram, posicionam-se de forma insatisfeita com relação às questões nacionais, pois vêem nos governantes do Brasil os grandes responsáveis pelas suas condições de vida: “O Brasil está uma porcaria”,<sup>6</sup> e observam, com uma visão pessimista, a realidade do país refletir-se em seu próprio cotidiano. Acreditam também que questões jurídicas não as favorecem, apenas tornam-se mais um agravante para a sua condição de marginalizadas: “Olha as leis do país! [...] somos seres humanos como qualquer pessoa: temos direitos iguais?”, diz Brenda, ao ser questionada sobre justiça.

Ao ser interrogada sobre o porquê de enxergarem sob esse foco o papel do Estado para com os profissionais do sexo, Crislei<sup>7</sup> faz a seguinte crítica: “Porque na realidade não existe cidadania, justiça e inclusão social para todos, está limitado a um número pequeno de pessoas”. Para ela, os olhos da justiça não alcançam a todos, ficando restritos a um número limitado de privilegiados sociais.

Roger Rios (2002, p. 22-23), ao discutir a questão da homossexualidade e da discriminação por orientação sexual, no direito brasileiro, faz a seguinte observação:

Na esfera da sexualidade, âmbito onde a homossexualidade se insere, isto significa, em princípio, a extensão do mesmo tratamento jurídico a todas as pessoas, sem distinção de orientação sexual homossexual ou heterossexual. Essa é a consequência necessária que decorre do aspecto formal do princípio da igualdade, proibitiva das discriminações por motivo de orientação sexual. A igualdade formal estabelece uma interdição para a diferenciação de tratamento: as desigualdades só poderão ser toleradas se fundadas em motivos racionais [...]

Pode-se afirmar que a voz da entrevistada encontra eco no discurso do jurista: a igualdade formal só será alcançada quando houver uma ruptura do modelo atual, em que se descreve o sujeito de direito como uma pessoa heterossexual, excluindo diversas modalidades de orientação sexual. Ainda hoje esta concretização jurídica é desafiada por uma forte realidade discriminatória em relação à orientação sexual do indivíduo, já que este não possui a oportunidade de desfrutar, igualmente, como todos os membros da sociedade, da promessa de proteção inscrita nas leis do Estado.

### **UM BREVE PERFIL DAS TRAVESTIS E SUA ATUAÇÃO NA CIDADE DE TRÊS LAGOAS**

Ao lado das travestis, neste trabalho, encontramos a prostituição; que é hoje um meio de sobrevivência não apenas para as mulheres, mas também para um grande número de homens, crianças e homossexuais, os quais vêm se inserindo neste mercado promíscuo. A classificação como desviante torna-se ainda mais intensa quando falamos em travestis profissionais do sexo, pois, além de terem uma orientação sexual condenada pela sociedade, esses sujeitos, ao se prostituírem, tornam a sua condição de marginalizados ainda mais agravada.

Nos primeiros contatos que mantivemos com as entrevistadas, procuramos observar a posição social que ocupam as travestis em estudo. Grande parte daquelas que responderam o questionário, é de classe social baixa e submetida à baixa escolaridade (nível de escolaridade que não ultrapassa o ensino médio incompleto). A baixa escolaridade nos leva a pensar em uma desvalorização de sua mão-de-obra que, ao lado do preconceito, supomos constituir os motivos que vêm a diminuir as chances de uma possível conquista de uma vaga de trabalho.

A inserção no universo da prostituição entre as travestis três-lagoenses acontece, em geral, de acordo com as respostas a nós apresentadas, entre os 19 e 22 anos. Notamos que esses indivíduos ingressam na prostituição bem jovens, o que se explica pelo fato de trabalharem com o corpo e necessitarem de uma boa aparência para atrair seus clientes. Essa faixa etária corrobora também as conclusões de Néstor Perlogher (1987, p. 203) quanto ao “desemprego crônico”, que também é crucial para o ingresso do indivíduo, particularmente os jovens, no mercado da prostituição. Sem muitas perspectivas, as travestis acabam indo para as esquinas à procura de uma “fonte de renda”, sujeitando-se aos riscos iminentes e inerentes a sua condição de marginalizadas, embora apenas uma das entrevistadas tenha insinuado

esse dado amplamente conhecido por intermédio da mídia e da bibliografia pertinente ao tema. Ao ser questionada sobre “Como você interpreta a frase ‘profissão: Prostituta’?”, ela se limita a responder: “riscos”.

Pelas respostas das entrevistadas pode-se presumir que a renda mensal é de aproximadamente um salário mínimo, ainda não estável, o que não lhes garante segurança financeira além de impedir-lhes o acesso a sistemas formais de crédito.

Para se posicionar com dignidade diante da sociedade, a comunidade das travestis vem desenvolvendo uma incansável luta contra o preconceito de que são vítimas, atuando na discussão de temas direcionados às questões de orientação sexual, com manifestações pacíficas na cidade. Influenciada pelas ações que ocorrem nos grandes centros metropolitanos, a Parada Gay ganhou sua versão em Três Lagoas no mês de outubro de 2005, levando para as ruas mais movimentadas da cidade as reivindicações dessa (nova) categoria de cidadãos. Mas esses movimentos direcionados para questões de orientação sexual são condenados pela maioria das pessoas pertencentes à sociedade três-lagoense, o que se comprova pelo pequeno número de heterossexuais participando e apoiando a iniciativa.

Ao observarmos a questão do apoio da população, percebemos o descaso para com esses indivíduos, pois as travestis, ao integrarem o universo da prostituição, tornam-se alvo de olhares de desaprovação, como relata Lucynar (PERLONGHER, 1987, p.230): “O espírito da moral nos olhava pelas frestas de cima do quarto: eram vários olhos”.

Por esses olhares, percebemos o quanto é representativo o discurso da moral e dos bons costumes. É tão insistente o ouvir o que é certo ou errado que, algumas vezes, aquele que é pré-julgado acaba se convencendo de estar errado em suas atitudes, colocando em dúvida as suas certezas e necessidades.

Se ser homossexual e travesti já é motivo de estigmatização, ser travesti prostituta parece ser ainda mais agravante. Em estudo realizado com ex-prostitutas, Maria Goldwasser (1981, p. 48) relata: “O conceito que oficialmente se sustenta sobre as internas como pessoas imorais, turbulentas, perigosas etc., permeia todo o sistema e desemboca afinal na representação que elas próprias se assumem sobre si mesmas [...]”.

Aos olhos do senso comum, as travestis profissionais do sexo ocupam uma posição que as expõe às margens da sociedade tradicional. Esse pré-julgamento é baseado na quebra de regras impostas, onde a orientação sexual e sua representação diante da sociedade são

questões compreendidas como motivos para a repressão de atos considerados impróprios por membros de um conjunto sócio-cultural tradicional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propusemos um estudo que trouxesse para o interior da academia a voz das travestis profissionais do sexo de Três Lagoas-MS, vítimas da discriminação pela opção sexual e profissional. A despeito do pequeno número de entrevistadas, pudemos constatar algumas das dificuldades por elas enfrentadas, como as barreiras enfrentadas na busca por uma vaga de trabalho; as questões de cunho jurídico quanto aos princípios da igualdade e da liberdade (diferenciação de tratamento que as leis brasileiras dispensam, de forma estratificada, aos seus cidadãos); o preconceito decorrente das representações sociais que constituem o imaginário coletivo.

Também se verificou que as travestis estudadas representam um grupo que tem buscado formas de enfrentamento e resistência, manifestas em eventos de cunho popular; organização de associações e trabalhos de conscientização cívica direcionada aos profissionais do sexo; atitudes que vêm apresentando resultados satisfatórios para aqueles que buscam, por meio de ações concretas, encontrar formas de viver em harmonia com as diferenças. Questões ligadas à discriminação direcionada a grupos minoritários explicitam uma realidade comum em uma sociedade baseada nos princípios “da moral e dos bons costumes”, os quais pressupõem que regras não podem ser quebradas e que a prostituição foi uma escolha de vida fácil, entre várias oportunidades de sobrevivência.

Logo, é preciso que fiquemos atentos para questões polêmicas forjadas no meio social em que vivemos, procurando entendê-las para uma possível interpretação fundamentada em argumentos que não se limitem ao senso comum.

## NOTAS

<sup>1</sup> GIMENEZ, Mariana Quadros. Graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Campus de Três Lagoas – CPTL.

<sup>2</sup> Para esta análise, inicialmente, foram encaminhados vinte questionários compostos por quatorze questões discursivas, retornaram-me cinco questionários respondidos.

- <sup>3</sup> Optamos aqui por usar o pseudônimo das travestis, seja para preservar-lhes a identidade (compromisso das pesquisadoras), seja pelo fato de elas preferirem ser chamadas pelo nome feminino adotado.
- <sup>4</sup> BRENA, Questionário direcionado para as travestis profissionais do sexo de Três Lagoas-MS.
- <sup>5</sup> O termo michê tem dois sentidos. Um alude ao ato mesmo de se prostituir, sejam quais forem os sujeitos desse contrato. Assim, fazer michê é a expressão utilizada por quem se prostitui para se referir ao ato próprio da prostituição. Em alguns contextos – especialmente entre prostitutas e travestis – o termo pode ser aplicado também ao cliente. Numa segunda acepção, o termo michê é usado para denominar uma espécie sui generis de cultores da prostituição: varões geralmente jovens que se prostituem sem abdicar dos protótipos gestuais e discursivos da masculinidade em sua apresentação perante o cliente. (PERLONGHER, 1987, p. 17)
- <sup>6</sup> MAIKA, Questionário direcionado para as travestis profissionais do sexo de Três Lagoas-MS.
- <sup>7</sup> CRISLEI, Questionário direcionado para as travestis profissionais do sexo de Três Lagoas-MS.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENEDETTI, Renato Marcos. A calçada das Máscaras. COLIN, Célio e WEILER, Gustavo (Orgs.) **Homossexualidades, cultura e política**. Porto Alegre: Sulina, 2002. p. 140-151.
- GOLDWASSER, Julia Maria. Cria fama e deita-te na cama: um estudo de estigmatização numa instituição total. VELHO, Gilberto (Org.) **Desvio e divergência: uma crítica da patologia social**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 29-51.
- HOQUENGHEM, Guy. **A contestação homossexual**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- PERLONGHER, Nestor. **Negócio de michê**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RIOS, Raupp Roger. A homossexualidade e a discriminação por orientação sexual no direito brasileiro. COLIN, Célio e WEILER, Gustavo.(Orgs.). **Homossexualidades, cultura e política**. Porto Alegre: Sulina, 2002, p. 15-48.
- VELHO, Gilberto. O estudo do comportamento desviante: a contribuição da Antropologia Social. VELHO, Gilberto (Org.) **Desvio e divergência: uma crítica da patologia social**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 11-28.
- . Estigma e comportamento desviante em Copacabana. VELHO, Gilberto (Org.) **Desvio e divergência: uma crítica da patologia social**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. p.116-124.



## **A ORGANIZAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS TENDO COMO PARÂMETRO AS FONTES DOCUMENTAIS OFICIAIS<sup>1</sup>**

Leisa Robles Borba da Silva<sup>2</sup>

O Mercado Municipal de Três Lagoas é um espaço em que o homem inseriu suas marcas devido ao processo produtivo geral da sociedade. Ele é um espaço organizado socialmente em função da necessidade humana, no caso específico um lugar de comércio onde as pessoas não só compram e vendem, mas passeiam, conversam, etc. Ele sofreu e sofre transformações no processo espacial, criando a cada estágio do desenvolvimento novas funções e assim, diferenciando esse espaço constantemente.

Conforme Carlos (1990) há a necessidade de se analisar e compreender os diferentes espaços existentes na sociedade e, sua organização ao longo da história. É de extrema importância conceber o espaço de maneira inteligível, daí a necessidade de se entender suas diferenciações, já que o espaço não é humano porque o homem o habita, mas porque ele o constrói e reproduz, tornando-se em algo que lhe é próprio.

Uma das maneiras de se compreender a organização do espaço que está o Mercado é de analisar sua organização interna dos espaços nas décadas de 1960 que foi o início de funcionamento do Mercado Municipal “Leal de Queiroz” e 1970, ano que foi inaugurado o novo mercado municipal “Vereador Gentil Rodrigues Montalvão” que existe na cidade até hoje. Tudo isso através de fontes documentais oficiais que são elas: leis, decretos e resoluções da Prefeitura Municipal da cidade de Três Lagoas<sup>3</sup> que regulamentam o funcionamento do mesmo por permitir um panorama do espaço de estudo, entendendo dessa maneira a organização do ponto de vista legal, mas também contrapondo com fontes orais e bibliográficas que muitas vezes vem a confirmar as fontes documentais. “A memória é produzida a partir do levantamento de fontes, da análise das mesmas, da discussão entre diferentes correntes historiográficas”. (SALVADORI, 2001, p.44)

O Decreto nº 181 de 30 de junho de 1963<sup>4</sup> regulamenta o funcionamento do Mercado Municipal “Leal de Queiroz” em Três Lagoas/MS. Esse decreto organizou o antigo Mercado Municipal e com a elaboração do novo há modificações em sua escrita.

Um fato muito importante que faz surgir inúmeros questionamentos é de que todos os documentos existentes na Prefeitura Municipal de Três Lagoas referentes ao Mercado Municipal sabem-se de sua existência, mas atualmente não constam dos arquivos na Administração da Prefeitura Municipal, consta somente a pasta identificada como para documentos do Mercado Municipal, mas ali estão outros referentes a diversos assuntos da administração da Prefeitura Municipal de Três Lagoas. Esse fato vem a confirmar um certo descaso da administração da Prefeitura Municipal para com o espaço, tanto na área física, quanto a preservação de sua história e memória.

O decreto Nº: 1/67 de 09.02.1967 tendo como prefeito Michel Tomé dispõe sobre a regulamentação do Mercado Municipal, dá nova redação aos artigos 2º, 6º, 12º, 13º, 15º, 24º, 25º e 68º do decreto 181 de 30 de junho de 1963, e seus itens alterando seus respectivos textos.

De maneira geral permite a localização no mercado municipal de novos estabelecimentos comerciais dadas as possibilidades previstas pela administração do Mercado.

Dispõe sobre o horário de funcionamento que vai das seis às dezoito horas em dias úteis e, aos domingos e feriados nacionais das cinco às doze horas. Estabelecimentos com portas para a rua seguem o horário do comércio em geral.

Somente é permitida a transferência de bancas de compartimento, sempre cumprindo o estabelecido no artigo 11º que afirma caso o arrendatário por motivo de doença esteja impossibilitado de exercer seu comércio, por falecimento ou por interesse comercial.

Fica permitida a transferência ou cessão de locação assim como sublocação, assim como uma pessoa poderá ter apenas uma locação. Essa locação não pode ultrapassar em 15m<sup>2</sup> para cada pessoa (05 metros de frente e 03 de fundos).

Para a transferência de “box” entre interessados é necessária a autorização expressa e escrita do Prefeito Municipal estando também de conformidade com o artigo 9, 10, 11, 12, 13 e 14 do decreto nº 181 de 30 de junho de 1963, objeto da presente modificação e caso essa seja feita a Prefeitura tem o direito de cobrar 3 vezes o valor da locação mensal que será investida em melhorias para o Mercado Municipal.

Cálculo para taxas de arrendamento:-

A. Os “box” que forem destinados a bares, bazares, açougues, mercearias e empórios pagarão por m<sup>2</sup> a taxa de N Cr\$2,00.

B. Os que vendem frutas, verduras, legumes, aves e ovos, sementes, pães, massas e produtos de artesanato pagarão por m<sup>2</sup> N Cr\$1,00

C. Os demais se enquadrarão na alínea A.

Os casos omissos serão resolvidos pela administração do mercado.

Não é permitida a venda de ambulantes no interior do Mercado Municipal. No interior do pátio do Mercado pode haver comércio de mercadorias entre produtor ou atacadista com o comerciante estabelecido no Mercado. Na realização desta é preciso que o produtor ou atacadista apresente comprovantes de origem das mercadorias para o escritório central da administração do Mercado. Enquadram-se aí os produtores ou atacadista de peixes, aves e ovos, porcos, caprinos e sub-produtos destes.

Esses relatos de produtores devem conter o tipo de mercadoria, sua origem, os preços embutidos na mercadoria e o preço da presente transação com o comerciante do Mercado Municipal.

Qualquer infração de contrato ou este regulamento e da lei de postura do município será aplicada multa de N Cr\$ 2,00 a N Cr\$ 25,00 elevado ao dobro nas reincidências e até podendo o Prefeito reincidir o contrato e o arrendatário sem o direito á indenização.

A lei Nº: 294 de 17.07.1967, tendo como prefeito Michel Tomé autoriza o Poder Executivo a contratar Empresa Incorporadora para construir um Mercado em Três Lagoas, para participação do município na obra a ser realizada.

O Mercado Municipal “Vereador Gentil Rodrigues Montalvão”, localizado na Avenida Filinto Miiller, no centro da cidade de Três Lagoas - MS, começou a ser construído no ano de 1967 e foi inaugurado em 1970, no governo municipal de Michel Tomé, atendendo dessa maneira as necessidades comerciais da cidade de Três Lagoas. O Mercado, no entanto, foi uma grande obra para a época.

A participação da Prefeitura no empreendimento compreenderá a aquisição de locais destinados a venda de produtos hortigranjeiros e o controle da administração dos espaços destinados a circulação dentro do Mercado. Foi, na verdade, o que ocorreu sendo a parte interna dividida em box, onde se instalam os comerciantes

Após a entrega da obra a Prefeitura procederá à publicação de edital de concorrência pública aos interessados para locação dos espaços com preferência aos produtores. O município regulamentará a conduta dos concessionários. A prefeitura municipal de Três Lagoas ficou assim responsável pela administração do mercado.

A câmara municipal deve homologar a regulamentação do funcionamento do mercado, estabelecendo direitos e deveres dos condôminos particulares e os poderes reservados a prefeitura, na administração geral do mercado.

Se os locatários não atenderem condições impostas pelo município serão transferidos a outros que forem capazes de atender aos fins institucionais do mercado que é local público destinado ao abastecimento urbano de artigos vitais para a população.

O Poder Executivo poderá empregar até N Cr\$ 30.000,00 para adquirir os espaços internos.

Aos condôminos ficava garantida: - isenção de impostos municipais no prazo de dez anos, impedimento de instalação de feiras livres nas proximidades em um raio de 1000 metros. Fato esse confirmado em entrevista com Chistovam Moralles<sup>5</sup>.

Após a inauguração o espaço será chamado de Mercado Municipal e o atual mercado “Leal de Queiroz” com a efetivação do novo encerrará suas atividades; espaço esse a ter uso diverso e sujeitado a todas as imposições para a perfeita garantia da conclusão do empreen-

dimento e fornecerá toda documentação exigida pelos preceitos legais vigentes.

A empresa incorporadora é responsável pelo empreendimento, tendo 02 anos para terminar a obra e 45 dias para apresentar documentos comprovando a propriedade onde será construído o mercado.

Os atuais locatários do Mercado Municipal terão preferência em igualdade de condições, na compra de boxes no prédio a ser construído. Os locatários devem se manifestar num prazo de 45 dias.

O homem modifica o meio em que habita através do trabalho. Um determinado espaço sofre modificações conforme muda sua função e sua forma, portanto um espaço pode ser modificado várias vezes. Nesse contexto, é de extrema importância o fenômeno histórico, de maneira a se estudar o passado para compreender as características do presente.

Santos (1988) define o espaço como um receptáculo formado por dois componentes básicos que interagem continuamente, a configuração territorial, isto é, o conjunto de dados naturais, mais ou menos modificados pela ação consciente do homem e, a dinâmica social ou o conjunto de relações que definem uma sociedade em um dado momento.

No decreto Nº: 04/70 de 23.04.1970, tendo como prefeito João Dantas Filgueiras estipulou-se a taxa de condomínio a ser cobrada dos proprietários de boxes no Mercado Municipal no valor de N Cr\$ 0,63, por m<sup>2</sup>, a partir de 01 de abril de 1970. Essa taxa será reajustada toda vez que houver aumento do salário mínimo.

Esse decreto foi estipulado em abril de 1970, mas depois colocadas observações que o valor seria de N Cr\$0,48 e depois para N Cr\$ 0,30, assinado assim, pelo secretário em 21.05.2003.

A lei Nº: 474 de 22.11.1977 tendo como prefeito o Sr. Ramez Tebet regulamenta o funcionamento dos estabelecimentos comerciais aos domingos e feriados.

É vetado o funcionamento aos domingos, feriados civis e religiosos dos estabelecimentos comerciais na cidade de Três Lagoas. Os estabelecimentos comerciais do Mercado Municipal Vereador "Gentil Rodrigues Montalvão" está também incluída nessa lei.

Na lei Nº: 484 de 22.08.1978, prefeito Altair Cabral Trannin regulamenta o funcionamento do Comércio de Três Lagoas aos sábados e dá outras providências.

Essa lei coloca que os estabelecimentos comerciais da cidade aos sábados funcionarão até às doze horas. O Mercado Municipal não é incluído nessa lei e poderá funcionar até às dezoito horas, todo o estabelecimento localizado no prédio do Mercado Municipal Vereador “Gentil Rodrigues Montalvão”.

Com a lei Nº: 517 de 30.10.1979, prefeito Lúcio Queiroz Moreira dispõe sobre o aluguel, utilização e funcionamento do Mercado Público Municipal.

O valor do aluguel dos boxes serão do município, sendo 0,05 da Unidade Tributária Municipal (UTM) e será cobrada sobre a área utilizada pelo locatário, dependendo de sua área. O aluguel mínimo é de uma UTM.

Os proprietários além do aluguel pagarão o condomínio no valor de uma UTM e a título de condomínio o valor de uma UTM.

A utilização do Mercado quanto á ordem, higiene e segurança, fica sujeita a normas pelo Código Municipal de Postura.

A fiscalização é sobre responsabilidade do Serviço de Inspeção Sanitária Municipal em colaboração com a Administração do Mercado Municipal. Para fiscalizar essas obrigações é de responsabilidade da Divisão de Tributação, através de seus fiscais, e em estreita cooperação com a Administração do Mercado Municipal.

No início da década de 1980, algumas melhorias foram feitas pela Prefeitura Municipal. Essas melhorias deram-se na iluminação pública da Avenida Filinto Miiller, entrada principal do mercado, e nos pavilhões internos do mercado público municipal.

O quarteirão dessa avenida, da esquina do Mercado Municipal com a Rua Munir Thomé, até a esquina com a Barão do Rio Branco (hoje Orestes Prata Tibery), ficava às escuras. A prefeitura providenciou junto á CESP a colocação de luminárias, dando maior segurança e melhor aspecto urbanístico ao local, que fica no quadrilátero central da cidade, sendo de grande movimento de pedestres e de veículos.

Foram introduzidas as seguintes melhorias

Construção de 80 m de rede de esgoto para escoamento de água no pátio “B”;

Construção de uma sala para depósito;

Construção de 70 padrões com instalação de luz elétrica nos boxes do pátio “A”;

Pintura das faixas demarcatórias das bancas de verduras;

Instalação de um almoxarifado;  
Reforma e pintura da área central, com a colocação de seis calhas fluorescentes;  
Pintura de seis corredores centrais;  
Reforma e pintura do escritório da administração;  
Reforma dos sanitários;  
Reinstalação da rede de fiação elétrica com frente para a Av. Filinto Müller e colocação de luminárias.  
(MOREIRA, 2003, p.158)

Conforme entrevista com Chistovam Moralles que ainda tem sua banca de queijo e garrafadas no mercado público afirma que essa foi à única e última reforma feita pela prefeitura no local, coloca que a prefeitura deixou o espaço “meio que largado” atualmente.

É importante ressaltar que em maio de 2005 na administração da prefeita Simone Tebet foi feita uma reforma na parte interna do mercadão para alojar o almoxarifado da prefeitura e os comerciantes que lá estavam deslocados para uma ala à parte dentro do mercado.

O Mercadão ainda é um espaço de grande importância para a cidade e hoje vive um processo de declínio quanto as atividades comerciais, mas traz em seus espaços as lembranças e/ou curiosidades de um tempo que já passou, o auge comerciais do grande mercado.

É abordado com saudosismo a época da construção do Mercado Municipal pelo industrial Salim Felício na administração do prefeito Michel Tomé que agregou tantos filhos de Três Lagoas<sup>6</sup>.

De acordo com Salvadori (2001) é preciso no estudo da cidade e seus espaços é preciso tentar descrever os monumentos e retrair sua história para o conhecimento da memória. É através destes que se percebe que a memória é construída em meio a embates e conflitos sociais.

Observou-se que o Mercadão Municipal, como todo espaço habitado, é dinâmico sofrendo transformações qualitativas e quantitativas e modificando assim, de acordo com o período histórico, todo seu processo, estruturas, função e forma.

Assim esse espaço não defronta com a sociedade a partir de uma relação de exterioridade; é produto social de um processo de produção real e concreto, nascido do trabalho enquanto resposta do homem a uma série de necessidade que deve se satisfazer para sobreviver e fazer história. (CARLOS, 1990)

O Mercado Municipal de Três Lagoas é um espaço onde o homem inseriu suas marcas e um espaço organizado socialmente em

função da necessidade humana, ele sofreu e sofre transformações no processo espacial.

O declínio das atividades comerciais nesse mercado público denota as mudanças sociais e culturais da cidade, demonstra que antes ele atendia as necessidades da população e isso hoje já não ocorre.

Os destinos para esse local são muito incertos, também devido a isso a relevância de um trabalho científico acerca do tema.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Esse artigo resulta da pesquisa iniciada na graduação em História sobre o Mercado Municipal de Três Lagoas.
- <sup>2</sup> Graduada em História pelo CPTL/UFMS, mestranda em História pela UFGD.
- <sup>3</sup> É importante colocar a questão de que as fontes documentais citadas nesse artigo podem não ser as únicas existentes, pois esse trabalho está ainda em fase de desenvolvimento.
- <sup>4</sup> Esse decreto não foi encontrado na Prefeitura Municipal juntamente com outras leis, decretos e resoluções desse período, sabe-se de sua existência pelo fato de posteriores documentos tem referência do mesmo.
- <sup>5</sup> Entrevista realiza dia 02.12.2003 co Chistovam Moralles. (vide Fontes/Entrevistas).
- <sup>6</sup> Colocação feita por Stenio Congro em editorial do Jornal do Povo (vide Fontes/Jornais).

## FONTES

### 1 Entrevistas

**1.1** Chistovan Moralles, 67 anos / conversa informal realizada dia 02.12.2003 em sua banca (Mercado Municipal)

### 2 Fontes documentais oficiais (Administração da Prefeitura Municipal de Três Lagoas).

**2.1** Livro: 007 Lei/Decreto/Resolução: De 1967 a 1968 Espécie: Decreto Nº: 1/67

Data: 09.02.1967 Folha: 8v<sup>o</sup> a 10v<sup>o</sup>

**2.2** Livro: 007 Lei/Decreto/Resolução: De 1967 a 1968 Espécie: Lei Nº: 294  
Data:17.07.1967 Folha: 35 a 36v<sup>o</sup>

**2.3** Livro: 008 Lei/Decreto/Resolução: De 1968 a 1971 Espécie: Decreto Nº: 04/70

Data: 23.04.1970 Folha: 71º a 72

**2.4** Livro: 011 Espécie: Leis nº473 á 670 De: 11/77 a 11/84 Nº: 474  
Data:22.11.1977 Folha: 7 a 7º

**2.5** Livro: 011 Espécie: Leis nº473 á 670 De: 11/77 a 11/84 Nº: 484  
Data:22.08.1978

Folha: 12 a 13

**2.6** Livro: 011 Espécie: Leis nº473 á 670 De: 11/77 a 11/84 Nº: 517  
Data:30.10.1979

Folha: 43 a 44

3.Jornal

**3.1** CONGRO, S. Novo Mercado. Jornal do Povo. Três Lagoas. Opinião p.02.  
25 abr. 2001

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARLOS, A. F. A. **Espaço e indústria**. São Paulo. Contexto, 1990.

MOREIRA, Lúcio Queiroz. **Do sonho á realização**.São José do Rio Preto: Ativa, 2003 p.158 e 192.

SALVADORI, M. Â. B. **Pelas ruas da cidade: patrimônio histórico, cidadania e ensino de história**. Revista: Área de conhecimento História Ano I, nº 03, jun 2001 p.41 a 44

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo. HUCITEC, 1988.



# **CÓRREGO DA ONÇA, UM HISTÓRICO DE DEGRADAÇÃO<sup>1</sup>**

Adriana Costa Romano<sup>2</sup>

## **HISTÓRICO**

A urbanização como processo, e a cidade, forma concretizada deste processo, marcam tão profundamente a civilização contemporânea, que é muitas vezes difícil pensar que em algum período da História as cidades não existiram, ou tiveram um papel insignificante (SPOSITO, 1996).

O alvo de estudo do presente trabalho é o Córrego da Onça juntamente com os impactos que o mesmo vem sofrendo ao longo dos anos e a conseqüente degradação, promovida por esses impactos, como por exemplo, a questão do esgoto da cidade de Três Lagoas que é depositado no Córrego, o lixo jogado às margens do Córrego, principalmente pela população que reside às suas margens e ainda a questão do assoreamento do referido Córrego que é crescente. Há que se salientar que os impactos acima mencionados não são os únicos a promoverem a degradação do Córrego, haja vista que o processo de urbanização, sem o devido planejamento, e as conseqüências advindas de um

planejamento deficiente ou até mesmo a falta de planejamento, também colaboram.

Para entendermos a dinâmica de um espaço que está em constante estruturação, faz-se necessário conhecer um pouco de sua história.

A cidade de Três Lagoas - MS, onde está localizado o Córrego, foi fundada em 15 de junho de 1915, através da Lei Estadual número 706 com o nome de Vila de Três Lagoas, pertencente à Comarca de Santana do Paranaíba. Esse desmembramento verificou-se em 27 de dezembro de 1916, com a Lei número 1.906, passando à categoria de município, em 19 de outubro de 1920, com o nome de Três Lagoas (LEVORATO, 1998).

Segundo Cattanio (1976), o município além de ocupar posição de destaque no Estado de Mato Grosso do Sul, serviu para ligar áreas não só mato-grossenses, como também a outras áreas do país, em razão de ser o primeiro município do Estado a ter uma via de comunicação perene, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Conclui-se, então, que Três Lagoas, surgiu apenas em razão de seu sítio estar próximo ao local mais indicado à construção da Ponte sobre o Rio Paraná.

O desenvolvimento do núcleo urbano deu-se primeiramente, do lado direito do rio Paraná, a aproximadamente 8 km de seu leito, ocupando o extremo leste do município, numa região plana, facilitando a locomoção e expansão da cidade. (CATTANIO, 1976)

A explicação para tal fato pode estar vinculada à presença das três lagoas, que deram nome à cidade, no setor oeste e às abundantes chuvas de verão, que em razão da topografia pouco elevada, provocam ainda hoje alagamentos em certas áreas, dando a entender que a razão principal está fundada nas medidas especiais que deveriam ser tomadas para minimizar ou estancar os problemas, como galerias subterrâneas para o escoamento das águas. Na zona urbana, um dos principais tipos de processos erosivos, por exemplo, é todo tipo linear que se configura basicamente como resultado dos fatores antrópicos, que quando da elaboração do traçado de vias urbanas, não levam em conta a concentração das linhas de fluxos de águas de escoamento superficial, o que resulta em pequenas incisões na superfície do terreno, em forma de sulcos, que podem vir a aprofundar-se formando ravinas. É sabido que na maioria das vezes os processos erosivos são comandados por dois fatores ou condicionantes principais, antrópicos e naturais.

Existem áreas no município de Três Lagoas, localizadas na zona urbana que estão sendo vitimadas por processos erosivos e de

assoreamento que são originados pela existência dos fatores antrópicos e naturais como também há no município características físicas naturais que surgem como fatores de atenuação ou favorecimento aos processos erosivos e de falta de escoamento superficial. Existe em face aos problemas existentes, uma necessidade de conhecimentos das características de suscetibilidade à erosão como também do escoamento superficial, para que se possa apresentar um diagnóstico dos problemas visando tomar medidas de controle de natureza corretiva e até mesmo e principalmente preventiva.

O núcleo urbano de Três Lagoas desenvolveu-se do lado direito do Rio Paraná, a cerca de 8 km de seu leito em linha reta a proximidade com o Rio Paraná é de 7,2 km e 10 km por rodovia. A bacia hidrográfica em que a cidade está inserida é composta pelo Rio Paraná e seus afluentes, com destaques especial na região na qual está Três Lagoas para os Rios Sucuriú, Verde e Pombo, além de ribeirões e córregos como o Brioso, Campo Triste, Moeda, Palmito, Piaba, Prata, Boa Vista, Cervo, Estiva, Lajeado, Pontal, da Onça, entre outros. É por esta razão que Três Lagoas é chamada “Cidade das águas”.

O Rio Paraná tem um papel muito importante na história da cidade, pois segundo Cattanio (1976), Três Lagoas surgiu tão somente em razão de seu sítio estar próximo ao local mais indicado à construção da ponte ferroviária sobre o Rio Paraná, sendo que a ferrovia passou pela cidade em 1910 e em 1914 estava concluído o trecho entre Bauru no estado de São Paulo e Porto Esperança (MT), mas a travessia do rio até 1926 era feita através de balsas, pois a ponte Francisco de Sá, sobre o Rio Paraná só foi considerada completa em 12 de Outubro de 1926.

## **CARACTERÍSTICAS DO NÚCLEO URBANO DE TRÊS LAGOAS**

Com 10.235,8 km<sup>2</sup>, o município de Três Lagoas está localizado geograficamente na porção leste do Estado de Mato Grosso do Sul, ocupando uma área da MRG (Micro Região Geográfica do Estado de Mato Grosso do Sul). A sede do município localiza-se na divisa do Estado de São Paulo, tendo como barreira natural o rio Paraná, apresentando as seguintes coordenadas geográficas:

Latitude 20° 45' 04”S (SUL)

Longitude 51° 40' 42”W (OESTE)

Tendo ainda como limites geográficos:

Norte: a cidade de Inocência

Nordeste: a cidade de Selvíria

Leste: Selvíria e o Estado de São Paulo  
Sudeste: Estado de São Paulo  
Sul: Brasilândia  
Sudoeste, Oeste e Noroeste: Água Clara

Fazem parte ainda do município de Três Lagoas os Distritos de: Arapuá, Garcias, Ilha Comprida e Guadalupe do Alto Paraná. (Figura 01).

## **CARACTERÍSTICAS DO RELEVO**

O município tem como menor altitude a área situada na barranca do Rio Paraná, com 260 metros, e a de maior altitude, com 518 metros, localizada na Serrinha no Distrito de Garcias. No que concerne ao núcleo urbano a altitude média está em torno de 315 a 325 metros, no município como um todo esta variação fica entre 350 a 400 metros. Compreende as margens norte e nordeste da Depressão Central da Bacia do Paraná, com início de deposição a partir do Devoniano Inferior ou do Siluriano, originada durante o estágio de estabilidade da Plataforma Sul Americana.

A declividade do terreno do núcleo urbano no município de Três Lagoas aparece como um fator desfavorável ao processo erosivo, pois apresenta uma topografia com poucos pontos de acentuada declividade, fato este, que interfere muito no gradiente do escoamento superficial das águas pluviais, conseqüentemente diminui a capacidade erosiva, por outro lado, contribui e amplia os problemas de deslocamento do fluxo da água e de formação de poças, além de áreas de inundação.

## **EVOLUÇÃO E COMPOSIÇÃO DEMOGRÁFICA**

Há que se ressaltar, a densidade populacional no município de Três Lagoas é muito baixa apesar de ter um aumento populacional progressivo nas últimas décadas. Esses números ficaram em torno de 7,30 hab/km<sup>2</sup>, em razão de sua extensa área territorial. Os resultados do censo demográfico de 2000 e da contagem populacional realizada no mesmo ano mostram que o número de habitantes distribui-se da seguinte forma na zona rural e urbana, de acordo com a divisão setorial do município.

A cidade conta com 79.059 habitantes, sendo 73.669 na área urbana. (IBGE, 2000-2001).

A área denominada a época (1910) “formigueiro” foi o primeiro acampamento de trabalhadores da então NOB, próximo à Lagoa Maior,

sendo marco inicial da ocupação do sítio de Três Lagoas. Nos idos de 1.912 o governo estadual doou cerca de 3.659 ha para a formação do patrimônio municipal. Tal área, delimitada ao norte da ferrovia foi demarcada em 35 quarteirões de forma ortogonal e em frente à estação ferroviária, onde a preocupação principal foi a criação de grandes avenidas de 30 e 50 metros de largura.

Até o ano de 1950, a mancha urbana era representada tão somente pelo quadrilátero formado pelas avenidas Rosário Congro, Olinto Mancini, Filinto Müller e Eloy Chaves, além do Bairro Santa Luzia, espaço resultante do antigo núcleo de trabalhadores da rede ferroviária, loteados em 1920 e o Bairro Lapa, acontecido em 1935. Entre 1950 e 1955, surgem quatro novos loteamentos, ao sul da ferrovia, e um a oeste, indicando uma expansão da urbanização a oeste e sudoeste.

### **O CÓRREGO DA ONÇA NO CONTEXTO HISTÓRICO DE TRÊS LAGOAS**

Através de depoimentos colhidos por entrevistas, pôde-se constatar que o Córrego no passado foi bem diferente do que se apresenta nos dias atuais.

Segundo relatos do Sr. Ivo Costa, trabalhador da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil desde 1.931, quando aqui chegou para trabalhar na estrada e ferro, a cidade então com 16 anos de fundação, pouco comércio havia, e o Córrego da Onça era alimentado por um vazante da lagoa maior que atravessava a atual Avenida Rosário Congo, além da água que era utilizada pela serraria da estrada de ferro que eram despejadas no referido Córrego cortando a cidade.

O Córrego da Onça que segundo Levorato (1998), já foi utilizado na década de 50 como fonte abastecedora de água potável em prol do município. Hoje é utilizado como área de disposição final do esgoto coletado da cidade de Três Lagoas, além do esgoto ligado clandestinamente à rede pluvial pela população, causando vários problemas, principalmente ao meio ambiente. As áreas servidas pela rede coletora de esgoto estão concentradas na região central da cidade, a área mais ao norte compreende oito quadras no Bairro Cohab na Rua Domingos Rímoli entra as Ruas João Carrato e Avenida Felinto Müller, que, aliás, faz parte da rede de esgoto. O bairro Interlagos, parte da Vila Cardoso, centro, circunferência da Primeira Lagoa, Bairro Nossa Senhora Aparecida, parte do Bairro Santos Dumont, sendo que a última estação elevatória antes da estação de tratamento de esgoto está

localizada na Rua João Filgueiras, atravessando ainda a Vila São João e Jardim Caçula, constituem também áreas servidas pela coleta de esgoto.

As cinco Estações Elevatórias estão localizadas, uma no Bairro Santo André, na confluência da Rua Augusto Corrêa da Costa com a Avenida Felinto Müller, a segunda na Vila Coimbra nas proximidades das ruas Egidio Thomé, com João Mendes, a terceira e quarta Estação Elevatória ficam na circular da Lagoa Maior na Avenida Aldair Rosa de Oliveira, por fim a quinta Estação e também a principal da rede coletora localiza-se na Rua João Filgueiras próximo ao Supermercado Talismã. Sendo que a Estação Elevatória da Rua João Filgueiras é de grande importância, pois recebe o esgoto das demais Estações Elevatórias, levando o esgoto coletado até a Estação de Tratamento de Esgoto na Rua “B” na Vila São João.

## **O ESGOTO E OS PROBLEMAS SÓCIOAMBIENTAIS**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, através da 2º Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas, na Curadoria do Meio Ambiente, instaurou Inquérito Civil nº 004/96 com o objetivo de apurar o conteúdo do expediente encaminhado pela Associação dos Moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida juntamente com “abaixo assinado”.

O inquérito foi instaurado pelo então promotor do meio ambiente, Dr. Adão Valdemir Levorato

Segundo expediente enviado pela Associação dos Moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida, pessoa jurídica inscrita no CGC (MF) sob nº 15.904.352/001-49, reconhecida de utilidade pública através da Lei Municipal nº 898 que tem sua sede à Rua José Pinto Carriço, nº 476, todas as vezes que chovia forte, as águas invadiam as casas dos moradores causando vários prejuízos financeiros, haja vista que estragavam móveis e outros pertences, sendo que a água que invadia as casas chegava a uma altura de 80cm, nos lugares de menor declividade da Rua Maria Queiroz Moreira (antiga Rua 13 de julho). Segundo os moradores as famílias sofriam com as enchentes, pois perdiam além dos pertences, noites de sono, quando por vezes eram acordados com a fúria das águas fazendo flutuar colchões, além de toda espécie de detritos e sujeiras, animais e outros tipos de insetos mortos, que acarretam risco de contaminação por doenças infecciosas.

De acordo com a Associação de Moradores existe ainda o problema de uma rede mestre de esgoto na Rua Maria Queiroz Moreira, quando no espaço compreendido entre a Avenida Clodoaldo Garcia até a Rua José Pinto Carriço, a referida rede mestre de esgoto na qual foram ligadas redes secundárias com caixas de ligação de esgoto em frente as residências da referida Rua. A rede mestre não prosseguiu além da Rua José Pinto Carriço por terem se depaorado com as paredes da galeria que cruza com esta Rua, estando então interrompida a rede mestre de esgoto e que diante essa dificuldade a empresa responsável pela construção da rede cobriu as valas e fez o recapiamento do asfalto que havia aberto para a obra. O que ocorre posteriormente é que os moradores fizeram a ligação do esgoto nas redes secundárias e o resultado foi um derramamento contínuo, a céu aberto de grande quantidade de água suja, mal cheirosa, acompanhada de uma massa preta que suponha-se ser fezes em estado de putrefação.

De posse do referido expediente, o promotor de justiça instaurou inquérito para apuração dos dados, além de constatar através de vistoria *in loco* que o esgoto era lançado no leito do Córrego da Onça e consequentemente no Rio Paraná, sem qualquer tratamento, prévio. O referido inquérito foi instaurado em 05 de novembro de 1.996 e o expediente enviado à Promotoria da Justiça pela associação dos moradores data de 31 de outubro de 1.996.

Foi solicitado junto à BIOMEIO – Consultoria e Planejamento Ambiental, através do ofício nº087/96 – AVL – 2ºPJ um laudo pericial ambiental.

De acordo com a correspondência CT/GR/016/97 anexa ao inquérito civil, enviada pela Sanesul ao Promotor Dr. Adão V. Levorato, a Sanesul informa que encaminha ao promotor as plantas com o processo de separação de óleo e areia do esgoto das caixas receptoras.

Após as reivindicações feitas pela Associação de Moradores junto à Promotoria, a Prefeitura Municipal deu início em dezembro de 1.997 as obras de canalização do Córrego da Onça no Bairro Nossa Senhora Aparecida dentro do perímetro urbano de Três Lagoas, com a justificativa de que nos períodos de maior índice pluviométrico especialmente, a população convivia com lamaçal nas vias de acesso e que por esse motivo seria imprescindível a obra de canalização do Córrego da Onça. A canalização foi feita numa extensão de 204,00 metros lineares, da rua 15 de junho até a Rua Maria Guilhermina Esteves.

Através do ofício nº 004/PJ/98 enviado ao Diretor Presidente da Sanesul – Aurélio Cance Júnior pela Dra. Filomena Aparecida Depólito Fluminhan, então promotora do meio ambiente, constatou-se que além da Associação dos moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida, também o Sr. Ubaldo Juveniz dos Santos reclamou junto à Promotoria a respeito do lançamento do esgoto no Córrego da Onça sem tratamento prévio. Há que se salientar que a Estação de Tratamento de Esgoto já havia sido construída, mas permanecia inoperante. A estação de Tratamento começou a operar a partir de 22 de setembro de 1.998, mas a população continuava a reclamar sobre o mau cheiro que exalava no local da E.T.E e que foi notificado à Sanesul, esta informou que o mau cheiro fazia parte dos três primeiros meses de operação da E.T.E onde acontecia a fase acidogênica e que após o 6º mês o processo metassogênico prevalece que o desprendimento de gás sulfídrico diminuiu.

Atualmente o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado pelo promotor de Justiça do Meio Ambiente, Dr. Antonio Carlos G. de Oliveira, move ação civil pública indenizatória por danos ao meio ambiente com pedido de antecipação de tutela, e face de Empresa Saneamento de Mato Grosso do Sul S/A, Log Engenharia Ltda que presta serviços à Sanesul de operação e manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário aqui no município, bem como em Aquidauana, Bodoquena, Bonito, Jardim, Miranda, Aparecida do Tabuaço, Chapadão do Sul, Paranaíba, Ribas do Rio Pardo, Camapuã e Rio Verde, além do Sr. Ubaldo Juveniz dos Santos e do Sr. João Juveniz Junior e o Município de Três Lagoas, a ação civil pública nº 021.05.002189-4 solicita indenização no valor de R\$50.000,00 e conta com diversos laudos, fotos e planilhas de controle operacional da Estação de Tratamento de Esgoto Planalto. Até a presente data, a Log Engenharia Ltda e Sr. Ubaldo Juveniz dos Santos apresentaram contestação, juntamente com a Sanesul, apenas a Prefeitura Municipal ainda não entrou com pedido de contestação.

Além dos problemas citados como, lamaçal nas vias públicas, mau cheiro nas proximidades do Córrego e da E.T.E, esgoto lançado sem qual quer tratamento no Córrego da Onça, que foram amenizados com a construção de 204,0 metros lineares de galeria pluvial e do funcionamento da E.T.E., faz-se necessário ressaltar a falta de conscientização do perigo de contaminação que o Córrego representa à população dos Bairros por onde ele passa.

Constatou-se através de várias visitas *in loco* à região atravessada pelo Córrego, que as crianças costumam brincar no seu leito, que

em alguns trechos do perímetro urbano apresenta-se seco, além do lixo que é jogado direto no Córrego, nas áreas onde o Córrego apresenta um caudal mais significativo, que ocorre após a região onde está situada a E.T.E., crianças criavam o hábito de banhar-se nas águas do Córrego.

Segundo o operador da E.T.E. as crianças já foram advertidas por diversas vezes dos perigos de contaminação que as águas apresentam. Existe ainda o perigo de doenças de veiculação hídrica que são mais comuns em períodos de alta pluviosidade, quando podem ocorrer enchentes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dentro do histórico da maioria das cidades brasileiras, os córregos que atravessam as mesmas, acabam por serem utilizados como destino final de esgoto sanitário. Em nosso município não foi e nem é diferente. Tem-se a impressão de que o que não nos serve mais deve ser jogado nos rios e que estes se encarregarão de levá-los para longe de nossas vistas. Sabemos que não é bem assim. O Córrego da Onça que ainda atravessa o núcleo urbano do município de Três Lagoas, apesar de estar em boa parte canalizado, transformou-se num problema de ordem ambiental e sócio-econômica para o município, visto as inúmeras reclamações dos moradores dos bairros por onde ele atravessa, além de inquéritos e denúncias que acabaram por resultar em autuação por parte do IBAMA contra a Prefeitura Municipal que culminou em multa de R\$ 300.000,00 no último mês de junho do ano corrente. Cabe salientar que além dos problemas decorrentes do lançamento de esgoto e lixo no Córrego, há também a questão do assoreamento que se faz cada vez mais presente e que é objeto de estudos para futura dissertação de mestrado. Ao longo de quase dez anos, o Córrego vem sofrendo, agonizando, frente ao processo de urbanização crescente pelo qual passa o município, mas não recebe com a mesma intensidade de crescimento, atenção devida pela sociedade na qual está inserido.

## **NOTAS**

<sup>1</sup> Este trabalho faz parte de uma pesquisa em nível de especialização realizada no Córrego da Onça

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFMS-CEUA, Orientador Prof<sup>o</sup> Wallace de Oliveira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELO, Sueli. **A questão ambiental**. In: São Paulo (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de estudos e normas pedagógicas. Geografia. São Paulo: SE/CENP, 1993.

BARBOSA, Maria Cecília. et all: **Noções de Saneamento**. Campo Grande MS/ SANESUL – Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S/A, 1999. mimeo.

BITAR, Omar Yazbek. & Ortega, Renato Dell'Erba. **Gestão Ambiental**. In: Geologia de Engenharia, orgs. Oliveira, A.N. dos Santos & Brito, S.N A.de. São Paulo: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia, 1998.

CATTANIO, Maria B. **A dinâmica Urbana e a Estruturação Espacial de Três Lagoas**. Dissertação para obtenção do título de Mestre em Ciências humanas, Bauru: 1976.

CONTI, José Bueno. & Ferban, Sueli A. **Geologia – O clima, os solos e a biota**. In: Geografia do Brasil. 2. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. – (Didática; 3), org. Ross, Jurandyr L.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo, Hucitec: 1995.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Diretoria de Geociências. Geografia do Brasil: vol. 1. Região Centro – Oeste. Rio de Janeiro: IBGE, 1988.

GUERRA, A.J.T. & Cunha, Sandra B. **Degradação Ambiental**. In: Geomorfologia e meio ambiente. Orgs. S.B. Cunha e A.J.T. Guerra, Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro: 1996.

INFATI JR, Nelson . & Fornasari Filho, Nilton. **Processos de dinâmica superficial**. In: Oliveira, A.N. dos S. & Brito, S.N.A. de, (orgs) Geologia de Engenharia. Associação brasileira de Geologia de Engenharia, São Paulo: 1998.

LEVORATO, Adão V. **Três Lagoas: Dama em Preto e Branco, 1918 – 1964**. Três Lagoas, MS: Evergraf, 1998.

OLIVEIRA, Newton., Pinto, Aloísio L., Oliveira, Nilce de. **Da Ideologia a Prática do Planejamento Urbano**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1993.

PREFEITURA MUNICIPAL. **Canalização do Córrego da Onça em Três Lagoas/MS**. Três Lagoas: P.M, 1997. mimeo.

## **A RELIGIOSIDADE POPULAR DO DEVOTO DE SANTOS REIS EM TRÊS LAGOAS-MS: UMA IDENTIDADE CATÓLICA?**

Luciana Ap. de Souza Mendes<sup>1</sup>

Quando iniciada a pesquisa a respeito das festas de Folia de Reis na cidade de Três Lagoas-MS, um dos aspectos observados mais importantes foi à relação existente entre Igreja Católica e esta manifestação característica da religiosidade popular. Esta manifestação se mostrou para a pesquisadora como permeada de poder de ambos os lados. Conforme Chauí (1993), diante de tais práticas, cabe a Igreja apenas três opções: “aceitar, tolerar, ou abolir”.

É neste sentido que levantamos a hipótese de que seja impossível para a Igreja Católica aceitar ou abolir, de maneira explícita, as manifestações de cunho popular, na medida em que, ao aceitar o catolicismo popular, em sua plenitude, assumiria a postura de mostrar-se desnecessária na vida de seus fiéis, pois permitiria que qualquer pessoa que se julgue capaz viesse a realizar os sacramentos e ministrar os ritos católicos, tornando então obsoleta a figura dos sacerdotes.

Na cidade de Três Lagoas, foi percebido que a prática usual adotada pela Igreja Católica é tentar ignorar estas manifestações, uma vez que não foi percebido até então qualquer tentativa de diálogo desta com os devotos dos Três Reis Magos<sup>2</sup>.

Diante deste impasse, surge uma questão que a princípio mostrava-se contraditória: como podem estes devotos manifestar-se de forma indiscutível como pessoas católicas?

A devoção aos Três Reis Magos insere-se dentro de um amplo campo de práticas religiosas conhecidas como religiosidade popular, que tem como uma de suas principais características o uso da festa como forma de externalização de alegria e intimidade no que o devoto se insere em relação ao seu santo padroeiro.

A festa em homenagem aos Reis Magos, acontece no dia 6 de janeiro, entretanto, desde o dia 24 de dezembro há práticas festivas realizadas pelos devotos que peregrinam pelas casas amigas, e também naquelas que aceitam a Bandeira<sup>3</sup>, rememorando desta forma a jornada realizada pelos Reis Magos até o local onde nasceu o Menino-Jesus.

Esta devoção tem origem bíblica. Segundo o Evangelho de São Mateus, os magos vieram do Oriente de Jerusalém guiados por uma estrela que os levaria até o local onde havia nascido o *Messias*. Ao saber deste nascimento, o Rei Herodes interrogou-lhes dizendo que também desejava ir ao encontro para adorá-lo. Porém, os magos foram avisados em sonho que o desejo de Herodes era matar este *príncipe dos judeus*. Ao encontrar o menino, ofereceram-lhe três presentes: ouro, incenso e mirra, e puseram-se a adorá-lo. Os magos regressaram à sua terra por outro caminho, a fim de que Herodes não pudesse descobrir o paradeiro do Menino-Jesus<sup>4</sup>. As Escrituras não citam o número de magos e nem fazem alusão ao fato de serem reis, característica hoje atribuída a eles. Estes dados foram interpretados e reinventados a partir da transmissão da cultura da Folia de Reis, elevando os magos a condição de reis pela tradição popular.

A partir de relatos dos devotos<sup>5</sup>, percebe-se a fusão de elementos bíblicos com o desejo de tornar os Reis Magos mais importantes dentro das tradições cristãs. É comum que os devotos relatem trechos bíblicos pertencentes a outros personagens atribuindo tais fatos aos reis magos, o que já revela de antemão uma diferenciação dos fiéis católicos praticantes da religião romanizada, que não tem por hábito fazer interpretações e menos ainda agregar elementos às passagens bíblicas.

Contudo, ao propor uma discussão que tenha como foco principal o conceito de “identidade” é preciso, num primeiro momento, ter claro que se trata de um conceito extremamente complexo e muito pouco desenvolvido e compreendido pela ciência social contemporânea (HALL, 1997, p. 08).

Levando em conta as discussões propostas por Hall (1997) e Maffesoli (1996), para quem as identidades não podem mais ser vistas como entidades fechadas e homogêneas, devendo então o indivíduo ser definido na multiplicidade de interferências que estabelece com o mundo circundante, cabe salientar que ao pensar a identidade dos devotos como identidades **híbridas** e plurais, e que desta forma não poderiam ser identificadas como católicas - o que seria então o objetivo do presente texto- este pressuposto mostrou-se inválido a partir de leituras destes acima citados teóricos que tornam evidente que a identidade católica é antes de tudo uma identidade cultural e religiosa, que por sua vez está vinculada a normas, dogmas e práticas que possam vir a ser identificadas como tal. Assim, ao atentar para o que venha a ser a identidade católica, é possível perceber porque a fala dos devotos mostrava-se então coerente.

Desta forma, antes de iniciarmos a discussão a respeito do que venha a constituir a identidade/identificação do devoto de Reis, é necessário ter em mente que a partir dos relatos orais, percebe-se que o devoto sente-se identificado com a religião católica institucionalizada. Levando em consideração que ao contrapor estas às práticas devocionais, percebe-se claramente um distanciamento cada vez maior do devoto com os ritos e liturgias pregados pela Igreja.

Mas antes de tentarmos entender o que venha a ser a identidade religiosa do devoto de Santos Reis, é necessário que façamos uma breve discussão a respeito do que venha a constituir a própria identidade católica. Santos (2004) chega a questionar se existe de fato uma identidade católica.

O autor, para discutir a idéia de identidade católica, utiliza o conceito de *comunidade de imaginação* ou *comunidade de sentido*, de Bronislaw Bacsko<sup>6</sup>, onde é a partir do imaginário que os sujeitos, através de símbolos, alegorias, rituais e mitos vão se identificando com o grupo religioso, criando assim uma identidade.

Esta discussão nos remete à idéia da nação como uma *comunidade imaginada* (ANDERSON, 1989), onde ela é imaginada no sentido que cria elementos que levam os sujeitos desta comunidade a se identificarem, mesmo que estes jamais possam conhecer amplamente o

que venha a constituir esta nação. Este sentimento cria a idéia de pertencimento. Desta maneira, ao pensar a Igreja Católica, deve-se estar atento para as práticas da qual esta se utiliza para também criar este sentimento de pertencimento<sup>7</sup>.

Atenta Hobsbawn e Ranger (1994), que para que este sentimento de pertencimento tenha sucesso, é necessário que haja a invenção de elementos que passem a atuar como tradições. É neste sentido que surge no âmbito da Igreja Católica os ritos, a liturgia e os próprios dogmas.

Conforme Hall, “ao nos definirmos como ingleses ou gauleses [...] estamos falando de forma metafórica. Essas identidades não são literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fosse parte de nossa natureza essencial.” (HALL, 2004, p.47). Isto nos remete ao sentido de ser católico, que a partir da repetição de ritos e liturgias, apreensão dos códigos morais, como os “Dez Mandamentos”, levam os sujeitos a se identificarem como católicos, como se assim o fosse, na maioria das vezes, desde sua origem, uma marca com a qual o sujeito nasce.

A partir da repetição nos cultos, dos ritos e da liturgia, o fiel enraíza melhor todos os preceitos religiosos, passando então a acreditar que faz parte do corpo sagrado da Igreja Católica. Bosi nos atenta para a maneira como ocorre o enraizamento a partir dos ritos e liturgia:

A liturgia não pode refletir o consumismo, cuja norma é a velocidade da inovação pela inovação, desvalorizando o já usado. Assim fazendo, desvaloriza-se também a memória do idoso, que guarda entre as lembranças mais caras os hinos de sua infância e juventude. O velho, na comunidade, quer aprender os novos cantos e ensinar os cantos de outrora. Sua identidade precisa ser reconhecida; sua memória preservada. Sentimento enraizador e portador de esperança é cantar de novo os cânticos das festas comunais. Um dos atrativos desses hinos é a convicção de que os homens de outros tempos assim o cantaram. (1992, p. 39)

Em relação ao dogma, é preciso salientar que me reporto à perspectiva que a identidade é construída a partir da alteridade<sup>8</sup>, ou seja, constituímos nossa identidade a partir da identificação que fazemos do outro. Partindo deste pressuposto, entendo que sua função então é elevar ao ponto máximo a divindade de Deus, para que os fiéis, em contrapartida sintam-se cada vez mais dependentes *Dele*.

Ao discutir a forma como a Igreja Católica legitima sua identidade diante da identificação que os fiéis fazem de si diante dela, o que por sua vez gera este sentimento de pertencimento, devemos voltar então a indagação da existência ou não desta identidade católica.

Partindo da idéia de que a identidade católica é cultural, devemos estar atentos então para o fato de como estas se mostram cada vez mais porosas e multifacetadas, tornando-se então uma “identidade híbrida” (CANCLINI, 1998), o que faz com que mesmo as identidades mais enraizadas, sejam também traduzidas e mescladas. Desta forma:

O catolicismo é uma religião viva que, guardado os elementos essenciais, pode alterar no tempo e no espaço, a forma de apresentar-se. Tem ele assim, uma ‘pluralidade e variedade de elementos’. E esta pluralidade vai se expressar na prática, cujas formas diferentes vão ser o resultado de combinações dos elementos disponíveis no todo revelado ou tradicionalmente incorporado ao catolicismo. (OLIVEIRA, 1973, p.62)

É neste sentido que estudiosos da religião católica contemporânea atentam para os *vários modos de se ser católico*, o que resulta numa multiplicidade de identidades católicas. Desta forma, os fiéis que se identifiquem com a Renovação Carismática, são diferentes dos grupos Neocatecumenais, assim como os grupos que se dedicam as pastorais e CEBS.

Há ainda dentro desta esfera católica, aqueles que se denominam como católicos não praticantes, que tem, na maioria das vezes, apenas os sacramentos do batismo e em alguns casos alguns outros como o casamento e a extrema-unção, mas que raramente freqüentam as os cultos da Igreja Católica.

Brandão aponta que na linguagem econômica dos censos, a mesma palavra, católicos, serve para beata de sacristia, para membros tradicionalistas ou francamente pós-conciliares, para sujeitos nominais da religião e indiferentes à Igreja, para freqüentadores regulares das missas de domingo, para participantes ativos de associações religiosas ou de equipes paroquiais, para praticantes da elite agrária, da burguesia e do proletariado (Idem; 64).

Neste universo de religiosidades híbridas, existem ainda os sujeitos que vivem em uma espécie de trânsito religioso, transitando entre diversas religiões, levando-os à não pertencer efetivamente a nenhuma delas, todavia, muitos que se encontram nestes trânsitos religiosos, ao

serem indagados sobre sua identidade religiosa, dizem-se católicos. (ALMEIDA e MONTEIRO, 2001)

Cabe a Igreja Católica criar estratégias para manter nestes grupos tão heterogêneos este sentimento de pertencimento ao catolicismo, respeitando suas diferenças e aceitando que existem várias formas de ser católico. Para isto, precisa admitir que as identidades não podem mais ser definidas pelas alteridades, ou seja, a identidade religiosa do católico não é mais definida em relação a identidade do não-católico, pois as identidades na modernidade e pós-modernidade devem ser entendidas como ambivalentes, difusas e plurais.

No que tange à religiosidade popular, salienta David:

Uma das maneiras que a Igreja Católica encontrou para manter a coesão coletiva ao seu redor, já que estava vivendo uma realidade que punha em risco sua hegemonia no terreno religioso, foi se defender das outras manifestações religiosas, tentando recuperar uma parcela da população que, apesar de católicos, estariam relegados a um plano inferior por terem comportamentos divergentes daqueles defendidos pela instituição, como é o caso do fervor manifestado pelo culto a santos reconhecidos ou não reconhecidos, pelas romarias, pela privatização da fé. (2001, p. 233)

É neste sentido que os devotos de Santos Reis, quando indagados sobre qual sua identidade religiosa, dizem de maneira indiscutível, tratar-se da católica<sup>9</sup>.

Conforme Brandão (1986), as pessoas que praticam o chamado catolicismo popular, procuram adequar as práticas religiosas à sua vida cotidiana. E desta forma, apropriam-se de ritos e dogmas de diferentes esferas religiosas para compor uma religiosidade que lhes seja mais acessível e lhes dê o sentimento de uma maior proteção.

Característica também marcante do catolicismo popular ao qual a Igreja Católica vê como um problema a ser enfrentado é a não submissão dos devotos aos dogmas e religiosos. É comum dentro dos grupos de religiosidade popular, observar a forma como eles se apropriam dos ritos e dogmas da Igreja Católica e os reelaboram de acordo com suas necessidades diárias. Sendo então prática cotidiana os devotos realizarem bênçãos, batizados, extrema unção e outros.

Outro ponto que sai da esfera tida como normatizadora pela Igreja Católica é a intimidade que o devoto tem com os santos de sua devoção, partindo de uma relação íntima, pragmática e utilitarista, exis-

tente por uma relação contratual de troca e recebimento (MARIN, 2002,p.236). Desta forma, percebemos que enquanto a identidade católica é dada a partir da relação de alteridade entre o homem e Deus, o mesmo não ocorre na esfera da religiosidade popular, onde a identidade do devoto surge justamente a partir de sua relação cotidiana e íntima com as divindades.

De forma semelhante a esta questão, Xidieh (1972) ao estudar a Semana Santa em Juazeiro do Norte, Ceará, afirma que a religiosidade desta Semana não é mais exclusivamente católica:

É acima de tudo uma representação mágico-religiosa flutuante a margem de qualquer religião. Pertence ao grande grupo dos atos, costumes e tradições eminentemente populares, resíduos de culturas pertencentes a estruturas sociais modificadas que passam ao domínio popular e ali se amalgamaram com produtos culturais locais [...] Adquirem, inevitavelmente valores novos, isto é são definidos por meios cujo as culturas passam a definir. (Idem; 36)

É neste intento que ao definir os devotos como católicos devemos estar cientes que as identidades são contraditórias, e que elas se cruzam e se deslocam mutuamente (HALL, 2004, p.20), não podemos pensar estas identidades como algo fixo e unificado, o que legítima a fala dos devotos como sujeitos católicos. Isto se dá por ser as Folia de Reis uma festa característica do catolicismo rural, entretanto esta identificação com o catolicismo não os impede de buscar em outras religiosidades, elementos para compor o seu próprio universo sagrado.

Neste ínterim, torna-se possível afirmar que a identidade religiosa do devoto que, na maioria das vezes, encontra-se também em trânsitos religiosos, supera a idéia da classificação ambígua entre o eu e o outro (BAUMAM,1999), pois estes trânsitos deixam os devotos em uma espécie de entre-lugar, “esses entre-lugares fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação- singular ou coletiva- que dão início a novos signos de identidades e postos inovadores de colaboração e contestação” (BHABHA, 1998, p. 20). Isto leva a entender que nestes trânsitos religiosos, os devotos deixam um pouco de si e recebem também em troca diversos aspectos que lhes ajudam a (re)inventar seu universo religioso.

São estes aspectos que remetem as afirmativas de que a cultura popular não é fossilizada, pois está em constante reelaboração a partir de seu contato com o mundo.

É desta forma que a identidade social do indivíduo que fundamenta sua vida a partir das práticas de religiosidade popular, acaba sendo influenciada por estas. O sujeito percebe-se antes de tudo, como uma pessoa religiosa que devota sua vida ao santo ou divindade de sua preferência. Percebe-se dentro das Companhias de Reis, a importância que dão ao seu papel dentro destas, assim, ao dizer-se mestre, contrato ou palhaço, percebe-se um contentamento e orgulho maior, do que ao falar a respeito de suas profissões.

Neste sentido, é que propomos esta discussão a respeito do que venha a constituir a identidade religiosa do devoto, validando sua identificação com a catolicidade, e entendendo que esta possui em seu interior inúmeras possibilidades de identificação. É de fácil apreensão que a religiosidade popular deixou de pertencer de maneira exclusiva ao mundo católico, ressaltando ser comum que o mesmo instrumento que toca as Folias de Reis também é usado em terreiros de umbanda e outros.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Mestranda em História na Universidade Federal da Grande Dourados, MS, sob orientação da Profa. Dra. Maria Celma Borges. E-mail. lucianahistoria@hotmail.com
- <sup>2</sup> Todavia é importante salientar que apenas os testemunhos dos devotos dos Santos Reis foram colhidos e analisados. Desta forma, a afirmativa se dá levando em conta seus relatos orais e também a partir da observação direta das festas do período de Reis, dos Encontros de Bandeiras e também a relação da Igreja Católica diante da Capela de Santo Reis erguida pela Companhia “Caminhos do Oriente”.
- <sup>3</sup> Conforme a explicação dos devotos dos Três Reis Magos de Três Lagoas, a Bandeira é o elemento mais sagrado da Companhia de Reis, pois é nela que está retratada a Sagrada-Família
- <sup>4</sup> Evangelho de São Mateus, Capítulo 2, versículo de 1 a 12.
- <sup>5</sup> Entrevistas realizadas na cidade de Três Lagoas, nos anos de 2002 e 2003.
- <sup>6</sup> Sem referência bibliográfica.
- <sup>7</sup> Um exemplo desta prática é a própria figura do Papa, que exerce influência de autoridade em todo o planeta, não apenas entre católicos.
- <sup>8</sup> Maffesoli (1996) propõe a maneira heracliano para se pensar as identidades, onde se deve pensar o sujeito a partir do outro, ou seja, da alteridade.

<sup>9</sup> Em todas as entrevistas orais realizadas em Três Lagoas/MS, foi indagado aos devotos qual sua religião, e a resposta unânime foi católica

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ronaldo de; MONTERO, Paula. Transito religioso no Brasil. In: Revista **São Paulo em perspectiva**. Ano 15 Volume 3, 2001.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. **A modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

BRANDAO, Carlos Rodrigues. **Os deuses do povo**: um estudo sobre a religião popular. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed. 1986.

BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo. (org.) **Cultura brasileira**: temas e situações. 2ª ed. São Paulo: Atica, 1992.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas**. São Paulo: EDUSP, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

DAVID, Solange Ramos de Andrade. Cultura e religião: uma aproximação. In: Revista **Acta Scientiarum**. Ano 23, Volume 01, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HOBSBAWM, Eric, RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MARIN, Jerri Roberto. A pastoral das fronteiras entre Brasil, Paraguai e Bolívia. **Anais do VI Encontro de História do Mato Grosso do Sul**: história, memória e identidades. Campo Grande: UCDB, 2002

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. **Autoridade e participação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1973.

SANTOS, Sérgio Ricardo Coutinho. História recente do Catolicismo no Brasil: identidades católicas em confronto. In **CEHILANET** - Revista de História da Igreja na América Latina e no Caribe Revista trimestral publicada pelo Cehila-Brasil Número 1 - Ano I – 2004 ISSN 1806-3012. Artigo 6 Capturado em 05 de julho de 2005 , 22:20hs.

XIDIEH, Oswaldo Elias. **Semana Santa Brasileira**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972.



**PARTE 2**

**ENTRE A LITERATURA,  
O TELEJORNALISMO E A EDUCAÇÃO:  
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA**

---



# **LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DOS TÍTULOS SOBRE JOÃO GILBERTO NOLL**

Antonio Rodrigues Belon<sup>1</sup>  
Michele Cristina dos Santos<sup>2</sup>

## **INTRODUÇÃO**

Após realizar alguns estudos referentes ao escritor João Gilberto Noll, ou seja, análises de suas obras relacionadas com o próprio escritor considerando todos os paradigmas da contemporaneidade, possibilitando, até mesmo, publicações de artigos e divulgações por eventos em várias instituições do país, iniciou-se um trabalho de fortuna crítica, pesquisar todas as críticas e estudos feitos por diferentes estudiosos, em distintos lugares, isto é, tudo que se refere às obras e, também, à vida de João Gilberto Noll.

Iniciou-se a pesquisa acessando a internet, hoje um dos meios mais eficazes para realizar este tipo de trabalho, é claro que a informática facilitou muito, mas não sanou as dificuldades existentes nesse tipo de estudo, não foi completamente suficiente para acolher todas as críticas existentes sobre o escritor.

Muitas informações sobre críticas: artigos, resumos de dissertações e teses, ensaios, encontravam-se disponíveis na internet, mas

muitas vezes somente o título e o nome do autor; isso acontecia com as dissertações e teses, essas se localizavam nas instituições espalhadas por todo o país; então, o problema maior foi locomover até esses lugares, xerocopiar as teses e dissertações para arquivá-las no levantamento e, posteriormente, encaminhar a um acervo bibliográfico.

Todo o processo de localizar os textos aconteceu por meio eletrônico. Era bastante satisfatório quando encontrava textos completos: trabalhos científicos, artigos de diversas revistas e jornais. O percurso foi muito trabalhoso, porém, gratificante, isso devido a inúmeros textos existente sobre um escritor contemporâneo, e também, a quantia considerável de pesquisadores cujo objeto de estudo trata das obras e o estilo poético, todavia surrealista, de João Gilberto Noll.

No decorrer da pesquisa, possibilitou-se uma fortuna crítica contida dentro das próprias obras, ou melhor, se levantou todos os textos críticos, os prefácios, as orelhas, existentes nas obras de Noll. A partir disso, desenvolveu-se um artigo observando a recepção dos críticos, suas distintas leituras e como estas estão influenciadas pelos novos paradigmas da contemporaneidade.

Apontou-se, neste trabalho, alguns aspectos relevantes sobre a recepção das obras de Noll, verificou-se a leitura e como os leitores (críticos) estão recebendo ou interpretando essas obras, levando em consideração todas as mudanças sociais/culturais, a globalização, os problemas deparados nas últimas décadas, o avanço tecnológico (informatização) e, principalmente, sobre o lugar da literatura hoje, ou seja, a inserção da literatura (obras) que se encontra fora do cânone, obras contemporâneas que têm dado espaço às margens, periferias e às minorias, mas que tem sido objeto de estudo de muitos pesquisadores de distintas instituições do país.

Por último ocorreu uma sistematização dos textos localizados, organizar as críticas conforme o tipo de texto e meios de divulgação. Foram localizados cerca de 250 textos distribuídos por: artigos científicos em revistas especializadas, artigos publicados por meio eletrônico, resenhas, resumos de dissertações e teses, artigos ou comentários em distintas revistas e jornais midiáticos.

Muitos textos não se mostraram acessíveis na sua inteireza, mas houve a localização destes, têm-se o título e o local de sua publicação. No caso de dissertações e teses localizaram-se várias, mas não se teve a oportunidade de buscá-las nas diversas instituições espalhadas pelo Brasil. Por meio da plataforma Lattes, encontraram-se muitos pesquisadores, assim, entrando em contato com alguns deles

e, até mesmo, recebendo a colaboração, via e-mail, de artigos publicados por eles.

Desde o princípio da pesquisa, pensou-se em realizar este tipo de trabalho para facilitar outros pesquisadores da comunidade acadêmica. Assim, poupariam de trilhar este percurso, isso facilitaria o desenvolvimento de seus trabalhos, ganhariam tempo e se dedicariam nas suas análises sejam em quais aspectos estiverem inseridas.

Com estes textos encontrados e organizados muitos estudiosos poderão ter acesso a uma diversidade de críticas sobre as obras do escritor e com amplas abordagens: biográficas, culturais, sociais, tudo isto num contexto contemporâneo e interdisciplinar. Com esta vastidão de abordagens, realizada por diferentes críticos, este trabalho poderia ser útil, inclusive, para outras áreas das ciências sociais.

## PERCURSO DO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Iniciar um trabalho desta natureza exige do pesquisador muita disciplina e determinação. Uma vez que, as dificuldades são diversas, mas ao mesmo tempo este tipo de estudo torna-se algo prazeroso e instigante, repleto de surpresas. Quando se fala em surpresa, trata-se de se surpreender com inúmeros trabalhos feitos sobre o escritor, muitas pesquisas tendo como objeto de estudo o escritor João Gilberto Noll e suas obras.

Em se tratando de escritor contemporâneo, ainda não considerado como um cânone literário, as expectativas iniciais não eram muito grandiosas, isto é, não se esperava encontrar tantas críticas e pesquisadores sobre o escritor Noll. Por isso, o estudo tornou-se instigante e animador, na maioria das vezes, ao buscar texto, as tentativas não eram frustrantes, mas sim, estimulantes pelos inúmeros textos disponíveis em sites onde continham artigos científicos referentes à literatura e cultura, revistas e jornais eletrônicos como: *Folha de São Paulo*, *Veja*, *Isto é*, *Isto é Gente*, *Época*, revista *Semear*, revista *Rascunho*, entre outras. Aliás, estes meios de informação são os que mais publicaram textos sobre o escritor.

O levantamento parecia não ter fim, pois cada busca, cada investigação que fazia por diversos meios, tinha uma surpresa, assim, deparando com mais críticas e pesquisadores de distintas instituições espalhadas por todo o Brasil. O levantamento não se delimitou apenas em território brasileiro; alguns textos críticos encontram-se em instituições internacionais como: Universidade de Nova York, University of

Manchester, King's College London, Brown University-EUA, University of Pennsylvania, entre outras.

Ao perceber que existiam muitos estudos sobre João Gilberto Noll, o próximo passo foi pesquisar, na plataforma Lattes, currículos onde continham textos e pesquisadores sobre o escritor. Foram registrados sessenta e dois currículos com textos sobre Noll. Dentre esses currículos continham: teses e/ou dissertações defendidas, artigos, resenhas, orientações, participações em bancas de mestrado e doutorado, monografias de especialização, tudo sobre respectivo escritor.

No contato com pesquisadores no decorrer da pesquisa, possibilitou-se por meio da plataforma Lattes, pois alguns telefones e e-mails encontravam-se disponíveis nos currículos.

Pesquisou-se, também, no caderno de resumo da Abralic 2004, assim, encontrando resumos sobre Noll, conseqüentemente, detectou-se mais alguns estudiosos, inclusive, manteve-se contato com um deles, recebendo, via e-mail, artigos publicados pelo pesquisador.

Textos escritos por pesquisadores da própria instituição, onde se realizou este levantamento (UFMS), também colaboraram com artigos escritos sobre Noll, estes, respectivamente apresentados em congressos sob forma de comunicação e pôsteres. Parte destes textos foram realizados por alunos de iniciação científica, mestrandos, esses, com seu respectivo orientador que também contribuiu com alguns artigos publicados em revistas literárias.

Infelizmente, não se pode ter acesso a textos (teses e dissertações) localizados em diversas instituições; este foi um problema muito freqüente no decorrer da pesquisa, ou seja, a escassez de condições financeiras, investimentos, e tudo isso impossibilitando a realização de viagens pelas diversas cidades onde fixavam instituições em que dispunham os textos de interesse, para o levantamento, nas suas respectivas bibliotecas. Com isso, houve uma carência de dissertações e teses, localizando apenas os nomes dos autores, das instituições e os títulos dos trabalhos, mas sem possibilidades de ir até a biblioteca e xerocopiar o trabalho por completo.

Após todo esse apanhado de textos, aproximadamente, duzentos e cinqüenta, incluindo, artigos, resenhas, resumos de dissertações e teses, capítulos de livros, até mesmo um livro intitulado: *A Transgressão Erótica na obra de João Gilberto Noll*, Norberto Perkosk, editora da Unisc, 1994, Universidade de Santa Cruz do Sul, realizou-se um arqui-

vamento de todos estes textos preocupando-se em agrupá-los organizadamente para que ao término do levantamento realizasse uma sistematização do material bibliográfico, distribuindo-os em algumas categorias, agrupando-os conforme os tipos de textos, meios de divulgação e conforme a qualificação do trabalho, ou seja, de artigos científicos localizados a comentários sobre o escritor e suas respectivas obras. Os detalhes da sistematização encontram-se no tópico posterior (final) deste artigo e junto com as distribuições categóricas realizadas, encontrar-se-ão algumas bibliografias dos textos localizados e seguidos de breves comentários.

## LEVANTAMENTO DOS PREFÁCIOS E ABAS

Dando continuidade à pesquisa bibliográfica, em meados deste trabalho, houve um levantamento mais delimitado, ou seja, levantou-se as críticas e os prefácios contidos nas obras de João Gilberto Noll. Tendo em vista que, esta fortuna crítica fala da própria obra, ou melhor, os críticos apresentaram a sua recepção imediata em forma de prefácio e textos nas orelhas, isso, a respeito da respectiva obra.

Após localizar os textos nas obras, realizou-se uma análise levando em consideração a leitura, a recepção e os constantes diálogos entre a obra e o crítico (leitor). Necessitou-se da inserção de alguns conceitos teóricos/metodológicos para a melhor compreensão deste estudo, que tem por objetivo primordial, analisar as recepções dos prefácios e dos textos das “orelhas” existentes nas obras de Noll.

Com o nome de estudos da recepção, não se pensou, contudo, nem na tradicional atenção da história aos problemas de destino e de influência nem ao setor da nova história social e cultural consagrada à difusão do livro, mas na análise mais restrita da leitura como reação individual ou coletiva ao texto literário. (COMPAGNON, 2003, p.147)

Este artigo, ainda não publicado, trata das apresentações (prefácios e orelhas) das obras de Noll. Mas, especificamente, um estudo sobre a recepção dos críticos (leitores) que se propõem a realizar uma abertura, ou uma sinopse das obras de Noll.

A recepção transmitida sob forma de sumário da obra torna-se referencial, por consequência da leitura imediata que se faz da obra ainda em fase de impressão, se encontra nas gráficas e não, ainda, nas livrarias e/ou bibliotecas para o acesso dos leitores em geral.

Ao analisar os textos atentou-se, também, a alguns conceitos sobre a leitura, ou melhor, teorias pesquisadas no século XX e ainda utilizadas e estudadas na atualidade.

Discutiu-se sobre a interação da obra com os contextos sócios/culturais; o conceito de tradição, a partir de uma teoria da leitura (J.L.Borges). No livro *Flores da escrivainha* (1998), de Leyla Perrone Moisés, diz que: “Para Borges, portanto, a tradição é uma questão de leitura, de recepção, e como essa recepção se transforma em cada momento histórico, a tradição está constantemente sujeita a uma revisão, está em permanente mutação.” (1998, p.95).

Analisou-se, primeiramente, o texto da orelha da obra *Bandoleiros* (1985) escrito por Mauricio Salles Vasconcelos.

Bernardo Ajzenberg também teve o privilégio de fazer a apresentação da obra de Noll por meio do seu texto nas abas do livro. Em *Berkeley em Bellagio* (2002), ele demonstra, como leitor primogênito da obra de Noll, a sua recepção imediata.

Depois, realizou-se uma leitura do prefácio da coletânea *Romances e Contos reunidos* (1997) editada pela Companhia das Letras. Esta obra apresenta por uma coletânea de todas as obras de Noll publicadas até o momento da publicação desta. No prefácio contém comentários críticos das respectivas obras contidas no livro. Estas são: *O cego e a dançarina*, *A Fúria do corpo*, *Bandoleiros*, *Rastros do verão*, *Hotel Atlântico*, *Harmada*, *A céu aberto* e *O quieto animal da esquina*. Este prefácio foi desenvolvido por: David Treece, King's College London.

No prefácio intitulado *Um painel minimalista da criação* escrito por Wagner Carelli e pertencente à obra *Mínimos, Múltiplos, Comuns* (2003), também mereceu uma leitura aprofundada para detectar o processo de leitura e recepção desse crítico (leitor).

Por fim, o estudo do prefácio da última obra de João Gilberto Noll: *Lorde* (2004). Prefácio escrito por Aquiles Alencar Brayner, King's College London.

## A RECEPÇÃO EM ALGUMAS CRÍTICAS

Além de realizar uma análise da recepção e leitura das apresentações (prefácios e orelhas) das obras de Noll, concretizou, também, leituras em alguns artigos pertencentes a diferentes pesquisadores, isso, observando vários aspectos inerentes à recepção relacionada com os aspectos sócios/culturais e os leitores da pós-modernidade.

Os estudos em diferentes artigos proporcionaram a detecção de características semelhantes, ou melhor, os artigos selecionados para este estudo constituem das mesmas abordagens críticas entre eles.

Para este tópico, houve a preferência por textos que tratam das mudanças sócio/culturais no fim do século XX e início do século XXI. Assim, constatando mudanças nas críticas atuais e como as distintas transformações acarretaram alterações no leitor (crítico) com suas respectivas recepções e, também, as adequações nas produções literárias, isso, correspondente ao público contemporâneo num mundo globalizado.

Em especial, tratou-se de três artigos. Ambos enfatizam as transformações essenciais no campo cultural, o descentramento do sujeito e descentramento geográfico, ou seja, as rupturas das fronteiras, o hibridismo e as tendências multiculturalistas.

Primeiramente, cita-se os títulos dos artigos levantados: *Interpretações do eu: uma análise comparativa de A céu aberto, de João Gilberto Noll, e A cidade ausente, de Ricardo Piglia*, de Shirley de Souza Gomes Carreira. O segundo intitula-se: *Identidade Cultural: A interpretação de Mário de Andrade e João Gilberto Noll*, de Tania T. S. Nunes.

Nos dois artigos apresentados acima, há confluências temáticas pelo fato de ambos tratarem da concepção de identidades, e, como estas estão se modificando devido às transformações já apontadas neste texto.

O texto de Carreira explicita que: “a identidade envolve mais que uma tentativa de definição do sujeito, uma vez que interage com o conceito de identidade nacional.” (*Revista eletrônica do Instituto de Humanidades, Duque de Caxias RJ, v. 5, 2003*) E ela, ainda diz, que a identidade foi abalada, assim, provocando mudanças no campo cultural, causando o descentramento, com isso, implicando na dissolução das fronteiras, tanto geográficas, quanto psicológicas.

O artigo comentado diz que “com a diluição dos limites identitários, discursivos e espaciais, os conceitos de hibridização e de tradução passaram a ser essenciais para a compreensão dos processos de formação das identidades contemporâneas.” (*Revista eletrônica do Instituto de Humanidades, Duque de Caxias RJ, v. 5, 2003*)

E para compreender esses conceitos identitários, a autora selecionou duas obras literárias, sendo essas, o foco deste trabalho: *A céu aberto*, de João Gilberto Noll e *Cidade ausente*, de Ricardo Piglia. “Os dois romances que constituem o foco deste estudo revelam constru-

ções de identidade e figurações da cidade que nos permitem traçar possibilidades de representação na literatura latino-americana pós-moderna.”

Como já foi salientado, o termo identidade também está presente no artigo de Nunes, mas, tendo uma outra abordagem, isto é, a identidade cultural num aspecto comparativo entre os distintos momentos culturais vivenciados por João Gilberto Noll, autor de *Lorde*, e Mário de Andrade, autor de *Macunaíma*, e, também, o confronto entre distintas identidades culturais: *Macunaíma*, visando a tradição cultural, o nacionalismo; já em *Lorde*, apresenta-se um hibridismo cultural, a absorção da cultura alheia, “impregna-se da cultura local”. No caso do protagonista da trama, quase assumia outra identidade, mas não se desvincula da anterior, não perde sua nacionalidade. Assim, nota-se:

Noll jogou em sua narrativa com o confronto entre o “eu” identidade do brasileiro e o “outro” o inglês. E, em sua ficção o narrador foi ao “fundo do poço” para fazê-lo renascer, ainda assim, prevalecendo sua identidade de origem, sua subjetividade, seu “eu”. (NUNES, [www.joãogilbertonoll.com.br](http://www.joãogilbertonoll.com.br), 2005 )

Este estudo constitui-se pela leitura das duas obras e como os dois autores tratam a “dialética das identidades: ‘tradição’ e ‘tradução’ cultural em suas narrativas”. A autora salienta que:

[...] uma análise da interpretação da narrativa de “Macunaíma” de Mário de Andrade e “Lorde” de João Gilberto Noll enriquecerá – e muito – esta apresentação sobre identidade cultural, mormente por que pertencem estes autores a momentos distintos da Literatura Brasileira: Modernismo e Literatura Contemporânea” (NUNES, [www.joãogilbertonoll.com.br](http://www.joãogilbertonoll.com.br), 2005)

O intuito deste tópico é apresentar alguns trechos de ambos os textos, não necessariamente uma análise desses, assim, notando as diferentes recepções, observando as críticas atuais, e como essas consideram os novos paradigmas da contemporaneidade e todas as mudanças das últimas décadas.

## **SISTEMATIZAÇÃO DO MATERIAL BIBLIOGRÁFICO**

No decorrer do levantamento ocorreu o arquivamento de textos distribuídos por categorias. Criaram-se pastas com nomes referentes aos livros, os textos críticos de determinada obra literária eram coloca-

dos nas respectivas pastas, por exemplo: pasta nomeada *Bandoleiros*, apenas textos referente a esta obra.

A razão que levou a esta sistematização inicial, provisória, consistiu apenas em organizar os textos de maneira que facilitasse o acesso, caso fosse necessário, ou, até mesmo, localizá-los com facilidade no momento de sua sistematização final.

Encontraram-se inúmeros textos, por isso, torna-se relevante e necessária a organização dos textos desde as primeiras buscas. Depois de localizar os textos, já no fim da pesquisa, iniciou-se a organização definitiva dos textos, agrupados em determinado local conforme suas características.

Diferentes textos foram localizados, ou melhor, textos de diversas formas, então, estes se separavam conforme o texto e o tipo de publicação, revistas científicas organizadas por eventos literários, revistas especializadas, revistas eletrônicas, CD's ROM entre outras. Os comentários, não necessariamente análise crítica escritor/obra, mas notícias com intuito de divulgação, também foram arquivados. Estes textos foram agrupados separados dos textos de análise crítica, ou seja, separados dos textos com finalidade de pesquisa científica que traz o desenvolvimento e resultado de diferentes estudos regidos por diferentes instituições e seus respectivos membros.

A sistematização divide-se em seis categorias; os textos foram agrupados, sendo que, cada grupo recebe uma nomeação conforme a característica dos textos, ou seja, equivalentes a estes.

O conjunto de materiais bibliográfico ganha divisões em forma de capa para cada grupo, constando nesta, o nome do conjunto de textos, algumas informações sobre os devidos textos e explicações sobre o motivo destes pertencerem ao mesmo grupo.

Todo esse material recolhido ganhou também uma sistematização digital, os grupos foram separados em pastas que receberam os mesmos nomes das formas impressas. Após a sistematização e arquivamento (em pastas) do material no computador, intenciona-se gravar este material bibliográfico em um CD ROM.

A seguir, aparecem os nomes dos conjuntos acompanhado de alguns textos, suas bibliografias, com breves comentários.

O primeiro conjunto intitula-se: (A) *Textos com finalidades de estudos científicos*. Este conjunto vem acompanhado de ensaios, artigos, resenhas e resumos publicados em periódicos (digital e impres-

so), cadernos resumos de distintos congressos, revistas eletrônicas especializadas entre outras.

Neste artigo, constarão apenas dois textos para cada conjunto. Neste, encontra-se o artigo: “Interpretações do eu: uma análise comparativa de *A céu aberto*”, de João Gilberto Noll, e *A cidade ausente*, de Ricardo Piglia. Pesquisadora: Profa. Dra. Shirley de Souza Gomes Carreira, Doutora em Literatura Comparada-UFRJ.

Este texto:

[...] constitui uma tentativa de analisar tendências relativas à representação do sujeito e o modo de construção das identidades na literatura latino-americana contemporânea, tomando por base duas obras representativas: *A cidade ausente*, de Ricardo Piglia, e *A céu aberto*, de João Gilberto Noll, a fim de demonstrar como a representação de identidades múltiplas e cambiantes vem a expressar as inquietações do sujeito pós-moderno em relação ao próprio eu e à identidade nacional. (CARREIRA, *Revista eletrônica do Instituto de Humanidades, Duque de Caxias RJ*, v. 5, 2003)

Também, o artigo: “Identidade cultural: a interpretação de Mário de Andrade e João Gilberto Noll: “*tradição*” e “*tradução*” cultural”. Pesquisadora: Tania T. S. Nunes, aluna do curso de pós-graduação em Literatura Brasileira - “Mediações entre Literatura e Cultura”, na PUC-Rio. Este artigo foi localizado no site: [www.joãogilbertonoll.com.br](http://www.joãogilbertonoll.com.br), ensaios e artigos.

O artigo mostra que:

A identidade literária no Brasil envolve um libertar-se da aparência lusa que caracterizava as letras brasileiras, ainda no século XIX. Eis porque uma análise da interpretação da narrativa de “Macunaíma” de Mário de Andrade e “Lorde” de João Gilberto Noll enriquecerá – e muito – esta apresentação sobre identidade cultural, mormente por que pertencem estes autores a momentos distintos da Literatura Brasileira: Modernismo e Literatura Contemporânea. Assim, o que se busca nesta leitura é: como os dois autores abordam a dialética das identidades: “tradição” e “tradução” cultural em suas narrativas. (NUNES, [www.joãogilbertonoll.com.br](http://www.joãogilbertonoll.com.br), 2005)

No segundo conjunto, encontram-se textos diversos sobre o escritor publicados em revistas e jornais informativos. Nomeou-se o con-

junto de: (B) Textos em revistas e jornais informativos. Muitos artigos foram escritos em revistas e jornais como na revista *Veja*, 11 de Agosto de 2004, página 113. O texto, *Terapia de choque*, escrito por Jerônimo Teixeira, fala sobre o lançamento do romance *Lorde*, de João Gilberto Noll e o autor revela que já passou por uma internação psiquiátrica.

O outro texto, “Mestre no seu estilo”, está localizado na revista *Isto É*, 11 de Agosto de 2004, página 100, escrito por Eliane Lobato. O texto mostra que Noll se supera no exercício de desfazer os vínculos formais com a literatura.

O terceiro conjunto, denominado: (C) Comentários seguidos de entrevistas, como o próprio título demonstra, traz uma introdução do respectivo escritor e suas obras e uma entrevista realizada com João Gilberto Noll.

Apontaram-se, neste artigo, duas entrevistas: uma realizada por Kátia Borges ([www.secrel.com.br/jpoesia/jgnoll](http://www.secrel.com.br/jpoesia/jgnoll)), cujo título da introdução chama-se “No compasso da linguagem” e a outra entrevista realizada por Bruno Dorigatti ([www.secrel.com.br/jpoesia/jgnoll](http://www.secrel.com.br/jpoesia/jgnoll)), acompanhada da introdução, intitulada “A literatura é muito perigosa”, feita por Miguel do Rosário.

Uma parte da sistematização cedeu espaço, especificamente, a títulos e resumos de dissertações e teses, uma vez que, não foi possível buscar nas instituições os trabalhos por completo. Este conjunto recebeu simplesmente o nome de: (D) Títulos e resumos de dissertações e teses. Nesta parte, encontram-se todas as informações sobre as dissertações e teses: os títulos, as instituições onde aconteceram as defesas, nomes dos autores e seus respectivos orientadores.

No penúltimo conjunto de textos estão inseridos todos os comentários encontrados sobre o escritor e suas obras. O conjunto chama-se: (E) Comentários sobre o escritor e obras. No jornal *a Folha de São Paulo*, na coluna literária, localizou-se comentário sobre o escritor num texto chamado: “O fascínio da síntese”, escrito por Moacyr Scliar na *Folha de São Paulo* (<http://www.charleskiefer.com.br/oficina/textos/fascinio.htm>) e dentro deste texto há um elogio atribuído a João Gilberto Noll: “Aqui na *Folha*, João Gilberto Noll, Fernando Bonassi e Voltaire de Souza têm demonstrado, com muito talento, que o conto pode, sim, ser um gênero ultracurto” (SCLIAR, <http://www.charleskiefer.com.br/oficina/textos/fascinio.htm>) e, também, na *Folha de São Paulo*, ([http://www.artepolitica.com.br/premio\\_noll.htm](http://www.artepolitica.com.br/premio_noll.htm)), houve a divulgação de um prêmio atribuído ao escritor, e constando a seguinte manchete: “João Gilberto Noll ganha prêmio da ABL”. E mais: “O escritor gaúcho João

Gilberto Noll ganhou o Prêmio Ficção 2004 da Academia Brasileira de Letras, com seu livro *Mínimos, múltiplos, comuns*, que contém 338 textos ficcionais curtos, que revelam um grande exercício de síntese.”

Por fim, disponibilizou-se um espaço para os títulos de trabalhos não localizados, ou seja, foi possível o acesso apenas dos títulos com respectivos autores de teses, dissertações, artigos e ensaios. Neste trabalho, não se conseguiu levantar alguns textos, mas, é importante que conste pelo menos a bibliografia localizada, assim, facilitará para outros pesquisadores interessados em localizar outros textos ainda não arquivado no acervo atual, com isso, ocorrendo uma atualização do acervo.

O conjunto foi nomeado de: (F) Trabalhos não localizados, como por exemplo, a tese de Regina Célia dos Santos Alves, Doutora em Letras, Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil. Tese intitulada: “A Poética Neobarroca de A Fúria do Corpo”, Ano de Obtenção: 2000. Orientador: Irene Jeanete Gilberto Simões.

Portanto, após o término desta sistematização, pensa-se em enviar este trabalho a um acervo bibliográfico. Assim, obtendo retornos satisfatórios e com a expectativa de novos trabalhos como este, (pois, constata escassez deste tipo de estudo), envolvendo escritores brasileiros de diferentes momentos históricos/sociais, tanto da atualidade (contemporâneos), quanto de outros movimentos literários.

## NOTAS

<sup>1</sup> Prof. Dr. da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, DED/CPTL

<sup>2</sup> Acadêmica de Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Iniciação Científica 2004/05

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ajzenberg, b. “Um punhado de estudantes”. In: NOLL, J.G. **Berkeley em Bellagio**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002 (primeira e segunda abas)

ALVES, R. C. dos S. “**A Poética Neobarroca de A Fúria do Corpo**”. Tese de Doutorado em Letras, Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil, sob a orientação de Irene Jeanete Gilberto Simões, 2000.

BORGES, K. “**No compasso da linguagem**”. [www.secrel.com.br/jpoesia/jgnoll..](http://www.secrel.com.br/jpoesia/jgnoll..)

BRAYNER, A. A. (sem título). In: NOLL, J. G. **Orde**. São Paulo: Francis, 2004 (primeira aba)

CARELLI, W. "Panorama minimalista da Criação". In: **Mínimos, múltiplos, comuns**. São Paulo: Francis, 2003, pp.19-22.

CARREIRA S.S.G., Interpretações do eu: uma análise comparativa de "A céu aberto", de João Gilberto Noll, e "A cidade ausente", de Ricardo Piglia. **Revista eletrônica do instituto de humanidades**, Duque de Caxias RJ, v. 5, 2003.

COMPAGNON, A. **O demônio da teoria: literatura e senso comum/ Antoine Compagnon**; tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão, Consuelo Fortes Santiago. – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001

DORIGATTI, B. "**A literatura é perigosa: entrevista**". [www.secrel.com.br/jpoesia/jgnoll](http://www.secrel.com.br/jpoesia/jgnoll).

NOLL, J. G. **Mínimos, múltiplos, comuns**. São Paulo: Francis, 2003.

\_\_\_\_\_. **Romances e contos reunidos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

\_\_\_\_\_. **Orde**. São Paulo: Francis, 2004.

\_\_\_\_\_. **Berkeley em Bellagio**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

\_\_\_\_\_. **Bandoleiros**. IN: **Romances e contos reunidos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 207-320.

\_\_\_\_\_. **A céu aberto**. IN: **Romances e contos reunidos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 577-673

NUNES, T.T.S. "**Identidade cultural: a interpretação de Mário de Andrade e João Gilberto Noll: "tradição" e "tradução" cultural**". [www.joãogilbertonoll.com.br](http://www.joãogilbertonoll.com.br), 2005.

PERRONE -MOISÉS, L. **Flores da escrivainha: ensaios**/Leyla Perrone-Moisés – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ROSÁRIO, M. do. "**A literatura é muito perigosa: introdução**." [www.secrel.com.br/jpoesia/jgnoll](http://www.secrel.com.br/jpoesia/jgnoll).

SCLIAR, M. "**O fascínio da síntese**". [www.charleskiefer.com.br/oficina/textos/fascinio.htm](http://www.charleskiefer.com.br/oficina/textos/fascinio.htm), 2005.

SOUZA E.M., **Crítica cult**. Belo Horizonte: UFMG, 2002. (Humanitas).

TREECE, D. "Prefácio". In: NOLL, J.G. **Romances e contos reunidos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 7-16.

VASCONSELOS, M. S.(sem título). In: **Bandoleiros**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999 (primeira e segunda abas).

[http://www.artepolitica.com.br/premio\\_noll.htm](http://www.artepolitica.com.br/premio_noll.htm), 2005



# **ENTRE A ESCOLA E A MÍDIA: O TELEJORNALISMO EM FOCO**

Jefferson Barbosa de Souza <sup>1</sup>

## **INTRODUÇÃO**

Partimos, neste estudo, da premissa de que uma sociedade sem escola é uma sociedade sem preparo. Esta instituição atravessou a história e se encontra presente até os dias atuais para suprir a necessidade de se estabelecer um certo diálogo com a produção cultural, como também com a produção em massa de tecnologias, bens, estes que fazem a vida do homem mais cômoda e de acordo com os padrões culturais de uma determinada época.

É dessa perspectiva que desenvolvemos nosso trabalho, pensando a escola como, ao longo de todo esse tempo, reprodutora de estruturas sociais (BORDIEU, 1974), disponibilizando acessos intermináveis a formação do indivíduo, mas também regulando, de certa forma, a aquisição de conhecimentos considerados insignificantes para sua organização. Nesse envolvimento, a mídia tem encontrado resistências compulsivas por aquela corporação, e, hipoteticamente, levamos a imaginar que haja uma espécie de disputa entre as duas agên-

cias, do tipo “quem atrai mais: a escola ou a mídia (a atenção de alunos)?”.

Por isso e outros motivos, que posteriormente explicitaremos, é que neste artigo faremos uso de algumas teorias do arcabouço francês de Análise de Discurso (AD) para que se possa explicar o fenômeno discursivo a que nos propomos discutir. Trata-se de resultados obtidos por uma pesquisa qualitativa, na qual foram submetidos à entrevista professores de ensinos fundamental e médio para saber quais eram suas opiniões a respeito do telejornalismo brasileiro (TJ).

Objetivamos por meio desse trabalho, portanto, averiguar, por meio da análise discursiva, se esses professores acreditam estar informados sobre *tudo* o que acontece no país, tendo como *mediador* o TJ; uma maneira de satisfazer ao que Pêcheux (1997) nos orienta: expor o olhar-leitor a matéria opaca do discurso e fazer que dele se extraia os outros discursos que o atravessam. Para tanto não basta conceber somente a possibilidade infinita da transdiscursividade, mas o funcionamento do discurso, desse modo, é importante, pois “colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória” (ORLANDI, 2001, p.10), isto é, entre a estabilização, cristalização dos sentidos e o esquecimento, a ruptura, a possibilidade de abertura para outros sentidos.

Por tratarmos nesse trabalho sobre mídia e escola devemos entender que, mesmo que a prática do ritual estabeleça nos sujeitos que falam o efeito da evidência, ou seja, de papéis singulares e pré-estabelecidos (FOUCAULT, 1971, p.39), é no discurso e na sua relação com a história da produção dos sentidos, que se desfaz essa ilusão e se percebe a divergência, a complexidade do sujeito.

Assim, diante desses comentários, colocamo-nos dispostos a discutir e posteriormente prosseguir com a análise pertinente dos dados recolhidos em entrevista.

## **1. AD E (ALGUNS DE) SEUS PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS**

O surgimento da AD está completamente ligado a problematização das maneiras de ler. Diferente de uma abordagem hermenêutica<sup>2</sup>, ela nos coloca em um estado de reflexão sobre a linguagem, ao não permitir que caiamos na ilusão da consciência absoluta de tudo que dizemos (ORLANDI, 2001, p. 9).

A linguagem é o que permite o trânsito contínuo entre o homem e o mundo; embora essa relação seja evidente, ela se desloca de uma

simples evidência a partir do momento que o homem representa e representa-se pela linguagem, o que equivale dizer que ele atribui sentidos, os quais lhe escapam, pois não são originais em si, mas determinados no processo histórico<sup>3</sup>, na sedimentação dos sentidos.

Nesse processo de apropriação da linguagem por um sujeito inscrito no social, falando de um lugar determinado a outrem em outro lugar, emerge o discurso, o qual se define como “reverberação de uma verdade nascendo diante dos olhos [...]” (FOUCAULT, op. cit., p 49), ou ainda “[...] seria um pensamento revestido de seus signos e tornado visível pelas palavras, ou, inversamente, seriam as estruturas mesmas da língua postas em jogo e produzindo um efeito de sentido” (Ibidem, p. 46).

Podemos entendê-lo ainda, conforme Orlandi (op. cit., p 10), como “um ritual da palavra. Mesmo o das que não se dizem”. Isso significa que a análise não se fixa somente no que é dito, mas também em sua forma não dita, esquecida, ausente. Daí é que advêm os efeitos de sentido, efeitos proporcionados por registros e tipos discursivos, além do fato de que o lugar dos interlocutores significa, isto é, há uma relação de especificidade entre a formação discursiva (FD) e a formação ideológica (FI) (cf. ORLANDI, 1987, p. 121).

Há marcas formais (lingüísticas) que caracterizam os discursos como pertencentes a determinadas FDs (essa é uma visão de dentro para fora da linguagem), bem como há condições externas à linguagem que preenchem o sentido das palavras, o que configuram as FIs, logo uma visão de fora para dentro da linguagem, isto é, da ideologia para a linguagem.

Não devemos esquecer ainda também que a possibilidade do dizer é condição da memória, dos interdiscursos. E a esse respeito Maingueneau afirma que a unidade, cuja análise se torna pertinente não é o discurso em si, mas o espaço de troca entre vários discursos convenientemente reunidos (1984, p. 11). O que significa dizer que, no espaço discursivo, aquilo que falta a um discurso, que foi preciso ser sacrificado, é o outro que lhe garante a unidade e a possibilidade de fechar-se em um todo (Id. p 31).

Em suma, uma vez trabalhando a AD sobre os discursos e suas fronteiras indefinidas e, conseqüentemente, com a dispersão do sujeito conforme Pêcheux, (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Essa ciência em construção trabalha ainda sobre as condições de produção de discursos pelos sujeitos, isto é, o lugar do qual fala o sujeito determina *o que pode e deve ser dito* por ele como

também o que jamais se deve falar, que deve se manter no silêncio. É como diz Orlandi “o lugar do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (2001, p, 39).

Os lugares dos quais estamos falando são as instituições sociais, locais de onde o homem profere suas palavras de acordo com a imagem que faz de si e do outro, condições também que se imbricam na produção de discursos.

Esse homem de domínio social e coletivo é o que se costuma denominar de sujeito. A esse passo, torna-se necessária a noção de sujeito, principalmente a proposta por Pêcheux (1975) e amplamente retomada por Orlandi (2001), para os quais o sujeito discursivo é descentrado, ou seja, ele irrompe seu discurso pela língua e pela a história, sem domínio sob o modo como as palavras significam: não significam nele (sujeito), mas no discurso, pois se trata de um objeto lingüístico-histórico.

O sujeito é afetado, segundo Pêcheux (1983) citado por Brandão (1998), conforme a posição que o mesmo ocupa na esfera social, pela inconsciência e ideologia, que fazem que ele egocentricamente acredite ser dono fiel do que diz, o sujeito procura apagar, rejeitar tudo que não está inserido na formação discursiva em que se situa, esse é o “esquecimento de nº 1”. O “esquecimento nº 2”, por sua vez, relaciona-se com uma pré-consciência, a qual faz com que ele prestigie uma seqüência lingüística, desprezando outras, o que o leva a acreditar que tem domínio sobre o que está dizendo, sobre os sentidos por ele selecionados o que evidencia o conhecimento que tem da realidade.

Finalmente, uma vez estabelecidos alguns princípios teóricos da AD pertinentes à análise, resta apresentar visões teóricas a despeito da escola e da mídia, para nos situarmos diante dos discursos reunidos para análise.

## **2. UMA VISÃO DISCURSIVA DO ESPAÇO ESCOLAR E DO ESPAÇO DA MÍDIA**

Para Bordieu (1974) a escola tem se prestado a contribuir para com a reprodução da estrutura social, isto é, relações de classe. A dissimulação do ensino se dá sob a rubrica da aparência inocente da neutralidade, em que, na verdade, recobrem a “classificação” feita por ela mesma, seja de salas de aulas, como de disciplinas.

Na escola atuam convenções que estimulam a hierarquização social, como ocorre pelo prestígio que se dá aos “dons”, méritos, com-

petências. Esquece-se que o próprio ato de hierarquizar funda-se sobre o conflito infeliz de relações de força (ORLANDI, 1987, p 22) entre os protagonistas que ocupam o mesmo espaço de atuação dramática. Foucault (1971, p 44), a respeito disso, argumenta que “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com seus saberes e poderes que eles trazem consigo”.

O discurso de professor, portanto, uma vez que parte da escola, pretende mostrar-se assimétrico e autoritário (ORLANDI, op.cit., p 32), embora se julgue considerá-lo também como sendo, em parte, polêmico<sup>4</sup>, pois nem sempre o professor assume essa entidade infinitamente. Fora da escola e da sala de aula, os papéis, os discursos *podem* ser outros, transformam-se. Mas, enquanto ocupante desse espaço regulador, seu discurso se delineia caracteristicamente por alguns traços formais, que tendem fixá-lo como pedagógico, notavelmente voltado para o ensino ou como prefere falar Orlandi (1987) para o “inculcamento”.

Notam-se dois aspectos fundamentais no discurso pedagógico, os quais são explicados por Orlandi (op. cit., p. 28-31) sob o caráter da *meta-linguagem e apropriação científica* feita pelo professor. Caracteriza-se o discurso do professor metalinguisticamente pela insistência em definições do tipo “é porque é” ou “x é...”, dessa maneira, abusa-se no uso do verbo ser e, como marca da cientificidade, apaga-se o sujeito da frase, que passa a ser formulada nominalmente, além de que se voltaria mais a questões que encampam a cognição, a informação.

Em suma, compreendendo a função e atuação do universo escolar, chega-se ao que Orlandi (op. cit., p. 30) conclui: à escola atribui-se o papel de necessidade, de dever, e, em consequência disso, institui-se um conhecimento (saber) valorizado, legitimado.

Por outro lado, a mídia o que se pensa a seu respeito?

A veiculação renitente de informações, a interrupção aparentemente normal no curso da programação, os plantões de notícias, verdadeiramente, não há descanso em matéria de difusão de informações. Intriga-nos, entretanto, que essa repetição de atos, gestos, cenografia, enfim, diferentes naturezas de linguagens, implicam a sua própria dissensão. É como considera Silva (2002, p. 77), ao dizer que a mídia entrou para a “*lógica do crime*”: investigadora dos fatos, embora para isso se defenda com seu melhor ataque que é a transmissão ininterrupta de discursos, sem parar ao menos para ouvir, enfrentar a verdadeira alteridade.

A mídia age, em nosso ponto de vista, sob dois princípios: o da unidade e o da diversidade. Para Orlandi (1996, p. 16), ao mesmo tempo em que ela tem a capacidade de multiplicar os meios (seja pelo rádio, pela TV, por telefonia, pela internet e seu universo *on line*), ela homogeneiza os efeitos (uma vez que a fonte distribui as mesmas informações, o que configura seu dizer como “sempre já esperado”). E isso se torna evidente na prática telejornalística, quando se assiste um telejornal de uma emissora e o de outra, ou da mesma emissora em variados momentos do dia.

É justamente o que considera Bordieu (1997, p. 24) citado por Silva (op. cit, p. 78) “Desejaria dirigir-me para coisas menos visíveis, mostrando como a televisão pode, paradoxalmente, ocultar mostrando uma coisa diferente do que seria preciso mostrar caso se fizesse o que supostamente se faz, isto é informar”.

A TV em seu papel de mediação acaba por apagar-se diante da (re)produção excessiva de notícias, fazendo com que o imaginário que se tem a seu respeito atribua-lhe um caráter estritamente informacional. Com o TJ não ocorre diferente, pois é nesse espaço que a informação se legitima e assume seu caráter de conscientização e formação, embora Silva (op. cit.: 78) afirme que tais funções (informação, conscientização e formação) perderam seu respaldo mitológico, a partir do momento em que disputou o lugar da informatividade o entretenimento, para transformar-se numa disputa pela apresentação da “novidade” do “bombástico”.

No entanto, temos que admitir a relevância da mídia com relação ao ensino de língua, principalmente como forma de incentivo à oralidade, bem como a assunção que se faz da atualidade, tão cobrada em exames vestibulares, já que o aluno para escrever, precisa, no mínimo, saber do que está dizendo quando redige seu texto.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que toda crítica que se faz no que diz respeito à escola ou à mídia é insuficiente e também concorre para a precariedade analítica. Antes de tudo, refletir sobre os papéis desenvolvidos por ambas já é uma maneira de se satisfazer às condições de produção de discursos, como estes de professores.

### **3. ANÁLISE DOS RECORTES: A METALINGUAGEM E A HISTORICIDADE DOS SENTIDOS**

Nessa etapa analisaremos a fala de professores de língua materna e procuraremos explicitar seus mecanismos de funcionamento, bem

como sua implicatura para um ensino qualitativo. Estudamos o discurso pedagógico de uma escola estadual do município de Castilho, Estado de São Paulo, que serão designados por P1, P2 e assim por diante de acordo com os recortes selecionados para análise.

P1 é professor de Língua Portuguesa nas séries 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> do Ensino Fundamental e nas 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> séries do Ensino Médio. Em referência à questão “*Você acha o telejornalismo informativo? Justifique sua resposta*” P1 responde:

O telejornal é o meio mais democrático para as famílias brasileiras, pois ficam a par do que se passa no mundo. (Recorte 1)

Na fala desse professor fica devidamente explícito o enquadramento de seu discurso no âmbito pedagógico (ou ensino), por causa das marcas que emergem da materialidade discursiva. Assim notamos que “O telejornal...”, objeto do que se trata no discurso surge como sujeito e, na seqüência, seguido de definição “é o meio mais...”. Orlandi (op. cit., p. 30) garante que a definição “encobre os fatos”, retiram-nos das considerações do jogo discursivo. Quando o professor diz que o TJ “é”, atribui a si o estatuto de cientificidade, de poder e saber para poder afirmar tal coisa e definir conforme as condições que lhe permitem dizer.

Embora P1 se cerce de tal posição pelo efeito imaginário, efeito mesmo de ser autoridade representativa do espaço no qual circulam saberes, não tem controle sobre o modo como a exterioridade o interpela como sujeito ao se apropriar da língua para dizer.

Observamos isso quando P1 utiliza a palavra “democrático”, termo que em si resgata e tem apoio na exterioridade que a constitui numa série de discursos já fundados (interdiscursos): jurídicos, civis e políticos, inscritos na memória<sup>5</sup> dos acontecimentos historicizados. Não só os resgata como também os colocam dentro do espaço discursivo escolar, pois “palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes” Orlandi (op. cit., p.44). Isso corrobora o seguinte argumento: “A linguagem não é transparente, os sentidos não são conteúdos. É no corpo a corpo com a linguagem que o sujeito (se) diz. E o faz não ficando apenas nas evidências produzidas pela ideologia” (op. cit., p 54).

O tem lexical “*democrático*” tem sua raiz na História do Brasil. Trata-se de um movimento, *a priori*, que procurou aos poucos retornar o país a um estado de governabilidade pelo voto direto e a participação

popular, em confronto, por sua vez, ao regime ditatorial, instaurado aqui durante o segundo pós-guerra mundial.

Desse modo é que P1 acredita estar reproduzindo na linguagem a realidade, enquanto que seu discurso aponta para acontecimentos historicizados, isto significa que os sentidos são, portanto, efeitos, ou seja, produto de processos, em que “uma palavra fala com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória” Orlandi (op. cit. p, 43).

As formações discursivas e ideológicas, portanto, caminham numa dupla via entre o discurso político e pedagógico. No político o sentido de democracia pode até ser de “poder distribuído”, mas na prática cotidiana, esse sentido configura uma ironia. No âmbito pedagógico, a palavra em destaque significaria igualdade; é nessa transferência de sentido que trabalha a FD, como *o que pode e deve ser dito*, estabelecendo um diálogo com a ideologia, que não deixa de ser a de um assistencialismo, típica da política getulista dos anos 30.

Em um outro recorte procuramos analisar a fala de P2, professor que ministra suas aulas nas 6<sup>a</sup> séries do Ensino Fundamental e nas 1<sup>a</sup> séries do Ensino Médio. Diante da questão *Você acha o telejornalismo brasileiro informativo? Justifique sua resposta*, P2 nos fala da seguinte maneira:

O telejornalismo enfrenta hoje um problema: a falta de profundidade no conteúdo que exhibe. Destaca somente os acontecimentos do “momento” em rápidas matérias. Sem incorporar aos fatos uma quantidade suficiente de dados para realmente deixar o telespectador informado, o jornal faz o gênero do que exhibe muito, mas informa pouco. Os assuntos são tratados superficialmente. (Recorte 2, grifo de P2)

Apesar de não se notar na fala de P2 marcas exclusivas de definição (discurso pedagógico), o fato de o professor coloca-se como alguém que sabe, domina o assunto, assume o estatuto de cientificidade do que diz. Ou seja, o discurso não precisa ser necessariamente seu, mas materializa-se nesse tipo de texto justamente para tentar provocar certos efeitos de sentido, principalmente o da objetividade. Isso se deve a utilização da nominalização do sujeito “*O telejornalismo...*”, isto é, o sujeito não é um pronome do qual possa partir o discurso. Aí se encontra o seu apagamento.

Para Orlandi (2001) o sujeito de linguagem é afetado pelo esquecimento, mecanismo responsável pela produção de discursos, uma vez que se alicerça sob as idéias de uma possível autonomia do sujeito frente à possibilidade de dizer, como também a impressão de realidade com que o sujeito trabalha a relação pensamento-linguagem-mundo.

Dessa maneira o sujeito ao fazer funcionar a potência do discurso, jamais pensaria que o que fala não é seu mas do outro, sendo este outro um nó flexível que retorna ao presente, ao momento de enunciação, como algo *pré-construído*.

P2 ao dizer “momento” e entre aspas, traz nessa marca a presença de outros discursos que por ali dividem o espaço de possibilidade dos dizeres. Significa que, segundo esse professor, se o TJ foca acontecimentos do momento, deixa para fora de sua prática a possibilidade da memória arquivada, isto é, dos acontecimentos passados, esquecidos, que só retornam pela memória. Mas entendemos que é no resgate dos acontecimentos historicizados que o homem pode compreender seu presente, que o que acontece hoje é fruto de uma condição imposta de valores morais e ideológicos que perpassam a história dos sujeitos.

Certamente o bombardeio de notícias ultimamente tem repercutido muito nos valores e tradições deste novo século no qual a crise financeira estaciona e se amplia, em meio a escândalos de corrupção que rodeiam o partido de governo. A mídia, por seu lado, se vê fartamente alimentada e ansiada por dizer aquilo que acredita ser a verdade. Por isso, afirmamos com Orlandi que quando o sujeito traz para o discurso, por meio de itens lingüísticos, a materialização da história na língua, entendemos que:

O sujeito de linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundando em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia (2001, p.20).

Podemos analisar também, deste ponto de vista, na fala de P2, o item lexical grifado “informa” como um índice interdiscursivo, pois se, de um lado o TJ dá relevo à exibição de suas matérias, de outro lado pouco espaço oferece à veiculação de notícias. O que embasa o sujeito a dizer isso é a necessidade de todo discurso de se mostrar verdadeiro: sempre no TJ notícia e imagem caminham juntas justamente para quebrar qualquer tipo de alteridade com relação ao conteúdo informado, qualquer suspeita do público. Se bem que, como se trata de difusão de

discurso, não se deve dizer que há somente transmissão de informação, mas que há também um trabalho simbólico que fundamenta a relação dos sujeitos com o meio sócio-histórico, isto é, condições que satisfazem a ordem da situação de enunciação de determinados conteúdos televisivos.

Exibição e informação configuram, por sua vez, formações discursivas diferentes mas relativas. Enquanto uma representa o drama, o papel das imagens “provas documentais”, “flagras do cotidiano”, a outra é atributo da narração dos eventos, dos relatos, “da crônica” feroz de cada dia.

Assim, o sujeito age a maneira como acredita que deve se comportar um veículo de transmissão nacional, e nessa empreitada há nenhum controle, seja de consciência ou de sabedoria, sobre o sentido que se historiciza e passa a falar na ordem do significante e na dispersão do sujeito. Narração e drama são conteúdos literários que se imbuem na prática do ensino literário de uma instituição escolar, mas também é assunto que nos remete à prática jornalística da apresentação falada e imagética de telejornais.

No entanto, a ideologia da transparência coloca tudo a perder, em se tratando de informar e exhibir, o dizer é agressivo, pois o ato de informar tem relevância para o professor, já que “o discurso pedagógico se dissimula como transmissor de informação, e faz isso caracterizando essa informação sob a rubrica da cientificidade” (ORLANDI, 1987, p 29-30) e ainda “como o professor, na instituição, é autoridade convenientemente titulada, e como ele se apropria do cientista, dizer e saber se equivalem [...]” (ibidem: 31).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise e levantamento das práticas discursivas efetuadas por professores, tendo como foco a mídia e seu aparelhamento sofisticado de entretenimento, reforçamos que a linguagem é um processo no qual fazem funcionar discursos que se reúnem pelo inconsciente e pela ideologia, de um sujeito impossibilitado de ver que a materialidade que confecciona não é de exclusividade sua *a priori*, mas de processos de historicização de sentidos pela língua e pela história.

Nota-se que o discurso pedagógico se fundamenta exclusivamente pela apropriação científica, em que saber e dizer se equivalem; e que, por outro lado, eles acreditam na informatividade do TJ, mesmo

que a julguem precária e repleta de recursos cinematográficos (imagens em movimento).

Assim, podemos afirmar que na voz do professor fala uma voz do saber e auto-suficiente que faz que seu discurso se legitime como pedagógico, o que, na prática, não passa de uma ilusão de autonomia.

Por fim, acreditamos ter deixado claro que os sentidos não são e não estão somente ligados a literalidade, seu determinante é histórico, ou seja, atravessa o discurso por obra de um sujeito descentrado, interpelado tanto pela ideologia como pelo inconsciente.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Aluno do curso de Letras, bolsista PIBIC/UFMS, orientando da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vânia Maria Lescano Guerra (CPTL-UFMS).
- <sup>2</sup> Para a Análise de Discurso de linhagem francesa o sentido não está (fixo ao) no texto como na Hermenêutica, mas a contextos sócio-históricos que possibilitam o aparecimento do discurso (ORLANDI, 2001: 25-6), sua natureza é lingüístico-histórica, ou seja, entre marcas formais e formação social.
- <sup>3</sup> Não se trata da história em si, mas do modo como o sentido se historiciza através (no decorrer) do tempo.
- <sup>4</sup> Entenda-se por polêmico o discurso que se configura pelo controle da polissemia, em que o referente é disputado pela presença tensa entre interlocutores ao logo do discurso, também se pode pensá-lo como uma prática de resistência e de afrontamento (Orlandi, 2001: 87).
- <sup>5</sup> A memória de que tratamos em AD é também conhecida sob a rubrica de interdiscurso. Orlandi a define como *“aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”*. Ou ainda como *“o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”* (2001: 31).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BRANDÃO, H.H. Nagamine. **Subjetividade, argumentação, polifonia**. São Paulo: UNESP, 1998.
- FOUCAULT, M. **L'ordre du discours**, Paris, Gallimard, 1971.

ORLANDI, E.P. **A linguagem e o seu funcionamento**: as formas do discurso. 2ª. ed. Campinas (SP): Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 3ª. ed. Campinas (SP): Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Interpretação**; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996.

SILVA, Juremir M. da. *A morte do interlocutor*: por uma análise irônica da mídia. In: PRADO, J.L.A. (org.). **Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas**. São Paulo: Hacker editores, 2002, 77-82.

## ENTRE A TRADIÇÃO E A CRÍTICA: UMA LEITURA DOS PCN

Marlene Durigan<sup>1</sup>  
Janaina Nicola<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

O objetivo desse ensaio é apresentar as formações discursivas e ideológicas exploradas nos documentos oficiais do MEC, *PCN* e *Temas Transversais*, analisando, por meio da materialização lingüística e textual, o discurso político-educacional dos documentos, bem como as condições de produção influentes na criação dos textos, seus sujeitos e/ou autores (idealizadores), suas vozes, imagens e imbricantes da mudança política e da prática pedagógica-educacional proposta pelos Parâmetros. Este estudo se ancora ainda em alguns conceitos bakhtinianos a respeito da polifonia, ironia, intertextualidade, carnavalização, além de diferentes contribuições teóricas da AD acerca das noções de sujeito, identidade e interdiscurso, a fim de se exibir os embates que se revelam na análise dos Parâmetros e discutir aspectos do status da gramática normativa no ensino de Língua Portuguesa.

Também, como é do dever e da ordem da pesquisa a investigação, e, se nos for perdoada a falta ou a quebra da norma (assunto de

que também trataremos neste estudo no tocante às relações estabelecidas entre o português-padrão e não-padrão e às implicações do desejo e do poder, já apresentas por Foucault em dezembro de 1970, na aula inaugural no Collège de France (FOUCAULT, 1998), nos propomos, no decorrer das análises, apresentar as contribuições teóricas que mencionamos pensando esses conceitos hoje, a favor de uma *Linguística crítica* (evocando RAJAGOPALAN, 2003), de uma visada crítica na AD, uma vez que a busca da verdade, desde o século VI, com os poetas gregos, “tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (FOUCAULT, 1998, p. 18).

Do ponto de vista teórico, ancora-se a pesquisa nas contribuições da Análise do Discurso, particularmente a de orientação francesa, insinuando-se, em alguns pontos, a presença de Fairclough (2001), uma vez que os discursos e enunciados analisados inscrevem-se no âmbito da mudança social. Metodologicamente, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental, sem procedimentos de campo, partindo do pressuposto, corrente no meio acadêmico e patente nos PCN, segundo o qual esse ensino deve ser “democrático e cidadão”. Os resultados foram a comprovação do poder veiculado pela tradição e pulverizado nos leitores via “obra” e “autores” (autoridades) analisados, além da descoberta da tentativa do uso do discurso da inclusão que, fatalmente, faz que o texto e autores traiam-se a si mesmos (com permissão do pleonasmo) ao denunciarem o preconceito e o poder, contra os quais pretendem lutar, deixam-nos transparecerem, pois que inscritos em suas ideologias e investidas argumentativas. Conforme afirma Gnerre (1994), “a indicação de uma norma visa a reduzir a distância entre grupos sociais para uma sociedade de ‘oportunidades’ iguais; porém isso sustenta, ao mesmo tempo, o processo de constante redefinição de uma norma e de um novo consenso para ela”.

Talvez não seja muito extensa a distância entre verdade e legitimação, como não seja também muito difícil o alcance da compreensão de suas resultantes, isto é, de tudo o que externa os processos de eleição de idéias e cristalização de valores. Entendemos que a luta contra a discriminação ou a investida a favor da igualdade revela não apenas o desejo de se firmar como igual, mas como único e verdadeiro: toma-se uma posição quando se acredita que ela seja acreditável. O que se desvenda é, enfim, a denúncia que prevê os ouvintes e os situa numa posição de escolha que nem sempre é livre; é antes, o assujeitamento às estratégias mais bem elaboradas. A linguagem enquanto discurso não constitui apenas um complexo sistema que tende

à comunicação; a língua é muito mais que um idioma a partir do qual seus falantes se encontram e firmam uma nacionalidade:

A língua é muito mais que um simples código ou um instrumento de comunicação. Ela é [...] uma bandeira política. [...]. E, como no caso das demais bandeiras políticas, constitui-se em um símbolo e está sempre sujeita à exploração engenhosa por parte daqueles que sabem usá-la em prol de interesses obscuros e inconfessáveis. (RAJAGOPALAN, 2003, p. 93).

## 1. NOÇÕES SOBRE DISCURSO, FORMAÇÃO IDEOLÓGICA, FORMAÇÃO DISCURSIVA E SUJEITO

Os estudos lingüísticos, a partir da década de sessenta, foram abalados por uma nova tendência que revisitaria a problemática saussureana entre *língua* e *fala* e, para a surpresa de lingüistas disciplinares e disciplinados, desconstruiriam (que o diga Derrida) os rumos da análise da língua enquanto sistema, visando às abordagens da linguagem, agora processo: com toda licença e respeito aos de então, eis a *Análise do Discurso*.

As perspectivas das abordagens e pesquisas se alargam e ocorre que a linguagem não mais representa a pura aplicação da língua, a parte prática do processo da comunicação ou um conjunto de sistemas e seus respectivos significados combinados, mas, antes, a manifestação particular de seus sujeitos produtores, o lugar de inscrições ideológicas e conflitos. Com efeito, o *entre-lugar* é onde se dá o acontecimento discursivo. O discurso se situa entre o homem e sua realidade, interligando-os; permitindo a interação de sujeitos ou grupos. E o fenômeno da linguagem, abstraído do entrelaçamento do lingüístico e do extralingüístico, passa a ser o objeto de estudo de novas abordagens, entrecruzando-as. Pode-se dizer, a partir dessa noção, que a competência discursiva dirá respeito então à capacidade do sujeito de ler a si e ao outro, e podemos pensar que, mais que no *entre-lugar*, o discurso reside paradoxalmente no *não-lugar*, na ausência ou na falta de critérios e regularidades.

Dessa maneira, o que se deve avistar e o que queremos tratar neste estudo não é somente o que se diz, para quem se diz, de onde se diz e muitas outras micro questões que são levantadas e, sem que se perceba, recuperam a sistematização retrocedendo os estudos, normatizando-os. O que importa é entender, antes, o como os sujeitos estão articulando essas questões no seu discurso, a gradação com

que tomam consciência da implicação de saber suas respostas e a frequência do aparecimento ou descoberta destas nos acontecimentos de fala; bem como a maneira que se dá isso nos discursos; como e através de que meios isto se representa na enunciação. Enfim, o como os sujeitos da enunciação estão “narrando” ou “representando” o mundo de que falam e o contexto no qual se inscrevem (e interagem), fundando e (des)mascarando as estratégias discursivas e de enunciação. No caso deste trabalho, na análise dos PCN, busca-se o “como” o discurso dos PCN está lendo os parâmetros da tradição e da inovação; o “como” se articulam nesse discurso os discursos precedentes da tradição e da mudança.

É preciso esclarecer, contudo, que não se trata aqui de virar as costas à teoria e aos estudos já oferecidos - bem se sabe que dependemos de partir de algum ponto para contrastá-lo a outro ou estendê-lo na sua própria perspectiva -, mas sim de acrescentar-lhes (outras) inquietações. O que queremos dizer é que os conceitos já elaborados devem ser revisitados sim (como fortes contribuições que realmente são), mas acompanhados de uma atualizante e constante releitura, para que se alcancem resultados relevantes e as análises progridam com a contribuição destes. Estes devem ser tomados ou considerados como base, como ponto de partida, mas não podemos concordar em simplesmente reproduzi-los sem refletir sobre sua aplicação hoje; sem acompanhar as mudanças e as transformações que o tempo reclama. Não mais. O diálogo com o anterior tem de ser feito ou realizado criticamente; caso contrário, não passa de mera repetição e não nos permite novos olhares.

Dizemos isso porque a nação e a cultura são sujeitos do discurso; os estudos estão acontecendo e seriam sem significação se isso não se percebesse; a *Crítica* deve sua origem a esses diálogos e as descobertas também se devem à *crítica*. Cabe questionar: de qual discurso partiremos para compreender a realidade cultural sobre a qual se inscrevem os discursos e a partir da qual se projetam outros? De que nos valeremos para apreender as justificativas ou implicantes na estruturação e formação discursiva?

Naturalmente, será então na instância discursiva que se encontrará a configuração ou o desenho (ainda que esboço) de toda a formação do sujeito, de suas ideologias e intenções, das condições nas quais são produzidos os enunciados:

A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a lingua-

gem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente (na medida em que está engajada numa intencionalidade) e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia (BRANDÃO, 1993, p. 12).

Ora, se todo ato enunciativo ou de fala (realização da linguagem) se inscreve, no mais, num tempo e num espaço, o discurso será então apresentação: uma asserção social, cultural e política. Evidentemente, toda análise de um discurso deve compreender as implicações desses fatores. Assim, é necessariamente o discurso o local onde se articulam os processos ideológicos e os fenômenos lingüísticos, numa constante harmonia ou tensão.

Oportuno seria também, dito isso, ressaltar que nenhum discurso pode ser analisado isoladamente, uma vez que, como já afirmamos, estabelece constantes relações. Isso significa dizer que todo discurso ou enunciado dialoga com outros e, além disso, não se inscreve sobre uma página branca, pois se constitui num espaço que já se encontra saturado por outros discursos:

Todo enunciado se encontra assim especificado: não existe enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, apoiando-se neles e se distinguindo deles: ele se integra sempre em um jogo enunciativo (FOUCAULT, 1969, p. 124).

Em virtude de tudo isso é que o discurso pode ser entendido como resultado ou acontecimento histórico, social, cultural, ou mesmo político; sua produção ou realização não se faz senão num contexto responsável por sua formação (por sua elaboração) e pelo efeito que pode intencional ou inconscientemente obter.

## 2. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

A fim de que se compreendam as implicações e resultantes das condições de produção, pensamos no discurso como *representação*, como atuação enunciativa. Isso significa dizer que no “teatro” discursivo as ações são estabelecidas e se desenvolvem por força de um complexo atuacional que envolve: a) fatores e pessoas visíveis: personagens (sujeitos), lugares (cenários), e momentos (cenas); e b) “colaboradores” não explícitos, mas responsáveis no processo atuacional: diretor,

(orientador, comandante), sonoplastia (responsável pelo estabelecimento do clima, da tensão, do drama, do cômico, enfim, da situação ou circunstância dada), e todo o externo ao palco (ao acontecimento enunciativo) representado pela equipe técnica (aqueles que estão atentos a todas as ocorrências durante a ação e que devem garantir a segurança e bom desenvolvimento da trama). A soma de todos esses fatores resulta na peça apresentada.

Courtine (1981) transforma as condições de produção em simples circunstâncias, nas quais os “sujeitos do discurso” interagem-se e constituem a origem de relações discursivas das quais são o portador ou o efeito. No âmbito discursivo, as condições de produção operam como as relações interpessoais condicionadas pela situação ou momento sócio-histórico-cultural. Temos, na situação enunciativa, um emissor que fala a um destinatário a respeito de um referente, sistematicamente. O “como” falar, o que deve ou não ser dito, a escolha do léxico ou vocabulário e, mais, a articulação consciente ou imposta desses fatores, a manipulação e apreensão da estruturação ou estratégia discursiva fundadas nessas implicações, são ordenados por aquilo que as circunstâncias impõem aos falantes; pelo contexto que os envolve (sujeitos e discursos) e no qual se inscrevem, operando como uma força nem sempre visível, porém presente no discurso, de modo que este será conduzido pelas indicações das condições nas quais são produzidos os discursos e/ou enunciados para que a atuação discursiva seja bem sucedida.

Jakobson (1963, p.214) apresenta um esquema “informativo” da comunicação no qual os protagonistas do discurso são colocados em cena junto aos seus referentes para que se possam compreender as condições históricas da produção de um discurso. Ele faz isso porque o sujeito discursivo é um sujeito marcado e sua fala é refratária dessas esfoliações. Dizer isso, compreenda-se, é dizer, mas não somente, que os discursos são produzidos por sujeitos que: 1) ocupam um lugar; 2) que falam de (ou em) algum lugar; e 3) falam para alguém (os interlocutores ou destinatários (concretos, imaginados ou imagináveis, todos possíveis)). Dizer isso é dizer que se pode ver nos protagonistas do discurso não somente os sujeitos falantes, mas a figurativização de um produto moldado e uma representação de lugares (encontrados ou pretendidos). Já a relação desses, ou seja, a consciência dos lugares e indivíduos, é elaborada a partir de “formações imaginárias” que implicarão, por sua vez, as imagens que as pessoas do discurso fazem de si mesmas e do outro; fazem do seu lugar e do outro, a fim de que se fundem as estratégias discursivas.

Essas estratégias dirão respeito à adequação de todos os operantes do discurso, dos fatores intra e extra discursivos que ressaltam na enunciação: o que é dito deve ser dito de determinada maneira, para determinada pessoa (ou público), em determinado momento (época, momento histórico), num determinado contexto (condição social e cultural). O “aconselhamento” desses atuantes tende ao êxito, ao sucesso discursivo, que, em AD, chamamos *enunciação feliz*, ou seja, bem sucedida.

O sujeito, enfim, não é simplesmente aquele que fala, mas um locutor subjetivo que enuncia posições e lugares; é aquele que realiza a língua. É o sujeito um ser marcado espacial e temporalmente; é, portanto, essencialmente histórico; é representação histórica de falas e ações, é acontecimento e registro social.

### 3. QUANTO ÀS IMAGENS

Partindo da premissa segundo a qual “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÉCHEUX, 1995, p. 161), tratamos aqui das representações que se estabelecem nas elaborações discursivas (e ideológicas), junto às condições de produção dos discursos, que resultam na conceituação de imagem e significam (permitem significações) na constituição dos sujeitos. Dessa maneira, pode-se dizer que os discursos oferecem um campo no qual as “aparições” ideológicas funcionam como representantes daquilo que faz que o sujeito se torne quem é (ou quem pensa ser) e elabore as mesmas (ou outras) impressões daqueles (meio e sujeitos) com os quais se relaciona (ou pretende relacionar-se).

Parece claro dizer que nem sempre esses processos de elaborações “espontâneas” se fazem livres, ou seja, que muitas das vezes as representações referidas, silenciosamente, ordenam as formações que antecedem os acontecimentos discursivos, realizando a existência dos sujeitos-falantes, uma vez que esses sujeitos são interpelados como tais, em suas formações discursivas, por formações ideológicas que lhes correspondem (a sujeitos e discursos). Posto isso, faz-se importante pensar que as ocorrências de imagem nos discursos dizem respeito ao **entendimento** dos sujeitos a respeito de si, do outro, do meio, do mundo, da relação destes e da sua relação com estes. As imagens, no discurso, implicam as significações do que as condições de produção (todas) e as formações ideológicas permitem (ou orde-

nam) a esse falante, remendo ao que Pêcheux chama de “forma sujeito”: o sujeito que é afetado pela ideologia.

É preciso considerar, assim, nos estudos das imagens, as representações que envolvem o destinador A, o destinatário B, o referente R e o código comum a A e B. Essas representações manifestas no processo discursivo e que dizem respeito às imagens embutidas nas elaborações de fala (ou enunciativas) conferem ao sujeito-falante a possibilidade de construir um discurso feliz (ou infeliz) que envolverá algumas questões entre as quais sugerimos 12: 1) quem é A para falar assim a B?, 2) quem é B para que A lhe fale assim?, 3) de que falam?, 4) com qual intenção falam?, 5) de onde se fala?, 6) para onde se fala?, 7) de que modo é falado?, 8) a partir de que ou com base em que se fala?, 9) quais são as motivações que levam A a dizer a B sobre R de maneira Y?, 10) quais são as antecipações que A faz com relação a B e a R para lhe/o falar?, 11) o que A pensa que B pensa de A? e 12) o que A pensa que B pensa de R?.

Ao contrário de afirmar que o saber discursivo torna possíveis dizeres que retornam sob a forma de pré-construído, ou que os discursos dizem pela primeira vez aquilo que já havia sido dito - no sentido de se existir um discurso-primeiro do qual originariam outros marcados “geneticamente” pelas características “criadoras” -, preferimos dizer que os discursos repetem incansável e exaustivamente a probabilidade de construir ou fazer novo; neste caso, os discursos significariam sempre progressões (o que é muito mais proveitoso). Não estariam como forma de já-dito ou não-dito, mas sempre como a possibilidade de se dizer. É sensato saber, no entanto, que os discursos dialogam entre si; que é impossível a existência de sujeitos despregados do (e no) mundo; que estabelecemos relações e pensamos a partir de um complexo que nos é herdado (nem sempre escolhido). Isso, porém e portanto, não pode significar que não seja possível transformar, desconstruir ou encadear sobre o que já está dado; previamente contido, mas imprevisivelmente abstraído e possível.

#### 4. SOBRE OS PCN

O discurso político-educacional dos PCN - político porque veiculado por instâncias às quais são delegados poderes e autoridades quanto às decisões e rumos da educação; educacional porque tem como objetivo a educação e o saber veiculado por ela - configura-se como uma rede heterogênea de discursos cujos fios se entrelaçam e se transformam, remetendo às vozes da ciência, da política, da publicidade, da pedagogia, da história.

Essas vozes, juntas, parecem produzir um efeito de sentido de verdade que nasce de (e é influenciado por) enunciados assertivos, veridictórios e convictos, que marcam a materialidade lingüística do discurso em questão: um discurso em que sobressaem as relações de poder e em que se entrevêm as marcas de submissão. As condições de produção desse discurso - situadas na convergência do lingüístico com o ideológico, o histórico e o social - envolvem os (inter) locutores e as imagens pressupostas, implicando, assim, uma relação necessária entre a materialidade lingüística e a materialidade social e imbricando as formações ideológicas (atitudes e representações diretamente ligadas à posição “de classe”) e as formações discursivas.

Isso significa, por um lado, que as modalidades enunciativas são determinadas pelo que pode ser dito nesse momento histórico-social e, por outro, que a materialidade do discurso apresenta-se em conformidade com as práticas institucionais em vigor, uma vez que cada “teoria educacional” - como forma de afirmação política que é - está intrinsecamente relacionada aos fatos políticos e sociais. (FOUCAULT, 1999, p. 60)

Na ordem da esfera política, a análise das condições de produção dos PCN remete ao momento histórico-social referente aos três últimos anos da década de 90 e aos quatro primeiros anos do século XXI. No mundo, ressalta-se o progressivo domínio científico-tecnológico e cultural dos países industrializados e a globalização; no Brasil, um governo que prega a qualidade dos serviços, a justiça, a liberdade, o respeito e a participação de todos à humanização do processo educativo. O que se sobressai são as imagens de mudança, pela voz do Estado (os representantes do MEC) e da ciência (os professores universitários), pelas vozes do político e do científico. Representantes de um poder-saber reconhecido, aceito e institucionalizado, estabelecem os objetivos, as necessidades, os limites e falam para os professores do ensino fundamental, propondo um trabalho democrático, em equipe: o governo criou um espaço e uma integração (participação igualitária), sem autoritarismo e sem preconceito.

Nos fragmentos selecionados para a análise, observa-se, em primeiro plano, o discurso da promessa: a promessa de um ensino ideal sob o signo do progresso:

Os **Parâmetros Curriculares Nacionais** foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Com isso, pretende-se cri-

ar condições nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania. (BRASIL, 1998, p. 5)

A imagem do (novo) ensino desloca-se da falta (passado) para a presença (futuro), mediada pela ação, pelo trabalho e pela solidariedade:

Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito. (BRASIL, 1998, p. 7)

Configuram-se propostas de mudança não só de prática pedagógica, mas também política: a execução das **ordens** contidas nos **parâmetros** teria o poder de moldar o indivíduo para que este se torne “mestre do seu próprio destino”, emancipando-se:

[...] Pela linguagem os homens e as mulheres se comunicam, têm acesso à informação, expressam e defendem pontos de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura. Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de contribuir para garantir a todos os alunos o acesso aos saberes lingüísticos necessários para o exercício da cidadania. (BRASIL, 1998, p. 19).

Em segundo plano, surge uma perspectiva ancorada na visão sócio-interacionista da aprendizagem: o aprendiz (aluno) é um sujeito consciente, agente capaz de agir no mundo social, transformando-o e transformando-se, graças à “educação emancipadora” proposta no documento oficial:

Procurando desenvolver no aluno a capacidade de compreender textos orais e escritos e de assumir a palavra, produzindo textos em situações de participação social, o que se propõe a ensinar os diferentes usos da linguagem é o desenvolvimento da capacidade construtiva e transformadora. (BRASIL, 1998, p. 41)

Ocorre, então, que o texto também se trai e a materialidade lingüística deixa resvalarem as emergências do poder, mascaradas por um discurso democrático e igualitário: algumas vozes emergem, deixando transparecerem as verdadeiras condições de produção:

[...] as atividades curriculares em Língua Portuguesa correspondem, principalmente, a atividades discursivas: uma prática constante de escuta de textos orais e escritos, que devem permitir, por meio da análise e reflexão sobre os múltiplos aspectos envolvidos, a expansão e construção de instrumentos que permitam ao aluno, progressivamente, ampliar sua competência discursiva. (BRASIL, 1998, p. 27)

Esse enunciado traduz a expressão da imposição do poder embutido no documento, de modo a orientar (professores e alunos) e moldá-los ao projeto; às “propostas” (leis). Contraditoriamente, a liberdade discursiva e a inserção social sofrem as amarras do controle e da restrição implicantes no seguimento das ordens estabelecidas nos Parâmetros; podemos notar a que **devem** corresponder as atividades em Língua Portuguesa e o que **devem** permitir aos alunos. Os professores recebem o “aviso” e a voz da academia entrelaça-se à do poder político. É a ilusão da democracia; a ilusão da verdade, do progresso e da inclusão social, porque, no próprio título do documento, surgem os temas da prescrição e do controle do Estado. Ainda nesta perspectiva, importa lembrar que o documento inicia-se com uma carta de político (o então Ministro da Educação), em que se procura envolver o leitor, seduzindo-o, e argumentando a favor do conteúdo e do seu valor de verdade, de modo a apagar resistências.

Dados esses antecedentes, podemos pensar em até que ponto os PCN democratizariam as relações sociais escolares, tornando indivíduos em sujeitos cidadãos. Monta-se todo um projeto que acaba por reafirmar a hierarquia, as regras e a tradição. A ferramenta de democratização utilizada são ainda os valores e o status que a gramática padrão oferece e a linguagem culta parece operar como o pó de Pirlimpimpim capaz de transformar os falantes “não-padrões” em sujeitos dignificados (e humanizados) pelo poder do domínio da norma, que liberta e emancipa os indivíduos em direção à cidadania e à participação social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendemos com este trabalho exibir uma leitura crítica dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Apresentamos os diálogos estabelecidos no texto e abrimo-nos a interpretações que fizeram que emergisse, na materialidade textual, as imbricantes do poder, do preconceito lingüístico, do ensino, das ideologias e imagens, entre outras construções atuantes nas produções discursivas. Buscando contribuir com

as reflexões referentes ao estudo da linguagem, permitimo-nos discutir algumas noções cristalizadas nos estudos discursivos, manifestando-nos com relação a estas e abrindo espaço a futuras discussões.

## NOTAS

<sup>1</sup> Professora doutora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

<sup>2</sup> Graduanda do curso Letras da Universidade federal de Mato Grosso do Sul.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 7.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/ SEF, 1998.

COURTINE, J.J.; Marandin, J-M. Quel object pour l' analyse du discours? In **Matérialités discursives**. Lille, Presses Universitaires de Lille, 1981.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio.4.ed. São Paulo: Edições Loyola,1998.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber** (trad. de L.F. Baeta Neves). Petrópolis: Vozes, 1971 (Título original: L' archéologie du savoir, 1969).

\_\_\_\_\_. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

HAROCHE, Cl.; HENRY, P.; Pêcheux, M. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. **Langages** nº 24. Paris, Dider-Larousse, 1971.

JAKOBSON, R. Lingüístic et poétique. In: **Essais de Lingüistique générale**. Paris, Ed. Minut, 1963.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e o seu funcionamento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni P. Orlandi [ et al]. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma lingüística crítica**: linguagem, identidade e a questão Ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

# **TRABALHO SOCIAL: CONHECENDO AS AÇÕES DO PROGRAMA SENTINELA**

Anízia Aparecida Nunes Luz<sup>1</sup>

## **APRESENTAÇÃO**

Este estudo sustenta-se no conhecimento e descrição das ações realizadas pelo Programa Sentinela destinado ao atendimento especializado que garante direitos e acesso aos serviços de assistência social às famílias e às crianças e/ou adolescentes quando vítimas de abuso ou exploração sexual. Busca-se evidenciar a importância de que educar para a cidadania pressupõe momentos de reflexão sobre a sociedade a qual apresenta, atualmente, problemas relacionados à violência nas mais diferentes formas, como: exclusão aos direitos básicos de uma vida digna, fome, miséria, desemprego, abuso ou exploração sexual etc, e também a necessidade de unir esforços na elaboração e desenvolvimento de ações em parceria entre programas sociais e educação. Constata-se, contudo, que este procedimento pretendido é, ainda, um longo caminho a ser percorrido.

## INTRODUÇÃO

A educação para cidadania encontra sentido quando se constitui como decisão política<sup>2</sup> enquanto expressão prática da reflexão e conscientização da luta pela transformação da sociedade, a qual, às vezes, caracteriza-se sob várias formas de violência<sup>3</sup>, tais como: *violência estrutural; negligência; maus tratos físicos; maus tratos psicológicos; e abuso sexual* (Secretaria de Estado de Assistência Social, Cidadania e Trabalho, 2001, p. 11).

Entendo que educação para a cidadania representa exercício de plenos direitos e deveres constitucionais, sociais, culturais e pessoais, ou seja, respeito às leis, ao próximo e a si mesmo, condições de vida digna com acesso e garantia de saúde, educação, trabalho e lazer. Aqui se faz necessário lembrar que nas palavras de Freire (1995, p. 45): “[...] cidadão significa indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado e que cidadania tem que ver com a condição de cidadão, quer dizer, com o uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadão”.

Acredito que por meio do conhecimento crítico do homem como ser histórico, de reflexão e da busca pela humanização adquire instrumentos viáveis de luta capaz de levar a conquista da transformação da realidade posta, ou imposta. Humanização que segundo Freire (1981, p. 32) “[...] constitui-se de uma luta incessante do homem enquanto ser histórico na busca de sua liberdade sem perder a sua generosidade”. O homem quando consciente de sua situação de agente que constrói e transforma o mundo, sua realidade se identifica como cidadão.

Assim, neste trabalho, o objetivo, inicial, é descrever as ações desenvolvidas pelo Programa Sentinela frente alguns fenômenos que se apresentam na sociedade e, que às vezes, eclodem nas salas de aula. Contudo, tal situação nem sempre é percebida ou mesmo compreendida por nós, professores, talvez por ignorarmos o fato, ou por medo de não sabermos tratar do assunto como se deve.

Meu interesse em conhecer o Programa Sentinela surgiu no ano de 2001, quando atuava como professora da 4ª série do Ensino Fundamental em uma escola da Rede Municipal de Ensino em Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul, onde uma aluna da respectiva sala de aula tinha sido vítima de abuso sexual, fato que me chamou a atenção e passei, então, a questionar o meu compromisso profissional com o desenvolvimento intelectual, emocional e social de cada aluno.

No ano de 2003, me propus a conhecer um projeto social desenvolvido em parceria entre prefeitura do município de Três Lagoas

com o Governo Federal: Programa Sentinela, o qual atende crianças, adolescentes e familiares vítimas da violência na forma de abuso e/ou exploração sexual.

O referido Programa apresenta uma “proposta” metodológica inspirada na perspectiva de articulação entre projetos sociais, escola e outra instituição que tenha interesse comum, como a exemplo o Conselho Tutelar que também procura desenvolver ações voltadas para o social que, portanto, dê prova de credibilidade, intervenção e construção de valores.

Assim, faço a seguinte questão: **É possível viabilizar a integração da educação ao conjunto das políticas sociais?**

Parto de uma questão que surgiu pela inquietude e inexperiência do momento vivido e, desenvolvo-o por meio de entrevistas e análise documental. Como a pesquisa não supõe uma análise fundamentada em idealizações, pretendo conhecer/compreender as ações desenvolvidas pelo já citado Programa Sentinela em relação a violência contra crianças e/ou adolescentes que participam, no dia-a-dia, do cotidiano escolar.

## 1 – VIOLÊNCIA E PROGRAMA SENTINELA

Em uma sociedade onde parte da população vive sob alguma forma de exclusão aos bens sociais, econômicos, sendo marcada pelas desigualdades estruturais, situações de injustiça e violência física ou psicológica, é indispensável a atuação de um órgão governamental no apoio de projetos sociais que forneçam uma “assistência” e/ou solução aos problemas emergenciais, mas, que também possibilitem ações para o desenvolvimento da capacidade de emancipação e conquista da cidadania.

Isto se justifica nas palavras de Freire (1996, p. 66): “O que importa realmente, ao ajudar-se o homem é ajudá-lo a ajudar-se [...] É fazê-lo agente de sua própria recuperação [...] pô-lo numa postura consciente crítica diante de seus problemas”.

Tendo em vista o trabalho contra a violência na forma de abuso e exploração sexual sofrida por crianças e/ou adolescentes, o Governo Federal criou as *Diretrizes Gerais para o Programa Sentinela*, buscando ser parceiro de algumas prefeituras que já faziam atendimento nesse sentido por meio de ações desenvolvidas pelo Conselho Tutelar. Criando, assim, uma rede de interação entre justiça, saúde e prefeitura a qual precisou coletar dados referentes a

casos específicos de violência para que o Programa fosse implantando no município.

No contexto da política social, de âmbito emergencial, o Programa Sentinela se apresenta como um conjunto de ações de assistência social, de natureza especializada que atende a família, a crianças e/ou adolescentes de até 18 anos de idade, vítimas de abuso e/ou exploração sexual. Possui 14 funcionários, sendo: coordenador, psicólogo, educadores, agentes de serviços gerais, motoristas, vigia e assistente social.

A base física do Programa Sentinela é chamada de Centros de Referência. No município, ela localiza-se a rua Paranaíba, 187. São desenvolvidas ações especializadas de atendimento e proteção imediata a família, a criança e/ou adolescente que por ventura tenham sofrido algum tipo de violência na forma de abuso e/ou exploração sexual.

De acordo com o documento do Programa Sentinela (2001, p. 14), os serviços desenvolvidos nos Centros de Referência são:

- serviços de abordagem educativa às crianças e aos adolescentes explorados sexualmente nas ruas ou pelas redes organizadas;
- atendimento multiprofissional especializado para crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual e seus familiares;
- serviço de apoio psicossocial a grupos de famílias vitimadas sexualmente;
- acompanhamento permanente dos casos atendidos no Centro junto à rede de serviços, família e comunidade;
- abrigo por 24 horas, quando necessário etc.

Suponho que a luta por uma vida digna seja conquistar bem mais do que a satisfação das necessidades básicas, porém uns poucos têm estas e outras necessidades satisfeitas, enquanto que uma parte nem sabe que tem direitos aos direitos essenciais aos seres humanos. Direitos como alimentação, saúde, educação com qualidade, segurança se tornam o desafio a ser alcançado pelas políticas públicas e sociais.

Assim referenda o documento do Programa Sentinela (2001, p. 5):

Na realidade na vida das crianças e dos adolescentes abusados ou explorados sexualmente constata-se um outro tipo de violação, caracterizada pela ação ou omissão das famílias, da sociedade e do poder público, que respectivamente agem ou deixam de agir sob os

argumentos dos costumes, da fragilidade do aparelho público e do nível de organização das redes de exploração.

A política social toma como base a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Orgânica da Assistência Social e dos Direitos da Criança e Adolescente, os quais estabelecem o dever da família, da sociedade e do poder público em garantir o atendimento e proteção das crianças e ou adolescentes vítimas de qualquer crueldade, abuso ou exploração (cf. PROGRAMA SENTINELA, 2001).

Por meio de entrevista com a coordenadora e posteriormente com a psicóloga do Programa Sentinela foi possível constatar, o atendimento a 117 crianças e/ou adolescentes vítimas de violência na forma de abuso e/ou exploração sexual e, também, levantar os seguintes dados:

1) Quanto ao atendimento e ações desenvolvidas por profissionais que atuam no Programa Sentinela:

- oferecem atividades psicopedagógicas e viabilizam intermediações que facilitem às crianças e/ou adolescente, vítimas de abuso e/ou exploração sexual, acesso aos direitos sociais, encaminhando, quando for o caso, aos serviços que compõem a rede de atenção integral às crianças e/ou aos adolescentes (Conselho Tutelar, atendimento médico e Justiça);
- promovem e articulam a implementação de ações de geração de renda, com vistas ao fortalecimento e à busca da autonomia das famílias, integrando-as a Programas como PRONAGER, PRONAF e outros;
- promovem palestras, reuniões e ações voltadas ao protagonismo infanto-juvenil, a exemplo:
  - a) curso de formação de crianças e adolescentes para atuarem como agentes de direitos em nível local. (conhecer e identificar problemas para atuar na própria comunidade);
  - b) debates com crianças e adolescentes sobre o ECA e a violência sob a forma do abuso e exploração sexual;
  - c) programa de arte-educação, incentivo à criatividade e a espontaneidade e a participação de representantes jovens em todas as instancias colegiadas de formulação, controle e gestão das políticas públicas para a infância e a adolescência, em todos os níveis.

## 2) Quanto às dificuldades em relação às barreiras impostas pelas famílias:

- às vezes a mãe da criança e/ou adolescente acaba acobertando o crime (violência sofrida) por medo de represálias do marido, por medo de enfrentar dificuldades financeiras e ou até por vergonha dos parentes e/ou vizinhos;
- os estupro, em sua maioria, são incestuosos;
- há casos de familiares que além de acobertar, aceitam e até incentivam a exploração sexual. Como foi citado o exemplo de uma mãe que produzia roupas femininas para seu filho se prostituir nas ruas, pois o mesmo voltava com uma soma considerável para casa.

## 3) Quanto as dificuldade impostas pelas barreiras sociais:

- algumas pessoas não se queixam das agressões sofridas, ou mesmo, algumas mães não denunciam as agressões sofridas pelos seus filhos pela vergonha e medo do preconceito que os violentados sofrem, às vezes sendo taxados, pela sociedade, como culpados;
- dentre aqueles que se queixam alguns acabam por retirar a queixa, às vezes por sofrer represálias do agressor e/ou às vezes por não agüentar a pressão dos “falatórios” infringidos contra eles;
- promiscuidade freqüente entre grupos de crianças e/ou adolescentes. Eles acabam por gostar tanto da situação que mesmo contraindo Doenças Sexualmente transmissíveis (DST) não se cuidam na hora do ato sexual e, apesar de terem atendimento médico e serem aconselhados por este profissional voltam para as ruas à procura de outros parceiros;
- Uma vez nas ruas fica muito difícil a atuação do Programa que não possui condições de custear todas as necessidades econômicas da criança e/ou adolescente e, até mesmo da família, assim ela prefere ser explorada sexualmente, isto para ela é visto como uma forma de sustento.

De acordo com as entrevistadas, a exploração sexual é um dos fatores mais complicados para a atuação do Programa Sentinela, pois em sua grande maioria reverte em lucro para quem a organiza (aliciador), bem como para a família da criança e/ou adolescente que acaba encontrando, nessa prática, meios de conseguir sustentar a si próprio e a sua família, obter bens de consumo e até manutenção de possíveis vícios.

Tais fatores são, também, como evidencia a psicóloga do Programa, incentivadores da promiscuidade entre grupos de crianças e/ou adolescentes que mesmo sabendo dos riscos para sua saúde acabam cedendo aos prazeres que, supostamente, encontram no ato sexual.

#### 4) Dificuldades impostas por alguns professores:

- há barreiras impostas por alguns professores que se apresentam sob a forma de conceitos, instituídos socialmente, os quais impedem a aceitação da criança e/ou adolescente vítima da violência sexual;
- alguns professores não levam em consideração a grande diversidade social, cultural e econômica que se apresentam na própria sala de aula e, na maioria das vezes, contextualizadas pelos alunos. Estes profissionais acreditam, ainda, que o conteúdo está desvinculado da realidade atual.

Outro fator destacado na entrevista diz respeito à mídia, que segundo a coordenadora do Programa Sentinela, transmite muitas informações sobre amor, sexo, sexualidade, amizade, lealdade, responsabilidade, etc, as quais não são devidamente discutidas em conversas familiares. Contudo, tais assuntos surgem na escola sendo necessário a integração dos mesmos com os conteúdos a serem ministrados pelo professor.

Neste sentido, as propostas educativas têm sido amplamente analisadas e criticadas, tendo-se em vista a formulação de um projeto de educação que se posicione em relação as obrigações sociais do Estado, à organização do sistema nacional de ensino e aos temas mais recorrentes da questão social como: violência na forma de abuso sexual e/ou exploração sexual, miséria, fome, desemprego etc (cf. LIBÂNEO, 2001, p. 77).

Acredito na elaboração de um projeto educacional que vise as questões sociais mais aparentes para integrá-las, sistematicamente, aos conteúdos de ensino, possibilitando orientar os alunos tanto na parte cognitiva, quanto em relação à vida, construindo novas aprendizagens por meio de ações cotidianas contextualizadas.

Em relação ao seu papel, ensinar e educar para a vida, as escolas precisam ampliar seus intercâmbios com a comunidade, com seus funcionários, com as famílias, com empresas e outras instâncias profissionais, governamentais e não governamentais. Redescobrir sua

identidade socializadora e, desenvolvendo ações entre as partes que a integram com o mundo que a rodeia.

## 1.1 – AS DIMENSÕES DA VIOLÊNCIA

A violência sexual sofrida por crianças e/ou adolescente não se restringe a grupos exclusivos, a determinadas cidades, estados ou regiões. Está presente em toda sociedade e em todas as áreas. Trata-se, portanto, de um problema de ordem mundial.

Silva e Stanisci (2000, p. 14) esclarecem que: “[...] por ser ilegal, clandestina e em grande parte doméstica, a violência contra crianças é um fenômeno ainda pouco visível e difícil de ser quantificado”. Por isso, acredito que as pessoas precisam sentir credibilidade em um sistema que os apóie legal e psicologicamente encontrando, dessa forma, força e coragem para denunciar e dar depoimentos, possibilitando uma descrição e conseqüentemente uma compreensão acerca de tal fenômeno.

De acordo com os autores (op. cit., p. 16), são várias as dimensões que englobam a violência praticada sob a forma de abuso sexual<sup>4</sup> no Brasil: *abuso sexual incestuoso; exploração de crianças e adolescentes; violência em situação de rua; pornografia e turismo náutico.*

1- O abuso sexual caracterizado como incestuoso não escolhe classe social, nem famílias e, talvez seja o principal fator da expulsão da criança e/ou adolescente para as ruas e conseqüentemente para a prostituição e se desenvolve nas seguintes formas<sup>5</sup>:

- a) *sem contato físico*: conversas obscenas com intuito de chocar; exibicionismo; “voyeurismo” (gratificação pela observação de atos ou órgãos sexuais);
- b) *com contato físico*: relações sexuais com penetração, carícias libidinosas, masturbação, sexo oral e anal, estupro, atentado violento ao pudor, incesto, assédio sexual;
- c) *exploração sexual*: é uma atividade essencialmente econômica, de caráter comercial e mercantil, que submete crianças e adolescentes ao uso do corpo ou relações sexuais para levar vantagens ou satisfação sexual ao adulto. Envolvem redes de exploradores, turismo sexual, tráfico de crianças e adolescentes para fins sexuais, ou para produção de materiais pornográficos (vídeos, fotos, uso na internet).

2- A exploração sexual de crianças e adolescentes ocorre geralmente em prostíbulos fechados, principalmente onde há mercado regionalizado com atividades extrativistas. A violência apresenta-se sob as formas de tráfico, leilões de virgens, desaparecimento e até assassinato e as formas de exploração sexual são<sup>6</sup>:

- a) *exploração sexual comercial*: relação de poder e de uso mercantil da sexualidade por meios coercitivos, sedutores, de convencimento que configura uma transgressão legal;
- b) *prostituição infantil*: quando crianças e/ou adolescentes não optam por se prostituírem, mas são induzidas pela prática delituosa do adulto. Não existe prostituição sem que se tenha no mínimo um adulto por trás;
- c) *pornografia infantil*: material audiovisual utilizando crianças e/ou adolescentes num contexto sexual;
- d) *turismo sexual*: exploração sexual infanto-juvenil praticada por visitantes, turistas, que envolve cumplicidade, por ação direta ou omissão de agências de viagens, guias turísticos, rede de hotéis, bares e similares e, resume-se, basicamente, à exploração sexual de adolescente do sexo feminino pobres, negras e mulatas.
- e) *tráfico*: promoção da saída ou entrada de crianças e/ou adolescentes para exercer a prostituição, podendo ocorrer dentro do estado, estados vizinhos ou até mesmo para o exterior.

3- A violência sofrida por criança e adolescente em situação de rua, geralmente acontece com aquelas que saem de casa, onde possivelmente já foram vitimadas por atos de violência física e/ou sexual, ou submetidos a extrema miséria e negligência. Tais crianças usam o corpo como mercadoria para obter afeto e sustento.

4- O turismo náutico é típico de regiões banhadas por rios navegáveis e zonas portuárias. Trata-se de uma prática voltada para a comercialização do corpo infanto-juvenil e, apesar de atender aos turistas, é alimentada também pela própria população local ou pela tripulação de navios cargueiros.

Esclarecem, ainda, os autores Silva e Stanisci (2000, p. 17):

É importante destacar que em qualquer uma dessas dimensões estão presentes determinados elementos comuns: a violência e o abuso sexual doméstico; a articulação da exploração sexual com o tráfico de drogas e de mulheres; sua organização em redes; a par-

ticipação ou convivência da polícia, e por vezes da justiça, com a exploração sexual; a impunidade dos abusadores e exploradores.

É necessário que a sociedade seja incentivada a conhecer e a discutir mais sobre seus problemas reconhecendo a importância de programas que tanto ofereçam tratamento, acolhimento destinados às vítimas da violência na forma de abuso e exploração sexual e garantia de acesso à assistência jurídica, quanto lutam pela punição e/ou, em certos casos, pelo tratamento de alguns agressores. Penso que a implementação destes programas permitirá, pelo menos, reprimir as transgressões.

Ficou claro, portanto, que o Programa Sentinela cumpri o propósito para o qual foi criado, ou seja, possibilita um atendimento em relação à saúde, garantia dos direitos legais e/ou psicológicos das crianças, adolescente e familiares que os procuram.

A situação de violência, qualquer uma das já citadas anteriormente, de modo geral, é percebida, identificada e, em alguns momentos, aceita como sendo fato comum. Tal acontecimento é, às vezes, explicado pela condição social, econômica e cultural em que vive uma parte da população, a mais necessitada.

Por isto, a indagação deste estudo sobre a possibilidade de trazer a tona a participação direta e comprometida da educação na presença de alguns professores em ações desenvolvidas por programas sociais para juntos somarem na ajuda a criança e/ou adolescente vítima da violência na forma de abuso e/ou exploração sexual. Buscando um trabalho integrado entre os profissionais da educação com os profissionais de programas sociais na elaboração de atividades fundamentadas na coletividade, por meio de trabalhos em grupo, fortalecendo a confiança, o desenvolvimento intelectual, bem como, práticas necessárias ao atendimento das vítimas de violência e práticas preventivas para atuar quando preciso e evitar quando possível.

Relacionando a construção de conhecimentos com a decisão tomada, é condição revolucionária que indica a pretensão de se fazer pesquisa, tomando iniciativa, buscando novos caminhos, analisando fatos, investigando problemas, encontrando soluções e acima de tudo sabendo agir ou sabendo o que fazer com o conhecimento obtido. Alves (2000, p. 99), em poucas palavras abre caminho para essa reflexão ao afirmar que: “A pretensão do educador é ser não apenas uma peça manipuladora, mas um agente que toma iniciativa”.

Toda prática questionadora exige uma constante reflexão da ação, é um caminhar que nos obriga a levantar dúvidas, reconhecer nossas limitações, lutar por igualdades de condições apesar de sermos tão diferentes e, por sermos mesmo tão diferentes. Este antagonismo que nos faz fortes e conscientes de que precisamos transpor a realidade aparente para alcançar o bem da coletividade, ou seja, uma sociedade mais justa, mais fraterna e, conseqüentemente, recuperar o respeito e a autonomia inerente ao ser humano.

## **2 – POLÍTICA EDUCACIONAL: EXERCENDO A CIDADANIA**

Creio que na escola, as atitudes desencadeadas pelos seus integrantes são os reflexos vividos fora dela. Contudo, às vezes, ela se sente incapaz de propor uma educação que abarque toda problemática que se apresenta no seu cotidiano. Por isso, os programas sociais propostos pela sociedade civil (ONGs), e programas institucionalizados, de cunho social, são vistos como estratégias que, paralelamente com a educação contribuem para a formação da cidadania de crianças e jovens brasileiros.

Este entendimento pode servir como referência para o planejamento de ações educativas no combate aos possíveis problemas que os alunos enfrentam, tendo como perspectiva a aprendizagem significativa, a atuação e/ou prevenção nas situações de risco bem como a conscientização e mobilização da sociedade em favor dos direitos à proteção e à cidadania das crianças e dos adolescentes.

Silva e Stanisci (2000), sugerem ações integradas, considerando algumas atividades a serem desenvolvidas em cada área, tais como:

a) Na área de Assistência Social é possível:

- reforçar as iniciativas que facilitem o acesso da população aos direitos sociais e estimular projetos de capacitação e profissionalização para geração de renda que atinjam grupos familiares, crianças e adolescentes;
- apoiar técnica e financeiramente ações de organizações governamentais e não-governamentais que atuam com a problemática (aqui podemos incluir as escolas que se propõem desenvolver ações por meio de parcerias, reconhecendo a necessidade de se abrir para o mundo que a circunda);

b) Na área educacional é possível:

- inserir a questão da exploração e do abuso sexual no currículo de educação sexual e capacitar pessoal para informar, divulgar e encaminhar os casos aos serviços especializados;
- criar instrumentos de difusão do ECA e integrar as ações da Escola (Associação de Pais e Mestres, Conselho de Classe, Conselho Gestor) com as dos Conselho Tutelar, da família e da comunidade.

É importante reforçar o papel articulador da Assistência Social no campo da operacionalização das políticas públicas e sociais com as ações educacionais. Dessa forma é possível trabalhar os conteúdos de ensino conectados aos valores sociais, utilizando os recursos que a educação proporciona, tais como: os temas transversais, possibilidades de trabalhar a interdisciplinaridade, atitudes coletivas entre professores com profissionais de outras áreas “parceiros”, planejamento participativo entre professores de diferentes áreas de ensino, etc.

A aprendizagem envolve emoções, sentimentos ligados às relações escolares, familiares, e aos outros ambientes em que os alunos vivem. Neste sentido, aprendizagem significativa pressupõe um professor engajado que conheça e compreenda as necessidades individuais e coletivas dos educandos e, que seja sensível para percebê-los como seres com vontade, pensamento e atitudes.

Mas como melhorar a qualidade da oferta dos serviços educacionais, com critérios externos (sociais) e internos (educacionais) de qualidade, como uma das estratégias de superação das desigualdades e problemas sociais e para atender efetivamente a todos?

Libâneo (2001, p. 24), tendo em vista uma educação capaz de ajustar ações às novas realidades, buscando a transformação dos problemas sociais, lança propostas como: “Formação para a cidadania crítica [...] desenvolvimento de competências sociais como relações grupais e intergrupais, processos democráticos e eficazes de tomada de decisões [...] formar valores e atitudes ante o mundo da política e da economia [...] o sexo, as drogas [...]”.

A escola precisa deixar de ser meramente uma agência transmissora de informações e transformar-se num lugar de análises críticas, de conscientização, de produção e de ação, onde os alunos aprendam a buscar informações e conhecimentos atribuindo-lhes significado pessoal.

### 3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio que se apresenta, para o cidadão, é conquistar um espaço de participação dentro de instituições políticas e/ou sociais, efetivando a ação e atuação que se expressa com possibilidades de construção de políticas que se distanciem de matrizes assistencialistas, mas que se aproximem, de forma, reflexiva da realidade em que vive a sociedade brasileira.

A interlocução dos agentes de processos políticos que caracterizam a conquista de direitos são imprescindíveis para a superação da “cultura assistencialista”. Sendo esse um requisito indispensável para que as entidades sociais e as pessoas que dela fazem parte possam se colocar e serem reconhecidos como legítimos interlocutores sociais. Afinal, para a transformação da realidade é preciso redefinir as ações por meio de profunda reflexão sobre as relações sócio-culturais, políticas e educacionais que configuram o campo social.

Sabe-se que a política social existe (a exemplos de projetos como o Programa Sentinela), as verbas são liberadas (para que os projetos sejam desenvolvidos, como o exemplo do Programa Sentinela) e há capacitação de pessoal para diagnosticar e atuar frente aos diversos problemas sociais: violências na forma de abuso ou exploração sexual, fome miséria, desemprego, etc. (novamente pode-se citar o Programa Sentinela que atua com pessoal capacitado).

Porém, percebe-se que a educação e programas sociais ainda não conseguem trabalhar em parceria com escolas, por exemplo, para articular ações práticas nas resoluções dos problemas sociais e/ou educacionais. Conseqüentemente, os conflitos continuam a eclodir nas salas de aula e nas ruas, tem-se, portanto, que aprender a observá-los, refletir sobre eles para construir coletivamente uma sociedade cidadã<sup>77</sup>

Entendo que sociedade cidadã é aquela construída pelo homem, sujeito histórico, e para o homem. Como explica Demo (1995, p. 03): “cidadania é, assim, a raiz dos direitos humanos, pois estes somente medram onde a sociedade se faz sujeito histórico capaz de discernir e efetivar seu projeto de desenvolvimento [...] Uma sociedade deveras cidadã atina para a necessidade de construir uma instancia pública comum, à qual delega uma série de serviços e funções [...]”.

Neste sentido, é crucial a formulação de projetos, em parceria entre escola e programa social, que leve em consideração tanto temas recorrentes da questão social, quanto temas e obrigações relacionadas a questão escolar (conteúdos, ensino/aprendizagem, desenvolvi-

mento das habilidades intelectuais, motoras e emocionais, etc), integrando-se, assim, a política educacional com a política social.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Professora Espc. – Rede Municipal de Ensino de Três Lagoas e DED – CPTL/UFMS – aluz@ceul.ufms.br
- <sup>2</sup> De acordo com Aguiar (1993), educação para cidadania, uma decisão política, trata-se do efetivo “fazer educativo”, comprometido com a real educação da população destinada a desenvolver da forma mais ampla possível a sua consciência política e social. Uma educação que de fato garanta o acesso ao saber com meio de afirmação da cidadania e de participação da sociedade.
- <sup>3</sup> Violência: “[...] todo ato de ação e/ou omissão capaz de causar dano físico, psicológico, social e sexual praticado por pais, parentes responsáveis, bem como pessoas estranhas. Implica uma transgressão do poder e do dever de proteção do adulto, ferindo o mais elementar direito humano, o direito a vida com dignidade e condições satisfatórias de desenvolvimento” (Secretaria de Estado de Assistência Social, Cidadania e Trabalho, 2001, p. 11).
- <sup>4</sup> Abuso sexual “[...] situação em que a criança ou o adolescente é usado no prazer sexual de um adulto. É a ultrapassagem de limites dos direitos humanos legais [...] de regras sociais e familiares, sobre a criança e o adolescente. Ocorre através de carícias libidinosas, ato sexual, com ou sem penetração, ou ate mesmo para o uso de pornografia” (Secretaria de Estado de Assistência Social, Cidadania e Trabalho, 2001, p. 13).
- <sup>5</sup> Secretaria de Estado de Assistência Social, Cidadania e Trabalho, 2001, p. 14.
- <sup>6</sup> Secretaria de Estado de Assistência Social, Cidadania e Trabalho, 2001, p. 15.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**: qualidade total na educação. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000.
- AGUIAR, Ubiratan Diniz de. **Educação uma decisão política**. Brasília: Livraria e Editora Brasília Jurídica, 1993.
- BRASÍLIA. Previdência Social. **Diretrizes gerais**: Programa Sentinela. 2001
- CAMPO GRANDE. Secretaria de Estado de Assistência Social, Cidadania e Trabalho. **Rompendo com o círculo da violência**. Abril/2001.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?**: novas exigências educacionais e profissão docente. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

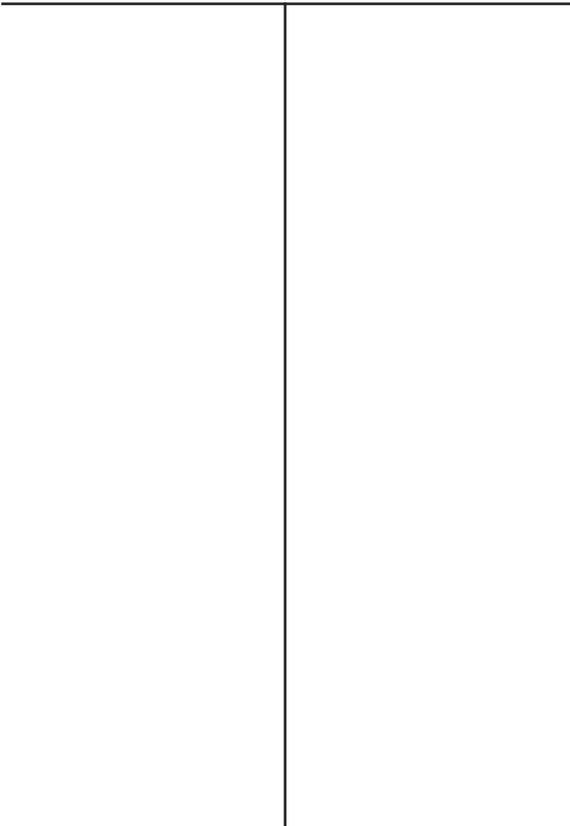
SILVA, Luiz A. Palma e; STANISCI, Silvia Andrade. (Org). **Para combater a violência**: o papel da família e da assistência social na ação junto a crianças e adolescentes. Brasília: MPAS/SEAS; São Paulo: FUNDAP, 2000.



**PARTE 3**

**DA HISTÓRIA CULTURAL  
À HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL:  
CONSIDERAÇÕES DE PESQUISA**

---





## DOCUMENTO FOTOGRÁFICO E IMIGRAÇÃO

Norma Marinovic Doro<sup>1</sup>

Nas últimas décadas, a evolução da pesquisa histórica ampliou a noção de fonte. Em decorrência desse fato, o documento escrito não é mais o único testemunho que o historiador se utiliza na produção do conhecimento. Entre as novas fontes, a fotografia ocupa hoje, um lugar de destaque na análise e interpretação de um determinado conhecimento. Embora, a imagem fotográfica, desde a sua origem no século XIX fosse usada pelos historiadores, essa imagem constituía-se apenas num elemento ilustrativo do fato pesquisado. Isso, não valia somente para a fotografia, mas também para a pintura e o desenho.

Com as mudanças metodológicas, aprofundamento teórico e a aproximação da história com outras ciências humanas como a antropologia, psicologia, sociologia etc , o pesquisador passou a investigar a história da fotografia e a história vista através da fotografia. Como afirma Peter Burke, “alguns passos importantes foram dados em direção a uma crítica da fonte das imagens fotográficas, mas aí também ainda há um longo caminho a percorrer”. (1992, p.27)

Para Kossoy (2001) a fotografia pode ser estudada: do ponto de vista técnico (análise do artefato e tecnologia empregada para a elaboração de uma fotografia); do ponto de vista iconográfico (conjunto de informações visuais contidas no retrato) e do ponto de vista iconológico (análise do conteúdo no plano da interpretação do significado que uma determinada fotografia tem para um grupo social ou uma pessoa).

É próprio do documento fotográfico mostrar apenas um fragmento do real e a câmara não registra objetivamente uma realidade. Diante dessa constatação, quando se elabora a interpretação de um fato, o historiador se utiliza de outros tipos de fontes.

A constatação das muitas possibilidades de informações que possam estar contidas numa única imagem fotográfica e sendo essa imagem um testemunho visual de uma situação vivida, levou-nos a trabalhar esse novo campo quando realizamos uma pesquisa dentro da temática imigração.

O grupo de imigrantes que foi objeto de nossa investigação era composto por camponeses da Dalmácia que se estabeleceram no Brasil em 1925.

É importante lembrar que a documentação fotográfica a qual tivemos acesso, não foi investigada isoladamente. Ela relacionou-se com outros tipos de dados encontrados nos arquivos do Brasil e da antiga Iugoslávia. Também houve levantamento de dados através de procedimento adotados pela história oral.

## **OS IMIGRANTES DA DALMÁCIA NO BRASIL**

Atualmente, o campo de estudos sobre emigração/imigração tem merecido um intenso debate. Isso se deve ao aumento significativo desse tipo de movimento populacional que atinge vários países. O deslocamento geográfico de um número elevado de pessoas tem gerado inúmeros conflitos e desencadeado em muitas sociedades, a aversão, a intolerância para com aqueles que vivem a condição de “estrangeiros”. A dramaticidade desse fenômeno nas últimas duas décadas tem levado a inúmeras discussões tanto na academia como fora dela (Sayad, 1998). Entender esses deslocamentos humanos, temporários ou definitivos, é também tarefa do historiador uma vez que a ciência histórica, busca estabelecer um diálogo entre o passado e o presente (CARR, 1982).

Segundo Sayad (1998, p.55) o itinerário do emigrante/imigrante comporta recortes em diferentes etapas. Também sua dimensão de fato coletivo e itinerário individual é objeto privilegiado para a reflexão.

Para avaliar melhor o processo por nós investigado foi necessário recuperar dados sobre tempo e lugar das experiências dos imigrantes como também conhecer suas raízes históricas.

A Dalmácia é uma faixa de terra que fica entre os Alpes Dináricos e o Mar Mediterrâneo. É uma área litorânea da Península Balcânica que atualmente faz parte do Estado da Croácia criado na década de noventa do século XX. Em 1925, ela pertencia ao Reino da Sérvia, Croácia e Eslovênia surgindo após a primeira guerra mundial. Em 1929 passou a se chamar Iugoslávia.

Essa região litorânea é bem recortada e possui centenas de ilhas, Sua população heterogênea, recebeu através dos séculos influências de várias culturas. Trácios, ilíricos, gregos, romanos, franceses e austríacos disputaram desde a antiguidade esse espaço que sempre foi importante caminho entre a Europa Ocidental e o Oriente. Entretanto, foram os eslavos que no século V, provenientes da região entre o Rio Oder e os montes Urais, que deram as terras balcânicas uma feição rural (PORTAL, 1968). Apesar da Dalmácia possuir importantes centros urbanos: Dubrovnik, Split, Zadar e Rijeka, toda a orla marítima possuía centenas de aldeias camponesas. Nelas, formaram-se extensos vinhedos, olivais que cobriam seus vales e montanhas. Nas áreas de pastagens havia as cabras e a ovelhas.

Os imigrantes dálmatas pertenciam a esse mundo. Eles habitavam as aldeias de Blato e Vela Luka na ilha de Korcula.

O deslocamento populacional dessas aldeias foi parte do grande movimento emigratório que ocorreu na Europa na segunda metade do século XIX e primeiro do XX. Como nas migrações atuais, os vários grupos que partam principalmente para América estavam em busca de trabalho. Nesse deslocamento em massa, os indivíduos viviam uma multiplicidade de tempo histórico. Eles participavam do tempo do grande processo econômico, político, jurídico que esse movimento envolvia, mas também do tempo imediato da sobrevivência numa condição de provisoriedade.

A Dalmácia nesse período foi uma terra de intensa emigração. Estudando a história da ex-Iugoslávia (SLIPICEVIC, 1964) constatamos que o impacto da expansão do capitalismo industrial nos Bálcãs provocou a saída de um número elevado de seus habitantes principalmente os camponeses. Até a década de vinte do século passado, esse país era essencialmente rural e com alguns focos de resquícios feudais.

O crescimento demográfico nas áreas agrícolas, a introdução de novas tecnologias no campo provocaram alterações nas relações

de trabalho. Sendo a Dalmácia uma região produtora de vinho, a situação econômica dos camponeses se agravou quando seus extensos vinhedos foram atingidos pela praga da filoxera que dizimos essa plantação.

O grupo de imigrantes dálmatas que analisamos ainda em 1925, vivia numa sociedade com predomínio das relações pré-capitalistas onde o trabalho da família era um valor a ser preservado. A crise econômica que se abateu sobre a Dalmácia provocou uma ruptura do universo camponês. Era preciso encontrar uma solução, uma saída. O caminho escolhido por muitas famílias foi emigrar para o Brasil. Queremos assinalar que, o governo e as elites agrárias desde a libertação dos escravos intensificaram a política de incremento a imigração (MARTINS, 1973). Também, agentes arregimentavam trabalhadores nos Bálcãs para enviarem ao Brasil.

Instalados em terras brasileiras, os camponeses dálmatas foram contratados pelos fazendeiros de café e dispersos em vários municípios do interior de São Paulo: Bauru, Itatinga, Ribeirão Preto, São Simão, São Manuel foram alguns locais que receberam essa mão-de-obra. Devido as condições precárias do trabalho no campo, a partir da década de trinta, eles se fixaram na cidade de São Paulo, nos bairros: Belém e Moóca. Nesse período, as indústrias paulistas aceleravam seu desenvolvimento e necessitavam dessa mão-de-obra. Abandonando as áreas rurais, eles se juntaram ao proletariado que se formava nessa cidade. Tornaram-se operários em diversos setores das indústrias da cidade de São Paulo.

## **O SISTEMA SOCIAL DE ZADRUGA**

O conhecimento do mundo em que esses imigrantes estavam inseridos foi de grande importância para a compreensão das relações que os mesmos tiveram com a fotografia familiar. Aqui apresentaremos uma síntese da organização camponesa na qual eles viviam: a Zadruga.

Segundo Henri Mendras (1978) que estudou diversas sociedades camponesas, o sistema da Zadruga dos eslavos dos Bálcãs é um exemplo do tipo mais bem acabado do grupo doméstico camponês. Era uma forma bastante antiga de uma estrutura familiar indivisa que vivia de um patrimônio único, perpetuando assim o grupo doméstico.

A Zadruga era constituída por uma grande família ou clã. Era uma organização social patriarcal. Entretanto, a autoridade paterna não era centralizada e nem absoluta, uma vez que o chefe não podia admi-

nistrar aos bens da família sem a participação e o consentimento de outros membros já adultos.

A forma como era organizada uma Zadruga estabelecia que a propriedade da terra, além de fornecer recursos materiais para todos, tinha um profundo valor simbólico: era por meio dela que se garantia a existência do grupo através dos tempos. Vender as terras de uma Zadruga era o mesmo que decretar o desaparecimento de seus membros.

Apesar de, na década de vinte, a Zadruga eslava se encontrava nas regiões agrícolas da ex- Iugoslávia em processo de decadência, seus valores e sua visão de mundos tradicionais, continuavam presentes entre os camponeses. Diante dos valores individualistas introduzidos pelo capitalismo, essa forma de família ampla foi considerada pelos defensores do liberalismo “como um obstáculo ao espírito de iniciativa e engenhosidade pessoal e sua extinção era vista como vitória da modernidade” (FELIPIC, 1922, p.146). Portanto, começava no campo a dissolução da comunidade e a ascensão do indivíduo. A emigração transoceânica veio a acelerar esse processo.

Os imigrantes que pesquisamos pertenciam a esse mundo onde a família era o mais importante referencial do grupo, mas com a partida para o além-mar teve seu elo espacial e físico rompido com os que ficaram.

## **FOTOGRAFIA: A PRESENÇA DOS AUSENTES**

No estudo dos camponeses dálmatas que se estabeleceram no Brasil, houve a preocupação de entender as estruturas políticas, econômicas que envolveram o movimento. Porém, houve a busca também das particularidades, dos detalhes muitas vezes quase imperceptíveis do cotidiano dessas pessoas.

Todo indivíduo ao emigrar passa a viver na condição de “estrangeiro”. Nessa situação, ele pertence a dois mundos: o que deixou e o novo que lentamente será incorporado na sua vida. Esse posicionamento envolve tensões e contradições. Se por um lado estar em contato com a diversidade enriquece, por outro lado, ele poderá vivenciar situações dramáticas quando percebe-se incluído no mundo do trabalho mas excluído como pessoa.

A fixação permanente em outra terra leva os indivíduos envolvidos nesse processo a lentamente perderem as ligações com seu passado. Para Simone Weill a perda do passado, coletivo ou individual, é

uma das grandes tragédias humanas (2001). Tentando retardar esse processo, os imigrantes procuravam manter ligações contínuas com a terra de origem. Esse contato foi feito principalmente com a família e como vimos anteriormente, uma das formas foi pela fotografia.

Através das gravações das histórias de vidas dos imigrantes tivemos acesso a diversas imagens fotográficas que eles guardavam em caixas, álbuns, porta-retratos ou em quadros fixos nas paredes de suas casas. Também, quando realizamos nossa pesquisa de campo nas aldeias de Blato e Vela Luka nos deparamos com os mesmos dados. Na Dalmácia havia as fotos dos que partiram e no Brasil dos que ficaram. Constatamos então que a troca de fotografias por correspondência fez parte do cotidiano dessas pessoas. Não sendo mais possível manter o elo familiar face a face, devido as enormes distâncias, eles encontraram através desse meio tornar presentes, os ausentes.

Segundo os entrevistados, existia um dia especial no qual a família tirava o retrato num estúdio com a intenção de posteriormente enviar aos parentes. Na cidade de São Paulo, até a década de setenta havia muitos fotógrafos que possuíam seus estabelecimento comerciais. Com a revolução tecnológica das máquinas fotográficas e seu barateamento de custos, esses locais quase não existem mais. As fotografias que chegavam das aldeias em sua grande maioria eram feitas em estúdios. Porém, houve várias tiradas por fotógrafos itinerantes.

Um núcleo importante dessa documentação era formado por retratos de ritos de passagens: casamento, primeira comunhão, formatura e em alguns casos morte.

A título de exemplos selecionamos algumas falas onde é possível observar a relação que os entrevistados tinham com a fotografia: “Quando eu recebia uma fotografia de minha irmã que ficou no Blato, eu olhava para ela durante muito tempo. Queria ver o que havia mudado nela. Olhava os sobrinhos e via o quanto eles tinham crescido. Era pelos retratos que eu conhecia os que nasceram depois que a gente veio embora”. (Kapor<sup>2</sup>, 1984)

Uma imigrante fez o seguinte comentário: “Eu queria que eles estivessem perto da gente e não só na fotografia. Sabe, as vezes eu não sabia se era melhor eles terem vindo para cá ou se a gente e que devia ter ficado lá”. (Dubinko<sup>3</sup>, 1985)

Na aldeia de Pupnat, uma camponesa cujo irmã emigrou para o Brasil, um irmão para a Nova Zelândia e vários sobrinhos para Austrália, possui na pequena sala de sua casa uma parede repleta de fotografias. Explicou-nos que aquelas pessoas viviam muito distantes e

complementou: “mas estes retratos é como se eles estivessem aqui. Todos os dias eu lembro deles e rezo por eles”. (Perdija<sup>4</sup>, 1983)

Perguntando a um imigrante o que ele sentia ao receber fotografias dos que ficaram ele assim se expressou: “Era uma alegria, mas também dava muita saudade. Eu sempre mostrava os retratos aos meus filhos que nasceram no Brasil. Eu explicava quem eram aquelas pessoas e os nomes delas”. (Doro<sup>5</sup>, 1983)

Como podemos observar nestas falas, rompido os laços de proximidade física, as imagens dos retratos mesmo sendo um fragmento de um instante do tempo transmitiam a sensação de presença. Elas davam notícias do nascimento a morte. Era possível acompanhar as mudanças que o tempo se encarrega de trazer aos rostos, dos olhares, aos sorrisos e gestos. A fotografia passava a noção de pertencimento. As imagens também despertavam sentimentos ambíguos: alegria, saudade; levava a questionamentos: onde deveríamos estar?

O costume da troca fotográfica permaneceu entre os imigrantes e a primeira geração nascida no Brasil. Depois de meio século, o costume foi se perdendo. Os netos não tinham as mesmas ligações com aquelas pessoas. Hoje, são poucos os descendentes desses imigrantes que mantém relações com a família que ficou.

Concluindo podemos observar que os imigrantes entrevistados nas suas falas reproduziram o sentido da fotografia como representação do passado-presente. Também, como fortalecimento da ligação familiar que era um referencial importante para aquele que viveram o sistema social da Zadruga. A imagem foi também um meio de reforçar suas identidades. Como afirma Santaella: “a história não nasce com a memória, mas com a transmissão dela”(1996, p.270). Então, receber um retrato, contar para as crianças de quem eram aqueles rostos era contar sua própria história.

Portanto, a fixação permanente em outras terras num período em que as viagens transoceânicas eram lentas e de preço elevado fez com que muitas famílias jamais se revessem. Envolvidos no outro espaço, em outra cultura e nos afazeres da vida, as pessoas iam lentamente perdendo suas ligações com o local de origem. As estratégias visando retardar essa realidade foram várias. Aqui analisamos a troca de fotografias. Provenientes de uma cultura tradicional, com grandes limitações econômicas, a fotografia no seu sentido material era simples e pobre. Entretanto, no seu sentido simbólico ela teve um profundo significado uma vez que “não é o físico ou territorial que permite a existência do grupo, e sim, a dimensão de pertencimento social, criado por

laços afetivos que mantêm a vida e o vivido no campo das lembranças comuns, geradoras de uma memória social”(FELIX, 1998, p.42).

## NOTAS

- <sup>1</sup> Professora Doutora do Curso de História, Campus de Três Lagoas
- <sup>2</sup> Depoimento de Marija Kapor, 1984.
- <sup>3</sup> Depoimento de Francisca Dubinko, 1985.
- <sup>4</sup> Depoimento de Mara Perdija, 1983.
- <sup>5</sup> Depoimento de Jacob M. Doro, 1983

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

- BURKE, Peter (org). **A escrita da História: novas perspectivas.**São Paulo: Unesp, 1992.
- CARR, Edward H. **Que é a história?** 3ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FELIPIC, Antonije.**La Jugoslavia econômica.**Milano. Frateli Treves, 1922.
- FÉLIX, Leiva Otero.**História e memória: a problemática da pesquisa.**Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- KOSSOY, Boris.**Fotografia e História.**São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- MARTINS, José de Souza.**Imigração e crise do Brasil agrário.** São Paulo: Pioneira 1973.
- MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro.: Zahar. 1978.
- SANTAELLA, Lúcia. **Produção da linguagem e ideologia.** 2ªed. São Paulo: Cortez, 1996.
- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** Trad. Cristina Machado.São Paulo: EDUSP, 1998.
- SLIPICEVIC, Fuad. **Historija Naroda Sarajevo.**Veselin Maslena v.1, 1964.
- WEIL, Simone. **O enraizamento.** Trad. Maria Leonor Loureiro. Bauru: Edusc, 2001.

# **ANÁLISE DA ESCRAVIDÃO BRASILEIRA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A MANUMISSÃO E A FAMÍLIA ESCRAVA<sup>1</sup>**

Isabel Camilo de Camargo<sup>2</sup>

## **A HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Este texto traz como proposta uma análise da historiografia da escravidão no Brasil, junto a um debate em torno da manumissão e da visão que o branco europeu estabeleceu sobre a família escrava.

Schwartz discute a questão da escravidão observando que, “embora possa parecer que a escravidão é problema do passado e, assim, assunto apropriado para historiadores, seu legado ainda vive”. (2001, p.57)

A assinatura da Lei Áurea, em 1888, no Brasil, marcou o fim da escravidão no mundo ocidental, haja visto que o Brasil foi o último país a abolir a escravatura. “O que veio depois nem sempre foi melhor para os ex-escravos e seus descendentes, mas foi diferente”. (SCHWARTZ, 2001, p.21)

Nos últimos anos da década de 1980, os estudiosos direcionaram suas análises para a “dinâmica interna da sociedade como ponto nodal das transformações históricas”. Eles perceberam também a necessidade de rever o papel dos escravos na História, colocando-os como agentes do processo de formação de nossa sociedade. (MACHADO, 1988, p.143)

No centenário da Abolição houve um balanço desse passado, como podemos perceber no debate de Schwartz:

A cobertura na imprensa foi abrangente, movimentos políticos procuravam mobilizar a consciência negra e alguns líderes negros se pronunciavam contra qualquer comemoração do que, na opinião deles, parecia um evento vazio, dadas as desvantagens ainda sofridas pelos negros no Brasil.(2001, p.21)

Nesta época foram publicados muitos livros, alguns clássicos e outros novos. “Depois de 1988, o interesse caiu algum tempo”. (SCHWARTZ, 2001, p.22)

Para Schwartz foi após a publicação do livro “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freyre, “que a escravidão e os africanos ganharam papel fundamental no relato histórico do Brasil”.(2001, p.23)

A maioria das críticas a Freyre, no Brasil, durante 1950 e 1960, “provinha de jovens sociólogos de São Paulo, fortemente influenciados por teorias marxistas e uma visão materialista da sociedade”. (SCHWARTZ, 2001, p.25)

Essa discussão entre os estudiosos parece enriquecer o debate historiográfico, pois para Machado:

Novas tendências historiográficas têm redundado num alargamento de conhecimento a respeito da escravidão no Brasil à medida em que superam modelos cristalizados nos quais a escravidão por ser explicada de antemão prescindia de estudos localizados e relegava o papel de figurante, incapaz de interagir eficazmente no processo histórico.(1988, p.144)

Na visão de Schwartz, a nova historiografia da escravidão brasileira tenta compreender a escravidão e seu funcionamento como forma de trabalho e também como um sistema sociocultural, pretendendo, assim, entender as suas conseqüências para a “história do Brasil e de seu lugar dentro do desenvolvimento da economia mundial” (2001,p.29). Porém, essa interpretação não é bem vista por alguns autores, como por exemplo Gorender, que analisa o escravo apenas pelo seu valor

econômico, enquanto mercadoria, não o vendo como agente de sua própria história. (apud SCHWARTZ, 2001, p.29)

O que renova e, ao mesmo tempo, contribui para a historiografia da escravidão é, conforme Schwartz, a demografia histórica. Segundo Schwartz, “a aplicação de técnicas de demografia histórica a questões da escravidão brasileira tem sido um dos avanços mais notáveis no estudo da escravidão. A própria demografia histórica é método relativamente novo no Brasil”. (2001, p.32) Schwartz também afirma:

Apesar das diferenças, quase todos os estudos deixam claro que o panorama tradicional da família escrava relativamente a uma patologia social precisa de revisão rigorosa, e que a ausência de uniões formais sancionadas pela Igreja e, portanto, o alto índice de ilegitimidade entre os escravos não serve de prova da ausência de vida familiar. (2001, p.35)

Ou seja, pelos escritos de Schwartz, podemos perceber que não é porque não havia casamentos legitimados pela Igreja, que não existiam laços familiares entre os escravos. Para este autor houve um aumento no interesse do estudo pela resistência escrava “em parte devido à conscientização cada vez maior da desigualdade racial no Brasil”. (2001, p.39)

Talvez haja uma pequena harmonia de idéias entre Schwartz, quando relata que “inúmeros acadêmicos estão agora explorando registros policiais não utilizados anteriormente para analisar a relação senhor-escravo e os crimes cometidos por escravos” (2001, p.41), e Machado, quando cita que “os estudiosos redescobrem nos arquivos e cartórios os instrumentos necessários para o avanço do conhecimento a respeito da escravidão no Brasil”. (1988, p.144)

Conforme Schwartz:

Apesar da acusação de Jacob Gorender de que a ênfase nos escravos como agentes históricos seja proveniente de um desejo de alguns acadêmicos de amenizar a imagem da escravidão, sua tentativa de desacreditar tal linha de investigação não teve êxito. Os historiadores continuaram à procura do agente escravo e da voz escrava. (2001, p.48)

Um dos motivos para que tal fato tenha ocorrido, pode ser que dando ênfase aos escravos como agentes históricos, nós não estamos amenizando a escravidão, ao contrário, discutindo os escravos como agentes históricos estamos mostrando a crueldade humana existente

na escravidão; e as formas encontradas pelo escravo para lutar contra a realidade imposta a ele. Talvez seja nessa perspectiva de novas pesquisas que Nora debate quando diz que: “a História Contemporânea é quase inevitavelmente uma História cruel, que fere, que faz sangrar, porque rema quase sempre fatalmente contra a corrente da imagem que uma sociedade tem necessidade de construir acerca de si mesma para sobreviver”. (apud LE GOFF, 1984,p.53)

Sobre essa discussão Machado relata:

A história da escravidão esforça-se hoje para superar as visões pessimistas a respeito do escravo e do liberto, mergulhando nas fontes documentais que permitem reconstruir a realidade da escravidão, não necessariamente sob um ponto de vista heróico, mas realista. (1988, p.160)

Portanto, podemos perceber que a escravidão repercutiu historicamente (e repercute), não só no âmbito político e econômico, mas também no meio sociocultural, observando ainda que o escravo participou ativamente na formação de nossa identidade nacional.

## REFLEXÕES EM TORNO DA MANUMISSÃO

Uma questão a ser abordada dentro dessa análise da escravidão é a questão da alforria no Brasil. Conforme Schwartz “o instrumento de manumissão era um documento usualmente chamado de *carta de alforria* ou *carta de liberdade*. (2001, p.173).

A manumissão cedia os direitos de propriedade, e era com ele que o escravo assumia novo papel com responsabilidades jurídicas. Segundo Schwartz:

Nesse documento o senhor ou senhora do escravo se identificava e, em seguida, o escravo a ser libertado. Essa continha, em geral, a idade, a cor, a naturalidade do escravo e, em raras ocasiões, sua ocupação. Era comum a carta de alforria comentar as razões da concessão de liberdade ou quaisquer limitações ou condições que se devesse impor à libertação.(2001, p.173)

Mas a alforria não era conseguida facilmente. Para Chiavenato essa “vantagem” geralmente era estendida aos velhos, “quando não mais tinham força para o trabalho; para não alimentá-los, geralmente os senhores encontravam a saída da alforria, “libertando-os” e jogando-os na rua, onde geralmente morriam abandonados”.(2001, p.144)

Entretanto temos que atentar para a vida média do escravo, que era de 5 a 7 anos na lida, e que poucos escravos chegavam a velhice.(PINSKY, 1984). E quiçá seja por essas dificuldades impostas que o valor dado a alforria era grande.

De acordo com Schwartz, “o fenômeno da manumissão, como qualquer outro aspecto do regime escravocata, deve ser examinado com relação à situação sócio-política e econômica predominante”.(2001, p.176)

Chiavenato afirma que a situação sócio-política e econômica vivenciada pelos senhores influenciava na manumissão: “às vezes encontra-se estatisticamente uma explosão de alforrias: geralmente isso se dava nas crises, quando os senhores, sem meios de sustentarem os escravos, libertavam centenas deles”.(1980, p.144)

Analisando os documentos de alforria descobrimos que “no Brasil os escravos eram classificados segundo a cor e o local de nascimento” (SCHWARTZ, 2001, p.184) e que a idade é uma característica nem sempre registrada.

No preconceituoso mundo escravista, “quanto menos ‘africana’ fosse a origem e a cor dos grupos de escravos, maior seria a proporção de homens libertos”. (SCHWARTZ, 2001, p.193)

Segundo Schwartz, o processo de manumissão é importante, pois “as cartas de alforria esclarecem não só as características dos libertos, mas também o processo de emancipação, as motivações e as atitudes tanto dos senhores quanto dos escravos em tal processo”.(2001,p. 196)

Chiavenato observa que a alforria, na maioria das vezes, era comprada, pois “quando o escravo tinha condições físicas de desempenhar satisfatoriamente qualquer tipo de trabalho, senhor algum facilitava sua liberdade, já obstada por uma imensa burocracia”.(1980, p.144)

Do ponto de vista de Schwartz, mesmo com o escravo pagando pela sua liberdade, “os senhores encaravam a emancipação política como um gesto de caridade, não importando quais as suas condições e requisitos”.(2001, p.197)

Podemos concordar com Chiavenato quando ele diz que “a alforria é um engodo, quando o escravo já não interessava ao senhor” (1980, p.144); e que quando alforriado o negro adentrava numa sociedade que o desprezava. Este último conseguia livrar-se do trabalho escravo, mas continuava a não ser aceito pela sociedade.

## A FAMÍLIA ESCRAVA

Concomitantemente a discussão anterior é interessante analisar a visão do branco europeu em relação à família escrava, demonstrando um pouco da realidade imposta ao escravo, já que a família escrava era alvo dos jornais, e sobre ela recaíam insistentes atenções, e, assim como no Brasil Colônia, no Brasil emancipado também havia um olhar de preconceito em relação à família negra.

Esse preconceito talvez seja explicado quando Costa discute que “a escassez de mulheres nas fazendas conduzia necessariamente à instabilidade da vida familiar. Os senhores, por sua vez, não estimulavam os casamentos entre os escravos, preferindo as ligações passageiras às mais estáveis”. (1982, p. 258).

E essa relação de caráter passageiro pode ser vista, segundo Schwarcz, nos jornais como, por exemplo, no “Correio Paulistano”.

Slenes debate que ao formarem família os negros, por um lado, ficavam mais vulneráveis ao arbítrio dos senhores “pois a tendência de manter famílias escravas juntas nas vendas e partilhas e herança, não foi sempre seguida”. (1997, p. 275). Além disso, a família escrava transformava o cativo em refém de seus próprios anseios, quando, por exemplo, “na fuga individual, o escravo perdia o contato com entes queridos e, ao mesmo tempo, trazia ameaça ou retaliações, por parte dos senhores, aos familiares que ficassem para trás e, no limite, a possibilidade de venda desses familiares como represália ao fugitivo” (1997, p.275).

Por outro lado, a família escrava estava associada ao sistema de incentivo senhorial, que o era um atrativo para os escravos. “As ocupações com autonomia de trabalho, as possibilidades de acumular um pecúlio e escapar da dura labuta no eito eram distribuídas a cativos de mais longo contato com o senhor, que tendiam a ser aqueles com uma história familiar na propriedade”. (SLENES, 1997, p.276)

Contrariamente a idéia de Slenes, na divisão da família escrava na hora da venda, Castro afirma que

[...] a prática de respeitar os grupos familiares nas partilhas e vendas de cativos pode ser registrada com frequência, mesmo antes de se transformar em imposição legal, em 1869. Situações em que o próprio cativo, recorrendo a fugas ou apadrinhamentos, praticamente ‘escolhiam’ seus novos senhores têm sido registrados como possibilidade por diversos pesquisadores. (1997, p.345)

Porém, essa afirmação de Castro nos remete a um debate quanto à idéia de Schwartz (2001), pois ele analisa que a maioria dos padrinhos de escravos eram libertos ou livres pobres, sendo assim, esses tinham poucas condições de interferir nas decisões dos senhores, como, por exemplo, escolher os novos senhores de seus apadrinhados.

A relação de caráter passageiro e violenta também é analisada em Costa, isso porque

[...] o fazendeiro permitia que os pares se unissem segundo a oportunidade, ao acaso. O seu pronunciamento bastava para que se considerasse marido e mulher, numa união que só muito raramente perdurava a vida inteira. As negras tinham filhos de vários homens diferentes, e os senhores fechavam os olhos ao que se passava nas senzalas. (1982, p.258)

Schwarcz também aponta que a relação entre negros era vista como desqualificada e que vários artigos de jornais buscavam deixar nítido essa característica de instabilidade de tais uniões. Porém, Schwarcz reflete que o ataque e a maior atenção à “família negra” ocorre no momento em que o “o casamento civil é introduzido no Brasil como uma das primeiras medidas dessa jovem República”, ao se mostrar, pelos jornais, que o negro não formava famílias como os brancos dada a sua inferioridade, assim, eles ficavam impossibilitados de compartilhar dos “benefícios” que o novo regime trazia, “revelando basicamente a sua incapacidade de conviver com os ‘avanços’ que o novo momento político trazia consigo”. (1987, p.236)

Podemos entender, então, que se a família negra foi instável, talvez seja porque a posição social dos cativos não permitia uma relação duradoura; e os senhores tinham grandes interesses que seus escravos não formassem famílias. Além de que, se a classe dominante constatasse que os negros não conseguiam formar famílias nos moldes do civilizado branco, constataria que eles não se encaixavam em outra forma senão a escravidão, provando sua inferioridade.

Concluindo, podemos observar que, no decorrer da construção da historiografia da escravidão brasileira, temos vários enfoques, de início ressaltando sua importância política e econômica e, depois, que o escravo era um agente de sua história. Essa mudança pode ser vista quando tecemos considerações sobre a manumissão e a família escrava. Ela ocorre devido ao amadurecimento de pesquisas e idéias em relação ao tema e a história social.

## NOTAS

<sup>1</sup> Este texto é parte da pesquisa de iniciação científica voluntária, PIBIC/UFMS, intitulada “Práticas e Representações da capoeira no município de Três Lagoas: herança cultural ou forma de resistência?”, desenvolvida entre o período de agosto de 2004 a julho de 2005, sob orientação da Profa. Dra. Maria Celma Borges. Observa-se que a pesquisa vem tendo continuidade por meio de bolsa do CNPq, envolvendo o período de Agosto de 2005 a Julho de 2006.

<sup>2</sup> Acadêmica do 4º. ano do Curso de História, CPTL/UFMS.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, H. M. M. de. Laços de família e direitos no final da escravidão. IN: NOVAIS, Fernando A. (org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da vida privada no Brasil; 2).

CHIAVENATO, J. J. **O Negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. (p.123-166)

COSTA, E. V. da. **Da Senzala à Colônia**. 2 ed. São Paulo: Livraria Ciências Humanas LTDA, 1982.

COSTA, E. V. **Da Colônia a Senzala**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1996.

LARA, S. H. **Campos da Violência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MACHADO, M.H.P.T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. In: **Revista Brasileira de História-Escravidão**. Vol. 8. n 16. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, março de 1988 – agosto de 1988

NORA, P. O acontecimento e o historiador do presente. In: LE GOFF, J. et alii. (Orgs). **A Nova História**. Lisboa : Edições 70, 1984.

PINSKY, J. **A escravidão no Brasil**. São Paulo: Editora global, 1984. (História Popular, 4)

SCHWARTZ. S. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SCHWARCZ, L. M. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SLENES, R. W. Senhores e subalternos no Oeste paulista. IN: NOVAIS, Fernando A. (org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da vida privada no Brasil; 2).

## **EXPERIÊNCIAS DO POLÍTICO: HISTÓRIAS E TRAJETÓRIAS DE MOVIMENTOS POPULARES DO IAJES NA ANDRADINA DOS ANOS 80**

Mariana Esteves de Oliveira<sup>1</sup>

Leia-se a seguinte notícia de jornal:

Para debater o tema 'fé e política' centenas de moradores da periferia da cidade se reúnem hoje a partir das 8:30 da manhã no salão da comunidade do Jardim Santa Cecília, em Andradina, numa iniciativa do próprio povo com apoio da Diocese de Lins. O encontro que deverá terminar por volta das treze horas, de acordo com o programa oficial, será coordenado pela equipe técnica do Iajes e terá ainda a participação de membros das Comunidades Eclesiais de Base e das Sociedades Amigos do Jardim Santa Cecília [...] (JORNAL DA REGIÃO, 17/01/1982, s.p.)

A notícia acima vem expor alguns elementos dos quais pretendo dispor para efetuar uma discussão cuja tônica se configura na busca pela compreensão do campo político no contexto dos movimentos po-

pulares das décadas de 1970 e 1980. Tratarei aqui de pensar o político a partir de movimentos organizados pelo lajes, entidade eclesiástica atuante na região de Andradina, onde apoiou e organizou diversos grupos que se constituíram como movimentos reivindicativos e combativos, como as Sociedades Amigos de Bairro (SAB's), o Movimentos de Mulheres, Movimentos Negro, de Desempregados, entre outros.

Tanto o lajes quanto os movimentos sociais ligados a ele situam-se num mesmo quadro de efervescência social impulsionada pela Teologia da Libertação em grande parte da América Latina, em resposta à histórica exploração e expropriação dos povos do continente bem como à opressão política do autoritarismo militar, subserviente ao imperialismo norte-americano. Com uma retórica pautada na ética do cristianismo original e em elementos norteadores do marxismo científico, a Teologia da Libertação contribuiu sobremaneira nas redefinições dos conceitos de política, nas noções de direitos, participação, etc...<sup>2</sup>

Vera da Silva Telles atentou para o fato de que essas noções estavam sendo reconstruídas no cotidiano das lutas reivindicativas que, contra a contaminação do espaço das fábricas pelo olhar militar onipresente, passaram a se dar em novos espaços, sobretudo nos bairros e na Igreja (Cf. TELLES, 1984: *passim*). A convergência entre a disposição dos sujeitos em lutar pelos seus direitos e suas causas e a da Igreja em amparar essas lutas e entrelaçá-las, dando-lhes sentidos unificadores, é perceptível através das experiências e descobertas, ou seja, na reunião do povo com padres e leigos inspirados pela máxima da “opção pelos pobres” torna-se possível o diálogo sobre as condições de vida desses sujeitos, condições que, em conversas como estas, evidenciaram um importante ponto de união, não obstante as diversidades desses sujeitos, onde puderam se perceber como classe social, explorada e oprimida, mas potencialmente forte<sup>3</sup>. Assim podemos entender como uma iniciativa pode ser “do próprio povo” mas ao mesmo tempo ser coordenada pela Igreja, por exemplo.

A luta contra a exploração e as privações das classes subalternas será, portanto, uma luta dos seguidores da Teologia da Libertação, mormente daqueles que figuram nas CEB's, intersecção entre Igreja e povo, pois é um instrumento da Igreja nas mãos dos cristãos leigos das comunidades. Contudo, o pensar e o agir dessa matriz teológica não se dão apenas em resposta à exploração, mas como já foi dito, também à opressão política, ao autoritarismo generalizado dos governos militares espalhados pelo continente, onde podemos citar por exemplo, a situação do Brasil, do Chile, da Argentina, da Nicarágua, de El Salvador, nos anos 1970.

Nesse sentido, se a percepção da primeira contradição, a econômica, estava sendo respondida com impulso à mobilização social, a segunda, política, levou os teólogos da libertação e seus adeptos a deliberarem muito sobre o tema, a levarem essa discussão pras Dioceses, para as paróquias e para as comunidades, bairros, onde a construção dos conceitos de “sujeito histórico” e “sujeito político” tomava grande sentido<sup>4</sup>. Iniciava-se ali uma discussão acerca da participação política efetiva dos homens e mulheres do povo, numa discussão em que é possível notar as possibilidades e os limites dessa Igreja, sobre a influência das ações desse povo nos processos de redemocratizações que se iniciavam.

Destarte, a política partidária entrou na pauta das reuniões realizadas nos salões paroquiais, nas comunidades das periferias. Acredito que, assim como na notícia citada no começo desse texto, centenas de outros encontros pelo Brasil devem ter sido intitulados “Fé e Política”, ou algo similar. De fato, essa Igreja impulsionou a participação dos cristãos na política, e em decorrência é possível encontrar títulos de livros como “*Cristãos: Como Fazer Política*”, de autoria de teólogos e estudiosos como Clodovis Boff, Frei Betto, Pedro Ribeiro de Oliveira, entre outros. Outrossim, alguns textos publicados por pastorais se ilustram como bons exemplos desse movimento feito em direção ao campo político, tal qual o comentário da Pastoral da Prelazia de São Felix do Araguaia, de 1981, nos dizeres “Entendemos a participação na política partidária legal como mais um espaço que deve ser ocupado pelas classes trabalhadoras, exploradas e oprimidas, [...], a nossa luta é pela mudança estrutural da sociedade”<sup>5</sup>.

Esse movimento ao político é meu objeto de estudo, contudo, tentando me desvencilhar de verdades pré-concebidas, tentando evitar reafirmar as representações feitas ou impostas pelos sujeitos, buscarei problematizar essa guinada ao político, tencionado desvelar os jogos internos e as contradições que poderão ser ouvidas nas vozes desses sujeitos, guardadas nas fontes que eles produziram por si e para si. Tentarei, a partir de suas trajetórias, perceber possíveis conflitos que possibilitem compreender os rumos que tomaram alguns setores da esquerda brasileira. Para isso, estruturo essa discussão em duas partes que se seguem: a primeira cuidará de apontar os caminhos percorridos pelo lajes e pelos movimentos no sentido da política, e a segunda, de forma dialética, buscará desvendar as contradições existentes aí nessa guinada ao político.

I) Quando tais reformulações do “político” atrelaram-se à luta do povo na ordem de uma “luta de Deus”, Andradina caminhava nessa

direção. Tanto o lajes quanto os movimentos que orientava voltaram esforços para o campo político. Desde a década de 1970 as comunidades de base de Andradina já vinham recebendo orientações de cunho político. Com efeito, já se tomava contato com as premissas de se fazer política na prática das CEB's, no cotidiano de lutas cristãs, no processo – intencional – de inversão dos pressupostos de que política se faz de “cima pra baixo”, e sob inspirações evangélicas que a justificavam. Um documento intitulado “Orientações sobre Política: Para uso das comunidades de Andradina – Resumo do encontro de janeiro de 1978” pode ser entendido como justificador da ação política por parte dos membros da Igreja à medida que assevera, re-conceituando o termo política:

De início, entendemos por política tudo o que está ligado à organização da vida do homem em sociedade. Sendo ligada à vida em sociedade, a política atinge também a Igreja [...]. O amor ao próximo pode se manifestar na vida particular de cada, mas deve se manifestar também na vida social, atingindo, portanto, a política.

A partir de então, o lajes passou a ter uma atuação mais voltada à informação e formação política, evoluindo do assistencialismo “para um trabalho mais profissional e libertador, que compreende avanços significativos” pois caminha para o “despertar do povo para a luta por seus direitos, nas reivindicações prioritárias” (Cf. DOCUMENTOS lajes, Caderno IAJES, Andradina, 1979, p. 12).

Inicialmente, as fontes sugerem uma participação indireta do lajes na política, pois este iniciou um processo de conscientização, de educação política dentro do contexto da educação popular. Observa-se a preocupação com palestras e criação de grupos que levem as discussões para as periferias, em seções de filmes e slides informativos, sobre a situação política do país, da América Latina - inclusive, e abundantemente, da Nicarágua, que estava em pleno momento revolucionário. Também se constata a preocupação na conscientização de homens e mulheres contra compra de votos e outros subterfúgios “antiéticos” dos processos eleitorais. Tal iniciativa pode haver sido o primeiro passo para o que viria depois, uma série de desdobramentos que acabaram por inserir sujeitos simples, homens e mulheres das comunidades periféricas, no campo político, de forma plural: na política partidária, em embates políticos de enfrentamento ao poder público, na busca por direitos políticos, participação e etc.

Externamente, e ao mesmo tempo, o lajes procurou atuar como fiscalizador da política. Em pleno processo de abertura, a entidade re-

correu aos jornais locais para questionar os partidos que estavam se formando, os candidatos que estavam se configurando e os políticos que estavam atuando. Em decorrência, periódicos informativos e manchetes como “IAJES pergunta aos candidatos” (Jornal da Região, 29/09/1982) e ainda, “IAJES sobre os partidos:” (id. 24/10/1982) se tornaram corriqueiros. Tal processo se assemelha a uma política de incentivo à cidadania e de oposição, sob a égide da “vontade de ética” da “moralização” e “transparência” política.

Para além dos projetos em educação popular e do incentivo ao direcionamento político dos movimentos sociais, o lajes, nas eleições de 1982, deu mostras de uma participação mais direta na política partidária. O maior exemplo disso foi a candidatura da presidente da entidade para o cargo de vice-prefeito municipal pelo Partido dos Trabalhadores, ao qual a maioria dos “iajistas” se vinculou. A justificativa desse passo continua perpassando a inspiração evangélica iluminada pela Teologia da Libertação, evidenciando a idéia de que a política é um instrumento de continuidade das lutas sociais impulsionadas pela Igreja:

[...] Poucos meses antes de terminar meu mandato vejo-me na obrigação de apresentar minhas demissões. O motivo é que vou entrar diretamente na política partidária, apresentando-me como candidata a vice-prefeito pela chapa do Partido dos Trabalhadores. Ao longo da minha caminhada com o IAJES e com o movimento popular, aprendi que o povo deve assumir ativamente a participação política, se quiser ter esperança de um Brasil melhor e de uma nova sociedade, mais justa e cristã. Por isso tomei a resolução de entrar ativamente na política, sentindo esse passo como uma continuação da caminhada feita até aqui (JORNAL DA REGIÃO, 03/07/1982. p. 03).

Dessa forma, evidencia-se também que o campo político se abriu para uma intersecção com essa Igreja e com os movimentos sociais no período de abertura. O Partido dos Trabalhadores, PT, criado em 1980, parece ter sido porta preferencial da atuação desses sujeitos oriundos dos movimentos populares. Nas eleições de 1982, dos 16 candidatos que concorriam ao pleito pelo partido, 13 tinham algum vínculo, direta ou indiretamente, com o lajes. Nesse período, o discurso do lajes já poderia ser confundido com o discurso petista, mas nessa relação, nem tudo seria flores, pois o que está ocorrendo aí é o encontro entre dois campos, o político e o religioso, há muitas convergências e intersecções, mas devemos ficar atentos para as divergências.

A atração do PT sobre esses movimentos decorre de diversos fatores, dentre os quais, as propostas que representam o partido como uma - e única - alternativa popular e principalmente como uma “imensa novidade”, se destacam. A rigor, a questão do “novo” é muitíssimo discutida nesse objeto de estudo, por que não se limita a conceituar apenas o partido, mas tudo a qual ele se vincula, ou por ele foi instrumentalizado, como os novos movimentos sociais, o novo sindicalismo, as novas formas de ser Igreja, enfim, a chamada nova esquerda, que assim pretendia negar o velho e o estabelecido, mas que deve ser reinterpretada, na medida em que tenhamos a consciência das diversas continuidades trazidas por esses grupos. Uma pergunta cabível seria: será que é tão “nova” essa nova esquerda?

Com efeito, seria exaustivo enumerar todas as colocações propostas pelos intelectuais do PT para se estabelecerem como algo realmente novo, no geral, o discurso exalta a vantagem, para com os outros partidos, de possuir ampla participação popular, uma força que provém de ampla base. Em resumo, para sintetizar a força com que essa representação se veiculou como forma de exaltação e legitimação, cito José Álvaro Moisés, ao destacar o caráter do qual o PT seria portador: “Na verdade, o movimento no qual o PT é caudatário se constitui no único ponto de ruptura real no esquema da ‘abertura’ montada pelos atuais dirigentes do Estado” (MOISÉS, 1982, p. 210).

Ao observar essa questão, não é difícil concordar com os autores que interpretam o uso do novo como forma desses setores se afirmarem. Contudo, não pretendo aqui entrar diretamente no mérito desses sujeitos produtores das representações de si e para si, penso nessas colocações e representações como estratégias legítimas na construção das experiências, mesmo porque não pretendo separá-las da esfera do “real” colocando-as no campo do imaginário ou da construção de uma “mentira histórica”, pois as entendo como integrantes nos processos da ação social, importantes para os sujeitos que as tecem e que as apreendem, influenciando em suas ações e reações, não obstante precisarem ser objetivadas para a compreensão da conjuntura que se configura nas suas conseqüências <sup>6</sup>.

Voltando para o ponto de encontro entre os movimentos e a política partidária: Assim como no lajes, nos movimentos sociais se fez política intensamente. Entre um cotidiano de comunhão, oração, quermesses beneficentes, mutirões, esse fazer político, num contexto de uma ampla luta de classes, pode ser bem detectado em nível coletivo, ou seja, partindo também dos movimentos e não exclusivamente dos

sujeitos. Seriam portanto sujeitos políticos coletivos, e não individuais, como o exemplo anterior.

Isso pode ser observado, por exemplo, através das SAB's - Sociedades Amigos de Bairro -, que abraçaram, por volta de 1984, a luta pelo "Orçamento Participativo" ou "Orçamento Popular", implicando intensa mobilização por parte das comunidades integradas (11 ao todo), nos esforços de manifestações, pesquisas exaustivas com mais de 2000 entrevistas nos bairros para levantamento geral das necessidades da população, embates políticos travados com o poder público por sua implantação durante anos consecutivos, e etc.

Na memória desse movimento, observa-se que tal luta se constitui em imensa importância não apenas pelo fato em si, da luta pelo direito e pela participação, mas sobretudo pelo pioneirismo de uma experiência que seria exaltada por diversas instituições, como o CEDI, Centro Ecumênico de Documentação e Informação de São Paulo, que produziu um documentário relatando a experiência, e posteriormente pela incorporação do projeto de "orçamento participativo" nos governos petistas.

Em algumas ocasiões, os "ânimos" esquentavam entre esse Movimento e o poder municipal. Por exemplo, em 4 de fevereiro de 1985, as SAB's foram a 1ª sessão da Câmara Municipal questionando os vereadores por estes não terem comparecido à reunião marcada para dezembro do ano anterior. Entraram na câmara mais de duzentos membros do movimento clamando em uma só voz: "O povo quer falar, Tribuna Livre Já!". A recepção não fora pacífica, o presidente da Câmara pediu silêncio e proibiu a exposição dos problemas que estavam sendo levados pelas SAB's, iniciou-se um bate-boca que logo se tornou uma discussão generalizada. Os membros do movimento iniciaram a leitura da carta em repúdio aos vereadores, que reagiram ligando o aparelho de som na câmara e provocando um chiado ensurdecedor. O povo levantou a voz e continuou a ler a carta. Ao final, o acordo viria com outra reunião sendo marcada, e nesta, compareceram apenas três vereadores. Mesmo assim a reunião seguiu, coordenada por Valdete Bertucci – novamente presidente do Lajes e membro das SAB's<sup>7</sup>.

Aparentemente, o movimento estava objetivando o acordo e não o enfrentamento, como é o caso da luta precedente, a dos postos de saúde, que culminou num grande acordo entre Lajes e prefeitura. O conflito só veio em resposta ao silenciamento do poder público diante das reivindicações sobre orçamento popular, o que evidenciava a opinião da prefeitura acerca da participação popular nas escolhas dos gastos e prioridades do governo municipal. Mas mesmo em busca de acordos,

há neles, e sobretudo no enfrentamento forçado, evidências das tentativas de mudança das estruturas políticas municipais, no intuito de que esse poder público aceitasse a participação popular nas decisões político-administrativas.

Nesse sentido, vale a pena lembrar também que, nas primeiras manifestações, quando da integração desses movimentos, as maiores demandas pediam por canos de esgoto, asfalto e outras de ordem reivindicativa que, apesar de se configurarem como protesto político, permeiam a questão das demandas sociais de consumo. A guinada para uma luta mais “política” reflete os resultados da educação popular - e política - que esses sujeitos recebiam, apreendiam e praticavam.

Assim como as SAB's, o Movimento de Mulheres também politizou suas causas. Sua emergência está ligada à influência dos movimentos Contra a Carestia e Clubes de Mães da cidade de São Paulo, que motivaram as “visitadoras” dos IAJES e das CEB's a saírem às ruas, em mutirões, para chamar a atenção e explicar que lutas eram aquelas pelas quais as mulheres paulistanas estavam se unindo.

Mas o movimento recebeu uma influência significativa do PT - Partido dos Trabalhadores, antes mesmo de se consolidar, haja vista que, por exemplo, em 18 de outubro de 1980, a então deputada estadual pelo PT, Irma Passoni, palestrou em Andradina para uma centena de donas de casa, em geral, moradoras da periferia e o tema do encontro foi “a participação da mulher na vida social e política do país”<sup>8</sup>.

Assim, o maior engajamento desse movimento tomou corpo quando das discussões acerca da participação das mulheres na política e na Constituinte. O assunto se tornou pauta imperiosa nos encontros e reuniões, culminando em documentos e emendas populares que foram enviados a Brasília numa tentativa de intervenção na feitura da carta constitucional.

Se observarmos as trajetórias das demandas desse movimento, percebemos claramente tal guinada e, sobretudo através dos temas dos encontros regionais semestrais entre 1982 e 1987. Do primeiro ao último analisado, até o segundo semestre de 1986, temos: “Troca de Experiências”, “Violência”, “Desemprego e Custo de Vida”, “Desemprego e Custo de Vida - Aprofundamento”, “Participação Política da Mulher”, “Participação Política da Mulher e Constituinte”, “Constituinte: Elaboração do Documento: Direitos que nós Mulheres queremos ver garantidos na Nova Constituição”, “Constituinte e os Partidos Políticos”, “Constituinte - Aprofundamento das Propostas dos Direitos que queremos ver garantidos na Nova Constituição”<sup>9</sup>.

Tal trajetória se mostra explicitamente “politizante”, e não perde o caráter de movimento social, de enfrentamento, de luta de classe, e nesse sentido, é inegável que o movimento agregou conquistas, pois que, por terem resistido numa luta mais ampla e geral, conquistado alguns poucos e incipientes benefícios, por terem enviado assinaturas e emendas para a Constituição de 1988, elas se sentiram vitoriosas. Por serem simples, por serem donas de casas, senhoras católicas e mães de famílias, domésticas, comerciárias, operárias, prostitutas, enfim, por serem povo sentiram que eram mesmo, agora, autores da história, personagens não só do cotidiano sofrido e da luta diária, mas também sujeitos políticos, que interagiam com o poder, na qualidade de mulher e de cidadã.

Apesar das tentativas, não vimos a emergência dessas cidadãs na câmara municipal, tampouco na prefeitura, mas não devemos considera-las derrotadas, pois o processo político no qual elas interagiram provavelmente se alterou, e isso deverá ser analisado futuramente.

Mas a influência externa do Partido dos Trabalhadores também é inegável. Não obstante a participação de outros partidos nesse processo, é possível detectar como o PT investiu na cooptação desses movimentos, enviando palestrantes, material, invocando esses discursos e se integrando com familiaridade nesses grupos. Para essas mulheres, falar (ou escrever, no caso) sobre Irma Passoni, Luiza Erundina, Marta Suplicy, parece ser como falar sobre elas mesmas, como mulheres fortes que eram, e importantes também.

Podemos pensar o direcionamento político da Igreja, representada aqui pelo lajes, e dos movimentos sociais, como instrumento das lutas travadas pelos sujeitos, das tentativas de transformação social, seja, como vimos, a partir da educação política, da atuação na política partidária, na luta por intervenção, participação direta e outros. Contudo, não devemos deixar de considerar que tais guinadas representam a entrada desses sujeitos em campo distinto: o político, onde novas relações se configuram, novos espaços de interlocução se constroem, evidenciando os limites e possibilidades no lutar por suas aspirações, e na relação entre os próprios campos. Seus sucessos e fracassos, evoluções e retrocessos deverão ser analisados, dando continuidade a essa incipiente reflexão.

**II)** Aparentemente, o “romance” entre os movimentos populares e o partido de maior adesão, ou seja, o PT, ocorrera como um desdobramento quase natural das lutas travadas pelos sujeitos no âmbito da micro-política para a macro-política, como se pode observar na conti-

nuidade do depoimento de Valdete Bertucci ao Jornal da Região, quando interpela a respeito da opção partidária:

Eu não escolhi o PT. A verdade é que eu já estava nele mesmo antes que ele existisse. No PT está tudo aquilo que a gente já vinha fazendo, pregando e pretendendo fazer, embora não tivesse voz e vez. Logo que nasceu o PT nós nos entregamos à luta e agora como candidata a vice-prefeito me proponho a continuar a trabalhar ao lado do povo com mais garra, por que não estamos sozinhos. A minha pretensão não é uma posição na sociedade, não é arranjar um emprego, mas sim lutar em favor dos trabalhadores injustiçados e do bem comum por melhores condições de vida. Isso nós já fazemos e continuaremos fazendo, mesmo não sendo eleitos (JORNAL DA REGIÃO, 19/09/1982, p. 03).

Tal depoimento demonstra uma sensação de que o PT é a institucionalização das lutas que se construíram anteriormente, seria ele uma continuidade, por outro canal, das mesmas lutas. Não se faz distinção qualquer entre os campos de luta aí citados, movimentos populares e partido político seriam, como se pode entender, um campo uníssono.

Um outro elemento importante nessa constatação é entender o motivo pelo qual o PT atraiu os movimentos populares de Andradina. Nesse caso, ao observar as falas a respeito do partido, representadas no *jingle* da campanha municipal de 1982, é possível compreender alguns denominadores comuns:

O PT nasceu da base, da luta não vai sair, de promessas vivo cheio, nesta não vamos cair; dia 15 é eleição, nosso refrão se repete, pra prefeito Bortolanza, e pra vice a Valdete; Chega de votar em patrão, vamos votar em trabalhador, um operário igual a Lula, pode ser um governador; este sistema é uma lamentação, muito triste sem tamanho, o pobre que mais trabalha, é o que pouco ou menos ganha; meus queridos lavradores, não tem terra pra plantar, nossos irmãos da cidade, não tem onde trabalhar; vamos votar no PT, ele vai nos organizar, numa união fraterna, que só vem nos ajudar (Doc. IAJES, 1982).

O caráter basista e pautado na figura do “trabalhador” foi sem dúvida o grande primeiro “marketing” do PT. Essa representação voltada para o mundo do homem trabalhador era baseada na figura do então líder do partido, o metalúrgico e sindicalista Luis Inácio Lula da Silva e em seu grande apoio popular, contudo, sobre a questão da “união frater-

na”, penso que os movimentos aqui analisados projetavam-se, e projetavam suas histórias progressas no partido, mesmo porque, em nível local, eles eram esse partido. Nada obstante, seria enganoso pensar que tal intersecção ocorrera sem conflitos, recuos, frustrações. O campo político é sem dúvida uma esfera de atuação complexa, que detém regras de um jogo muito diferente do que os cristãos estavam habituados, pois no campo pastoral, impera o que frei Betto chama de “caráter consensual, ético-emulativo”, o que tende a evitar o conflito acirrado e clamar pela irmanação das decisões em conjunto <sup>10</sup>.

A exemplo disso, a equipe da Faculdade de Teologia Nossa Senhora de Assunção publicou, em 1986, os resultados de uma pesquisa entre agentes pastorais que se envolveram na política partidária, assim como muitas experiências por todo Brasil, assim como o lajes. Em algumas entrevistas, é possível sentir as contradições percebidas pelos sujeitos no sentido do estranhamento do campo político:

O pessoal da pastoral popular, pela própria inexperiência de disputa política, não tem nível de discussão política capaz de superar certas discussões a ponto de trabalhar junto. O pessoal da pastoral e do movimento popular amassa o barro, mas falta nível de discussão política, de argumentação’ (Entrevista 52) ‘Na comunidade também se discute, mas sempre termina rezando o Pai-nosso ou cantando. No partido há ambiente totalmente diferente. Há a disputa política. Se debate, se briga, se quebra o pau, e não termina se abraçando, cantando. Já na comunidade sempre se procura um consenso final. No partido, isso é muito mais difícil. Por isso, é muito difícil fazer política partidária pra muitos militantes das CEB’s. Vai a reunião, é aquela disputa, aquela briga, etc, e o nosso pessoal não está acostumado com isso, com esse clima. E acaba havendo um certo afastamento (FACULDADE DE TEOLOGIA NOSSA SRª. DE ASSUNÇÃO, 1986, p. 44).

No entanto, esse afastamento que parece ocorrer na direção do movimento ao partido, pode estar fazendo o caminho inverso, ou seja, do partido ao movimento, como afirmou Jorge Almeida, em recente artigo a respeito das relações entre o PT e os movimentos sociais:

A relação do PT com os movimentos sociais teve vários momentos. No início, foram os movimentos que - ao lado das organizações revolucionárias clandestinas e setores da esquerda das igrejas, entre outros - deram uma contribuição indispensável para a construção do

PT. Desde a primeira iniciativa que partiu de metalúrgicos de Santo André (no IX Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo - janeiro de 1979), esta contribuição se deu basicamente em duas vias: 1) criando as condições políticas na sociedade para a fundação de um partido como o PT; 2) fornecendo uma grande massa de militantes para a sua organização propriamente dita. Num segundo momento, o PT foi um forte instrumento de construção dos movimentos: do seu enraizamento, expansão nacional e aprofundamento político. A partir dos anos 90, entretanto, o PT começa a mudar sua linha política, priorizando cada vez mais os processos eleitorais, secundarizando e mesmo começando a se esquecer dos movimentos. (ALMEIDA, In [www.pt.org.br](http://www.pt.org.br), 20/04/2005)

Se as prioridades ao processo eleitoral realmente forem uma forte razão do afastamento dos movimentos populares ao partido político (e vice-versa), é preciso perceber como os movimentos em Andradina lidaram com esse processo. É daí que surge a pergunta para essa discussão: Qual é a relação dos movimentos populares com a questão do campo político no contexto das regras eleitorais, parte importante do jogo nesse campo?

Primeiramente, uma pequena relativização deve intermeiar essa discussão. Para evitar generalizações, faz-se necessário atentar para o fato de que, apesar de contar com a grande maioria dos membros do lajes, esse movimento ao político e sobretudo à política partidária no PT não se constituiu em unanimidade, o que por si só já poderia ser tomado como uma primeira contradição, na medida em que, grupos ligados aos movimentos não viam essa “partidarização” dos movimentos com bons olhos, e tampouco todos pensavam o PT como continuidade das lutas do povo. Sabendo que na década de 1980 o lajes abarcava em si mais de nove CEB's, onze SAB's, sujeitos diversos que circulavam em vários campos e movimentos, seria ingenuidade pensar que as decisões do lajes e dos movimentos se pautavam na unanimidade, na homogeneidade de pensamento. É possível, por exemplo, encontrar inúmeras críticas dirigidas à politização dos padres e do espaço da Igreja em diversas passagens de documentos que têm como objetivo avaliar o trabalho das CEB's e do lajes nas comunidades e nos bairros em geral. Nesse sentido, vale a pena atentar para o fato de que a aparente unanimidade se constitui, em verdade, nas decisões finais que passaram por processos de discussão e críticas, que tiveram sua dialética, mas que nas fontes transpassam, na maioria das vezes, no resultado final, camuflado pela homogeneidade de pensamento.

Retornando à pergunta que me leva a essa discussão, com relação ao jogo eleitoral, apesar da pesquisa se encontrar ainda incipiente, parece estar aí uma chave para a compreensão do afastamento posterior dos sujeitos ligados aos movimentos à política partidária, pois tal questão fora bastante discutida nos espaços onde estes sujeitos pensavam e agiam.

É possível perceber, por exemplo, que existe, por parte do lajes, uma preocupação na possibilidade do povo apostar suas esperanças exclusivamente no partido, no voto, na política. Publicado em 1982, o segundo caderno de “Educação Política” divulgado pelo lajes recebeu o nome de “Mudar as Regras do Jogo” e contém não apenas a crítica mais comum feita à corrupção e a falta de ética de partidos e políticos, mas também uma crítica contundente ao próprio processo eleitoral no âmbito das suas leis, das suas prerrogativas, dos meandros das elites para que o processo se constitua como favorável à permanência dos poderosos no poder. Até a forma da cédula é observada pelos sujeitos como instrumento de inibição das classes populares. Ao exaltar esses argumentos, o lajes parece esquecer seu apoio majoritário ao partido-PT, e escreve:

Ninguém salva o povo, a não ser o próprio povo organizado. A esperança não é o Montoro nem o Jânio nem o Lula. A esperança é a organização do povo: nas SAB's, nas comissões de lutas populares, no Movimento dos Sem Terra, nos sindicatos (autênticos) e nas associações. Povo unido é povo organizado. Povo organizado pode mudar as regras do jogo. As eleições são apenas um momento (DOCUMENTOS lajes, Educação Política nº 2, 1982, p.02).

Ainda em 1982, uma fala a respeito das ações do PT diante do jogo eleitoral chama a atenção, pois evidencia o incômodo que as regras do jogo causa nesses sujeitos. É da equipe do lajes a reportagem donde foi tirado o trecho em que a respeito do PT, novamente se exaltou o “basismo” e a “continuidade das lutas populares”, contudo assinalou-se, com relação ao processo eleitoral: “(o PT) teve que entrar por força das circunstâncias no jogo eleitoral, aceitando as regras impostas pela situação e pelas exigências da campanha” (JORNAL DA REGIÃO, 24/10/1982).

Durante toda a década de 1980, o lajes publicou cartilhas e panfletos alertando a população sobre o jogo eleitoral, sobre as implicações da Lei falcão, da proporcionalidade, das dificuldades impostas ao povo mais simples, aos analfabetos, e também aos problemas da corrupção, da riqueza das campanhas, etc...

Posteriormente é possível observar que, por outro lado, o partido também delibera sobre os movimentos. Em uma reunião promovida a 10/04/1988, ficaram colocadas algumas dificuldades entre os militantes em elaborar uma plataforma ou plano que seria apresentado em campanha eleitoral. Uma destas dificuldades consistia em diferenciar o discurso petista, pois “transparência e participação popular” também eram usados por outros partidos. Sentiu-se a necessidade de se usar referências que legitimassem as diferenças, as autenticidades petistas. Assim, ficou colocada que a experiência do movimento popular não havia sido apropriada pelo PT, e surge a pergunta: “qual o problema em canalizar as lutas para o partido político?” e a resposta surge com novo questionamento: “Até que ponto temos direito?”, “Como o PT pode encampar a proposta do Movimento Popular (Bairros) do Orçamento Popular”? (ATAS do PT, 1988, p. 10).

A resposta para a minha pergunta será ainda uma segunda pergunta, que predissera provavelmente, uma terceira ou quarta. Questiono agora a possibilidade do afastamento recíproco entre movimentos populares e partidos políticos, mormente o PT, ter se consolidado no fortalecimento dos campos que lhes são peculiares, e nisso o PT parece ter enorme responsabilidade, pois, na medida em que aceitou e incorporou plenamente as regras do jogo, os habitus do campo político, possibilitou a estranheza e quiçá o afugentamento desses sujeitos.

É a partir desses pequenos fragmentos considerados como percepção de contradições do processo de movimento feito pelos sujeitos simples, das comunidades, ao complexo campo político, que se norteará algumas das minhas análises em busca da compreensão dessa dialética, sem contudo, negligenciar tanto os acontecimentos do campo religioso, onde perceberemos a retração das ações sociais vindas “de cima pra baixo”, a partir de João Paulo II, quanto o contexto dos acontecimentos vividos no local, principalmente por que já é possível detectar algumas mudanças de postura quando da entrada do PMDB na prefeitura de Andradina em 1982, um partido que em teoria se considerava de oposição, que acabou causando alguns anos de certa imobilização por parte desses sujeitos em suas lutas políticas. Pelo menos até 1985 o lajes tinha, na figura da prefeitura peemedebista, um “quase-aliado”.

O exame desses desdobramentos poderá ser mais uma peça de um quebra-cabeça que ainda hoje está sendo montado, para que possivelmente possamos colocar nossos pés no chão novamente e buscar, na história, o calço que nos sustenta.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Mestranda em História Política e Movimentos Sociais no PPH da UEM, onde desenvolve a pesquisa “O IAJES no Contexto dos Movimentos Populares da Década de 1980: A Experiência de Andradina”, sob a orientação do prof<sup>o</sup> Dr. Sidnei Munhoz. Professora no curso de História das Faculdades Integradas Rui Barbosa, de Andradina.
- <sup>2</sup> Nesse sentido, há uma vasta bibliografia a ser consultada versando sobre as idéias da Teologia da Libertação em âmbitos político e teológico; cito algumas obras referências como exemplo: BOFF, Leonardo; BOFF, Clodóvis. Como fazer teologia da libertação. Petrópolis: Vozes, 1986; BOFF, Leonardo. Teologia do cativo e da libertação. Petrópolis: Vozes, 1980; \_\_\_\_\_. O caminhar da Igreja com os oprimidos: do vale das lágrimas à terra prometida. Rio de Janeiro: Codecri, 1980; \_\_\_\_\_. O Despertar da Água: O Dia-bólico e o Simbólico na Construção da Realidade. Petrópolis: Editora Vozes, 1998; \_\_\_\_\_. O Destino do Homem e do Mundo. São Paulo: Vozes, 1982; DUSSEL, E. Ética da Libertação. Petrópolis: Vozes, 2000; \_\_\_\_\_. Para uma ética da libertação latino-americana. 5 vols. São Paulo: Loyola, 1977; GUTIERREZ, Gustavo. Teologia da libertação. Perspectivas. Petrópolis: Vozes, 1985; MONDIN, B. Os teólogos da libertação. São Paulo: Paulinas, 1980; OLIVIERI, Giancarlo. Novas formas de ser Igreja. Andradina: Novas Formas Editorial, 1995. Entre outros.
- <sup>3</sup> O conceito de classe social que utilizo para pensar essas categorias é coerente ao sentido atribuído por E.P. Thompson sobre a construção da classe em si, na luta e nas experiências dos sujeitos que são classe na medida em que se percebem como tal e em sua luta. Para compreender o conceito de classe e experiência em E. P. Thompson contamos, além de suas obras, com estudos de historiadores e cientistas sociais que se preocuparam em sistematizar essas formulações no âmbito dos conceitos utilizados pela história e pela sociologia. Nesse sentido recomendo os artigos de MUNHOZ, 1997 e FERRERAS, s/d.
- <sup>4</sup> Processo que ocorria através dos esforços simultâneos de teóricos e intelectuais em uma linha que valorizava a autonomia do povo participativo, através, por exemplo, das metáforas do “sujeito da própria história”, em conjunto com as experiências que se desenhavam nessa conformidade. A rigor, uma série de teólogos e intelectuais utilizou, para designar os sujeitos atuantes nos movimentos sociais do pós-70, termos como “novo sujeito político”, que faz, grosso modo, parte de uma conceituação de caráter teórico-político intencional. Ana Maria Doimo tratou dessa questão e afirmou que “Enquanto Dom Mauro Morelli proclamava já em 1976 que ‘nós devemos ser sujeitos da nossa própria história’, e enquanto teólogos progressistas entendiam, também em meados da década de 70, a presença do povo organizado como um ‘novo sujeito histórico’, os intelectuais conferiram legitimidade a esse discurso, nomeando os movimentos sociais emergentes de ‘novo sujeito coletivo’[Cf. Moisés], ‘sujeito popular’ [Cf. Petrini], ‘sujeito político’[Cf. Caccia Bava], ‘sujeito político histó-

- rico' [Cf. Martins], ou mesmo 'sujeitos de sua própria história'[Cf. Evers]. Sader não só reconheceu essas falas em sua tese de doutoramento como a elas aderiu incondicionalmente, definindo sujeito coletivo como 'uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nestas lutas'".Cf. DOIMO, Ana Maria. *A Vez e a Voz do popular: Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará - ANPOCS, 1995.p.78
- <sup>5</sup> Estudo divulgado em: CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL. Caderno do C.E.A.S. Salvador: C.E.A.S., v.73,março, 1981, p.21.
- <sup>6</sup> Sobre o conceito de representações que utilizo, no contexto das definições de Roger Chartier e Pierre Bourdieu , ver: CARVALHO, 2004.
- <sup>7</sup> Cf. DOCUMENTOS lajes. Sociedade Amigos de Bairro-1985: Orçamento popular Já!, Andradina: 1985, 14 p.
- <sup>8</sup> Cf. JORNAL DA REGIÃO, 18/10/1980:s.p. In DOCUMENTOS lajes, Jornais, Andradina: 1980-1988.
- <sup>9</sup> Cf. DOCUMENTOS lajes, Relatório: MOVIMENTO REGIONAL DE MULHERES, Andradina: 1987: 01-02.
- <sup>10</sup> Sobre as considerações do teólogo e jornalista Frei Betto, ver BETTO, Frei. Os Cristãos na Política. In: BOFF, Clodovis et al. *Cristãos: Como Fazer política*. Petrópolis: Editora Vozes, Coleção Como Fazer.1987.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Jorge. *O PT, O Governo Lula e os Movimentos Sociais*. In: [http://www.pt.org.br/site/secretarias\\_def/secretarias\\_int.asp?cod=3597&cod\\_sis=18&cat=14](http://www.pt.org.br/site/secretarias_def/secretarias_int.asp?cod=3597&cod_sis=18&cat=14) De 20/04/2005, Acessado dia 08/08/2005.
- BETTO, Frei. Os Cristãos na Política. In: BOFF, Clodovis et al. **Cristãos: Como Fazer Política**. Petrópolis: Editora Vozes, Coleção Como Fazer, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. A Representação Política. In: **O Poder Simbólico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CARVALHO, Francismar. O Conceito de Representações Coletivas: Diálogos entre a História e as Ciências Sociais. In: **II Seminário de Ciências Sociais. Discussões recentes sobre temas das ciências sociais**. Caderno de Resumos Expandidos. V. Único. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2004. pp. 87-89.
- CENTRO de Estudos e Ação Social. **Caderno do C.E.A.S.** Salvador: C.E.A.S., v.73, março, 1981.
- DOIMO, Ana Maria. Povo Como Sujeito de sua Própria História: Metáfora de um Novo Tempo. In: \_\_\_\_\_. **A vez e a voz do popular: movimentos**

**sociais e participação política no Brasil pós-70.** Rio de Janeiro: ANPOCS-Relume-Dumará, 1995.

FACULDADE de Teologia Nossa Senhora da Assunção. **Pastoral Popular e Política Partidária.** São Paulo: Ed. Paulinas, 1986.

FERRERAS, Norberto. O Culturalismo e Experiência: leitura dos debates em torno da obra de E.P. Thompson. In: **Revista Diálogos.** v. 3. Maringá: UEM, s/d.

MOISÉS, José Alvaro. **Lições de Liberdade e de Opressão: o novo sindicalismo e a política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MUNHOZ, Sidnei. Fragmentos de um Possível Diálogo com Edward Palmer Thompson e com Alguns de seus Críticos. In **Revista de História Regional,** Vol. 2. - nº 2 - Inverno 1997, disponível em <http://www.rhr.uepg.br/v2n2/sidnei.htm>. Acessado em 21/08/2004.

RICHARD, Pablo. **Morte das Cristandades e Nascimento da Igreja.** São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

RODRIGUES, Leôncio Martins. A Composição Social da Liderança do PT. **Partidos e Sindicatos:** Escritos de Sociologia e Política. São Paulo, Ática, 1990.

SANTANA, Marco Aurélio. Política e História em Disputa: O novo sindicalismo e a idéia de ruptura com o passado, In: Iram J. Rodrigues (org.) **O novo sindicalismo vinte anos depois.** Rio de Janeiro: Vozes/ Educ/Unitrabalho, 1999.

TELLES, Vera da Silva. **A Experiência do Autoritarismo e Práticas Instituintes.** Dissertação de Mestrado, USP, 1984.



## **O NOROESTE PAULISTA NO CONTEXTO DAS FRENTES PIONEIRAS: DEBATE SOBRE SUA OCUPAÇÃO**

Regivan Antonio de Saul<sup>1</sup>

Ao se falar ou escrever sobre o processo de colonização e ocupação que se deu na região Noroeste do Estado de São Paulo na segunda metade do século XIX à primeira metade do século XX, antes de tudo é necessário conceituar alguns pontos, e nada melhor para começarmos do que questionando os termos ocupação e colonização, pois é comum vê-los como análogos, no entanto, no contexto abordado exprimem um antagonismo ou no mínimo uma seqüência de fatos que permitem a coexistência distinta de ambos.

O termo colonização, ou seja, transformar em colônia, indica as ações provocadas por um determinado grupo de indivíduos que se estabelecem em uma determinada terra ou região, com um fim material determinado. Por outro lado, o conceito de ocupação, muito usado nos dias atuais, refere-se a tomar posse de algo que está devoluto e “instalar-se” neste. Uma leitura descuidada pode levar a crer que ambos são sinônimos, porém, o ato de ocupar implica algo mais espontâneo e

informal, enquanto que colonizar denomina processos mais complexos como um planejamento (particular ou oficial), onde a realização de tal empreendimento demanda algo mais inerente ao capital.

Outros dois pontos que merecem discussão são os conceitos de frente pioneira e de frente de expansão, que de forma particular estão intimamente ligados aos de ocupação/colonização. José de Souza Martins em seu texto intitulado “Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica” (1971), aponta que uma das principais diferenças entre frente pioneira e frente de expansão diz respeito à forma econômica predominante na “zona pioneira”. O conceito de zona pioneira pertence à Geografia, já os conceitos de frente de expansão e frente pioneira são utilizados pela sociologia, antropologia e ambos são emprestados à história, o que não impede que também sejam utilizados por outras áreas. Nas palavras do autor: “A frente pioneira exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. Ela se apresenta como fronteira econômica”. (1971, p. 35). Martins ainda pontua acerca da frente de expansão colocando que esta se diferencia da frente pioneira pelo fato da sua economia estar fundada em uma economia do excedente, ou melhor, “dela saem produtos que assumem a condição de valor de troca na economia de mercado”. (1971, p. 36)

Podemos ver aqui a ligação dos termos ocupar/colonizar e frente de expansão/frente pioneira. A ocupação que outrora dizemos, assemelha-se à frente de expansão, e, a colonização que em sua gênese visa uma forma mais direta de obter capital, é inerente a frente pioneira.

Visto estas colocações sobre alguns conceitos que serão fundamentais para compreendermos a dinâmica a qual estava envolta a região Noroeste de São Paulo no contexto da “Marcha para o Oeste”, podemos passar para a análise historiográfica propriamente dita do contexto.

Nos anos que anteciparam a ocupação da região Noroeste paulista, esta era habitada na sua maioria pelos índios caiapós que “dominavam as partes dos planaltos compreendidos entre os rios Grande e o Tietê” (MONBEIG, 1984, p.129). Com o aumento gradativo de migrantes que partiram para esta região, as populações indígenas foram desaparecendo e hoje praticamente inexistem na localidade, isto ocorreu por motivos diversos, sendo o conflito armado entre brancos e índios e o contato com novas doenças os principais motivos que levaram a este quadro de completa extinção das populações indígenas.

Mas qual foi o motivo que provocou esta migração no sentido ao Noroeste paulista? Sem dúvida o fenômeno que desencadeou esta onda de migrantes rumo ao Oeste de São Paulo foi o aumento do número das lavouras de café, lavoura esta que na segunda metade do século XIX se tornara a maior fonte de renda do país. Este aumento no número de plantações provocou a demanda por novas terras virgens, e à medida que os preços do café iam cada vez mais aumentando, esta demanda aumentava, conseqüentemente isto provocou o deslocamento populacional para estas novas áreas. Para a instalação do cafezal era preciso antes de qualquer coisa derrubar a mata nativa e logo depois se atava fogo para limpar a área da futura plantação. Basilio Sallum Jr., em sua obra demonstra de forma simples este processo:

Daí que o primeiro trabalho a realizar para formar a lavoura era o de eliminá-la (a mata virgem). Este trabalho era realizado na época das secas – entre abril e agosto – principiando pela roçada com foice e facão dos arbustos existentes entre as árvores maiores. Roçado este mato miúdo, procedia-se à derrubada das árvores maiores. Isto era feito a machado e de modo que os troncos remanescentes não ultrapassassem a altura de 40 ou 50 centímetros. Quando depois de certo tempo, a vegetação derrubada seca-va, isolando-se a área dos terrenos adjacentes e atava-se fogo. (1982, p. 28)

Organizou-se um número considerável de empreendimentos por parte de algumas famílias que logo possuíam imensas extensões de terras nos planaltos paulistas, famílias como os Toledo Piza, Prado, Alves de Lima, Queirós Teles, dentre vários outros donos de extensões que chegavam a mais de 12000 alqueires. Porém junto a estes, e aí vê-se claramente o interesse do capital, engrossando a frente pioneira estavam os donos das propriedades menores, ou pelo menos mais modestas.

Deve ser lembrado que no período áureo da atividade cafeeira, os fazendeiros se viram diante da perda de sua principal força de trabalho, a mão-de-obra escrava. Com o “fim” do trabalho escravo os plantadores de café precisaram resolver o problema de como tocar os cafezais, ainda mais que diariamente aumentava o número de lavouras e com isso aumentava também a necessidade por novos braços. Surge então a figura do imigrante que de forma significativa introduz novas idéias na corrida rumo ao Oeste, sendo uma das principais a difusão e consolidação das pequenas propriedades, que por sua vez já existiam, marcando de forma singular o fenômeno ocorrido no Oeste paulista.

Alberto Passos Guimarães transcreve parte de um discurso feito por um personagem da época, Dr. José Pereira Rego: “O imigrante não vem substituir o escravo, não vem dar socorro à grande cultura; vem fundar a pequena propriedade, inovar o antigo sistema de produção agrícola, despertar uma verdadeira revolução econômica...” (1989, p. 142).

Deixemos um pouco de lado a frente pioneira e tomemos a direção do fenômeno “precursor”: à frente de expansão, para que possamos logo após analisar a ação de uma sobre a outra.

A partir do segundo quartel do século XIX o Noroeste de São Paulo, assim como todo o Oeste do Estado, recebeu um grande contingente de migrantes mineiros sendo estes os primeiros a se fixarem nesta região próxima às margens leste do rio Paraná e sul do rio Grande. Nesta época a província mineira ainda não havia se restabelecido da crise da mineração e passava por inúmeros problemas dos quais Monbeig aponta:

Perturbações políticas, a tentativa revolucionária de 1842, vieram a reforçar as partidas dos mineiros para novas terras. Por fim durante a Guerra do Paraguai, de 1864 a 1870, preferiu bom número deles correr os riscos da vida no sertão a sujeitar-se ao alistamento militar. Muitos desses caboclos de Minas dirigiram-se para São Paulo, cujos cafezais começavam a celebrar-se (1984, p.133).

É importante que se lembre que estes mineiros ao se instalar nos “sertões” paulistas na sua grande maioria não procuravam abrir grandes propriedades, porém, em não raros casos podia-se encontrar grandes extensões de terras sob posse de gente vinda de Minas. O fato de ex-colonos, baianos, mineiros, imigrantes e em menor número escravos se dirigirem para os planaltos paulistas se deu por vários motivos, dentre os quais a esperança de melhores condições de vida o que mais se destacava. Este deslocamento em massa foi facilitado pela Lei de Terras de 1850. Esta lei determinava que todos aqueles que pudessem comprovar seu direito de primeiro ocupante da terra e que já tivessem começado algum tipo de cultivo, tornava-se possível com esta lei que registrassem seu título de posse, isto num prazo de quatro anos. Posteriormente outras leis e decretos foram colocados em prática:

Outros textos administrativos publicados em 1895 e 1898 tinham permitido a legitimação de ocupações bem posteriores. Um decreto baixado pelo governo de São Paulo em 1900, considerou legítima a posse de quem pudesse prova-lá com título legal anterior a 2 de

agosto de 1878. No caso de haver começo de exploração econômica do solo e construção de imóveis determinava a lei de 1900 que se pudessem regularizar os direitos do ocupante, se ele tivesse chegado à sua terra entre 1878 e 1895 (MONBEIG, 1984, p. 144).

Leis como a de 1900 além de incentivar o deslocamento de pessoas para a região Noroeste de São Paulo assim como para as demais regiões do Oeste paulista, deram asas para surgir um novo personagem nas frentes de expansão: o grilo de terras, uma espécie de falsário que forjava documentos, transplantava lavouras da noite para o dia nas clareiras das matas e não em raros casos expulsava os indivíduos que já estavam localizados nestas terras a “bala”.

De certa forma é fácil de entender a posição destes primeiros ocupantes diante das pressões dos grileiros. Na maioria das vezes estes posseiros por falta de conhecimento das leis ou simplesmente porque não sabiam o que se passava nos tribunais com respeito às terras do sertão, viam-se obrigados muitas vezes a abandonar suas terras, e no intuito de encontrar novas áreas onde pudessem se instalar, isto fazia com que à frente de expansão rumasse cada vez mais para a margem leste do rio Paraná.

Também é muito importante o papel desempenhado pelos baianos que migraram junto aos mineiros para esta região. Na maioria das vezes eram baianos os braços utilizados para transformar as terras virgens em áreas para as pastagens ou lavouras.

Estes personagens que por sua vez anteciparam a frente pioneira no Noroeste de São Paulo praticavam geralmente uma agricultura de excedentes. Plantavam uma pequena lavoura para sua subsistência e possuíam alguma atividade criatória, sendo a criação de porcos a que mais se destacava. Cabe aqui uma colocação no tocante a prática da criação de porcos nos sertões de Rio Preto na segunda metade do século XIX. Os porcos eram conduzidos por vários quilômetros até Araraquara, Ribeirão Preto e outras cidades para servirem como fonte de abastecimento nas áreas de produção de café. Este é um exemplo da forma pela qual a economia de subsistência da frente de expansão se integra ao avanço capitalista da frente pioneira.

Com o aparecimento das pequenas propriedades e o surgimento de algumas estradas na região de Rio Preto, mesmo que em péssimas condições de trânsito, a franja pioneira no Noroeste do Estado toma novo alento principalmente com o surgimento de zonas pastoris “avanchando de Rio Preto, aproximando-se de Porto Tabuado”. (MONBEIG, 1984, p.182).

Segundo Monbeig, ainda no tocante as pequenas propriedades, a “coexistência do sítio com a tradicional fazenda é o traço mais original do mundo pioneiro as vésperas da crise de 1929. Os dois tipos de propriedades encontram-se lado a lado por toda à parte”. (1984, p.201). Com a chegada da linha férrea a Votuporanga, o povoamento e as pequenas propriedades foram estendidos até as proximidades do rio Paraná.

Em decorrência da crise do café surgiram novas culturas, como é o caso do algodão, o arroz e o feijão. Iniciou-se também o processo de loteamento de grandes fazendas e glebas, como exemplo a fazenda Marimbondo, São José da Ponte Pensa dentre inúmeras outras. Não se deve esquecer dos empreendimentos realizados por partes de instituições estrangeiras como é o caso da japonesa Bratac que fundou a fazenda Tietê onde hoje se encontra o município de Pereira Barreto:

Chegando a era ‘Showa’ (1927 em diante), foi instituída ‘Bratac’ (Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda), entidade meio oficial e meio privada, fundando as fazendas Tietê, Bastos e Três Barras, com intenção de formar nos locais, próprias colônias, pelos japoneses vindos diretamente do Japão. Posteriormente, a Fazenda Aliança também, sob a direção desta, tornando-se um dos principais redutos da imigração japonesa... (OKAI, 1997, p. 10).

A crise de 1929, no entanto, não conseguiu frear por completo o avanço das fazendas cafeeiras, por outro lado ainda foi responsável pela consolidação das novas culturas. As lavouras de arroz, feijão e algodão, principalmente, provocaram o surgimento de casas de beneficiamento desses produtos, máquinas de arroz e as descaroçadoras de algodão. Estes estabelecimentos dentro das frentes pioneiras muitas vezes possuíam também outra funcionalidade, atuando como “agências particulares de crédito”, pois era muito complicado se obter tal, das agências financiadoras oficiais, que na maioria dos casos exigiam garantias, as quais o pequeno colono não podia oferecer. Em contrapartida as casas de beneficiamento, e em algumas situações os grandes fazendeiros, por estarem mais próximos a estes colonos e conhecerem suas realidades mais de perto ofereciam condições de crédito mais atraentes para os mesmos. Embora esta forma de crédito possa aparentar ser mais viável para o pequeno proprietário do que as oferecidas pelos bancos, isto não significava que as condições impostas aos devedores fossem muito melhores que as exigidas pelas instituições oficiais.

Com o aumento do número de pequenas propriedades, somado aos problemas enfrentados pelas lavouras cafeeiras, originou-se uma nova atividade econômica promissora na frente pioneira: a especulação de terras. A especulação foi à base para a divisão de fazendas e glebas, “conduzindo a formação de dois tipos distintos de propriedade: a fazenda e o loteamento, este para a instalação de pequenos proprietários” (MONBEIG, 1984, p.212). A especulação também serviu como veículo de transição entre a frente de expansão e a frente pioneira no Noroeste paulista, e de certa forma como medidora de avanço desta última, ou seja, com a divisão das glebas ou fazendas em propriedades menores para que pudessem ser vendidas a famílias que dispunham de algum capital.

É possível divisar as duas frentes pela relação do número de grandes ou pequenas propriedades de uma determinada região ou município, de acordo com a porcentagem que elas ocupam no total geral das terras. As regiões ou municípios que tinham grandes propriedades, estas geralmente quase que na sua totalidade cobertas por matas, e com poucos ocupantes praticando uma agricultura de excedentes, na maioria das vezes, representava uma área susceptível à ocupação pelas frentes de expansão, um exemplo claro é o município de Pereira Barreto que entre 1939 e 1940 possuía 68% de suas propriedades agrícolas (202792 alq.), com áreas superiores a 1000 alqueires. Esta região no decorrer da década de 1940 possuiu forte atração sobre grande número de migrantes e imigrantes.

Em contrapartida está a frente pioneira caracterizada por empreendimentos capitalistas, dentre eles a venda de terras. Nos municípios onde a ocupação está a mais tempo consolidada, e já se dera num tempo maior, possuindo meios melhores para escoar sua produção cada vez mais especializada, o número de pequenas propriedades aumenta. Isto fica claro ao analisarmos o caso de Mirassol no mesmo período em que se analisou o caso de Pereira Barreto (1939-40). Mirassol contava com 22% de suas propriedades agrícolas (33729 alq.) com área superior a 1000 alqueires, contra 29% (9752 alq.) de propriedades que iam de 0 a 25 alqueires, enquanto que em Pereira Barreto as pequenas áreas somavam 3,3% ou 7639 alqueires.

Estes dados apresentados são importantes (embora existam outras propriedades que variam de 25 a 1000 alqueires, os quais não relacionamos), à medida que podemos observar a divisão das grandes propriedades em áreas menores. Também vale destacar que logo após a passagem da febre das especulações, as grandes fazendas pararam de se esfacelar face às pequenas (década de 1950 em diante), e o que

se observou foi o inverso, o pequeno sítio é que começou a ser “engolido” pelos grandes proprietários, porém este é um assunto que será abordado em outra oportunidade. Retomemos o avanço da frente pioneira nos sertões do Noroeste de São Paulo.

A medida em que o avanço da colonização penetrava os planaltos e as matas, surgiam vilas e patrimônios, na maioria das vezes fundadas por fazendeiros que almejavam valorizar suas posses, e por outros que loteavam parte de suas terras ou mesmo por aqueles que doavam uma área para a implantação do povoado, como ocorreu em Suzanápolis. Raul Reis, que foi um personagem deste contexto, em seu livro narra a história do município de Aparecida D’Oeste, o qual se localiza no Noroeste paulista ,apontando que era comum esses fazendeiros colocarem os nomes das suas filhas ou esposa nesses povoados. “Tais como: Vila Dulce, Vila Magda, Vila Albertina... Suzanápolis, etc” (2000, p.17). Estas hoje respectivamente são: Dolcinópolis, Magda, Santa Albertina e Suzanápolis.

Para quem vivia em meio ao contexto das frentes, as condições eram as mais adversas possíveis. As pessoas eram abrigadas a conviver com o perigo constante da malária, leishmaniose, chagas, dentre outras doenças além do número grande de outras pragas como carrapatos e escorpiões. Estes “colonos” ainda em algumas localidades eram obrigados a enfrentar outros problemas como a falta d’água, problema constante na região próxima em torno de cem quilômetros da barranca do rio Paraná, onde existiam poucos poços na região por volta da década de 1940.

Eram poços aqui e acolá de água suja e contaminada pelos animais que vinham elamear-se nos barreiros. Iniciou-se então a construção de poços. Era preferível a baixada porque seria encontrada água quase na superfície. Verdadeiro engano. Devido à terra barrenta conseguia-se água, na verdade, a poucos metros de profundidade, mas de pouca duração. Resultava que, de vez em quando, era necessário fazer novos poços, sabendo que esse trabalho era repetido três a quatro vezes por ano. (REIS, 2000, p.25).

No correr da década de 1940, principalmente durante o governo Vargas, procurou-se incentivar o fenômeno da Marcha para o Oeste, ou melhor, a colonização, e como o próprio governo propagava - mesmo que na prática isto nem sempre ocorria – começou-se a “amparar a agricultura, ampliar o crédito agrícola e financiar as colheitas” (SCHWARTZMAN, 1983, p.352.). Evidente que medidas como estas

incentivaram o desenvolvimento das áreas “novas” conquistadas pela agricultura, provocando a incorporação de novas áreas à chamada fronteira agrícola. Logo a frente pioneira transpôs os limites de São Paulo, sendo que um dos impulsores mais decisivos para o êxito dos pioneiros diante ao Noroeste Paulista foi o prolongamento da linha férrea de São José do Rio Preto até Votuporanga (Alta Araraquarense), mais tarde chegando até o porto Presidente Vargas nas divisas de São Paulo com o então estado de Mato Grosso do Sul. Possibilitou-se com isso a “entrada” efetiva da região na economia de mercado, a integrando por definitivo ao Estado e ao país.

Procuramos nestas poucas linhas demonstrar de forma simples a inserção da região Noroeste, ou Alta Araraquarense, como era conhecida pelo fato da antiga Estrada de Ferro Araraquara cortá-la ao meio, no processo de colonização do estado de São Paulo. É claro que pontos ainda trazem dúvidas e merecem ser mais bem explorados, porém neste trabalho se teve a intenção de levantar alguns aspectos historiográficos acerca da ocupação da referida região, no período que compreende a segunda metade do século XIX estendendo-se até a primeira metade do século XX, ou seja, da migração mineira e baiana para o Noroeste paulista até a construção da linha férrea ligando Araraquara a Porto Presidente Vargas.

Ainda cabe lembrar que quando se propõe pesquisar o contexto da ocupação/colonização da área que compreende o atual Noroeste paulista, assim como de qualquer outra região, deve-se ter a consciência de que não será possível chegar à totalidade dos fatos, o máximo que se poderá obter são alguns *flash's* desordenados, ou seja, trata-se de um campo de investigação a ser desvendado a cada dia.

## NOTAS

<sup>1</sup>Graduando do 3º. ano de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, CPTL/DCH.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**, 6ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MARTINS, José de Souza. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. **Estudos Históricos**. Departamento de História, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Marília, nº10, 1971.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiro e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC; Polis, 1984 (Geografia: teoria e Realidade).

OKAI, Jiro (Tradutor). **A canção da alma desbravadora** (*Comemoração da Fazenda Tietê*). [S.l.: s.n.], 1997.

REIS, Raul. **Aparecida D'Oeste e a sua história. Santa Fé do Sul**: Tip; Bom Jesus, 2000.

SALLUM Jr., Brasílio. **Capitalismo e cafeicultura: Oeste paulista, 1888 – 1930**. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Estado Novo, um auto-retrato (Arquivo Gustavo Capanema)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1983. (Coleção Temas Brasileiros, 24).

## **COMPANHIA DE VIAÇÃO SÃO PAULO – MATO GROSSO: INSTITUIÇÃO E PODER**

Juliana Sanches Silva<sup>1</sup>

A proposta de pesquisa é tratar a Companhia de Viação São - Paulo Mato Grosso, tentando entender em que contexto histórico ela se encontra, analisando suas peculiaridades frente ao governo de Vargas, com o olhar para atuação de Jan Antonin Bata.

O estudo de uma companhia colonizadora, que traz em seu caráter precursor, um contexto histórico significativo para a análise de colonização efetuada nas regiões, hoje denominadas sudeste de Mato Grosso do Sul e oeste paulista, que abrange os municípios de Batayporã, Bataguassú, Nova Andradina, Anaurilândia, Batatuba, Mariápolis, Indiana, é de grande relevância para o entendimento das ações empreendedoras realizadas por companhias privadas e suas políticas de colonização, buscando ainda contribuir para preservação da memória histórica dessa região.

Essa pesquisa buscou entender a trajetória colonizadora da Viação São Paulo – Mato Grosso enfocando as décadas de 1930 e 1960,

por ser um período em que os empreendimentos são realizados por um imigrante tcheco Jan Antonin Bata, que em 1939 compra a companhia, dando ênfase naquele momento ao processo de colonização intensificado com a emergência de novas colônias

Jan Antonin Bata destaca-se pelo modo como realizou esse processo de colonização, evidenciada pela documentação da empresa, que se encontra uma parte no Centro de Memória Jindrich Trachta, na cidade de Batayporã no sudeste de Mato Grosso do Sul, e no acervo documental da família de Bata, em Presidente Prudente e Indiana no oeste de São Paulo. Esse acesso foi facilitado durante esses últimos anos pela colaboração da família de Bata e da família Trachta, e pelo projeto “Resgate e Construção da Memória e da História da Colonização do sudeste de Mato Grosso do Sul” que, com uma prévia organização da documentação do Centro de Memória Jindrich Trachta, permitiu um melhor acesso às documentações.

Essas documentações proporcionaram vários caminhos de pesquisa, e com isso percebemos que o objetivo da pesquisa inicial em abordar o sudeste de Mato Grosso do Sul já não se sustentava. A Companhia de Viação São Paulo - Mato Grosso não se encontrava aprisionada nos recortes físicos de um único Estado, ela transpunha o rio Paraná e participava também da colonização além fronteira. Dentro dessa perspectiva notou-se a necessidade de ultrapassar essas demarcações pré-estabelecidas e tentar entender as relações da companhia com as regiões onde ela atuou, portanto, direcionar também o olhar para o oeste do Estado de São Paulo.

Ao pensar sobre o objeto, outro problema foi apontado durante as pesquisas anteriores, pois num primeiro momento vislumbrava tratar mais dos empreendimentos da companhia no sentido da reprodução de capital, onde tinha a pretensão de apontar que esta companhia visava, por meio da repartição dos lotes de terra e sua comercialização, reproduzir seu capital investido. Nesse momento nos deparamos com um discurso que, ironicamente, ao tratar de reprodução de capital, acabou por levar para a reprodução de um discurso vazio e óbvio, já que tratávamos só da questão econômica me esquecendo que a companhia de colonização tratava de sujeitos históricos.

Num segundo momento, passamos a pensar na figura do Jan Antonin Bata, personagem intrigante para a história do período. Bata foi imigrante tcheco, dono de um grande complexo industrial calçadista, que durante o período pós-primeira Guerra Mundial enquanto muitos tentavam sobreviver aos destroços, os seus empreendimentos cresceram em volume e renda. Bata possuía fábricas em vários países e o

cerco começou a se fechar quando as grandes potências em guerra passaram a enxergá-lo como uma ameaça. Conforme relatos de Rambasic & Silva (2003, p. 32 – 36).

A partir desse levantamento, percebemos a intrigante história que poderia, através de uma pesquisa ampla, ser (re)construída. Na tentativa de delimitar o problema frente as possibilidades de pesquisa, optamos, nessa pesquisa, por tratar do processo de colonização efetuado pela Companhia de Viação São Paulo - Mato Grosso, mostrando sua trajetória colonizadora até o momento em que Bata adquire a companhia, em 1939, e sua posterior administração que finda com sua morte, em 1965.

Nos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial e nos anos iniciais do conflito mundial, e em decorrência dele o agravamento com a expansão do nazismo e a anexação dos Sudetos da antiga Tchecoslováquia, as empresas de Bata são obrigadas a atender as exigências da Alemanha, fabricando provisões para o exército. Em decorrência dessas pressões Bata emigra para os Estados Unidos residindo de 1939 a 1941, onde também é perseguido, portanto decide vir com a família para o Brasil, pois já havia adquirido no Brasil extensas terras a convite do presidente Getúlio Vargas, segundo relatos de Rambasic & Silva (2003 p. 32-36).

No Brasil se desenrolava, a partir da década de 30, uma política varguista que passa por muitas análises dentro da historiografia recente. Percebemos, portanto, a necessidade de pontuar mesmo que muito brevemente algumas características do governo vigente que tenha relevância para o entendimento do processo histórico em que se encontra a colonização efetuada pela Companhia de Viação São Paulo – Mato Grosso.

Capelato ao escrever sobre o Estado Novo e suas novas perspectivas, objetiva refletir sobre as razões que levam historiadores brasileiros recentes a se interessarem pelo período dos anos 30. Ela afirma que até os anos 70, o governo Vargas era tratado por um método explicativo histórico mais geral. Já dentro da nova historiografia começa existir a preocupação com as particularidades nacionais e recortes mais específicos, e nesse momento as pesquisas voltam seus olhares, sobretudo para a fase de 1930 – 1945, motivo esse que a autora também indaga (CAPELATO, 1998, p. 183 – 184).

A autora ao citar um artigo de René Gertz, analisa as considerações que o autor aponta para explicar a pouca representatividade dos estudos sobre o período de 30, pois ele comenta que os estudos sobre

esse regime são poucos. Capelato concorda com um dos problemas apontado por Gertz para explicar essa falta de representatividade, o qual diz respeito "...a predominância das análises estruturais, de longa duração, que privilegiaram a 'história social', deixando de lado a 'história política', que focaliza os períodos curtos" (CAPELATO, 1998, p. 190).

Essa questão levantada é interessante para tentar repensar a questão dos estudos de história política, mas não sentido de tentar fazer uma oposição entre o tempo longo e o tempo curto. Capelato por meio de suas colocações faz considerações importantes a esse respeito:

Com revisões interpretativas da história nas últimas décadas, sobretudo com a renovação da vertente política, o 'tempo presente' ganhou prestígio. Na França, o grupo de 'Histoire du Temps Présent', ligado ao CNRS, passou a ter grande repercussão a partir dos bons resultados de pesquisa sobre décadas mais recentes. Para seus representantes, o desenvolvimento dessa prática está relacionado ao retorno da 'história política', que repousa sobre a definição repensada do 'acontecimento'. A novidade não tem haver com a oposição entre os dois tempos, mas com a análise das interações entre o tempo curto e o tempo longo. Insurgindo-se contra a idéia de que o historiador do político se liga ao efêmero do instante, e diferenciando-se dos analistas da 'história social ou das mentalidades'. (CAPELATO, 1998, p. 190)

A partir dessas novas possibilidades, é que se encontra indagações sobre o porque do silêncio referente a historiografia Companhia de Viação São Paulo – Mato Grosso, sendo que ela faz parte de um contexto histórico que engloba a questão de colonização correlacionada com o processo de "expansão da fronteira oeste" proposto no governo de Getúlio Vargas. Faz parte de um contexto a ser questionado do porque que Vargas convida um imigrante tcheco para residir no Brasil e efetuar processos de colonização por meio da companhia, além de vários outros questionamentos relacionados aos empreendimentos da companhia. Já que a historiografia brasileira a partir da década de 80 passa a tomar outro rumo, com abertura para novas problemáticas e análises, o porque que se vê pouca ou quase nenhuma preocupação em estudar o processo de Colonização realizada pela Companhia de Viação São Paulo – Mato Grosso?

Para pensar as décadas relacionadas é necessário analisá-las e assinalar que uma historiografia totalizante, já em desuso, muitas ve-

zes impossibilita a percepção das particularidades do processo em questão. Particularidades manifestadas e materializadas em alguns personagens e situações, como por exemplo: a política de colonização de Jan Antonin Bata; tensões marcadas por forças que guardam entre si algumas similitudes e também a apropriação dos espaços; fortes cargas simbólicas como a do discurso de ocupação de “espaços vazios” sobrevindas de imaginários possíveis de localizá-los nas práticas discursivas ou nas práticas sociais em suas nuances culturais, etc. Assim não se pretende a construção de uma historiografia, hegemônica do período, na medida em que “[...] não permite a colocação de questões específicas sobre cada momento desse processo, interpretado como um modelo econômico e político particular que tipifica uma etapa do capitalismo brasileiro” (CAPELATO, 1998, p. 183).

Na necessidade de contextualizar a problemática, utilizamos a análise de Capelato no sentido da mudança de foco dos historiadores para recortes mais particulares, pois é nele que o objeto se encontra. Ao tratar da colonização de uma região específica, onde a Companhia de Viação São Paulo - Mato Grosso desenvolveu seus projetos, regida por uma política varguista, busca deixar claro a particularidade da pesquisa, sem abandonar o contexto histórico em que ela se insere.

Com base numa “história ampliada às curiosidades” (Dosse apud Nora, 2003, p. 270) que o projeto caminha, dentro das possibilidades em tentar compreender e analisar um espaço onde se desenrolaram contextos históricos instigantes que englobam questões como, processo de colonização, relação dos indivíduos com os processos históricos, e novas problemáticas que vão surgindo no contato maior com o objeto.

Oliveira (1997), num artigo sobre a colonização do Estado Novo de Mato Grosso, analisa o discurso de Vargas com relação à colonização do sul desse Estado, por meio do apelo ao imaginário que Vargas utiliza durante o Estado Novo. A autora passa a analisar a campanha feita por aquele governo na ocupação dos espaços considerados “vazios”, com a criação de colônias agrícolas nacionais na região.

É interessante a análise do discurso de Vargas, para a ampliação do entendimento sobre como o governo atuava com relação à colonização do sul de Mato Grosso, para com isso compreender o contexto político em que a Companhia de Viação São Paulo – Mato Grosso estava inserida.

Dessa forma cabe ressaltar que a campanha Marcha para Oeste teve como objetivo o apelo aos brasileiros

para a construção da Nação, criando artifícios da imagem de uma 'Nação construída' pela participação de todos os brasileiros em conjunto, despertando, assim, o imaginário social através do sentimento de brasilidade (OLIVEIRA, 1997, p. 17)

No Brasil, a partir da metade do século XX, notou-se uma intensificação do processo de ocupação de espaços, naquele momento entendidos pelos governos e empresas colonizadoras como “espaços vazios” ou como “sertões bravios”, processos aqueles caracterizados pelas frentes de ocupação, acentuando-se, sobretudo, no decorrer das décadas de 1940 e 1950. Esse fenômeno é também entendido, por alguns estudiosos do período como “Expansão da Fronteira Oeste”, sobre o qual já é referência, bastante polêmica, o trabalho de Cassiano Ricardo, *Marcha Para o Oeste*. Recentemente o tema tem sido revisitado por historiadores em pesquisas dos programas de pós-graduação de doutorado e mestrado, podendo ser citadas as teses de Doutorado da Prof. Lyllia da S. Guedes Galetti, *Nos Confins da Civilização: Sertão, Fronteira e Identidade nas Representações Sobre Mato Grosso*, e do Prof. Osvaldo Zorzato, *Conciliação e Identidade: Considerações sobre a historiografia de Mato Grosso*.

Refletindo sobre a época de Vargas, conforme Corrêa(1999), a proeminência do capital internacional ganha força nessa época, contando com o apoio do Estado brasileiro, que através desse capital pretendia ampliar a economia do país, estrategicamente com a expansão para o Oeste.

Esses incentivos do governo ao capital estrangeiro, são analisados também em um trecho de Martins: “O governo agia desse modo para assegurar rentabilidade aos investidores, já que, em princípio, os grandes empresários dos bancos, da indústria e do comércio não tinham até então manifestado interesse por estender a ação de seus capitais à agropecuária” (1997, p.87).

Portanto observa-se o sentido e a função da expansão para o oeste e seus interesses na exploração de novas condições de capitais, e é nesse sentido que abordamos como hipótese o apoio dado por Vargas a Bata, para que ele viesse investir seus capitais no processo de colonização no Brasil. Mas, com as questões políticas que Bata enfrentava fora do Brasil, as coisas não ocorreram da forma que o governo idealizava, pois Bata teve parte de seu patrimônio confiscado.

O discurso getulista com relação à expansão oeste no sentido de ocupar “espaços vazios” é contraditório, pois essa região poderia

ser pouco habitada, se comparada a outras regiões do Brasil, mas já existiam índios, companhias colonizadoras, companhias de exploração, colonos oriundos de outros Estados para trabalharem para essas companhias. Portanto não se concretizavam por espaço vazio. A exemplo disso Oliveira argumenta que:

[...] a Marcha para Oeste, enunciada 1938, pelo presidente Vargas, seria o sintoma das preocupações do governo em ocupar os grandes vazios,[...]. Na verdade, os espaços não se encontravam tão vazios assim. No sul de Mato Grosso, por exemplo, existiam grandes empresas saladeiras e extrativistas. Na região delimitada, a presença da Mata Laranjeira é uma prova concreta desse quadro. Portanto, supomos que a intenção de ocupar os espaços estava vinculada à questão de estratégia de segurança interna do Estado, bem como o desenvolvimento do capitalismo no campo. (1997, p. 20)

Nesse momento vale a pena pontuar a diferenciação entre “frente de expansão” e “frente pioneira”, para auxiliar o entendimento de expansão da fronteira.

Martins (1997) aponta as diferenças de concepções frente ao fenômeno entre geógrafos e antropólogos, para os quais o processo de expansão para o Oeste se expressa nessas duas frentes. Concepções importantes como ponto de partida para buscar compreender, ao mesmo tempo as diferenças e as mediações culturais estabelecidas pelos vários personagens nessas frentes e no tempo histórico por eles vivenciados:

[...]. Nesse equívoco repousa a controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e o tempo histórico da frente pioneira, pois não se reconhece que o tempo histórico de um camponês dedicado a uma agricultura de excedentes é um. Já o tempo histórico do pequeno agricultor próspero, cuja produção é mediada pelo capital é outro. E é ainda outro o tempo histórico do grande empresário rural. Como é outro o tempo histórico do índio integrado, mas não assimilado, que vive e se concebe no limite entre o mundo do mito e o mundo da História. Como ainda é inteiramente outro o tempo histórico do pistoleiro que mata índios e camponeses a mando do patrão e grande proprietário de terra: seu tempo é o do poder pessoal da ordem política patrimonial e não o de uma sociedade moderna. (MARTINS, 1997, p. 159).

Como já apontado anteriormente, um grande problema se encontra na pouca referência que a historiografia faz à Companhia de Viação São Paulo – Mato Grosso. Mesmo Oliveira ao relatar algumas companhias não se refere a nenhuma companhia colonizadora, que nesse momento já existia na região do sul de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, desde a divisão de Estado que ocorreu em 11 de outubro de 1977.

Marin (2000/2001, p.159) ao tratar o intercâmbio de cultura no sul de Mato Grosso do Sul com relação as suas fronteiras, aponta que, com a Marcha para o Oeste ocorreu um aumento de multiplicidade cultural na região, devido à formação de Colônias Agrícolas e ao processo de colonização ocorrido na região. O autor arrola, em nota de rodapé, empresas de colonização privadas, e nesse apontamento aparece o nome da Companhia de Viação São Paulo – Mato Grosso em meio a outras, mas apenas como ilustração do assunto descrito pelo autor.

Nas primeiras décadas do século XX, decorrente da criação da Universidade de São Paulo, alguns pesquisadores passam a estudar a região sob a luz da investigação das ciências sociais. Um exemplo disso foram os trabalhos de Sergio Buarque de Holanda, voltados para estudos do Oeste brasileiro, como os clássicos: *Monções* (1990); *Visão do Paraíso* (1994); e *Extremo Oeste* (1986). Entretanto, são obras que não dão conta das peculiaridades que essa pesquisa busca analisar, servindo, todavia como aportes para a contextualização do objeto.

Alguns trabalhos mais contemporâneos contribuem para dar suporte teórico, como por exemplo, os trabalhos de Ferreira (1996 e 2002), os quais contribuem para pensar o projeto paulista da modernidade, que pode estar no imaginário dos personagens das frentes de colonização do oeste do Estado de São Paulo e sudeste de Mato Grosso do Sul

Na discussão sobre o processo de colonização não se pode deixar de fora os aspectos extrativistas, agrícolas e agropecuários, como potencialidades econômicas da região representando um dos fatores de atração para os colonos.

Essas potencialidades que servem de ponto de atração para os colonos são questões também a serem analisadas na direção de compreender como as companhias exerciam essa forma de atração. De acordo com Souza (1980, p. 38) “No processo migratório, migram para as áreas onde atuam os fatores de atração de pessoas de todas as

classes sociais. Cada um concorre ao mercado com seus capitais para investir, com suas habilidades técnicas educacionais, ou apenas com sua força de trabalho”.

Portanto, os colonos que migravam para essas regiões a serem colonizadas recebiam algum tipo de incentivo para se estabelecerem naquele modelo de processo de colonização efetuado pelas companhias.

É preciso também um questionamento sobre o modo como as companhias, os grandes proprietários e especuladores se apropriavam das terras, pois:

[...] a partir da década de 1950, segundo Lenharo (1986, p.53), passou a haver especulação com a terra em Mato Grosso, sobretudo na região de Dourados. Os especuladores compravam as terras por 5 e 10 cruzeiros e revendiam por 100 e 150 cruzeiros. Em Dourados a revenda chegava a 300 cruzeiros. Dessa forma, a especulação em torno da venda de terras contribuiu para concentração da propriedade e aquela parcela da população, que foi o ponto central dos discursos de Vargas, foi a mais uma vez excluída do processo de aquisição da terra como meio de sobrevivência e acumulação de bens. Nesse sentido, Lenharo (1986, p.480) assinala o seguinte: pelo modo como a terra estava sendo apropriada, no entanto, não havia lugar para aqueles trabalhadores, não. Ou melhor, lugar havia, mas somente para trabalhar para os outros, e continuar sem terra, como antes. (OLIVEIRA apud LENHARO, 1997, p.24).

A questão posta é que, no discurso de Vargas de expansão para o oeste estava implícita a idéia de tirar os colonos de regiões saturadas, apoiando sua migração para outros lugares como Mato Grosso que era tido como “espaço vazio”. Tal ação tinha por objetivo resolver problemas políticos, econômicos e sociais.

[...] a criação de colônias agrícolas nas referidas regiões, cujo objetivo era, de acordo com Lenharo (1986, p. 22), esvaziar as tensões sociais nas cidades, encaminhando colonos sem terras para regiões ainda não colonizadas. [...] Vargas passou a apoiar a pequena propriedade. (OLIVEIRA apud LENHARO, 1997, p.19).

Se ocorreu, como aponta Oliveira, o oposto do discurso inicial de Vargas, - pois por volta da década de 50 se observou, em Dourados, problemas com respeito a especulação de terras, e com isso pequenas

propriedades, onde colonos possuidores dessas terras desenvolveriam suas atividades, não obtiveram grandes êxitos, - podemos, portanto levantar um paralelo de análise com relação ao processo de colonização efetuado pela Companhia de Viação São Paulo – Mato Grosso. Estabelecer um paralelo comparativo que relacione o fato de que a maioria dos primeiros colonos não permaneceu na região, constitui-se como hipótese de que a propaganda feita pela companhia ou pelo Estado não condizia com a realidade encontrada por aqueles que migravam de outras regiões para adquirirem seu pedaço de terra. A não permanência desses colonos está ligada a algum fator que pode ser compreendido pelas especulações de terras, com propõe Oliveira para o estudo da região de Dourados.

Cumpra assinalar como proposta de pesquisa que, dos primeiros colonos estabelecidos nessas regiões onde a Companhia de Viação São Paulo – Mato Grosso atuou, poucos permaneceram por muito tempo nas mesmas, diferenciando-se dos colonos do oeste Paulista, que muitas vezes conseguiram atingir seus objetivos de colonos, conforme afirma Carneiro:

[...]de sorte que os colonos conseguiram, muitas vezes, pagar suas prestações com o próprio rendimento das primeiras culturas, feitas logo após a derrubada das matas. Essa possibilidade ganhava amplitude, passando para um grande sucesso no novo proprietário. (1985, p. 76)

A Companhia de Viação São Paulo – Mato Grosso possui algumas semelhanças e divergências comparada a outras companhias colonizadoras, e é, portanto, nessa comparação que se analisa as peculiaridades da companhia com relação ao seu processo de colonização.

A tentativa de compreender as particularidades da colonização do sudeste de Mato Grosso do Sul e oeste paulista, por meio da Companhia de Viação São Paulo – Mato Grosso, trás em seu bojo um caráter histórico importante para a compreensão dessas regiões e dos sujeitos que nelas se estabeleceram.

Pelo que foi exposto, esta pesquisa ainda suscita a necessidade de uma análise dos diversos sujeitos, buscando a compreensão das particularidades da colonização da região sudeste de Mato Grosso do Sul e oeste paulista, entendimento que, ancorado em outras abordagens, possibilitará a ampliação do conhecimento histórico.

## NOTAS

<sup>1</sup> Graduada em História, CPTL/UFMS, Mestranda em História na UFGD.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: Novas Histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar (org). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 2.ed. São Paulo: Contexto, p. 183-213, 1998.

CARNEIRO, Honório de Souza. **A C.A.I.C. (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização: 1928-1961)**. São Paulo, 1985, FESPSP (Dissertação de Mestrado).

CORRÊA, Valmir Batista. **Fronteira Oeste**. Campo Grande: UFMS, 1999.

DOSSE, François. **A História em Migalhas: dos Annales à Nova História**. Bauru-SP.

FERREIRA, Antonio Celso. **A Epopéia Bandeirante**: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

\_\_\_\_\_. **Um Eldorado Errante**: São Paulo na ficção histórica de Oswald de Andrade. São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

GALETTI, Lydia de s. Guedes. **Nos Confins da Civilização**: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. São Paulo: FFLCH-USP, 2000. (tese de Doutorado).

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Monções**. 3º ed. São Paulo: brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_, Sérgio Buarque. **O Extremo Oeste**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_, Sérgio Buarque. **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

MARIN, Jérri Roberto. Fronteiras e Fronteiriços: os intercâmbios culturais e a nacionalização da Fronteira no sul do Estado de Mato Grosso do Sul. **Fronteiras**, Campo Grande, v. 4/5, n. 7/9, p. 151-182, 2000/2001.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira – A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

OLIVEIRA, Benícia Couto. A Colonização do Estado Novo em Mato Grosso, 1937-1945: O discurso e a história. **Fronteiras**, Campo Grande, v. 1, n. 2, p. 13-26, jul-dez. 1997.

\_\_\_\_\_, Benícia Couto. O Estado Novo e a Nacionalização das Fronteiras: a ocupação estratégica do sul de Mato Grosso. **Fronteiras**, Campo Grande, v. 6, n. 12, p. 9-22, 2002.

RAMBASIC, D. L. Bata & SILVA, E. A. Trachta. **Passos Tchechos em Terras Brasileiras**. Batayporã: OCTEB, 2003.

RICARDO, Cassiano. **Marcha Para Oeste**. São Paulo: José Olympio, 1970, vol I e II. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUZA, Itamar. **Migrações Internas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e Identidade**: considerações sobre a historiografia da Mato Grosso. São Paulo: FFLCH-USP, 1998.(tese de Doutorado).

**PARTE 4**

**DA ÉPOCA DAS MONÇÕES  
AO RIO DA PRATA NO SÉCULO XX:  
CULTURA, PATRIMÔNIO, TRABALHO E TRABALHADORES**

---



## **A “CIÊNCIA PRÁTICA” DOS RIOS: OS PILOTOS E GUIAS DAS CANOAS MONÇOEIRAS (SÉCULO XVIII)**

Francismar Alex Lopes de Carvalho<sup>1</sup>

### **OS “DESCCLASSIFICADOS” DO SERTÃO**

O sentido da colonização portuguesa na América tinha como base a empresa comercial orientada para o mercado externo, cujos elementos constituintes eram a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. A colônia portuguesa na América contava com um enorme contingente populacional sem posição econômica definida: ao contrário dos escravos e dos senhores, estas coletividades deslocadas ou à margem do sistema agro-exportador, estes “desclassificados”, para utilizar a expressão de Caio Prado Júnior, constituíam uma imensa população flutuante e sem ocupação certa. Em muitos lugares, contudo, tais sujeitos poderiam ser recrutados, e com vantagem para a Real Fazenda, como elemento humano das milícias fronteiriças e dos empreendimentos povoadores, ou ainda fazerem parte de expedições de desbravamento de sertões. (PRADO JUNIOR, 2000).

A rota comercial estabelecida no primeiro quartel do século XVIII entre São Paulo e Cuiabá promoveu constantes migrações pelo interior da colônia, inflamadas pela febre do metal precioso. As viagens realizadas pelos caminhos fluviais entre o povoado e aquele sertão admitiam não poucos homens livres para os serviços da mareagem. Muito provavelmente, contavam-se não poucos mestiços, bem assim como pessoas cuja disposição para o intercâmbio de experiências e práticas, sobretudo com os grupos étnicos locais, no sentido da maior adaptação ao meio-ambiente, não sofria muitas restrições.

A descoberta de ouro no rio Caxipó Mirim pelos bandeirantes (1718) e a posterior rotinização da via fluvial pelos rios do interior da colônia para esse novo Eldorado deu origem ao movimento das monções. As viagens pelos perigosos rios do sertão demandavam uma adaptabilidade ainda maior por parte dos sujeitos que se metiam a conduzi-las. Os conhecimentos necessários pareciam mais especializados do que aqueles de que dispunham os bandeirantes, cuja prática rotineira de acesso ao sertão era a marcha a pé com eventuais usos de canoas. O serviço da mareagem teve, portanto, que especializar-se nos trabalhos de minimização das agruras decorrentes dos acidentes geográficos da via fluvial.

Os rios pelos quais navegava a viagem monçoeira continham perigos e agruras extremamente árduas: a tais desconfortos tornava-se necessário desenvolver ou aprender com os indígenas práticas que os diminuíssem ou neutralizassem. O itinerário passava pelos rios Tietê, Paraná e Pardo; atravessava o caminho terrestre pela fazenda de Camapuã; retomava os caminhos fluviais pelos rios Coxim, Taquari, Paraguai, São Lourenço e Cuiabá: nesse percurso contavam-se mais de 100 cachoeiras as mais diversas, impondo algumas a retirada das canoas do rio para sua varação por terra, e outras conhecimentos precisos para se encontrar o canal adequado para atravessá-las a remos. Os grupos de canoas que partiam de São Paulo para Cuiabá foram chamados de monções porque a viagem durava cerca de cinco meses, quase o mesmo tempo da viagem de Portugal às Índias, para a qual o termo era anteriormente empregado. (HOLANDA, 1994, p. 137).

## **CIÊNCIA PRÁTICA, CIÊNCIA DA EXPERIÊNCIA**

É a experiência, somada aos intercâmbios culturais com os grupos étnicos nativos, que ensinara aos mesmos “desclassificados” que integravam as marchas das bandeiras, a maneira adequada de se construir uma canoa para ganhar o sertão. O tipo da madeira a esco-

lher, o limite da escavação para obter uma densidade boa, o comprimento e a largura das canoas: seria a experiência mesma da viagem monçoeira que ditaria tais medidas. Como escreve Taunay, as grandes ubás monóxilas amazônicas eram maiores que os canoões monçoeiros não porque, em matéria de madeiros, a flora de lá fosse superior à de cá, como entende Sérgio Buarque de Holanda<sup>2</sup>. Mas porque o número de obstáculos e o fato dos rios serem mais rasos e apertados impunham canoas menores (TAUNAY, 1961, p. 152). O secretário Gervásio Leite Rebelo, ao narrar a viagem na qual acompanhou ao Capitão General Rodrigo César de Meneses, menciona uma ocasião, no rio Taquari, na qual passaram por “canal tão estreito e cercado de pedras e de penhascos que qualquer leve toque de canoa basta para sacudir gente e cargas e perder tudo”. (REBELO, apud TAUNAY, 1961, p. 125)

O processo cultural de especialização dos mareantes livres não foi imediato. Mesmo que os descimentos de bandeirantes a pé tenham levado uns e outros para além dos limites do Pantanal, chegando até ao Peru e a Amazônia, semelhante atividade não tinha ainda a regularidade de uma rota comercial como a que se estabeleceu posteriormente com as monções do século XVIII. Assim, o número de pilotos e guias era pequeno nos primeiros anos das monções. Além disso, sua experiência de lida com o sertão era ainda limitada. Por essa razão, as viagens dos primeiros anos de São Paulo a Cuiabá foram desastrosas, como relata o cronista José Barbosa de Sá.

Entrando o anno de 1720, fizeram viagem para estas minas algumas gentes [...]. Padeceram grandes destroços, perdições de canoas nas cachoeiras por falta de pilotos e práticos, que ainda então não havia, mortandades de gentes por falta de mantimentos, doenças, comidas das onças, e outras muitas misérias. Não sabiam ainda [...] o uso de toldar as canoas, que tudo lhes apodrecia com as chuvas, nem também dos mosquiteiros para a defesa dos mosquitos, que muitos annos depois foram a experiência e a necessidade ensinando todas estas cousas pelo que padeceram de misérias sobre misérias os que escaparam da morte. Houve comboyo de canoas em que morreram todos sem ficar um vivo, pois eram achadas as canoas e fazendas podres pelos que vinham atraz, e os corpos mortos pelos reductos e barrancos. [...] O capitão José Pires de Almeida, que, morrendo-lhe a escravatura e perdendo tudo o mais que trazia, chegou a dar um mulatinho que tinha em conta

de filho por um peixe pacu por conservar a vida.  
(SÁ, 1899, p. 19).

Os relatos de viajantes monçoeiros enfatizam sobremaneira a necessidade vital de se ter bons pilotos e guias para o bom curso das expedições. Embora pudessem ser recrutados alguns escravos para o serviço de remeiro, a maior parte da mareagem era formada de homens livres. A disposição da tripulação era a seguinte: ao bico da proa vai o proeiro, munido de um remo um pouco maior do que os dos remeiros para desviar de possíveis obstáculos no curso dos rios; ao bico da popa vai o piloto, munido também de um remo maior que o dos remeiros, pelo qual controlava os movimentos gerais da canoa; à proa vão cinco ou seis remeiros e à popa mais alguns. Todos da mareagem remam em pé, como os grupos nativos locais o faziam há séculos. O compasso da remada é ditado pela pancada com o calcanhar que dá o proeiro ao meter o remo na água.(JUZARTE, apud TAUNAY, 1961, p. 240)

Há uma hierarquização das funções da mareagem monçoeira. Todos os pilotos que controlam as canoas de um comboio atendem às resoluções do assim chamado guia: embarcado na canoa capitânia, que parte à diante das outras lhes recomendando o caminho a seguir, o guia é, como informa Juzarte, “um homem dos mais práticos, e inteligentes daquele sertão, ao qual todos os mais pilotos seguem”.(Idem, p. 241)

Tanto nos diários de Langsdorff quanto nos de Florence um único nome de tripulante foi anotado: o do piloto-mor e guia Antonio Lopes, que àquela altura, 1826, já havia feito a viagem a Cuiabá vinte e seis vezes.

Antonio Lopes, nosso guia, tem sua memória extraordinária; conhece cada pedra da cachoeira, cada árvore frutífera às margens do rio, cada banhado ou riacho, cada relva, cada acontecimento, cada quebra, naufrágio ou perda de embarcações ou homens, escravos ou livres, no caminho de Porto Feliz até Cuiabá.(LANGSDORFF apud SILVA, 2004, p. 37).

Impressionava aos viajantes que resolviam empreender a rota das monções a capacidade que tinham os mareantes de guardar na memória não só o itinerário e os acidentes geográficos, mas sobretudo os procedimentos técnicos diferenciados demandados por cada ocasião específica. O Conde de Azambuja, D. Antônio Rolim, escreveu que “é uma arte esta maior do que se apresenta a primeira vista, pois é necessário estarem estes homens com lembrança em uma

viagem tão comprida” (ROLIM, *apud* TAUNAY, 1961, p. 206). Os modos de se passarem as cachoeiras denotam a importância da memória: dependendo de cada caso, passam embarcados todos, procurando o melhor canal para descer a toda velocidade; ou se passa a canoa a meia carga e sem passageiros; ou somente sem passageiros; ou retirando as canoas e as cargas e fazendo-se a varação por terra.

A ciência prática dos rios tem por instrumento privilegiado de trabalho a memória dos guias e pilotos. Quando se alagam os pantanais, e ficam submersas as copas de algumas árvores, é pelas manchas verdes que se movimentam no curso das águas que os guias distinguem os descaminhos e lembram o itinerário a seguir. Ora, não é a toa que tais conhecimentos poderiam dar a alguns guias, pilotos ou proeiros o prestígio de que justamente desfrutavam, ou seja, “toda a chibança de um vilão obsequiado e respeitado”. (LACERDA E ALMEIDA. *apud*. HOLANDA., 2000, p. 250)

O procedimento de se passar as cachoeiras menores sem desembarcar a tribulação e metendo as canoas a toda a velocidade pelos canais estreitos e perigosos infligia medo em não poucos viajantes que jamais viram coisa parecida. Tal é o caso do português Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, que em sua viagem à capitania de Mato Grosso para tomar posse do cargo de Juiz de Fora em Cuiabá, em 1785, evidenciou nitidamente o sentimento de medo que experimentou.

Eu não passava cachoeira alguma em canoa que não ficasse sem sangue, de susto, porque o sistema dos Pilotos e remadores é nessas cachoeiras meterem mais remeiros mestres em cada uma das canoas [...] e depois fazem um grande esforço com o qual, e com a violência da correnteza, que nas cachoeiras é violentíssima por terem muita queda, vai a canoa como uma seta, o que eles querem para assim obedecer melhor a canoa aos remos, tomar direito o canal que faz em muitas cachoeiras mil torcicolos; de sorte que eu via que se naquela violência a canoa batia em alguma das muitas pedras que há, infalivelmente, tudo se fazia em cacos e não havia remédio senão ir ao fundo. (LARA E ORDONHES, *apud* TAUNAY, 1961, p. 226.)

No procedimento de varar as canoas e as cargas por terra, adotado em cachoeiras maiores ou mais íngremes, e também em Camapuã, ocorrem situações nas quais é possível perceber as agruras de que padeciam os passageiros das monções e as estratégias dos escravos diante do trabalho.

Os incômodos das picadas abertas por terra para a varação são descritos com realismo dramático por Juzarte.

[...] abrindo-se picada pelo mato para ir a sair abaixo da dita cachoeira, sofrendo muito trabalho e incômodo, carregando-se os doentes sofrendo-se muitas mordidelas de mosquitos, e Bernes na passagem pelo mato [...] a maior parte dos que passamos por terra nos achamos cheios dos tais carrapatinhos, que despindo-nos, nus, nos esfregávamos uns aos outros, uns com bola de cera da terra, e outros com caldo de tabaco de fumo, as mulheres lá se remediavam umas com as outras, e todos conforme podiam, e permitia a ocasião. (JUZARTE, apud TAUNAY, 1961, p. 251)

A carta do Autor Anônimo, escrita em 1746, narra uma viagem de Araraitaguaba a Cuiabá. A mareagem era composta, nesta expedição, basicamente de escravos, situação que não era muito comum nas monções, embora eventualmente os escravos estivessem presentes nas canoas para a realização de outros trabalhos, como a abertura de picadas, o transporte de cargas, ou mesmo destinados à mineração, quando chegassem a Cuiabá. Transparecem nas afirmações do autor as ações empreendidas pelos escravos no sentido de estabelecer algum controle sobre o ritmo de trabalho e a distribuição da comida. Afirma a carta quando da passagem do rio Tietê ao Paraná:

[...] tive uma emborcação [e] molhou-se mantimento e a fazenda; quis falhar para enxugar mas a minha tropa não quis demorar nada; os negros tanto remam para diante como para trás, se ilha, dava, não os tenha para me remarem ou bem ou mal acima; [...] o trabalho dos varadouros me amofinava e os negros quando varavam as cargas metiam-se em matos e consumiam-nas. (AUTOR ANÔNIMO, apud TAUNAY, 1961, p. 190)

A astúcia dos escravos, flagrante no furto e consumo de mantimentos das canoas monçoeriras, deveria ser uma prática generalizada, pois mesmo quando da viagem do governador Rodrigo César a Cuiabá, em 1726, viagem que deveria ser bem equipada militarmente, tais furtos ocorreram. Como relata Rebelo, que participou da mencionada viagem, o varadouro de Camapuã, pelo qual se passa por terra com canoas e cargas às costas dos escravos, é teatro propício para tais práticas.

Neste varadouro de canoas e cargas, morte de brancos e negros, consumo de mantimentos e destruição de tudo, [...] [se leva] em umas pequenas carretas as canoas puxando delas mais de 20 e 30 negros, em

cuja condução se experimentam vários descômodos, não só em cargas que arrombam e furtam, como nos mantimentos que se perdem; que nesta altura é a perda mais sensível, e tanto mais se quer antes perder um negro, sendo estes tão necessários, que um alqueire de mantimento, feijão ou farinha. (REBELO, *apud* TAUNAY, 1961, p. 123).

## POPULAÇÃO MESTIÇA, CULTURAS HÍBRIDAS

A divisão social do trabalho das populações envolvidas no movimento das monções conta com um número muito maior de trabalhadores livres do que de trabalhadores escravos. A presença de mão-de-obra escrava nas viagens monçoeiras estava restrita a comboios numerosos, nos quais migravam alguns comerciantes ou indivíduos empreendedores com sua escravaria. Ou ainda, às viagens dos capitães generais. Alguns fatores explicam a não predominância do trabalho escravo na mareagem monçoeira. Primeiro, porque as vilas de Araraitaguaba e Itu, fornecedoras do contingente populacional que se ocupava das monções, só viriam a contar com uma expansão significativa da população escrava nas décadas finais do século XVIII, com a introdução das lavouras de cana-de-açúcar. Nos anos seguintes, essas regiões, que deixaram de fitar o sertão remoto para direcionar seus olhares para o oceano, embora contassem com mais escravos, utilizavam-nos na lida dos engenhos, não propiciando de modo algum o incremento do transporte fluvial. (SILVA, 2004) Este era um trabalho pouco rentável e tinha se tornado decadente desde a regularização da estrada de Goiás e das monções do Grão-Pará.

Em segundo lugar, o elevado capital incorporado na pessoa do escravo tornava contraproducente sua utilização numa atividade pouco rentável, progressivamente decadente e repleta de oportunidades de insurreição (como ilustrado acima), fuga, morte e seqüestro dos escravos (era fato amplamente conhecido, à época, que o grupo étnico Payaguá capturava os escravos levados pelas monções para vendê-los ou trocá-los em Assunção).

O trabalho da mareagem monçoeira era uma atividade predominantemente realizada por homens livres. Os estudos realizados por Valderéz Silva sobre a documentação cartorial de fins do século XVIII, encontrada na cidade de Porto Feliz, fornecem dados importantes sobre a filiação étnica dos trabalhadores envolvidos nas monções. A dar-se crédito para a auto-filiação étnica declarada pelos indivíduos registrados no cartório, tem-se 10% de brancos e quase 90% de mes-

tiços (sendo a metade deste número de branco com índio, ou índio com negro, e outra metade de negro com branco) envolvidos nos trabalhos de mareagem. Sem poder precisar com muita certeza o significado atribuído pelos declarantes aos termos *caborés* e *bastardos*, o que parece depreender-se do levantamento realizado por Silva é que se trata de uma população mestiça. (SILVA, 2004, p. 34)

É significativo, portanto, que uma população de mestiços – sobre a qual não incidia diretamente a sombra do latifúndio monocultor agro-exportador – venha a exercer um trabalho extremamente especializado, cujos procedimentos dependem decisivamente dos intercâmbios culturais com os grupos étnicos locais, portadores dos conhecimentos apropriados para vencer as agruras do sertão.

A despeito de serem “desclassificados”, em comparação com os senhores e os escravos envolvidos no agro-negócio, tais populações só encontram sua razão de ser no mesmo sistema econômico colonial. A rota comercial das monções só pode ser entendida como canal de escoamento do exclusivo colonial, materializado nos quintos, tributações, pedágios, imposto para reconstrução de Lisboa (a partir de 1755): e é o ciclo da mineração e da consolidação das fronteiras que ditará a sua vida e a vida dos mareantes a estes homens práticos do sertão<sup>2</sup>.

População mestiça, sobretudo culturalmente, na qual as influências indígenas estão muito mais presentes do que no restante da população. As próprias canoas utilizadas nas monções são as mesmas utilizadas pelos indígenas por tantos séculos. Pouca coisa foi acrescentada. O costume de remar em pé, como já foi dito, permaneceu inalterado. Ora, remar em pé, antes de ser uma imposição do meio-ambiente, foi uma imposição cultural. Pois os *coches* africanos, que por sinal navegavam rios não muito diversos dos da América portuguesa, eram movimentados por remadores que iam sentados e de preferência junto à popa; se algum ficava na proa, era para ajudar a ação do leme e informar dos eventuais obstáculos. (HOLANDA, 2000, p.28)

Nos trabalhos de passar canoas pelas dificultosas cachoeiras os pilotos despiam-se de boa parte dos hábitos culturais europeus e despirem-se e, como índios mesmo, realizarem as manobras necessárias em meio aos turbilhões d'água. A roupa, ao molhar-se, se torna pesada e pode jogar o mareante no rio e, mais ainda, favorecer a sua submersão e seu afogamento. Chamou à atenção de Juzarte a prática dos mareantes de ficarem nus ao realizarem os trabalhos de passagem das canoas pelas cachoeiras.

[...] um dos homens da maréação se despiu nu no botafoque e nadando subiu sobre uma Pedra no meio da Cachoeira para servir de vigia, e dar sinal com os braços por onde haviam de passar as Embarcações vazias, as quais se passaram com os Pilotos dobrados, e todos nus pela razão de que dando uma destas Embarcações em alguma Pedra, ou perdendo o equilíbrio da correnteza, fogem estes homens nadando, e a Embarcação se faz em pedaços. (*Apud* TAUNAY, 1961, p.34)

Parece razoável supor que foram as razões econômicas que levaram não poucos a recorrerem a um processo que se aproxima bastante daquele de que fala o antropólogo Ulf Hannerz: a “deculturação”, isto é, o despojar-se de uma sobrecarga de cultura para ganhar em liberdade de movimento, inovação, criatividade e experiência (HANNERZ, 1997, p. 24). Saber caçar, por exemplo, tornou-se uma necessidade vital. Pois as monções saíam, geralmente, com as cargas de mantimentos em quantidade muito menor do que era preciso. Isto devido ao empobrecimento generalizado produzido pelo pagamento do exclusivo colonial e pela quase inexistência de roças nas margens do percurso monçoeiro, destruídas como eram pelos grupos étnicos nativos em defesa de seus territórios. Além disso, já pelo final do século XVIII, muito do mantimento levado era destinado aos fortes militares da fronteira.<sup>3</sup>

A caça era, de fato, uma atividade enormemente apreciada entre a maréagem das monções, como uma espécie de jogo no qual se concorre para demonstrar que se é o mais prático nas coisas do sertão. Lara e Ordonhes, que como bom nobre português tinha predileção pelo esporte da caça, ficou impressionado com a importância que a maréagem dava para isto.

Há manadas de veados brancos, galheiros, dos quais se matam bastante para o que são doidos e apaixonadíssimos os seguidores daquele caminho que não conversão noutra coisa; tanto que o meu Piloto que se prezava de grande atirador, e que estimava muito uma arma que tinha, não jantou um dia com a paixão de ter atirado dois galheiros, e não matar nenhum. (LARA E ORDENHES, *apud* TAUNAY, 1961, p.231)

O hábito da caça sofreu enorme influência indígena. O Conde de Azambuja, D. Antonio Rolim, também um nobre afeito ao esporte da caça, estranhou a técnica empregada pela sua tripulação, que consistia no ataque camuflado.

A 10 se matou o primeiro cervo, e como modo de caçar estes e os veados é tão diferente da do reino, não quero deixar de o explicar aqui. Estes comumente andam pelos campos quando os caçadores os avistam, despedem a caminha, e a põem pela cabeça, e levam chegando desta sorte fazendo várias visagens com que a caça pára, e às vezes sem reconhecer o que aquilo é, e em segundo lhe atiram ordinariamente com chumbo grosso ou bastardo, pois de outra sorte não sabem. Para matarem as emas as buscam levando um ramo diante da cara, com que deixam lugar ao caçador, de forma que lhe atiram quase a queima roupa. (ROLIM, *apud* TAUNAY, 1961, p.231)

## EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E BOEMIA

A mareagem monçoeira era constituída, em sua maior parte, por homens livres assalariados. Os ganhos giravam em torno de uma oitava de ouro (1\$500 réis) por semana para os remadores, sendo que os pilotos ganhavam mais. Se se proceder a uma comparação, observa-se que era dinheiro que dava para comprar, por exemplo, uma dúzia de abóboras nas roças à beira do caminho para Cuiabá, mas que não pagava mais que um terço de uma galinha e mal bastava para uma dúzia de ovos na região das minas. Se o sujeito estivesse interessando em comprar meio quilo de carne fresca de porco, pequeno luxo para a época e o local, seria necessário que aprestasse o salário de mais de três meses de trabalho, ou seja, quase toda a paga de uma viagem de ida. (SILVA, 2004, p.36)

O valor pífio atribuído à força de trabalho talvez decorra do fato de que os meios de subsistência poderiam ser conseguidos, e de graça, durante todo o percurso fluvial das monções, seja por caça, pesca ou coleta. A despeito do elevadíssimo preço dos víveres nas roças das margens dos rios Tietê e Pardo, e nos sítios de Camapuã e Cuiabá – chegando um prato de sal valer tantas oitavas de ouro que as crianças deixavam de ser batizadas, em Cuiabá, devido ao fato da Igreja não conseguir comprá-lo –, os valores não eram repassados para o valor da força de trabalho. O valor desta era baixo em razão da suposta abundância do meio natural de que se cercavam os viajantes. Por outro lado, o montante de trabalho não pago não era acumulado pelos empreendedores locais (comerciantes, mineiros, administradores, roceiros, etc.), pelo menos não em níveis notáveis. Ia sim compor o montante pago por toda a colônia sob a forma de exclusivo colonial à Metrópole.

E isso impunha aos trabalhadores uma impossibilidade de acumular qualquer dinheiro para si. Em outras palavras, para se reproduzir como trabalhador o mareante das monções deveria integrar-se a este serviço por todos os anos de sua vida, pelo menos até a idade avançada o impedir. E aos filhos também impor-se-ia o mesmo destino.

A experiência de extrema exploração em semelhante atividade poderia ser contrabalanceada, no viver cotidiano desses trabalhadores, através de uma intensa boemia. Florence descreve com certa reprovação a inclinação dos mareantes para a vida boêmia e aventureira.

Esta gente recebe metade do salário adiantado e, enquanto tem um real, bebe a mais não poder ou gasta tudo com mulheres. A fazer-lhes a vontade, num momento atirariam fora todo o pagamento da viagem. Chegadas a Cuiabá, em poucos dias despendem o resto do dinheiro, e muitos têm que voltar por terra a pedir esmolas pelo caminho. Estes pobres coitados empenham os seus serviços para tão penoso lidar por 20 francos mensais, além de alguma roupa grosseira, mas o espírito aventureiro facilmente os impele a contratos dessa natureza. (FLORENCE, 1977, p.30)

## DESINTEGRAÇÃO

O sentido da colonização portuguesa na América tinha como base a empresa comercial orientada para o mercado externo, cuja evolução dava-se sob a forma de ciclos especulativos e instáveis (cana, ouro, algodão, café), dependentes do esgotamento dos recursos ou dos mercados. As monções também são um ciclo. Segundo Leonardo Arroyo, o desenvolvimento do assim chamado ciclo de luar, ou seja, o transporte terrestre em mulas carregadas, é um elemento decisivo para explicar o fim das monções, em que pese o ouro cada vez mais exíguo nas minas também tenha contribuído. Obviamente o lucro desse novo negócio compensava para os envolvidos, como relatou Saint-Hilaire, em 1819, apontando que a rota terrestre passava por Goiás e de Mato Grosso retornava para a Bahia, “onde as mulas são negociadas com lucro superior a 100%”. (ARROYO *apud* NÓBREGA, 1978, p.XXI)

Ainda que Caio Prado Júnior tenha, no meu entender, se equivocado ao atribuir o nome de capitalismo ao antigo sistema colonial implantado na América portuguesa – produto de uma leitura que os textos de Marx não autorizam a fazer, pois neles é flagrante a noção segundo a qual somente com o advento da moderna indústria na Inglaterra a partir de meados do século XVIII é que é possível extrair plenamente a

mais-valia através do trabalho assalariado e desenvolver-se nitidamente o movimento de reinvestimento que produz o capital –, parece-me muito adequada a constatação que faz dos efeitos devastadores, entre a população de “desclassificados”, da instabilidade dos ciclos econômicos. O sistema econômico inviabiliza o mercado interno em favor da produção agro-exportadora de larga escala. A mudança dos ciclos desagra a parte da sociedade atingida pela crise, avultando o número de miseráveis.

As populações que acabaram se envolvendo no movimento das monções foram condicionadas pelo regime econômico a especializarem-se ainda mais nos seus conhecimentos do meio-ambiente e na capacidade de a ele se adaptar. Com uma flexibilidade bem visível, os mestiços que eram empregados na mareagem das canoas experimentavam, com o passar dos anos, um movimento de “deculturação”, de despojamento do excesso de cultura européia que eventualmente tinham recebido, tornando-se mais leves para, de pé em suas canoas, realizarem esta expedição gigantesca que é a monção. Com um senso de adaptabilidade e uma criatividade notáveis recriavam, transformavam, distorciam, ou simplesmente assimilavam os conhecimentos indígenas sobre o meio-ambiente, suas agruras e as maneiras de delas se safar.

A desintegração do movimento das monções é, ao mesmo tempo, a desintegração da vida das pessoas que giravam em torno deste ciclo. Conhecimentos que se perdem, vidas que são destruídas. Como diz Caio Prado Júnior: “Depois abandona-se tudo em demanda de outras empresas, outras terras, novas perspectivas. O que fica atrás são restos, farrapos de uma pequena parcela de humanidade em decomposição”. (PRADO JR, 2000, p.127)

## NOTAS

<sup>1</sup> Mestrando em História pelo PPH-UEM; bolsista da CAPES. alexismagnus@hotmail.com, Agradecimentos a minha orientadora Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Evandir Codato.

<sup>2</sup> O super-lucro era, para o comerciante, um meio de tentar escapar do exclusivo colonial. As casas litorâneas de importadores de itens da Metrópole tinham que pagar altas taxas de exclusivo colonial. Tratavam, então, de repassar os valores para os preços das mercadorias no intuito de obter o seu super-lucro. Os comerciantes locais, que já recebiam tais produtos com o preço ainda mais elevado devido aos gastos com transportes e ao endividamento constante em que se encontravam, repassavam para o consumidor final as despesas, aumentando o preço dos pro-

duto enormemente e desvalorizando o ouro em termos de equivalência. Cf. VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: Formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819)*. São Paulo: Hucitec, 1987. p. 132.

- <sup>3</sup> O próprio governador da capitania de São Paulo, em carta de 22 de maio de 1769, recomenda ao seu ajudante-de-ordens Afonso Botelho Sampaio Souza, chefe de uma entrada aos sertões do Ivaí, o “modo paulístico” de viajar: reservar o máximo de mantimento possível para entregá-los aos fortins militares que guardavam a fronteira distante, e realizar a viagem à base de caça e pinhão. Cf. NÓBREGA, Mello. *História do rio Tietê*. 2ª ed. São Paulo: Governo do Estado, 1978. pp. 83-84.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Leonardo. Introdução: Tietê – rio, homem e livro. In: NÓBREGA, Mello. **História do rio Tietê**. 2ª ed. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

AUTOR ANÔNIMO. Notícia 8ª Prática exposta na cópia de uma carta escrita do Cuiabá aos novos pretendentes daquelas minas [1746]. In: TAUNAY, Afonso de. **História das Bandeiras Paulistas**. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1961.

FLORENCE, Hercules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829; com gravuras do Autor [1829]**. Trad. Visconde de Taunay. São Paulo: Cultrix/Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. In: **Mana**. N°. 3, Vol. 1. 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

JUZARTE, Teotônio José. Diário da navegação do rio Tietê, rio Grande Paraná, e rio Guatemi em que se dá relação de todas as coisas mais notáveis destes rios (...) principia em 10 de março de 1769. In: TAUNAY, Afonso de. **História das Bandeiras Paulistas**. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1961.

LACERDA E ALMEIDA. Diário. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LANGSDORFF. Diários. In: SILVA, Valdezer Antônio da. **Os fantasmas do rio: um estudo sobre a memória das monções no vale do médio Tietê** (Dissertação de Mestrado). Campinas: Unicamp, 2004.

LARA E ORDONHES, Diogo de Toledo. Carta de um passageiro de Monção [1785]. In: TAUNAY, Afonso de. **História das Bandeiras Paulistas**. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1961.

NÓBREGA, Mello. **História do rio Tietê**. 2ª ed. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

REBELO, Gervásio Leite. Notícia 6ª Prática e relação verdadeira da derrota e viagem, que fez (...) o Exmo. Sr. Rodrigo César de Meneses (...) [1727]. In: TAUNAY, Afonso de. **História das Bandeiras Paulistas**. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1961.

ROLIM, D. Antonio. Relação da viagem, que fez o Conde de Azambuja, D. Antonio Rolim, da Cidade de S. Paulo para a Villa de Cuyabá, em 1751. In: TAUNAY, Afonso de. **História das Bandeiras Paulistas**. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1961.

SÁ, José Barbosa de. Chronicas do Cuyabá (...). In: **RIHGSP**. Vol. 4. São Paulo: 1899.

TAUNAY, Afonso de. **História das Bandeiras Paulistas**. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1961.

# **A CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE COLONIAL E AS MORALIDADES BRASÍLICAS**

José Miguel Garnica Junior<sup>1</sup>

## **INTRODUÇÃO**

O estudo das moralidades coloniais está em uma crescente na historiografia recente. Diversos são os trabalhos que estão sendo publicados sobre o tema. Esse artigo não tem a pretensão de uma abordagem conceitual e completa das moralidades, apenas propõe demonstrar, por meio de uma revisão bibliográfica, algumas peculiaridades, as quais consideramos essenciais na formação das moralidades brasileiras. Não tivemos a preocupação que alguns autores tem de evitar anacronismos, como Brasil Colônia e similaridades, pois consideramos que esses anacronismos não alterariam a abordagem proposta.

## **A SOCIEDADE COLONIAL: PECULIARIDADES DE SUA FORMAÇÃO**

Após Pedro Alvarez Cabral ter “achado” o Brasil, logo Portugal teve de tratar de tomar posse da terra que então houvera encontrado,

pois segundo Giucci, “visão e apropriação confundem-se em meio ao episódio do descobrimento encontrar o novo equivale, no marco do expansionismo Ibérico, a possuí-lo” (1993, p.46). Mas possuir a nova terra encontrada era uma tarefa muito difícil para Portugal, pois seu quadro demográfico não lhe ajudava em muito, como salienta Prado Junior:

A colonização do Brasil constituiu para Portugal um problema de difícil solução. Com sua população pouco superior a um milhão de habitantes e suas demais conquistas ultramarinas da África e Ásia de que cuidar pouco lhe sobrava de gente e cabedais, para dedicar ao ocasional achado de Cabral (PRADO JUNIOR, 1969, p.13).

Portanto, como vemos na fala de Prado Junior, Portugal enfrentou no início da colonização de sua nova terra, a qual dera o nome de ilha de Vera Cruz, um grave problema que consistia na falta de um contingente populacional que pudesse atravessar o além-mar para iniciar esse processo. A Europa estava numa fase de grande expansionismo à procura de novas terras que lhe pudessem trazer riquezas, portanto após Portugal ter encontrado uma nova terra que era o Brasil, ele logo tinha que tratar de tomar posse da mesma, porque outros países também estavam nessa corrida da expansão mercantil Européia. Então tomar posse da terra não era apenas dizer que a mesma fora encontrada e que lhe pertencia, também era preciso povoá-la para evitar que outros países tentassem se aproveitar do novo achado, e impedir realizações de incursões ou de núcleos de explorações feitos por “intrusos”.

Portanto, vemos a dificuldade de Portugal em povoar sua mais nova Colônia, pois podemos ver na fala de Prado Junior que Portugal contava com uma população pouco superior a de um milhão de habitantes, e essa mesma população ainda teria que servir para seus entrepostos e feitorias comerciais na África e Ásia. Deste modo, Portugal viu-se com um grande problema a resolver, como colonizar uma área de proporções continentais a qual tinha sua Colônia, sendo que sua população não era pouco superior a um milhão de habitantes. Como empreender um povoamento que lhe daria tanto condições de explorar como de assegurar seu domínio em sua nova propriedade. Como já salientado era preciso “guardar” a nova terra encontrada das incursões feitas por “intrusos”, que eram comuns na época. Além do mais quais eram as pessoas que trocariam a corte portuguesa para se aventurarem nos mares que se diziam habitados por monstros, para seguirem à

uma nova terra que era habitada por índios de fama antropofágica, e de um clima tropical que incomodava os recém chegados a Colônia, que segundo Laura de Melo e Souza (1986), demonizavam a mesma.

Com toda essa idéia demonizadora que as pessoas da época propagavam sobre a Colônia, Portugal ficou com grande dificuldade para povoá-la. Como visto era necessário um grande contingente de pessoas para o iniciar de um povoamento. Então Portugal utiliza-se do degredado como forma para povoá-la.

O povoamento do Brasil por meio de degredados teve início em 1500 quando Cabral deixou dois degredados em Porto Seguro, para que ficassem com os índios. Muitos foram os que nas viagens seguintes foram deixados no litoral, para depois prestarem serviços à colonização. O degredo ao Brasil fora bastante ampliado após 1530, período em que cresce a exploração e colonização do Brasil. O degredado era uma pessoa que na metrópole cometeu algum delito, ele poderia ser um condenado tanto da justiça secular ou eclesiástica e ele era desterrado de seu país. Giucci, diz “que não se trata simplesmente de abandoná-los em regiões desconhecidas. Os condenados servem à coroa e devem trabalhar em benefício dos interesses imperiais” (1993, p.52). Os degredados tinham várias funções, entre elas a de aprender os usos e costumes dos índios, obter informações sobre possíveis riquezas, conhecer o ignoto e disseminar a palavra do senhor.

O degredo fora utilizado pela coroa, não só para punir diversos condenados como também para povoar o território. Gilberto Freyre, em *Casa-grande e senzala* (1933), tenta mostrar a diversidade de indivíduos condenados ao degredo, alguns por pequenos delitos já outros por crimes mais sérios. Muitos desses degredados eram condenados da justiça eclesiástica como os cristãos-novos, acusados de heresia contra a igreja por praticarem o judaísmo. Era também muito comum a vinda de padres. Siqueira (1978), diz que vários padres foram degredados para Colônia, padres esses que segundo ela eram acusados de falta de compostura, por praticarem atos ilícitos como a sodomia ato mais comum entre os padres degredados.

Segundo Laura de Mello e Souza (1986), os detratores da América enxergaram-na quase sempre como um purgatório, daí a historiadora dizer que a Colônia seria um possível purgatório da metrópole. Para ela o degredo fora um mecanismo máximo pelo qual os brancos portugueses purgaram seus pecados na colônia-purgatório.

A caracterização da figura do degredado é de extrema importância para a compreensão do povoamento da Colônia, já que fora uma

forma muito utilizada por Portugal para povoá-la. Não podemos precisar o número certo de degredados que vieram, mas podemos supor que foram em grande número pois sua figura fora bastante relatada na época por cronistas que aqui estiveram, tendo logo na carta de Pero Vaz de caminha sua primeira aparição. Portanto, o degredado fora de extrema importância para a constituição da sociedade que estaria por se formar. Então a sociedade que estava se formando era em grande parte de condenados, que segundo Giucci “são expulsos da metrópole, mas ressuscitam na flamante Colônia, revestidos do cargo de representantes da sociedade que os marginaliza” (1993, p.52), sendo assim cria-se uma sociedade imoral a qual grande parte dela era de condenados que possivelmente voltariam a praticar o mesmo delito. Siqueira (1978), diz que muitos condenados ficavam arrependidos do que faziam, mas quase sempre voltavam a cometer o mesmo delito. A autora em seu livro relata que um padre que fora degredado por praticar a sodomia, em terras coloniais voltou a cometer a mesma pratica que o condenou. Por isso pressupomos que parte da imoralidade colonial cabe a figura do degredo que acentuou a mesma. Como não lembrar do caso de Diogo Alves o “Caramuru”, que fora degredado para a Bahia e que aqui se amancebou com varias índias praticando vários atos ilícitos em terras brasileiras.

Como vimos, Portugal tentou na figura do degredado expurgar os indivíduos condenados da metrópole para a Colônia, com isso criou uma solução para povoar a mesma. Mas a composição demográfica que estava aqui se formando era altamente masculina, isto porque a maioria das pessoas que aqui chegavam eram do sexo masculino, e a maioria dos degredados, supomos, era de homens. Isso causou um fato inusitado na Colônia, a falta de mulheres para os homens.

As mulheres da corte portuguesa dificilmente viriam a um território em que o mesmo tinha fama de inferno ou purgatório. As condições aqui encontradas nos primeiros séculos de nossa existência em nada pareciam com a corte de Lisboa, portanto, dificilmente alguma mulher deixaria a corte de Portugal para se estabelecer no Brasil, fato esse que causou a falta de mulheres brancas. De acordo com Freyre (1933), essa falta de mulheres fora muito sentida pela sociedade da época, que em alguns casos recomendava que para os colonos que aqui vivessem, que lhe fossem trazidas algumas negras da África, para que eles não ficassem sozinhos. Esse fato ainda é relatado no filme “Desmundo” do diretor Alain Fresnot, o qual mostra que as poucas mulheres que chegavam da Europa eram para ser comercializadas com colonos que aqui

viviam. O filme ainda mostra que elas eram escolhidas com se fossem mercadorias:

Manuel da Nóbrega, primeiro provincial dos jesuítas no Brasil, em 1549, ficou tão desesperado com o que via, portugueses e índias gemendo pelos matos, que suplicou ao rei o envio urgente de mulheres brancas para casar com os portugueses. Nem que fossem “mulheres de má vida”, isto é, prostitutas - dizia o jesuíta -, desde que viessem para casar! (VAINFAS, 2005, s.p.)

A falta de mulheres brancas foi um problema para a moral da época. Prado afirma que nos primeiros anos de povoamento do Brasil, a ausência de mulheres brancas teria levado os colonos a arranjos com índias e depois com negras, quase nunca sacramentados pela igreja, (apud, VAINFAS, 2000, p.130-132). A falta de mulheres brancas provocou a difusão do concubinato<sup>2</sup> entre os moradores da colônia. Freyre (1933), diz em seu livro que existia uma tendência geral da população a preferir o concubinato, especialmente para a população mais pobre e para os escravos. Se havia a falta de mulheres brancas a única solução era manter uma índia ou negra como concubina dentro de casa:

A bem da verdade, a própria igreja colonial vergar-se-ia a esse costume, como se vê nas constituições do símbolo baiano de 1807, que considerava como prova de concubinato o fato de um homem manter em casa alguma mulher que dele engravidasse, não sendo com ela casado e desde que a mesma fosse livre. (VAINFAS, 1997, p. 235-236)

Na fala de Vainfas fica claro que a igreja não era contra aos colonos terem uma concubina, desde que a mesma não fosse livre. Por isso manter concubinato com uma negra ou mulata de sua propriedade não era considerado uma heresia para a igreja colonial. Fato esse que mostra a baixa ortodoxia da igreja na Colônia, que será comentada mais adiante.

Se podemos dizer que faltava mulheres na Colônia o mesmo fenômeno ocorria com os padres. De acordo com Sonia A. Siqueira em seu livro “A inquisição portuguesa e a sociedade colonial”: “a escassez de padres não era um fenômeno original da Colônia mais um problema do tempo” (1978, p. 99). A sociedade que estava se formando era basicamente ligada ao dogma da igreja católica, igreja que logo no início “impôs” seu princípio religioso aos habitantes desta terra, mas a falta de padres prejudicava o bom andamento da obra do senhor. Com a falta

de quem propagasse a mensagem do senhor, coube ao degredado essa função. Giucci (1993), nos fala que uma das funções do degredado, como já fora dito, era a de disseminar a palavra do senhor e não só disseminar a palavra, mas também converter os habitantes que aqui viviam, como os índios e negros. E além do mais não podemos nos esquecer que muitos degredados eram condenados da justiça eclesiástica e faziam parte do clero da igreja na metrópole, como padres sodomitas, freis corruptos. E eram essas pessoas que teriam a missão de catequizar a Colônia ao lado dos jesuítas.

E por causa da extensão de nosso território a missão de evangelizar o povo ficava mais difícil, como vemos na fala de Siqueira: “A dificuldade de acesso as igrejas por serem freguesias e capelas mui distantes, separadas das moradias dos brancos comumente por muitas e muitas léguas, deixavam-nos mais ou menos sos espiritualmente” (1978, p.100)

Deste modo, o cristianismo que estava se formando era diferenciado daquele praticado na metrópole. Na metrópole, a ação de bispos e padres e, principalmente, da inquisição conduziu o cristianismo a uma ortodoxia muito rígida, como vemos na fala de Freyre: “dizia-se outrora em Portugal, como advertências aos indiscretos no fazer no escrever que de traz de cada tinteiro estava um frade. Um olho ou um ouvido de um frade do santo ofício vendo os atos e ouvindo as palavras menos ortodoxos.”. (1933, p.475 )

Segundo Sonia A Siqueira (1978), no Brasil houve um abandono da ortodoxia rígida como era encontrada na metrópole, isto tanto pela falta de padres e pelas distâncias das igrejas que deixavam os habitantes sós espiritualmente, quanto pelo fato de que pressupomos que aqui a ortodoxia cristã também diminuiu por conta dos inúmeros casos de padres e freis degredados a colônia, os quais estavam “espantando” os fiéis das igrejas. Sabendo que o padre da paróquia fora degredado por ser um sodomita, as pessoas também não se preocupariam em cometer alguns desvios. A autora ainda ressalta a dispersão demográfica da Colônia: “O cristianismo defrontou-se na Colônia, principalmente nos primeiros tempos de sua vida com um problema sério, o da dispersão demográfica que teve influencia na sua configuração”. (SIQUEIRA, 1978, p.101)

Esse abandono da ortodoxia tentou ser controlado pelo Santo Ofício, que nas visitas ainda buscava o restabelecimento da ortodoxia católica, mas como vimos o fator demográfico prejudicava em muito sua atuação. Mas as visitas que aqui atuaram requer um maior

estudo para seu entendimento, o qual é de extrema importância para esse trabalho, e será discutido nas linhas seguintes.

Todo esse abandono da ortodoxia rígida da igreja como ela era encontrada na metrópole, e que aqui não teve a mesma configuração, contribuiu para que a sociedade que estava em formação tivesse uma liberdade maior para poder realizar alguns atos tidos como pecados, sem que fosse acusada da prática de imoralidades.

Em um artigo recente para a revista Nossa História (2005), o historiador Ronaldo Vainfas, que é um profundo estudioso das moralidades brasileiras, diz que os pecados no Brasil Colônia não ocorreram livres com se pensam, que tanto jesuítas como os inquisidores estavam de olho nos mais afoitos e que todos viviam mais ou menos atormentados temendo os castigos do seu e da terra. Não podemos negar que a igreja fora de extrema importância para impor “regras” à sociedade e conter a onda de imoralidade, mas a constituição em que o cristianismo aqui se formou não ajudou muito no combate das imoralidades coloniais, devido as peculiaridades de sua formação as quais já foram ditas.

### **A AÇÃO DA INQUISIÇÃO NO BRASIL: AS VISITAÇÕES**

Inserida no contexto histórico, a Inquisição e seu aparato jurídico - O Tribunal do Santo Ofício - devem ser entendidos como fenômeno que se articulava com o surgimento do Estado nacional. A Inquisição insere-se a partir do momento em que a crise dos valores medievais apresentou-se também como uma crise da hierarquia feudal (NOVAIS, 1997, p.34-35).

Com a crise do feudalismo na Europa começam a surgir novas idéias, idéias essas que prejudicavam o domínio absoluto da igreja católica, portanto a inquisição teve o papel de resguardar a unidade religiosa do cristianismo romano, e seu domínio absoluto. As maiores atuações da inquisição se deram em Portugal e na Espanha, países em que o domínio católico era amplo. Essa atuação também foi estendida para as suas coloniais.

No Brasil, a inquisição se fez presente na forma de visitas que os inquisidores faziam na América, portanto não houve a instalação de um tribunal do Santo Ofício em terras brasileiras, e também dizem que não houve prática de torturas como acontecia na Europa, pois nenhum documento que comprove tais torturas fora encontrado. Mas não

podemos afirmar que eles não ocorreram só porque nenhum documento fora encontrado.

Os visitantes inquisitoriais conseguiam a colaboração dos colonos e dos escravos para a prática da denúncia, pelo mesmo processo empregado na Europa. Reuniam todos os fiéis possíveis em um domingo ou dia santo especial dentro da Igreja matriz local e exortava-os a praticarem as confissões dos atos. Mas esta forma de incitar os fiéis a denunciar os hereges da Colônia, fez com que muitos inocentes fossem acusados de heresias. Muitas foram as pessoas vítimas da inquisição que eram realmente inocentes, e não tinham praticado nenhum ato ilícito. O fato é que muitas intrigas e brigas mesquinhas terminavam em uma denuncia para o Santo Ofício.

Segundo Rogério Rezende Pinto em seu artigo o “Santo Ofício e a Inquisição” (2005), “Quantos não devem ter delatado um ‘herege’, para evitar, mesmo sendo inocente, de serem entregues por uma mesma situação como essa? Para os inquisidores, a suspeita era praticamente sinônimo de culpa”. E de acordo com ele a atuação da inquisição proporcionou uma época estranha e intolerante. Vainfas (1997), relata que a inquisição também vivia da desunião entre amigos, parentes, amantes. Como já fora dito, essa desunião poderia resultar em uma denúncia para o Santo Ofício.

O fato é que de início o “alvo” da inquisição foram os cristãos novos, judeus obrigados a se converter ao cristianismo, por isso o nome de cristãos novos. Esses foram acusados em alguns casos até indevidamente de praticarem o judaísmo. E em território brasileiro foram perseguidos e acusados pelo Santo Ofício de heresias. Várias foram as denúncias de pessoas que aos sábados não praticavam nenhum tipo de serviço, e que teriam escondidos em sua casa escrituras religiosas do judaísmo. Até mesmo vários escravos denunciavam senhores por praticarem o judaísmo em terras brasileiras. Gradativamente a inquisição foi estendendo suas fiscalizações na Colônia e aumentando seu campo de atuação, indo desde bruxarias, blasfêmias chegando a uma extensa gama de culpas praticadas na Colônia. De acordo com Vainfas, “O Santo Ofício tribunal que além de cuidar de erros de fé propriamente dito imiscuiu-se também no território de certos atos sexuais assimilados a heresias”. (1997, p.228).

Mas o que temos que ter claro, e já fora dito, é que a atuação do Santo Ofício em terras brasileiras não fora nos mesmos moldes da península Ibérica. Nesta, a inquisição fora muito mais ativa e com vários tribunais inquisitoriais tanto em Portugal quanto na Espanha, já na Colônia essa atuação fora por meio das visitas como se sabe.

O fato de nunca se ter estabelecido um tribunal do Santo Ofício no Brasil sempre foi motivo de controvérsia. Cogitou-se da instalação de um tribunal na colônia no tempo da dominação filipina, mas o projeto jamais prosperou, talvez em razão da oposição jesuítica. Assim carente de tribunais próprios e subordinada às decisões do distante tribunal de Lisboa, a ação inquisitorial no Brasil foi bastante acanhada, se comparada por exemplo à vizinha América espanhola, onde a existência de tribunais em Lima, México e Cartagena resultaria numa ação muito mais intensa. (VAINFAS, 2000, p.308)

Assim sendo, a atuação do Santo Ofício em terras brasileiras ficou muito prejudicada como vimos pelo fator geográfico da dispersão demográfica, e na fala de Vainfas podemos ver o fato de nunca se ter estabelecido um tribunal do Santo Ofício no Brasil.

Sendo assim subordinadas as decisões do tribunal de Lisboa, a ação inquisitorial no Brasil fora bastante acanhada podendo-se dizer moderada, fato diferente da América espanhola onde existiram três tribunais, e a ação foi muito mais intensa e duradoura. Então temos que tomar cuidado quando dizemos que a imoralidade colonial fora duramente combatida pela inquisição.

A inquisição no Brasil com a figura dos visitantes durou até a administração pombalina (1750-1777), e após esse período ela não teve mais atuações em terras brasileiras, deixando muitos contentes com seu fim.

Para o historiador a inquisição fora de extrema importância para um melhor conhecimento da época. Vainfas nos alerta para esse fato:

Não por acaso, vale dizer, as principais fontes que permitem conhecer, com alguma sistemática, o universo das intimidades sexuais na colônia são fontes produzidas pelo poder, especialmente pela justiça eclesiástica ou inquisitorial, sem falar na correspondência jesuítica, tratados religiosos e sermões. Refiro-me, aqui, às visitas diocesanas e aos processos do Santo Ofício. (1997, p.228)

A riqueza das fontes proporcionadas pelo Santo Ofício tem possibilitado conhecer o viver as intimidades e responder uma série de perguntas, cujas respostas estão nos arquivos da inquisição:

As fontes da igreja e da inquisição mostram-se, portanto, riquíssimas para aproximar o historiador das intimidades vividas no passado. Possuem e certo al-

gumas fortes limitações a exemplo da linguagem escolástica que lhes da forma, dos filtros antepostos pelos juizes inquisidores, e da própria situação constrangedora que envolvia os depoimentos, seja os dos que delatavam por exigência das autoridades, seja dos que confessavam seus desvios por temerem castigos do seu e da terra. (VAINFAS, 1997, p.228)

Grande parte desses documentos explorados e ainda por explorar encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa. Segundo Laura de Mello e Souza (2005), o arquivo tem sido cada vez mais freqüentado por historiadores brasileiros que estudam o período Colonial. E ela nos fala que um dos conjuntos ou fundos mais consultados é o referente a inquisição, onde se encontram processos e denúncias feitos contra colonos brasileiros, ficando fascinada com as possibilidades que apresentam para a história social e cultural.

O estudo sobre as moralidades coloniais está cada vez mais recebendo atenção dos historiadores que procuram entender a sociedade colonial em um todo. Mas esse novo objeto da história que pode ser compreendido tanto no campo da sexualidade como do imaginário, vem sendo abordado a pouco tempo, e requer ainda estudos que possibilitem o seu maior entendimento. Podemos dizer que o pioneiro que iniciou esses estudos foi Gilberto Freyre que, em 1933, antecipou toda uma discussão que só recentemente na década de 70 veio a ser debatida, na figura de historiadores ligados a Nova História.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Propomos uma pequena abordagem sobre algumas das peculiaridades e fatos inusitados que estiveram presentes dentro da constituição da sociedade colonial, pois sem esses “fatores”, ficaria difícil um entendimento sobre a moral da sociedade. Consideramos que a gênese de nossa moral está intimamente ligada a essas peculiaridades discutidas ao longo deste texto. Assim, podemos pensar que a propagação de que o brasileiro é imoral vem desde o período colonial.

## **NOTAS**

<sup>1</sup> Graduando do 3º. ano do curso de História da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, no Campus I de Três Lagoas.

<sup>2</sup> Longe de ser um consenso, o termo concubinato também era chamado de amancebamento ou mancebia no período colonial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande senzala**. 40.ed. Rio de Janeiro: Record, 1933.

GIUCCI, Guillermo. **Sem Fé, Lei ou Rei: Brasil 1500-1532**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. In: SOUZA, Laura de Mello (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1933.

PINTO, Rogério Rezende. O Santo Ofício da Inquisição. Brasília: **NetHistória**, Disponível em: <http://www.nethistoria.com> Acesso em: 17 outubro. 2005.

SOUZA, Laura de Mello. **Documentos Explorados e Ainda a Explorar**. São Paulo: Nossa História. Ano 2, n. 19, p. 98. maio 2005.

\_\_\_\_\_. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SIQUIRA, Sonia Aparecida de. **A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial**. São Paulo: Atica, 1978.

VAINFAS, Ronaldo. **Brasil de Todos os Pecados**. São Paulo: Disponível em: <http://www.nossahistoria.net>. Acesso em: 17 outubro. 2005.

\_\_\_\_\_. **Dicionário do Brasil Colonial 1500-1808**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

\_\_\_\_\_. **Moralidades Brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista**. In:

SOUZA, Laura de Mello (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.



## **ITAPURA NO SÉCULO XIX: O COTIDIANO E O PATRIMÔNIO**

Cleoslei de Faria<sup>1</sup>

É este [o autor refere-se ao Salto de Itapura] uma majestosa obra que fabricou a natureza, que causa admiração; sua figura é de um Círculo, e no meio pegado a ele um grandioso penhasco com muitos bancos de Pedra, o que tudo banha a monstruosidade de águas, que perpendicularmente caem por toda sua circunferência [...] olhando-se para ele causa medo, porque são tantas as figuras que formam as águas por toda parte além de sua grande bulha, que se assusta a gente, e fazendo sol se vê continuamente o Arco-Íris por causa da neblina que levanta; tem embaixo onde as águas se ajuntam, um grande lago, o que é impenetrável pelos grandes Redemoinhos, e ondas que metem medo, sua altura é grande, tem no meio deste Lago três montes emparelhados [...] e estas cheias de ervas daninhas e suas árvores que fazem uma agradável vista: Neste grandioso Lago se pescam grandes Dourados, Pacus, e outros peixes, aqui gastamos

todo este dia, e a noite de seis para sete de maio [de 1769].

Teotônio José Juzarte

Ao escrevermos sobre Itapura, nos propomos imbricar dois pontos norteadores. O primeiro discutirá a questão do patrimônio histórico da cidade como uma das fontes materiais da qual partimos em nossas buscas rumo à formação histórica. É nos vestígios do homem colonizador que realiza a empreitada sertão adentro que podemos conhecer o passado dessa região da fronteira noroeste paulista.

A presença civilizadora ameaçava tribos indígenas como os “payaguá”, nômades dos vales ribeirinhos e exímios canoeiros que não se resignavam ante o modelo colonizador dos séculos XVI ao XIX, como nos conta Magna Lima de Magalhães em seu artigo *A história dos payaguá* (1997). O segundo ponto é sobre o cotidiano da colônia militar e estabelecimento naval de Itapura em fins do século XIX. Nesta trajetória, quanto à posição geográfica da colônia à margem direita do baixo vale Tietê, bem próximo do Salto de Itapura; seria importante considerar aqui que a localização obedece duas linhas condutoras: 1) a instalação dos núcleos coloniais de Itapura e Avanhadava nas duas maiores cachoeiras do Tietê; 2) e estrategicamente, Itapura colocada a 6 km do rio Paraná, onde do Salto de Urubupungá até a cachoeira das Sete Quedas do Guaíra “a navegação se oferecia franca”.

Em fins do século XVIII, mais precisamente em 10 de março de 1769, o sargento-mor Teotônio José Juzarte navega o rio Tietê numa comitiva

[...] cujo número de Povoadores constava de setecentos, tantos homens, mulheres, crianças de todas as idades [...] e trinta soldados pagos que me acompanhavam à expedição, que ao todo fazia o número de quase oitocentas pessoas, que para as quais tinha eu aprontado trinta e seis Embarcações naquele Porto [a saída se deu de Porto Feliz] com o necessário para uma tão perigosa como longa viagem (JUZARTE, 1999, p.24).

Rumo a Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula, povoamentos próximos da Província do Paraguai, então em 5 de maio de 1769, Juzarte e toda sua comitiva atravessam o Salto de Itapura, descrevendo o tempo em que ficaram a descanso e desfrute no ponto final do baixo Tietê.

[...] a poucas voltas do Rio chegamos ao famoso, e grande Salto de Itapura-guaçu que quer dizer em Por-

tuaguês, onde faz ponta a Pedra grande, e de muito longe se ouve uma grande bulha, e fumaça que fazem as águas ao despenhar-se [...] e se cuidou em descarregar as Embarcações para tudo se passar por terra [...] e aqui ficamos aquartelados, uns na parte de baixo do dito Salto, e outros na parte de cima, e assim se passou a noite do dia cinco para o dia seis (JUZARTE, 1999, p. 56).

Eis porque Itapura é uma localidade histórica da memória “bandeirante” dos paulistas (BARROS, 1957; TAUNAY, 1981). A partir daí, nos colocamos na busca das fontes, principalmente aquelas possíveis de serem encontradas na própria localidade, onde constatamos a inexistência de um acervo organizado. Procuramos ainda em centros de documentação, como as bibliotecas ou as instituições públicas, como a Prefeitura Municipal de Itapura. Como não poderia deixar de ocorrer em nossa pesquisa, recorremos às fontes “particulares”, às quais designamos aqui por acervos recolhidos por indivíduos leigos apaixonados pela história como, por exemplo, o arquivo do professor de história (ou melhor, o historiador) Walter Machado de Souza, um cidadão de Itapura sensibilizado por sua história. No entanto o seu acervo, um tanto “pessoal”, nos aponta apenas os encaminhamentos para os primeiros passos de uma pesquisa.

Um outro material interessante é o “acervo particular” de Luis Henrique Soares, morador de Itapura. É o quintal da sua residência um sítio arqueológico do século XIX. Lá Soares encontrou, como ainda encontra quando ara a terra, cava o chão ou simplesmente quando chove, os vários objetos que atestam a presença militar e naval da colônia de Itapura como um tinteiro, uma fivela, alguns broches com o símbolo da Coroa, botões emblemáticos da marinha, ou sem emblema; balas de chumbo, um gatilho de revólver, e, bastantes moedas de cobre, sendo uma delas datada de 1829 e uma outra de 1884. O informante ainda declara que o cemitério da antiga colônia fica nos fundos do quintal onde vive, às margens do rio Tietê, e que quando o rio “baixa” é possível verificar os túmulos submersos, embora muito deteriorados. Mais do que isso, há algum tempo atrás ainda era possível verificar, de acordo com Soares, na rua onde vive, um trecho pequeno de calçamento com pedra-ferro, resquícios do desenvolvimento urbano da colônia de Itapura que

Com o correr do tempo foram surgindo habitações melhores, predominando as construções de pau-a-pique cobertas com telhas. Mas existiram, depois, casas de tijolos com esteios e baldrames, estrutura tradicional no Brasil e hoje copiada pelos arquitetos de

cimento armado. A avenida principal teve seus passeios calçados com pedra-ferro. (BARROS, 1957, 293)

Nos atuais dias, nos momentos de lazer ou até mesmo no aprendizado do mergulho, nos dias em que as águas do baixo Tietê estão límpidas, fora das estações chuvosas, é possível ver os restos do vapor “Tamandathay” que entrou em operação, segundo Barros (1957, p. 292), em 18 de março de 1860. Ele relata que “um dos objetivos da presença da bela nave fluvial do Itapura era exatamente patrulhar as águas do [rio] Paraná em território brasileiro”.

Há muitas fontes sobre Itapura, além dessas constatadas na própria localidade. Se tratarmos sobre a iconografia é possível encontrar resultados das expedições realizadas na região no período compreendido entre o final do século XIX e início do XX, uma vez que a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (CGG) só esteve em Itapura por volta de 1905 (MOI, 2004, s.p.).

Voltando para o sertão, realiza o CGG grandes expedições à região, mapeando faixas que beiram rios importantes, como o Tietê, o Peixe, o Paraná e o Rio Grande. Desta forma, desenha a carta geral do Estado, o sertão e as fronteiras com os Estados do então Mato-Grosso e Paraná.

Ao verificar a iconografia das expedições, a autora Cláudia Moi (2004, s.p.) no seu artigo virtual *Explorações do olhar: natureza, ciência e arte nas fotografias da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo* constata um importante dado

Das fotografias produzidas pela CGG existem originais e impressas. As fotografias impressas nos relatórios atingem uma quantidade aproximada de 1000 unidades e as originais preservadas em álbuns não chegam a 400. Esses relatórios de expedições “ilustrados” seguem dois grupos: os de explorações de rios e por regiões – interior e litoral.

Ela nos dá a idéia sobre o que versam as fotografias, isto é, de como era a exuberância da natureza, de como os indígenas são representados e até mesmo do cotidiano das expedições

Contudo, a ênfase no tratamento estético *sui generis* dado às fotografias da CGG, quando comparado a outras expedições da época. Encomendadas com o propósito de serem uma documentação científica, deixam perceber outros olhares, explorações visuais muito além de apenas registrar um evento (MOI, 2004, s.p.).

A autora nos dá apontamentos bastante interessantes sobre a iconografia produzida principalmente a partir de 1905 nos alertando sobre a originalidade, a autoria, a localização das fontes, mas principalmente da sua interpretação, ao que versam os temas

[...] desde imagens da natureza pura, selvas, vistas urbanas, retratos de indígenas ao cotidiano dos comissionários. As paisagens trazem imagens de grandes e pequenas cachoeiras, rios, riachos, matas, morros, cavernas, como também vilarejos, casas, sítios, cidades. A ênfase das imagens se dava nos recursos energéticos a serem explorados para a indústria, nas vias de comunicação possíveis de serem construídas para o comércio (MOI, 2004, s.p.).

Amplio, no concernente a referências, e considerável para o nosso trabalho de pesquisa é o relatório de Celso Lago Paiva, responsável pela edição virtual do Centro de Memória Universidade Estadual de Campinas (CMU – Unicamp). Na sua página virtual encontramos os livros que foram consultados por ele no Sistema de Bibliotecas da Unicamp (SBU), de onde extraiu referências relacionadas a Itapura como, por exemplo: a tese de doutoramento, de Maria Aparecida Silva, datada de 1972, localizada na Universidade de São Paulo, intitulada *Itapura: estabelecimento naval e militar (1858-1870)*; outra fonte é o trabalho de Jorge Black Scorrar que, em 1906, publica a *Exploração do rio Tietê (barra do rio Jacaré-Guassu ao rio Paraná)*. Há ainda artigos de jornais citados por Paiva, bem como outros livros igualmente importantes que tivemos acesso como: *Relatos monçoeiros*, de Afonso de E. Taunay; *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, de Pierre Mombeig; e, *Diário da navegação*, de Teotônio José Juzarte. Além disso, o parecer que ele propõe acerca dos bens patrimoniais tombados e destruídos no Brasil inclui o da sede da colônia militar de Itapura, cujas alíneas ele mesmo discorre:

Quando conheci o prédio em 1967 pouco restava de seu madeiramento interno (sobrados, forros, portas, janelas, escadaria), e muitos trechos das paredes auto-portantes estavam destruídos por vandalismo (por pessoas que buscavam “tesouros” nelas encerrados, segundo **lendas** locais). O piso de terra sob o sobrado inferior e o solo no entorno foram escavados. Em **1969** toda a fachada direita já havia desmoronado [apud HIGA, 1969]. (PAIVA, 2000, s.p., *grifos do autor*)

Paiva realmente constata a construção histórica destruída por várias vezes, mesmo após ter passado por algumas obras parciais de

restauração entre 1970 e 1978. Apesar disso, paulatinamente, os anos se vão e em sua terceira visita a Itapura em 11 de janeiro de 1999 o prédio continua arruinado

[...] a edificação estava abandonada, cercada por alto capinzal, com grandes danos no telhado e deterioração avançada no madeiramento dos forros, dos sobrados e das envazaduras, além de vandalismo [...]. (PAIVA, 2000, s.p.).

Falar sobre Itapura no final do século XIX torna-se difícil devido as fontes documentais não possuir um local de preservação nem mesmo uma sistematização. É lamentável o abandono e a degradação do patrimônio tombado pelo governo paulista naquela localidade e, além disso, o pior, a sensação de uma história definhando no abismo do esquecimento. O edifício que restou da antiga colônia militar e naval de Itapura é um documento material de fundamental importância para a memória da localidade e do Estado de São Paulo e do Mato Grosso do Sul, embora se encontre ao descaso das instituições públicas incumbidas de sua preservação.

Para Le Corbusier o patrimônio histórico das cidades constitui um manifesto “ao longo dos anos por obras materiais, traçados ou construções que datam-na de sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma” (1993, pp. 65-70). O autor ainda considera que os patrimônios

São *testemunhos precisos do passado* que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois, porque alguns trazem em si uma virtude plástica [...] Eles fazem parte do *patrimônio humano*, e aqueles que os detêm ou são encarregados de sua proteção, têm a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta, para os séculos futuros, essa nobre herança. (LE CORBUSIER, p. 65, *grifo nosso*).

É a partir da sua existência patrimonial e documental vistas como testemunhos concretos de um passado que remonta em fins do século XIX que formulamos nossa busca em torno do que nos realmente importa: o viés de uma formação social no núcleo colonial de tipo militar e naval no baixo vale Tietê a partir de 1858, um ponto da presença civilizadora na fronteira noroeste paulista, descrito nos atos imperiais verificados pelo historiador Fausto Ribeiro de Barros em seu artigo *Itapura (Ex-colônia militar e estabelecimento naval)* publicado, em 1957, numa separata do volume LIV da revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGESP). Este é um documento considerável, principal-

mente porque o autor teve o acesso direto, enquanto membro do IHGESP, aos manuscritos existentes no Arquivo Público do Estado de São Paulo “reunidos em *latas* sob o título *Itapura e Avanhadava*” (*grifo nosso*). No entanto, ele mesmo salienta

Lemos os jornais da época, de S. Paulo, e ali encontramos muitas notícias sobre o assunto; todavia preferimos não transcrever sequer uma, para contar apenas com a fidelidade das *fontes primárias*. O mesmo se dá com relação a artigos de jornais [outros talvez] e livros publicados no presente século [a saber, o XX]. Não publicamos os decretos e regulamentos e diversos outros atos do Governo, bem como muitos *pequenos fatos tão interessantes*, para não alongar este trabalho. (BARROS, 1957, pp. 312-313, *grifo nosso*).

Além dessa constatação, já nos anos iniciais do século XX, a evidência colocada por Monbeig (1998, p. 94) remete-nos a pensar sobre sua trajetória rumo à decadência

[...] quando o Imperador Pedro II tentou uma *experiência* de colonização militar, na margem direita do baixo Tietê, em Itapura: a penetração não partia mais de São Paulo, porém do Mato Grosso e do Triângulo Mineiro. As distâncias eram por demais longas, o isolamento por demais acentuado, e a própria colônia rapidamente *caiu em ruínas*. (*grifo nosso*)

Barros (1957, p 312), ao acessar as latas contendo os atos oficiais sobre as colônias de Itapura e Avanhadava, prontamente às mãos, não as utilizou, de modo aprofundado, a fim de não alongar as folhas do seu artigo, uma vez que ele declara ter consultado “todos os manuscritos existentes” no Arquivo Público do Estado de São Paulo, entretanto, o seu artigo não fecha as lacunas deixadas inteiramente dependente ou submetidas às ações ou vontades do poder público. Esse historiador fez representações junto ao IHGESP, à Sociedade Geográfica Brasileira, publicando ainda artigos no jornal *A Gazeta*, ao tratar da inconveniência do governo paulista, já naquela época, em 1957, quanto à reforma do edifício colonial de Itapura.

Conforme Akasaki e Garcia (2001), no presente, ainda é perceptível nos indivíduos da cidade a preocupação com sua história local em vista de um projeto de desenvolvimento turístico e sociocultural do município, a partir da restauração do “Palácio do Imperador”. Não obstante, o tempo passado deixa emanar dos homens o interesse pela sua personalidade própria, e é função da pesquisa histórica fazer aquilo que lhe compete (LE CORBUSIER, 1993), uma vez que nossa pesquisa de

campo na localidade em 2005 observou o estado deplorável do “Palácio do Imperador”, como é conhecido o sobrado de arquitetura colonial que abrigava a sede administrativa da colônia militar.

No entanto, segundo Barros (1957, p. 311), o abandono oficial da colônia de Itapura após o ano de 1889, - ante à supressão da monarquia brasileira -, já apresentava um caminho de outra forma, pois

Proclamada a República em 1889, os novos estadistas puseram de lado a preocupação antiga de se manter a colônia do Itapura, pois *um caminho de ferro* se projetava para, de uma vez por todas, estabelecer-se a *ligação fácil para o oeste. (grifo nosso)*

É apuradamente neste período, entre o começo da colônia militar e naval de Itapura e o seu definhamento enquanto tal, que nos limitamos a interpretar este tempo e lugar sob os domínios de um cotidiano como o tema aglutinador do maior número possível de dados, ou seja, os inúmeros “pequenos fatos tão interessantes” de que Barros (1957, p. 313) aponta e que, no entanto, não os torna acessíveis através do seu artigo a fim de não alongá-lo. Daí que nos propomos a identificar e, mais que isso, acessar as fontes documentais sobre Itapura no final do século XIX. Ora, sendo uma colônia militar e naval, cujo caráter é oficial, a serviço do império brasileiro, não podemos desconsiderar o seu aspecto social, as dificuldades do cotidiano, ou seja, como viviam, o que comiam, o que plantavam, como se relacionavam com a exuberante selva tropical, como trabalhavam, como navegavam, enfim, como era a textura social desse “pequeno aglomerado humano avançado, na fronteira noroeste paulista, em área que os mapas traziam como *sertão*”



**Figura 1** – O sobrado da Diretoria da Colônia Militar de Itapura provavelmente na primeira metade do século XX, cujo autor nos é desconhecido. O prédio se mostra em estado de abandono e destruição.

*desconhecido* e habitado por índios bravos” (BARROS, 1957, p. 310, *grifo nosso*). Nesse contexto, se inserem os afazeres dos índios, dos escravos, das mulheres, das crianças, dos militares e dos marinheiros, dos oficiais administrativos. Inserem-se também as técnicas, o transporte, a comunicação, os recursos financeiros, a jurisdição, a guerra, o comércio, as migrações, enfim, o clima, a selva, os rios e cachoeiras, a caça e a pesca, os desmatamentos, as doenças...

Barros ao comentar sobre os “pequenos fatos interessantes” no trecho acima, tece um ensaio da história do cotidiano de Itapura ao tratar dos “acontecimentos diversos” do núcleo colonial como as doações de terras, os casamentos protestantes, os padres falecidos, a jurisdição da colônia militar, a correição nas colônias (seria o caso das duas principais, Avanhadava e Itapura), o êxodo dos colonos, um rol de bens, o arquivo, os soldados e uma gente refuga, um “bom” médico, a exploração geográfica; os *Felícísimos*, uma família de navegantes “dados à prática de desordens”; a construção da igreja de tijolos, a escola das primeiras letras, uma banda de música, um caso de “amores”, as formigas saúva, os gastos do Governo Imperial para a manutenção da colônia, enfim, a submersão do vapor “Tamandatahy”, o meio de transporte oficial da colônia pelas barrancas do rio Paraná que sempre levava mercadorias, gado, médico e remédios, enfim, os serviços postais.

Basta pensarmos que as atrofias da história tradicional praticadas na América Latina, reminiscências de um passado positivista, remetem a buscar novas alternativas historiográficas que nos propicie o exercício de uma experiência da história nova (LE GOFF, 1998). Seguindo estes passos, nossa proposta de pesquisa torna-se vastíssima, porém uma questão é das mais norteadoras e experimentais: como e por quê imbricar o cotidiano da colônia ao patrimônio histórico? Para responder, cito a tempo uma preocupação do historiador Jacques Le Goff

*Uma nova concepção do documento*, acompanhada de uma nova crítica desse documento. O documento não é inocente, não corre apenas de escolha do historiador, ele próprio parcialmente determinado por sua época e seu meio; o documento é produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado, tanto para impor uma imagem desse passado, quanto para dizer “a verdade” [...] É preciso desestruturar o documento para descobrir suas condições de produção. Quem detinha, numa sociedade do passado, a produção dos testemunhos que, voluntária ou involuntariamente, tornaram-se os documentos da história? É preciso pesquisar, a partir da noção

de *documento / monumento*, proposta por Michel Foucault em “Arqueologia do saber”. Ao mesmo tempo é preciso delimitar, explicar as lacunas, os silêncios da história, e assentá-los tanto sobre esses vazios, quanto sobre os cheios que sobreviveram. (1998, p. 54, *grifo do autor*)

## NOTAS

<sup>1</sup> Graduando do 4º ano em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, *Campus* de Três Lagoas – CPTL.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKASAKI, Jorge Luís; GARCIA, Sandro. Casa de Sarmento Centro de Estudos do Patrimônio. In **Historical Constructions: Actions implanted to promote the restoration of emperor D. Pedro II's Palace in the city of Itapura – SP – Brazil**. Disponível em: <[www.csarmento.uminho.pt/ncr\\_333.asp](http://www.csarmento.uminho.pt/ncr_333.asp)>. Acesso em 1 nov. 2005, pp 267-276.

BARROS, Fausto Ribeiro de. Itapura (Ex-colônia militar e estabelecimento naval). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. Separata do v. LIV, 1957, pp. 282-313.

JUZARTE, Teotônio José; SOUZA, Jonas Soares de (*org.*). **Diário da navegação**. Campinas: Editora da Unicamp: Centro de Memória, 1999.

LE GOFF, Jacques (*org.*); CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. **La nouvelle histoire**. 4a. ed. São Paulo: Mastins Fontes, 1998.

LE CORBUSIER, 1887-1965. **A carta de Atenas**. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1993.

MAGALHÃES, Magna Lima. A história dos payaguá. **Fronteiras: revista de história**. Campo Grande, v. 4/5, n. 7/9, pp. 55-76, 2000/2001.

MOI, Cláudia. **Revista Studium !18**. Explorações do olhar: natureza, ciência e arte nas fotografias da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Primavera de 2004. Disponível em: <[www.studium.iar.unicamp.br/18/05.html](http://www.studium.iar.unicamp.br/18/05.html)>. Acesso em: 26 mar. 2005.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec: Polis, 1998.

PAIVA, Celso Lago. **Bens tombados e destruídos no Brasil**. Publicado em: 10 set. 2000. Atualizado em: 23 jul. 2000. Disponível em <[www.geocities.com/lagopaiva/destruid.htm](http://www.geocities.com/lagopaiva/destruid.htm)>. Acesso em: abr. 2005.

TAUNAY, Afonso de E. **Relatos monçoeiros**. São Paulo: Itatiaia: Edusp, 1981.

# **A INTERAÇÃO ENTRE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO COMO CONTRIBUIÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DO COMPLEXO RELIGIOSO DE CAMPINA VERDE-MG**

Lucas Ribeiro Silva<sup>1</sup>

A Institucionalização da preservação do patrimônio cultural, tal como é sentida pela modernidade, diz respeito mais ao esquecimento que lhe é genético do que propriamente à memória que lhe é estranha.

Odete Dourado

## **INTRODUÇÃO**

O estudo que será exposto faz parte de uma pesquisa mais ampla intitulada “Preservação da Memória e do Patrimônio Histórico e Cultural do Complexo Religioso de Campina Verde-MG”. Neste artigo analisar-se-á a interação entre patrimônio e memória como meio de contribuição para a preservação do conjunto arquitetônico religioso do município.

A preservação do patrimônio pode ser entendida como meio de possibilitar o exercício da memória. Para compreender esse diálogo, serão consideradas diversas formas de fontes, como a oralidade, a fotografia e os arquivos, não negligenciando seus métodos e técnicas para sua interpretação.

## **HISTÓRICO DAS ORIGENS DA FORMAÇÃO DO COMPLEXO RELIGIOSO DE CAMPINA VERDE-MG**

A formação do complexo religioso de Campina Verde-MG originou-se com estabelecimento da Congregação da Missão de São Vicente de Paula, da Imperial Casa de Nossa Senhora Mãe dos homens, na fazenda de Campo Belo, no Sertão da Farinha Podre, região pertencente ao pontal do Triângulo Mineiro, onde hoje se localiza a atual cidade. Estas terras que abrangiam uma área de aproximadamente 28000 alqueires foram doadas a missão por um sertanista paulista chamado João Batista Siqueira. Ao assinar a escritura de transferência de seus bens, em 1830, no arraial Santo Antonio de Uberaba, Siqueira tinha duas exigências: “a construção de uma capela e de um colégio de primeiras letras, para atender a população da região, que não contava com estes benefícios”. (BORGES, 1988, p.77)

Conforme Macedo (1941, p.10), Siqueira era um homem com passado marcado por crimes, e devido a isto acreditava que doando seus bens poderia se redimir de seus pecados. Mas o importante é que ao fixar-se na Fazenda Campo Belo, a missão cumpriu as exigências do sertanista, possibilitando assim o surgimento de um povoado em torno das primeiras construções religiosas, a capela de 1834 e do colégio de 1838, favorecendo a formação do Arraial de Campo Belo, o qual trouxe um desenvolvimento cultural e social para a região.

Segundo Rodrigues (1988, p.84), o complexo religioso de Campina Belo passou por muitas transformações no século XIX, abrangendo ao término destas duas grandes construções, o Colégio Episcopal e Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens. O primeiro foi construído em 1838, mas sofreu ampliações ao longo século, este colégio ganhou fama nacional pela sua qualidade educacional, principalmente entre 1842 e 1856, quando se tornou sede do colégio seminário do Caraça. A segunda, a Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens foi erigida em 1885, com estilo barroco e possuindo duas torres.

## **AS TRANSFORMAÇÕES DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO RELIGIOSO DE CAMPINA VERDE EM MEADOS DO SÉCULO XX**

A Igreja Católica no séc. XX, de acordo com Chaves (1984, p.96), deu continuidade à sua influência ideológica e cultural sobre o Arraial de Campo Belo, manifestando-se tanto nas artes quanto na educação. A partir da década de 1930 se inicia transformação contundente no complexo religiosa, marcada por demolições e construções de obras, culminando na formação atual do conjunto arquitetônico de Campina Verde. Esta nova designação dada ao nome do arraial passou a ser aceita desde a reforma administrativa de 1923, substituindo Campo Belo.

O complexo religioso atual de Campina Verde, o qual é o objeto desta pesquisa, iniciou sua constituição com um engenhoso projeto, empreendido pela instituição católica em 1932. Conforme o documento de tombamento da Igreja Nossa Senhora da Medalha Milagrosa, neste ano, por determinação do Padre João Anesi, superior da Casa da Congregação da Missão, ordem religiosa responsável pela Igreja de Campina Verde, foi demolida a Igreja barroca de 1885, sendo construído em seu lugar um templo em estilo neogótico. De acordo com Casé (2000, p.25), o estilo neogótico era uma tendência que se afirmava no Brasil nas três primeiras décadas do século XX. O templo concluído no início da década de 1940, com orago de Nossa Senhora da Medalha Milagrosa, apresenta uma beleza artística única. Ao levantar essa questão sobre a arte observa-se que esta “parece exercer uma influência sobre todas as funções sociais e em primeiro lugar, sobre a religião” (BASTIDE, 1971, p.188).

A expressão da Igreja vai além do ornamento, pois ela tem um poder ideológico sobre as pessoas. Este fato é salientado em Corbisier:

A arquitetura gótica é, no seu fundamento, à base de esferas, cones, cilindros. Somente a nave exprime uma forma simples, porém de uma geometria complexa de segunda ordem (cruzamento de ogivas). É por isso que uma catedral não é tão bela e que nela buscamos a compensação de ordem subjetiva, fora da plástica uma catedral nos interessa como a engenhosa solução de um problema difícil, mas cujos dados foram mal colocados porque não procedem das grandes formas primitivas. A catedral não é uma obra plástica: é um drama, a luta contra a gravidade, sensação de ordem sentimental (1981, p.13).

O século XX, como ressalta Macedo (1941, p.44), foi um período de florescimento urbano, educacional e político. O político é devido a

emancipação do Arraial de Campina Verde a categoria de município, em 1938. O florescimento educacional desse século deve-se a fundação do colégio das freiras e dos padres. No início da década de 1940, chegam a Campina Verde às irmãs de caridade da Associação Luiza de Marillac, as quais vieram com intuito de atender aos necessitados e fundar um colégio. O colégio das irmãs instalou-se primordialmente em um casarão sem muitas comodidades, tendo como nome Nossa Senhora das Vitórias. O ensino era somente primário, mas de ótima qualidade, oferecendo até mesmo internato para atender alunos da região. A instalação deste colégio foi apenas provisória, pois ainda no início da década de 1940, as freiras com a ajuda dos padres, começaram a construção de um prédio que se tornou posteriormente um novo centro de ensino, tendo por nome Educandário da Sagrada Família. O colégio das irmãs prolongou suas funções até aproximadamente o final da década de 1970 e início da década de 1980.

Como lembra Borges (1994, p.15), em 1948, o Padre Felix Obzut e o Padre Jorge Cunha fundaram uma escola paroquial e particular chamada Instituto Nossa Senhora das Graças. Para a fundação deste colégio os padres, juntamente com a ajuda das freiras, deram início à construção de um prédio, onde mais tarde além do curso primário teria também o curso ginasial, introduzido em 1949, passando a chamar-se Ginásio Nossa Senhora das Graças. Este colégio atendia jovens de Campina Verde e região, tendo para isto seu próprio internato. O colégio era de excelente qualidade, contando com laboratórios experimentais, um sistema de ensino eficiente e com uma rígida organização eclesiástica. O colégio cessou suas funções em 1981, com a sua estadualização e transferência para outra localidade da cidade.

O último monumento a compor o conjunto, destaca ainda Borges (1994, p.47), foi o prédio planejado pelo padre Felix Obzut, construído para servir de habitação aos padres e aos alunos do Seminário São Justino de Jacobs, fundado em 1975, mesmo ano de construção do novo edifício. Os seminaristas estudavam no Ginásio Nossa Senhora das Graças e recebiam suas aulas específicas de religião no prédio onde moravam. Seminaristas de diversas regiões do país dirigiam-se para Campina Verde. A nova construção ocasionou a demolição do prédio episcopal do século XIX. O seminário deixou de exercer suas funções, em 2000, decisão tomada pelo seu próprio fundador, o Padre João Saraiva.

Por meio deste levantamento histórico, é possível notar como foi se formando paulatinamente o complexo religioso atual. O conjunto

arquitetônico abrange quatro construções, a Igreja de Nossa Senhora da Medalha Milagrosa em estilo neogótico; o prédio residencial dos padres, onde antes habitavam também os seminaristas; o prédio onde funcionava o Ginásio Nossa Senhora das Graças, sendo hoje uma escola particular; e por fim, o prédio do Educandário da Sagrada Família, o qual na atualidade abriga a filial de uma universidade particular.

## **MEMÓRIA E PATRIMÔNIO E INTERAÇÃO PARA O CONHECIMENTO E PRESERVAÇÃO DOS MONUMENTOS ARQUITETÔNICOS DE CAMPINA VERDE**

O conjunto arquitetônico religioso, como se pode notar, forma um patrimônio histórico e cultural, que pertence e faz parte da história de toda a sociedade campina-verdense, devido a isso há a necessidade de ser valorizado e preservado. Como enfatiza Pierre Nora (1992), o patrimônio é um lugar de memória. A interação entre memória e patrimônio, é imprescindível para preservação, pois assim como o patrimônio contribui para o exercício da memória, esta fornece valores e significados ao patrimônio. Este diálogo se expressa nas diretrizes do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (2000,p.13) “A principal razão de preservar o patrimônio cultural é a melhoria da qualidade de vida da comunidade, que implica em seu bem estar material e espiritual e na garantia do exercício da memória e da cidadania”.

Os monumentos do complexo religioso de Campina Verde, (com exceção da Igreja da Medalha Milagrosa que vem passando por um processo de restauração e em 2002 foi tombada pelo município como patrimônio histórico), vêm sofrendo uma deteriorização. Este fato deve-se principalmente ao desconhecimento da população destes bens culturais, que segundo Chagas (200, p.50), “É um campo extraordinário onde as pessoas podem vivenciar uma série de experiências”. O conhecimento do patrimônio como meio de valorizar a preservação é considerado pelo Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

Para preservar o patrimônio cultural é necessário, inicialmente, conhecê-lo através de inventários e pesquisas realizadas pelos órgãos de preservação, em conjunto com as comunidades. O passo seguinte será a utilização dos meios de comunicação e do ensino formal e informal para a educação e informação das comunidades, visando desenvolver os sentimentos de valorização dos bens culturais e a reflexão sobre as dificuldades de sua preservação (2000,p.13).

Depois de se conhecer o contexto histórico do patrimônio e sua importância social, sendo que neste ponto a memória tem um papel de interpretação primordial, esse passa a ser concebido não somente como documento, mas também como portador de uma linguagem própria de comunicação. O sociólogo Bastide demonstra esta questão ao considerar que:

Uma das principais interpretações da Arte consiste em concebê-la como um sistema de sinais, portanto como uma linguagem. Logo, na medida em que a arte é uma linguagem, também é um instrumento de solidariedade social: e como, além disso, não se trata de um sistema de sinais intelectuais, mas de um sistema de símbolos afetivos, a solidariedade conseguida é ainda mais estreita que a da palavra falada, excedendo a intercomunicação entre indivíduos separados, para estabelecer uma interpretação das almas, uma fusão parcial das consciências (1971,p.184).

Os arquitetos, por meio de sua arte, a arquitetura, são verdadeiros constituidores de patrimônio, pois este se perpetua ao longo do tempo, fomentando assim a memória de um povo. Casé ao incumbir o papel de perpetuadores aos arquitetos enfatiza que:

Os arquitetos repartem entre si um segredo singular que está vinculado à construção. Um segredo que tem uma certa relação com o escapar da morte. Suas obras feitas com materiais resistentes ao tempo são objeto de sua própria perpetuação. Ao materializá-la na paisagem, as transformam em testemunhas permanentes de uma vida, as tornam jazigos que prolongam compulsoriamente, na lembrança dos tempos, o esforço, a vontade, a subjetividade, as rejeições e as atividades reais de um construtor de idéias reveladas em forma (2000,p.40).

A Igreja da Medalha Milagrosa, conforme o documento de tombamento desta, possui uma construção que impressiona por sua grandiosidade e beleza, com formato de cruz latina e uma torre elegante com sinos, contendo altar-mor e dois laterais, de mármore de carrara bem executados e polidos. Toda esta construção singular fica ainda mais admirável e envolvente quando é vista junto as demais do complexo religioso. Os antigos colégios das freiras e dos padres com seus amplos pátios extensos corredores e enfileiradas janelas nas fachadas e nas laterais dos prédios, faz até mesmo as pessoas que não vivenciaram aquele contexto histórico, a imaginar como se davam as relações humanas que se estabeleciam naqueles ambientes. A preser-

vação deste conjunto arquitetônico significa a conservação de uma identidade social da população campina-verdense, sendo assim não é somente os modelos estéticos de construções de meados do século XX, mas também testemunhos históricos de vidas. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico expõe o patrimônio de um povo da seguinte forma:

O patrimônio cultural de um povo lhe confere identidade e orientação, pressupostos básicos para que se reconheça como comunidade, inspirando valores ligados à pátria, à ética e à solidariedade e estimulando o exercício da cidadania, através de um profundo senso de lugar e continuidade histórica. O sentimento que o patrimônio evoca são transcendentais, ao mesmo tempo em que a sua materialidade povoa o cotidiano e referencia fortemente a vida das pessoas. Patrimônio cultural é, portanto, a soma dos bens culturais de um povo (2000,p.12).

Os monumentos que compõem o complexo religioso de Campina Verde sofreram ao longo do tempo inúmeras modificações em suas construções, levando, devido a isto uma série de questionamentos com relação ao posicionamento da sociedade, que muitas vezes desconhece a importância de preservar, e as políticas públicas, as quais não demonstram interesses em empreender projetos para proteger o patrimônio arquitetônico. As alterações sofridas pelas construções podem ser visualizadas através do amplo material fotográfico, retratando a formação e perpetuação das obras até os dias de hoje. As fotografias, pertencentes em sua maioria a fotógrafos amadores, apresentam por meio da sua própria linguagem as relações humanas estabelecidas no ambiente das construções, fomentando assim a memória social. O dia-a-dia das crianças e adolescentes nos colégios das freiras e dos padres, praticando esportes, participando de desfiles em datas especiais, alimentando-se nos refeitórios, apresentando peças teatrais e até mesmo assistindo cerimônias religiosas assim como adultos e velhos participando de festas vicentinas da Igreja, são assuntos registrados pela câmara do folclore. Kossoy demonstra a perpetuação da fotografia no tempo e sua estreita relação com a memória ao destacar que:

O fragmento da realidade gravado na fotografia representa o congelamento do gesto e da paisagem, e portanto a perpetuação de um momento, em outras palavras, da memória: memória do indivíduo, da comunidade, dos costumes, do fato social, da paisagem urbana, da natureza. A cena registrada na imagem não se repetirá jamais. O momento vivido, congelado pelo

registro fotográfico é irreversível. A vida, no entanto, continua e a fotografia segue preservando aquele fragmento congelado da realidade. Os personagens retratados envelhecem e morrem, os cenários se modificam, se transfiguram e também desaparecem. O mesmo ocorre com os autores-fotógrafos e seus equipamentos. De todo o processo, somente a fotografia sobrevive, algumas vezes em seu artefato original, outras vezes apenas o registro visual reproduzido. Os assuntos registrados nesta imagem atravessaram os tempos e são hoje vistos por olhos estranhos em lugares desconhecidos: natureza, objetos, sombras, raios de luz, expressões humanas, por vezes crianças, hoje mais que centenárias, que se mantiveram crianças (1989,p.101).

O conhecimento do contexto histórico em que o centro arquitetônico religioso se originou e processou suas funções é fundamental, sendo assim os arquivos merecem atenção, pois fornecem documentos escritos em forma de decretos de construções e modificações de monumentos, matrículas de alunos nos colégios eclesiais, convites para cerimônias religiosas e até mesmo regulamentos escolares. Segundo Bellotto (2002,p.9) “Os arquivos são arsenal da administração e celeiro da história”.

Os diálogos empreendidos com pessoas que vivenciaram a formação do complexo religioso e suas transformações é necessário, pois demonstra como os monumentos colaboram para o exercício da memória. A oralidade permite, mesmo levando em consideração as problemáticas enquanto método e fonte, que as pessoas passem informações com relação as suas experiências de vida ocorridas no conjunto arquitetônico. Este fato é aceitável ao passo que os indivíduos esclarecem as representações e significações do patrimônio, os quais em seu conjunto são assimilados além da arte em si e tornam-se testemunhos históricos. Alberti enfatiza a história oral da seguinte forma: “É na realização de entrevistas que se situa efetivamente o fazer a história oral; é para lá que convergem os investimentos iniciais de implantação do projeto de pesquisa, e é de lá, que partem os esforços de tratamento do acervo” (1987,p.45).

Para preservação da memória e do patrimônio arquitetônico de Campina Verde é relevante a ajuda efetiva do âmbito municipal, na medida em que é o município que legisla sobre o uso e a ocupação do solo. Cabe, portanto, conforme mostra o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (2000,p.19), ao município estruturar-se, através da

criação de uma política própria de preservação do patrimônio que inclua, do ponto de vista narrativo, o estabelecimento de leis específicas e, do ponto de vista de participação da sociedade, a criação de conselho municipal do patrimônio cultural, com seu respectivo suporte técnico. A interação entre memória e patrimônio funciona como guardiã da identidade e representação social, mas depende somente do homem o papel de preservar esta função.

## NOTA

<sup>1</sup> Aluno do 3º ano do curso de graduação em História da UFMS/CPTL.

## FONTES

ARQUIVO da Secretaria da Cultura de Campina Verde.

BORGES, Benedito Antônio de Miranda Tiradentes. **Campina Verde – História e Genealogia**. Araguari: Minas Editora, 1994.

CHAVES, Petrônio Rodrigues. **A Loja do Osório**. Ituiutaba: Edição do autor, 1984.

MACEDO, Nicodemus de. **Campina Verde e sua Primeira História**. Oficinas Jardim, 1941.

RODRIGUES, Maura Afonso. **Fagulhas de História do Triângulo Mineiro**. ABC-SABE, 1988.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTIDE, Roger. **Arte e sociedade**. 2º ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, Editora USP, 1971.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística: objetivos, princípios e rumos**. São Paulo: Ática, 1989.

CASÉ, Paulo. **A cidade desvendada: reflexões e polêmicas sobre o espaço urbano: seus mistérios e fascínios**. Rio de Janeiro; Ediouro, 2000.

CHAGAS, Mário de Souza. **O museu casa como problema: comunicação e educação em processo**, in: Anais do II seminário sobre museus casas- Comunicação e Educação. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/ Minc, 1998.

CORBISIER, Le. **Por uma arquitetura**. 3º ed. São Paulo, Perspectiva, 1981.

Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Diretrizes do Patrimônio Histórico**. 2000.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ática, 1989.

NORA, Pierre. **Les Lieux de Mémoire, Tomo III**. Paris: Gallimard, 1992.

## **ENTRE A CIVILIZAÇÃO E O SERTÃO: A APROPRIAÇÃO DA OBRA RETIRADA DA LAGUNA DO VISCONDE DE TAUNAY, PELAS ELITES SUL-MATO-GROSSENSE NA CONSTRUÇÃO DO DISCURSO FUNDADOR**

Carlos Alexandre Barros Trubiliano<sup>1</sup>

Como ciência em construção, são várias as abordagens da história, bem como as possibilidades que ela pode proporcionar em resgates de campos e conteúdos do passado.

Se considerarmos o surgimento da Nova História no último quartel do século XX, a perspectiva acima pode ser contemplada, principalmente em sua vertente conhecida por História Cultural.

O viés da História Cultural tem contribuído com novas temáticas e fontes para a produção historiográfica, destacando-se, entre outros historiadores que transitam nesse campo, Carlos Ginzburg, Roger Chartier e Edward Thompson, os quais possuem trabalhos caracterizados pela preocupação com as questões populares, a valorização das estratificações e dos conflitos sócio - culturais. Recusando o conceito

vago de mentalidades, esses autores possibilitaram a abertura a novas abordagens e fontes, destacando-se entre elas as obras literárias. (DIEHL, 2001, p.90-99)

À princípio, História e Literatura são vistas de formas diferentes como áreas do conhecimento. A história é objetiva. A literatura subjetiva. A história tem por objeto de estudo o passado. A obra literária é reconhecida como tal quando antecipa o devir, o futuro. A história tem por pressuposto a verdade. A literatura é ficcional. Essa relação entre literatura e história não é feita apenas de paradoxo, ambas, como são concebidas na cultura ocidental cristã, são construções discursivas da ciência, que ganharam forma durante o século XVII, e se enquadram no ramo das ciências humanas, materializando-se no jogo e no trato das palavras. (SANTOS, 2001, p.25)

A relação entre História e Literatura há muito vem sendo questionada, tanto por críticos literários como por historiadores, na tentativa de se estabelecer a validade de algumas obras literárias como documentos históricos. Pode-se, considerar uma obra literária como um documento histórico, uma vez que a noção de documento remete às diversas formas utilizadas para marcar os vestígios humanos, como a arte, a arquitetura, a literatura, a linguagem (oral, escrita, simbólica). Em outras palavras, o documento é resultante da construção humana e social, cabendo ao historiador saber ler o que o texto (documento) deixa entender. Como um voyeur, em um sentido metafórico, ao ler aqueles textos produzidos, ao ver aquelas imagens pintadas e esculpidas, ele faz uma *regressão temporal*: “O passado aconteceu, não temos como alterá-lo” (GADDIS, 2003, p.55)

O documento não fala por si. O historiador é que o faz falar. Nesse sentido, o mesmo documento pode ser utilizado para fins diferentes, dependendo da posição ideológica do historiador. O que ele deve fazer, no mínimo, é não ocultar os fatos.

Diante da possibilidade de novas abordagens e fontes, a literatura apresenta-se como um campo fértil para contribuir com a discussão e a produção historiográfica Regional.

Partindo-se das premissas de que, primeiro, as obras literárias são, de fato, documentos históricos, uma vez que são produtos de um determinado tempo; segundo, que alguns autores expõem, em suas narrativas, acontecimentos verídicos, com personagens que realmente estiveram presentes ao evento narrado, localizados em tempo e espaço que conferem com uma representação do real; e, finalmente, levado-se em conta que a produção literária brasileira retrata a própria História

do país, bem como a História de sua Literatura, pretende-se abordar aqui a obra do Visconde de Taunay, *A Retirada da Laguna*, a qual vem chamando atenção, tanto da produção acadêmica quanto das Instituições governamentais de Mato Grosso do Sul, uma vez que ao entendê-la como uma obra que relata um marcante episódio da história brasileira e da região onde hoje se localiza o Estado do Mato Grosso do Sul, ela passa a ser um elemento de fundamental importância para a discussão sobre identidade.

Publicado originalmente em francês, em 1871, *La Retraite de la Laguna*, foi produzido a partir da memória de Taunay, uma vez que, como relatou o próprio autor, suas anotações foram destruídas na invasão paraguaia à vila de Nioaque:

Mal lhe contara (ao pai) todas aquelas peripécias, tão pungentes e dramáticas, instara para que, aproveitando a memória fresca dos fatos, os fixasse no papel, mas fui adiando o cumprimento formal da promessa que lhe fizera. Logo de chegada ao Rio, resumei tudo num artigo que o Senador Pompeu, interpelando o governo sobre os fatos de Mato Grosso, achou digno da pena de um Plutarco. Daquilo, porém, ao livro que deveria ser escrito, havia um mundo. E eu me sentia com tão pouca disposição, presa da preguiça brasileira, que inutiliza tantas belas inteligências da nossa mocidade e dos nossos mais ilustres homens, rebeldes ao uso da pena. [...] Afinal, um belo dia, resolvi encetar o trabalho tantas vezes adiado. [...] Ai, porém, reconheci grandes lacunas nas reminiscências. Os sucessos não se me apresentavam claros no desenrolar cronológico, confundiam-se datas, os dias e até mesmo os meses. De fatos capitais até, e indispensáveis à narração não tinha senão lembrança vaga mal esboçada, flutuando tudo numa indecisão que logo me retirou o desejo de continuar, tão falto de elementos para fazer coisa que prestasse. [...] Certa noite, acordei, a horas mortas, perdi todo o sono e na vigília, todos os fatos da Retirada se me reproduziram, de modo tão claro e tão terrível, que tive violentos calafrios e tremi de emoção e positivo medo. Não perdi, porém, o momento de súbita inspiração. Acendi a vela, saltei da cama e durante mais de duas horas seguidas tomei febrilmente notas de toda a minha história. E houve trechos em que experimentei os arrepios e o pavor da morte, a rememorar por modo tão vivo e inesperado as cenas e os horrores que presenciara e tão depressa iam me fugindo da lembrança. [...] Dentro

daquela semana prontifiquei as duas primeiras partes, que meu pai levou a São Cristóvão para que o Imperador lesse. [...] Creio que escrevi a Retirada da Laguna em vinte e poucos dias. Tinha então de vinte e quatro para vinte e cinco anos.(TAUNAY, 1946, p.303)

Tal obra vem se tornando, cada vez mais, elemento fundamental para a produção historiográfica do Mato Grosso do Sul, sobretudo para os intelectuais vinculados às elites, que visam construir uma identidade local através de discursos veiculados em livros e cristalizado no evento intitulado *Marcha da Retirada da Laguna*<sup>2</sup>, promovido pelo Governo Estadual, o qual vem sistematicamente ganhando força na medida em que se ampliam os projetos turísticos no Estado.

Com base nisso pretendo discutir alguns aspectos da obra do engenheiro – agrônomo e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, Acyr Vaz Guimarães, centrando-me, especificamente, nos livros: *Seiscentas Léguas a Pé*, publicado em 1988, e *Guerra do Paraguai Verdades e Mentiras*, publicado em 2000.

A obra *Guerra do Paraguai Verdades e Mentiras*, é, na definição do próprio autor, antes de mais nada um “ato de amor à verdade e à pátria”.(GUIMARÃES, 2000, p.6) Nele, através de 214 pontos, Acyr Vaz Guimarães se propõem a criticar o livro *Genocídio americano: a guerra do Paraguai*, de Júlio José Chiavenato, que defende a tese de que a guerra do Paraguai teve sua motivação no processo de expansionismo Imperialista Inglês na América do Sul.

Da perspectiva do autor de *Guerra do Paraguai Verdades e Mentiras*, o livro de Chiavenato não passaria de “Fantasias Mirabolantes” (GUIMARÃES, 2000, p.7), parte da produção de um “Clube” de militantes comunistas, que elencam os fatores econômicos motivados pelo Imperialismo Inglês como elemento fundamental para o conflito, tese que teria, de seu ponto de vista, apenas interesses políticos sem compromissos com a verdade histórica. E proclama em tom de censura:

História é coisa séria, Sr. Júlio José! Não é juntar palavras a seu bel – prazer e coloca-las nas livrarias para ganhar dinheiro. A História se baseia em documentos e não em lendas, fantasias ou tradições orais duvidosas, como costuma V. fazer. (GUIMARÃES,2000, p.17)

Já na apresentação de seu livro, Acyr Vaz Guimarães adverte que o genocídio que fora a guerra contra o Paraguai, teria sido provocado por Solano Lopes, que: “fez a guerra da mesma maneira que fizeram os conquistadores bárbaros, como Átila: estes monstros juntavam o

povo, levando-o por diante, como se conduz uma manada de animais para o matadouro” (GUIMARÃES, 2000, p. 9).

Mais adiante, Acyr Vaz Guimarães elencou uma série de elementos que teriam contribuído para garantir a vitória das forças brasileiras. Dentre eles, identificou a soma de: “nossos oficiais, nossos soldados, uns e outros e inclusive ex-escravos, que lutaram, ombro a ombro, para defender a dignidade de uma pátria ultrajada por invasores de sua terra”. (GUIMARÃES; 2000, p.16) Com isso, sugeria que o Brasil teria saído vitorioso do conflito devido a sua “ordem democrática” em detrimento da ditadura paraguaia, bem como da identificação dos nossos combatentes com a nação brasileira.

Essa representação de interação racial nas forças armadas do Brasil<sup>3</sup> durante o conflito, fica mais clara no livro *Seiscentas Léguas a Pé*, no qual além dos ex-escravos, os índios Terena e Guaicurus, “pouco afeitos à luta”, aparecem na “vanguarda” do conflito, em razão de terem sido “sempre inimigos dos paraguaios, a quem chamavam de espanhóis”. Na síntese de Acyr Vaz Guimarães, coube “àqueles homens do sertão, habituados com a liberdade desde o nascer [...] lutarem junto com os soldados brasileiros. Portando-se como autênticos heróis”. (GUIMARÃES, 1988, p. 77-103).

Porém há outras explicações para o fato de índios e negros terem sido incorporados nas forças armadas naquele período. Como informa o historiador Cláudio Alves de Vasconcelos, ao tratar das novas diretrizes políticas do governo Imperial que tinham como principal objetivo promover a ocupação efetiva das áreas indígenas, concedendo-as aos colonos interessados em apropriá-las, bem como a exploração compulsória de sua mão-de-obra. Vale ressaltar que, naquele momento, em quase toda a América Espanhola, já se constataavam grandes rebeliões com o envolvimento de escravos e índios, incitados pelo movimento autonomista. Portanto, era necessário, segundo o pensamento do governo, “civilizar” os povos indígenas para não permitir movimentos similares nos domínios territoriais portugueses, bem como, com esse processo de integração indígena, garantir uma força militar mais numerosa e barata para confrontos internos e externos. (VASCONCELOS, 1999, p.37)

No tocante às representações que propunham a “interação” étnica dentro da forças armadas e de “amor a pátria brasileira”, estas não se limitavam aos índios e ex - escravos, mas também recobrem o soldado brasileiro. Na narrativa de Acyr Vaz Guimarães:

O soldado brasileiro foi denodado, valente e disciplinado. Marcha a pé centenas de léguas, sem ne-

nhum conforto, mal alimentado, sujeito às intempé-  
ries e às doenças, era obra para fortes. (GUIMA-  
RÃES, 1988, p.89)

Nessa representação, o que tínhamos em combate no Sul de Mato Grosso era além de um soldado que respeita as diferenças e que estava lá em defesa de seu território, sobretudo, um combatente disciplinado, heróico e forte. No limite o essa representação do soldado brasileiro pode ser interpretada como uma alusão ao Bandeirante do séc. XVIII, “desbravador” (amansador) do Sertão.

O processo de reconstrução dos episódios históricos relativos à Retirada da Laguna pode ser reconstruído, da perspectiva de Acyr Vaz Guimarães, com base no livro *Retirada da Laguna*, que o autor de *500 Léguas à Pé* toma como documento histórico no sentido clássico do termo ou seja, enquanto testemunho inquestionável dos eventos do passado:

E forte foi o nosso combate na frente do Apa. E não fosse a pena brilhante de um desses soldados (o tenente Alfredo d’Escragnolle Taunay), não se daria crédito aos acontecimentos ocorridos durante a campanha do Apa. (GUIMARÃES, 1988, p.89)

Na interpretação de Ana Paula Squinelo, ao manipular a derrota e o fracasso em que se constituiu a Retirada da Laguna, redimensionado seu significado trágico, transformando-o em espólio épico e vitorioso, a obra de Taunay transforma-se para os escritores memorialistas em monumento portador de “verdades absolutas”, uma vez que atende aos anseios das elites regionais em construir uma história de glórias e heroísmo. (2002, p. 44-51)

Deste modo, além dos heróis já consagrados pela tradição militar, como o brigadeiro **Antônio de Sampaio**, Patrono da Infantaria, Marechal-de-Exército **Manoel Luiz Osório**, Patrono da cavalaria, Marechal-do-Exército **Emílio Luiz Mallet**, Patrono da Artilharia, tenente coronel de Engenheiros **João Carlos de Vilagran Cabrita**, Patrono da Engenharia, entre outros, as elites sul-mato-grossenses proclamam também os seus heróis, como José Francisco Lopes, o Guia Lopes, o grande guia patriótico, e o coronel Camisão, tido como o grande comandante da retirada.

A construção da imagem de Guia Lopes confunde-se com o estereótipo do mato-grossense típico. Homem rude, porém preenchido de brasilidade, conhecedor de uma terra que a literatura sertanista da vinda do século XIX, no interior da qual estão enquadradas as obras de Taunay,

busca apresentar para o próprio Brasil. Deste modo, vai se construindo um discurso identitário sul-mato-grossense pelos intelectuais orgânicos do Estado, que se apropriam da imagem de Guia Lopes descrita por Taunay para caracterizar o que é ser Sertanejo.

Já o Coronel Camisão representa a bravura e a liderança ao coordenar as forças nacionais na retirada da região do Apa, morrendo em nome da pátria de maneira heróica, enfrentando “os soldados (paraguaios) postados em emboscada e fazendo cerrada fuzilaria”, resistindo até “à vista da fazenda Jardim quando morrem Camisão e o Guia Lopes” (GUIMARÃES, 1988, p.89), momento em que entrega sua vida para defesa do território nacional.

Enfim, as representações que permeiam a obra *A Retirada da Laguna*, revelam as tentativas das elites locais de construir uma identidade sul-mato-grossense. Reforçada, recentemente, com a marcha da Retirada da Laguna, promovida pelo governo do Estado, que visa reforçar a memória dos agentes envolvidos nesse episódio, que marca não somente a História, do Brasil mas a História do Mato Grosso do Sul.

Essa conjuntura pode nos levar a alguns questionamentos: 1º até que ponto um livro feito de memórias pode legitimar a construção de uma identidade; 2º qual foi o real papel de homens e mulheres indígenas, camponeses, negros, entre outros agentes históricos, que não tiveram a “honra” de fazer parte dessa representação identitária. Essas e outras questões poderão ser respondidas à medida em que a história der voz aos silenciados, uma vez que para as elites locais esses agentes não passam de coadjuvantes na construção do ser sul-mato-grossense.

## NOTAS

<sup>1</sup> Professor Assistente do DHI/CPAQ/CEUA; Mestrando do Programa de História da UFGD

<sup>2</sup> O evento vincula-se ao projeto intitulado complexo turístico da Força Expedicionária de Mato Grosso, que tem por objetivo a implantação da trilha da Retirada da Laguna e do museu da guerra do Paraguai, a fim de inserir O Mato Grosso do Sul no roteiro turístico internacional de visitação histórica

<sup>3</sup> A idéia de Democracia Racial nas forças armadas do Brasil é bem apontada pelo Historiador Celso Castro, em seu livro a Invenção do Exército brasileiro ao analisar datas e símbolos dessa instituição. CASTRO, Celso. **Invenção do Exército brasileiro**. Ed. Zahar. Rio de Janeiro. 2002

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BABHA, Homi K. **O Local da Cultura**, Belo Horizonte, Ed. UFMG 2001.
- CASTRO, Celso . **Invenção do Exército brasileiro**. Ed Zahar. Rio de Janeiro. 2002
- CHIAVENATTO, Júlio José. **Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai**, Ed Brasiliense, São Paulo, 1979.
- DIEHL, Astor Antônio. **Do Método Histórico**. Passo Fundo: EdiUPF, 2001.p.90-99.
- GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História. Como os historiadores mapeiam o passado**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- GUIMARÃES, Acyr Vaz . **Guerra do Paraguai Verdades e Mentiras**, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS. S/ed. 2000.
- GUIMARÃES, Acyr Vaz. **Seiscentas Léguas a Pé**, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS. Gráfica do Tribunal de Justiça.1988.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- HOBBSAWN, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1870**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- . RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- SANTOS, Avacir Gomes dos. **História e literatura: do prazer ao poder**. Ano I, Nº 61 - Novembro – Porto Velho, 2001, primeira versão. EDUFRO.
- SQUINELO, Ana Paula. **Construções e Representações do Episódio da Retirada da Laguna na Obra de Alfredo D' Escragnole Taunay**. Anais do VI Encontro de História do Mato Grosso do Sul, Dourados. 2002.
- TAUNAY, Alfredo d'Escragnole. **A retirada da laguna**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora. 1959.
- . **Memórias do Visconde de Taunay**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército – Editora, 1946.
- VASCONCELOS, Cláudio Alves de. **A questão indígena na província de Mato Grosso: Conflito, Trama e Continuidade**. Campo Grande, MS. Ed UFMS.1999.
- GRUZINSKI, Serge, **O pensamento mestiço**. (trad. Rosa Freire d'Aguiar). Companhia das Letras. São Paulo. 2001.

## **“OS CORAÇÕES PROLETÁRIOS NÃO RECONHECEM FRONTEIRAS”: GREVES MARÍTIMAS NO PRATA E NO PARAGUAI (INÍCIO DO SÉCULO XX)**

Vitor Wagner Neto de Oliveira<sup>1</sup>

No Paraguai, no início do século XX, o discurso de solidariedade de classe, inclusive numa perspectiva internacional, era quase lugar comum nos movimentos grevistas das diversas categorias. Numa condição de franca disparidade entre o poder político exercido pelos capitalistas e a ainda recente construção do poder de mobilização das sociedades operárias, o discurso de solidariedade internacional, além de ser uma consigna de diversas tendências do movimento operário da época, era também uma forma de engrossar, ao menos no discurso, as fileiras de um proletariado organizado que alcançava apenas alguns milhares. Entretanto, na categoria dos marítimos, em vista de suas características transnacionais e de sua organização em federação, a prática da solidariedade operária nacional e internacional se fazia mais constante, sobretudo nos momentos de greves e boicotes.

A greve iniciada pela *Federación Obrera Argentina-FOM* contra as empresas armadoras argentinas, no início do mês de janeiro de 1919, é um destes momentos privilegiados para se apreender a prática da solidariedade dos marítimos. O cosmopolitismo do porto de Buenos Aires era um fator preponderante para a sustentação da greve em território nacional e os dirigentes da FOM tinham esta percepção ao distribuírem, entre os tripulantes de embarcações estrangeiras, um manifesto editado em quatro idiomas, no qual apresentavam a versão da FOM sobre o conflito<sup>2</sup>.

As demonstrações de solidariedade por parte dos tripulantes de navios estrangeiros ou pelas organizações dos países vizinhos eram destacadas diariamente, no *Boletín* informativo da federação, para demonstrar a força do movimento e manter o ânimo da resistência. Na maior parte dos números do *Boletín* aparece a coluna “Solidariedade que estimula”, com a relação dos navios e as categorias, ou pessoas, que colaboravam financeiramente com a FOM, como nos casos dos tripulantes da chata uruguaia “Quebracho”, com destino a Corumbá, doadores de 20 pesos à seção da FOM de Santa Fé, e os tripulantes do vapor “Uruguay”, também de bandeira uruguaia e que fazia a linha para Corumbá, que doaram 25 pesos<sup>3</sup>.

Outro tipo de solidariedade mais efetivo e determinante para a vitória do movimento era o boicote aos navios argentinos em portos estrangeiros, ou a recusa dos companheiros paraguaios e uruguaios em tripular os navios das empresas atingidas pela greve. Neste aspecto, a greve de 1919 foi uma prévia do que seria a greve dos 13 meses, entre 1920 e 1921. Os trabalhadores paraguaios demonstraram que estavam afinados com o movimento operário argentino, tanto quanto a *Compañía Argentina de Navegación, Mihanovich* estava em conexão com o governo paraguaio. Na tentativa de furar o bloqueio dos marítimos da FOM argentina, a empresa recorreu ao governo paraguaio para tripular suas embarcações que faziam o transporte entre Assunção e Buenos Aires. De imediato, os delegados dos grêmios fluviais paraguaios (cozinheiros de bordo, contramestres e patrões de chatas, moços, taifeiros, marinheiros e estivadores), reuniram-se e decidiram pelo boicote. A *Federación Naval del Paraguay-FNP*, sob pressão da *Federación Obrera del Paraguay-FOP*, também não atendeu ao pedido da empresa e do governo<sup>4</sup>.

Ao final da greve, a FOM argentina havia conseguido impor sua vontade, garantindo o controle do espaço de trabalho, com a indicação de tripulantes federados para as embarcações de bandeira argentina, uma conquista que vinha desde a greve de 1916-1917<sup>5</sup>. A vitória da FOM

em 1917 impôs o boicote como modalidade e por isso motivou a criação da *Asociación Nacional del Trabajo* que, junto com a *Liga Patriótica*, brigaram sistematicamente para a destruição da organização operária e suas práticas solidárias.<sup>6</sup>

No dia 2/1/1920, começava uma greve que marcaria profundamente a história do movimento operário paraguaio e argentino: a greve marítima internacional, iniciada em Buenos Aires, contra a *Compañía de Navegación Mihanovichi*. Neste episódio, pode-se perceber com maior clareza a influência do movimento argentino nos portos de Assunção e Montevidéu.

A greve contra a companhia de capital anglo-argentino tornou-se um acontecimento importante, tanto para a história quanto para a historiografia do movimento operário do Prata e do Paraguai, não só pela longevidade da paralisação (13 meses) e combatividade dos grevistas, mas também pelos frutos advindos do conflito como, por exemplo, a solidariedade entre os trabalhadores paraguaios, argentinos e uruguaios e a criação de fóruns marítimos de discussão internacional.

Segundo Francisco Gaona,<sup>7</sup> o movimento começou com os marítimos da FOM argentina reivindicando aumento de salários para o pessoal embarcado na Marinha Mercante. As companhias particulares, com exceção da *Mihanovich*, aceitaram as exigências da federação marítima. Em vista deste rechaço por parte da empresa, a FOM decretou o boicote contra os navios da *Mihanovich*. O pessoal filiado à federação trabalhava em sistema de turnos nos navios das outras empresas, de forma a garantir trabalho igual para todos e sustentar a greve.

A FOM argentina, que já contava com a colaboração da FOM uruguaia, garantiu o boicote nos portos da banda oriental e de pronto comunicou sua decisão à *Federación Naval del Paraguay*, entidade que centralizava os trabalhadores de bordo e portuários paraguaios. Como o conselho diretivo da FNP se negou a prestar solidariedade aos argentinos, os grêmios integrantes desta federação começaram a desligar-se, convertendo-se em grêmios autônomos. Estes, juntamente aos grêmios filiados à *Federación Obrera del Paraguay*, fundaram, em 20 de janeiro do mesmo ano, a *Liga de Obreros Maritimos-LOM*.<sup>8</sup>

No decorrer dos 13 meses de greve, houve vários enfrentamentos entre a minoria que permanecera filiada à FNP e a maioria ligada à LOM. O primeiro enfrentamento armado deu-se quando da chegada do navio “Arapey” da *Mihanovich*, de bandeira uruguaia, tripulado com pessoal “livre” (não filiado à FOM uruguaia) de Montevidéu. Os militantes da

LOM não permitiram que o barco operasse no porto de Assunção, nem mesmo que os tripulantes baixassem à terra. Com esta determinação, filiados da FNP, que permaneciam tripulando os navios da *Mihanovich*, e da LOM entram em choque, advindo a primeira vítima fatal, o delegado dos estivadores ligado à LOM, Cosme Damian Montenegro. Durante os meses de greve, ocorreram mais sete conflitos, provocando a morte de onze trabalhadores e ferindo outros quatro. Aconteceu ainda o seqüestro de um maquinista naval, retirado da sede da FNP e levado para o grêmio dos foguistas, provocando a invasão do local por marinheiros armados e oficiais da Armada.<sup>9</sup>

Ante tais acontecimentos e o prolongamento do movimento paredista, a federação argentina decidiu enviar ajuda monetária à liga paraguaia, para suprir as necessidades básicas dos trabalhadores filiados e garantir a sustentação da greve também no Paraguai. Com a ajuda, a LOM organizava refeições coletivas no porto e distribuía mantimentos para as famílias marítimas.<sup>10</sup> A FOM argentina também enviou, em fevereiro de 1920, o foguista Eliseo Sosa, como delegado colaborador, para solidificar o apoio da LOM à greve e recebeu a visita do delegado da LOM, Centurión, em Buenos Aires, em julho de 1920.<sup>11</sup>

Uma fonte bastante importante para se perceber o desenvolvimento da greve e as trocas de informações entre as organizações paraguaias, argentinas e uruguaias, é o *Boletín de la Unión del Marino*, editado pela FOM argentina de dois em dois dias durante os meses de greve.<sup>12</sup> No *Boletín* nº3, de 13/3/1920, em artigo sob o título “Sem novidade”, a FOM criticava a atitude de alguns marítimos uruguaios de terem tripulado um navio da *Mihanovich*, chamando-os de “carneiros”.<sup>13</sup> No mesmo número, outro artigo denominado “A Liga Marítima Paraguaia: Boicota o Arapey”, noticia que havia recebido telegramas da LOM e do “camarada Milesi” relatando que os “patrões, estivadores, marinheiros, foguistas” e os grêmios afins filiados à LOM “boicotaram” o vapor uruguaio “Arapey”, tripulado em Montevideú por “carneiros”.

O comentário dos articulistas do boletim ressalta as expectativas da FOM em relação a LOM:

A grata notícia não nos tomou de surpresa. Conhecemos a valentia de nossos camaradas paraguaios e desde logo esperávamos vê-los assumindo a digna atitude solidária que nos comunicam.

Don Luis Dodero [presidente da *Mihanovich*] a estas horas estará convencido que os trabalhadores marítimos formam um só bloco, apesar das fronteiras geográficas que os dividem.

O artigo continua afirmando que os “carneiros” - se é que “lhes sobra uma ponta de vergonha” - estariam com remorso ao sentir o repúdio dos trabalhadores conscientes do Paraguai, da Argentina e do Uruguai. Encerra elogiando a atitude dos marítimos paraguaios e apontando para “quando chegue a ocasião saberemos retribuir como corresponde a solidariedade...”.

A vitória de um movimento de boicote a uma empresa de âmbito internacional como a *Mihanovich* dependia da solidariedade dos trabalhadores de outros portos e a FOM sabia cativar estas alianças. Desde sua fundação, em 1910, a federação dos marítimos argentinos buscava apoiar, por vezes incitar ou organizar, movimentos nos países vizinhos, como forma de se colocar numa esfera internacional, pois sabia que sua força dependeria do poder de articulação para além das fronteiras nacionais e, por vezes, das categorias profissionais.

O boicote ao navio “Arapey” torna-se emblemático para se apreender a força da solidariedade dos paraguaios aos companheiros argentinos. O navio havia partido de Montevideu e antes mesmo de aportar em Assunção a LOM já anunciara o boicote, reforçado no dia 20 de março em telegrama comentado no *Boletín* nº5 no artigo “Solidariedade dos camaradas paraguaios”. A LOM assegurava que não permitiria ao governo paraguaio se sujeitar às pressões da *Mihanovich* em mudar a bandeira do navio para a nacionalidade paraguaia, como forma de burlar o boicote. Mais uma vez, a FOM ressaltava a confiança na solidariedade dos marítimos paraguaios, ainda mais naquele momento em que se dava – conforme o artigo - a visita dos representantes da FOM em Assunção.

No dia 23 de março, o *Boletín* nº7 anunciava a chegada do “Arapey” em Assunção, depois de sofrer “um sem-número de percalços”. De forma irônica, o artigo descreve a recepção “cordial” dos trabalhadores paraguaios aos tripulantes do “Arapey”: “Eram tão efusivas as manifestações de ‘apreço’ de que lhes era objeto, que optaram por não baixar a terra, solicitando uma forte custódia da polícia por temor de se ver maltratados pelas carícias de nossos camaradas paraguaios”. O barco estava fundeado na baía de Assunção e a tripulação impedida de baixar à terra, já sem alimento e combustível. O artigo ironiza também a eficiência dos tripulantes, sugerindo que a empresa contratou homens em Montevideu sem experiência de navegação.

Em três artigos no *Boletín* nº6, de 24/3/1920, a FOM critica a imprensa paraguaia, particularmente o periódico *Tribuna*, que conclamava os marítimos paraguaios a tripularem os navios da

Mihanovich em defesa dos interesses nacionais (artigo “A Pátria dos Senhores”). O editorial comenta que, em troca de alguns “pesos”, o jornal prestava-se a apresentar a *Mihanovich* como uma empresa nacional paraguaia, discurso utilizado pela empresa para obter apoio dos governos e poder mudar as bandeiras de seus navios e driblar o boicote. Os ataques da imprensa paraguaia mereceram ainda um debate em assembléia da FOM (artigo: “A Assembléia de segunda-feira”) e um longo artigo (“*Rufianismo* periodístico”) em que destaca a interdependência dos trabalhadores marítimos argentinos, uruguaios, paraguaios e brasileiros, na luta por melhores condições de vida e trabalho. Esta fonte é uma das poucas em que a FOM se refere explicitamente aos trabalhadores brasileiros, que neste caso eram os que faziam a linha da *Mihanovich* para Corumbá<sup>14</sup>.

Era relativamente comum a diversidade de nacionalidade dos trabalhadores que compunham as organizações operárias no início do século XX, particularmente em Buenos Aires. Mas o que caracterizava a FOM era que em suas fileiras havia uma trans-nacionalidade regional, o que a aproximava da realidade nacional dos seus filiados e a colocava em conexão quase direta com as federações ou grêmios operários dos países vizinhos. Os dirigentes da FOM tinham esta clareza em vista da própria pressão exercida pela base trans-nacional e por isso estavam atentos para as lutas dos trabalhadores além das fronteiras argentinas.<sup>15</sup>

Nos dois primeiros meses da luta contra a *Mihanovich*, a LOM boicotou exclusivamente os navios que partiam da Argentina e do Uruguai em direção ao Paraguai ou que partiam do Paraguai em direção ao Prata. Na linha Assunção-Corumbá-Assunção, os vapores da *Mihanovich* continuaram circulando, exceto aqueles que vinham do Prata em direção a Corumbá. Esta era uma decisão tomada em assembléia da LOM e explícita bem os objetivos do boicote: solidariedade com os marítimos argentinos.<sup>16</sup>

Entretanto, em abril de 1920, a LOM declarou greve contra a *Mihanovich* em vista das arbitrariedades cometidas pela empresa, após a decisão da liga de não tripular os navios que faziam a rota Buenos Aires/Montevidéu-Assunção, bem como fazendo outras reivindicações, entre elas, o reconhecimento, por parte da empresa, da *Sociedad Capitanes y Práticos de Cabotaje Nacional*, recém criada a partir da dissidência do grêmio de capitães e práticos. Com a declaração de greve, a rota para Corumbá também estaria suspensa.

Em março de 1921, a LOM teve suas reivindicações aceitas, destacando-se a conquista do pagamento de horas-extras e a institui-

ção do *closed shop*, ou seja, do controle da mão-de-obra pela organização operária.<sup>17</sup> Os trabalhadores que tripulavam os navios durante o boicote e a greve deviam ser demitidos e substituídos por pessoal filiado à LOM. Este último ponto atendido foi uma exigência da FOM que atingia também os portos argentinos e era uma resposta aos trabalhadores que furaram o boicote e a greve, tripulando navios da *Mihanovich*, principalmente os de bandeira uruguaia.

Esta decisão surpreendeu a tripulação do vapor “Humaitá” - que havia trocado a bandeira argentina para a paraguaia na tentativa de burlar o bloqueio – quando fazia uma viagem de Buenos Aires a Assunção. Revoltado com o acordo a que chegaram os grevistas e a empresa, com relação à demissão dos fura-greves, o capitão Fructuoso Bernal decidiu mandar à pique o “Humaitá”, próximo ao porto paraguaio de Antequere.<sup>18</sup>

O periódico da FOM, *La Unión del Marino*, de fevereiro de 1921, traz em primeira página artigos que relatam a solução do conflito. A empresa *Mihanovich* reconheceria a FOM e demais grêmios de oficiais como representantes das tripulações dos navios, concedendo a exclusividade dos seus afiliados no trabalho de bordo.<sup>19</sup>

Garantir o controle da mão-de-obra era de fundamental importância para a FOM argentina, como também para a FOM uruguaia e a LOM, pois garantiria a manutenção de seu poder como interlocutoras entre operários e patrões/governo. Num momento de greve, principalmente num movimento prolongado como este, o *closed shop* era a garantia de manter os barcos parados. Entretanto, existiam sempre trabalhadores que escapavam a este controle e que eram procurados pelos armadores para lotarem as embarcações boicotadas, e a *Mihanovich* soube aproveitar-se da debilidade da FOM uruguaia para trocar de bandeira e arregimentar tripulantes no porto de Montevidéu. Todavia, os navios eram tripulados não só por uruguaios, mas também por argentinos da *Liga Patriótica* e por paraguaios da FNP.

Em janeiro de 1921, o *Centro de Maquinistas Navales* uruguaio debatia a punição a ser aplicada aos trabalhadores que estavam furando o boicote. Em assembléia com a presença de dois observadores da FOM argentina, alguns filiados propõem que se convide novamente os maquinistas a abandonarem os postos; que os maquinistas da *Mihanovich* que não responderem ao chamado do *Centro* fossem colocados à margem da organização e “castigados disciplinarmente”.<sup>20</sup>

Na mesma assembléia aprovou-se o pacto entre o *Centro* e a FOM uruguaia prevendo: “a) Prestar mutua solidariedade nos confli-

tos que surja com os capitalistas ou o ‘ESTADO’ patrão”; b) a comunicação prévia de uma entidade à outra quando da declaração de greve ou boicote; c) a comunicação das decisões aprovadas em assembléias, e d) a presença de delegados do *Centro* nas discussões e nos acordos feitos pela FOM que envolvam o grêmio. Aproveitando a discussão sobre as punições aos maquinistas que desrespeitaram a decisão de boicote à *Mihanovich*, a assembléia aprova que, em se aceitando o pacto de solidariedade com a FOM uruguaia, todo o maquinista que se recusasse a ingressar no *Centro*, seria considerado “amarelo”.

No Paraguai, a greve agravou a crise interna do Partido Liberal, uma vez que o grupo que sustentava o presidente Eduardo Shaerer se opunha à greve e apoiava a *Mihanovich* bem como a repressão aos operários, enquanto que outra parcela dos liberais - agrupados em torno de Eusébio Ayala (presidente entre 1921-1923) – defendiam o movimento grevista.

Esta divisão entre os partidários de Eduardo Shaerer, denominados popularmente de *saco-mbyky* (em guarani significa *saco curto* ou *saco pequeno*), e os apoiadores de Eusébio Ayala, os *saco-pucú* (*saco grande*), agravou-se a ponto de derivar na Guerra Civil de maio de 1922 a julho de 1923. As forças leais a um e a outro bando enfrentaram-se em quase todo o território paraguaio. Na capital, os embates se deram com maior intensidade e a LOM tomou parte nas fileiras armadas dos *saco-pucú*, compondo o *Batallón Liguista* para defender o governo provisório de Eligio Ayala.

Mas as condições da classe trabalhadora no Paraguai e na Argentina, particularmente dos marítimos, não permitiam descanso aos seus militantes. Logo após a longa batalha dos 13 meses, os dois países seriam sacudidos por greves gerais. No Paraguai, o *Centro Obrero Regional del Paraguay-CORP* convocou paralisação por tempo indeterminado em apoio aos trabalhadores grevistas dos bondes. A FOP aderiu ao movimento, garantindo uma greve geral e estimulando as discussões em torno da formação de uma única central sindical.<sup>21</sup>

Na Argentina, a FOM sai derrotada da greve geral, de maio e junho de 1921. Conforme Andrés Doeswijk,<sup>22</sup> a greve fora declarada para pressionar o governo de Yrigoyen a não ceder às exigências da *Asociación Nacional del Trabajo* pelo ingresso de trabalhador livre (não federado) nas atividades do porto e da navegação.<sup>23</sup> O governo radical de Yrigoyen, que em movimentos anteriores havia cedido às reivindicações operárias, demonstrou radicalmente que havia muda-

do de opinião, sob pressão dos conservadores, e a 29/5/1921, quando se reuniam as duas FORAS (*Federación Obrera Regional Argentina* - anarquista e sindicalista) e os grêmios autônomos para tratar da greve geral, caíram presos mais de 180 dirigentes de diversas tendências.

Os rompe-greves, assegurados pelas forças do governo e da *Liga Patriótica Argentina* – os quais se atreveram a pisar pela primeira vez numa área que, a semelhança dos bairros operários Boca e Barracas, não lhes era permitido –<sup>24</sup>, tiveram acesso ao trabalho, minando a resistência dos grevistas. A derrota neste movimento significou o fim do período de ascensão e poder quase que absoluto da FOM, exercido em grande parte pelo controle do mercado de trabalho. A federação marítima perdeu a prerrogativa arduamente conquistada de principal interlocutora sindical do governo.

Em 1928<sup>25</sup>, a FOM ainda tentava se refazer da derrota de 1921 e novamente encontra na solidariedade da LOM, as palavras de ânimo: “Crescemos graças ao sofrimento’. É aí, porque encontramos a vosso heróico Consejo de Relaciones Marítimos e a incansável F.O.M., em franco período de reorganização apresentando-se a impor à Compañía Mihanovich a exclusividade dos trabalhos de bordo.”<sup>26</sup>

Estas palavras foram ditas no porto de Assunção por Francisco Gaona, membro do *Consejo Federal* da LOM, aos tripulantes do vapor argentino “Bruselas”. A FOM acabara de sair duma greve contra a *Mihanovich*, motivada pela demissão do capitão do “Bruselas”, Roque Villalba, logo acrescida de outras reivindicações.<sup>27</sup> O movimento uniu as federações marítimas do Uruguai, do Paraguai e da Argentina num *Comité Internacional Marítimo* que “assegurou e consolidou a vitória dos marítimos argentinos”.<sup>28</sup>

Em setembro de 1928, o periódico argentino *La Unión del Marino* destacava a ocorrência de uma assembléia que declarou a greve marítima, iniciada em Buenos Aires “pela violação do contrato de trabalho por parte” da *Mihanovich*. O editorial chamava atenção para a participação, na assembléia, de representantes do Paraguai e do Uruguai: “Em meio ao mais alto entusiasmo três mil trabalhadores do mar proclamaram a luta contra Mihanovich”.<sup>29</sup>

Provavelmente, mais do que nunca, a FOM argentina precisava contar com o apoio das federações paraguaia e uruguiaia para sair vitoriosa deste embate. Só uma articulação eficaz nos vários portos, ou ao menos nas capitais das três repúblicas, conseguiria impor a vontade da FOM num momento, ainda, de fragilidade da organização, no contexto

do segundo mandato presidencial de Hipólito Yrigoyen. Por isso, antes mesmo da declaração da greve, procurou-se acerrar do apoio da *Union Sindical Argentina-USA* e, sobretudo das federações congêneres estrangeiras. Caso não houvesse esta união de forças, o boicote às empresas no porto argentino seria facilmente minado pelos trabalhadores uruguaios e paraguaios, chamados a tripularem os navios de bandeira argentina, como já havia acontecido na greve dos 13 meses. Por isso, o destaque para a solidariedade de classe, como no subtítulo do editorial – “Expressão do sentimento coletivo” - e na declaração de solidariedade, também citada no editorial.

No lado paraguaio da luta contra a *Mihanovich*, a FOM teve a solidariedade de diversas categorias do porto, representadas pelas organizações que assinaram um manifesto divulgado pelo conselho geral da *Unión Obrera del Paraguay*, em 22/10/1928<sup>30</sup>.

No longo manifesto, a união operária critica os ataques, por parte da empresa, à solidariedade internacional dos trabalhadores e denuncia as ações patronais que tentavam minar a resistência marítima.

Por sua parte, a empresa articulava um *lockout* (greve de patrões) das demais companhias fluviais do Paraguai, impedindo o transporte de mercadorias e passageiros mesmo entre portos nacionais, isolando o Paraguai do comércio exterior. Era uma tentativa de formar opinião contrária ao movimento operário, pois o desabastecimento atingia diretamente os comerciantes e os consumidores, pressionando o governo a adotar medidas repressivas contra os grevistas.<sup>31</sup>

Ao final de outubro de 1928, a greve e o boicote contra a *Mihanovich* chegam ao fim com a vitória das organizações operárias, relatada eloqüentemente pelo conselho da LOM, em forma de manifesto:

¡Viva a Liga de Obreros Marítimos!

¡Viva a Federación Obrera Marítima Argentina!

[...]

Os marítimos do Paraguai, da Argentina e do Uruguai com este triunfo se sentem abraçados fortemente. Os corações proletários não reconhecem fronteiras. O direito de associação e a liberdade sindical estão reconhecido por todas as legislações do mundo.<sup>32</sup>

Neste final de década desenhava-se o clima de repressão contundente contra o movimento operário que marcaria a política dos governos paraguaio, argentino e uruguaio na década de 1930 e provocaria o decréscimo nas lutas.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Prof. Dr. em História pela Unicamp. Este texto é parte dos resultados da pesquisa desenvolvida no doutorado em História Social, na UNICAMP, sob orientação do Prof. Dr. Cláudio Batalha.
- <sup>2</sup> O comentário sobre a receptividade do manifesto no porto de Buenos Aires, está no *Boletín de la Unión del Marino*. Órgano de la Federación Obrera Marítima (Adherida a la FORA). Edición diaria. “Nuestro Manifiesto a los marítimos extranjeros”. Núm.1, 19/2/1919 – Biblioteca Popular Juan B. Justo, Buenos Aires (BPJBJ).
- <sup>3</sup> *Boletín de la Unión del Marino*. Núm.9, 28/2/1919; Num.13, 7/3/1919; Num.16, 11/3/1919; Num.23, 19/3/1919 – (BPJBJ).
- <sup>4</sup> *Boletín de la Unión del Marino*. “Solidaridad de los obreros paraguayos”. Num.29, 26/3/1919 - (BPJBJ).
- <sup>5</sup> DOESWIJK, A. *Entre camaleones y cristalizados: los anarco-bolcheviques rioplatenses, 1917-1930*. Campinas: 1998. Tese (Doutorado em História) UNICAMP-IFCH (Mimeo.), p.167.
- <sup>6</sup> Cf. GORI, G. *La Florestal: la tragedia del quebracho colorado*. Buenos Aires: Ameghino Editora, 1999, p.254-5.
- <sup>7</sup> GAONA, F. *Introducción a la historia gremial y social del Paraguay*. Asunción: Litocolor, 1987 (Tomo II), p.68-71. As informações deste parágrafo e dos seguintes, que descrevem a greve dos 13 meses, foram colhidas na obra e no acervo organizado por este autor.
- <sup>8</sup> Conforme DUARTE, E. E. C. *Nacionalismo e movimento operário na origem do Estado Nacional Revolucionário Paraguayo: 1936-1947*. Assis, 2002. Tese (Doutorado em História) FCL-Unesp/Assis, (Mimeo.), p.197, a LOM constituiria a “terceira grande corrente sindical do Paraguai, relativamente diferenciada da corrente anarquista e da socialista”. De acordo com GAONA, F. *Op cit.* (Tomo II) a LOM era “filial” da FOM (p.88). Em 1926 a LOM passa a compor o *Consejo Mixto de Delegados*, juntamente com a FNP e grêmios independentes, e em 1927 o conselho se transforma em *Unión Obrera Del Paraguay* (p.96). Dado o caráter reformista da UOP, e por contar com os grêmios fundamentais da economia, “era tratada com certa tolerância por parte do governo.” (p.100).
- <sup>9</sup> GAONA, *Op cit.* (Tomo II) p.70.
- <sup>10</sup> O Conselho Federal da FOM-A aprovou doação de 30.000 pesos paraguaios para a LOM. Cf. *Boletín de la Unión del Marino*. Nº19, “Para los marítimos paraguayos”. Buenos Aires, 29/5/1920 – BPJBJ.
- <sup>11</sup> *Unión del Marino*. nº33, 28/7/1920, “Delegado paraguayo” - BPJBJ. Em 16/10/1920 (*Boletín* nº51) novamente a FOM-A anuncia o envio de delegados a Assunção.

- <sup>12</sup> *Boletín de la Unión del Marino*. Órgano de la Federación Obrera Marítima (Adherida a la FORA). Buenos Aires. Nº1 de 6/3/1920 ao nº 73 de 5/2/1921. Buenos Aires - BPJBJ.
- <sup>13</sup> A *Mihanovich* simulou a venda de parte da frota a uma tal *Compañía Uruguaya de Navegación* que tinha como presidente o Ministro da Educação do Uruguai e vice-presidente, José Doderó, que de fato era presidente da *Mihanovich* argentina, cf. DOESWIJK, A. *Op cit.* p.172. O negócio tinha por objetivo trocar as bandeiras de suas embarcações para o Uruguai, onde teria mais facilidade de completar a tripulação, aproveitando-se da fragilidade da FOM-U. Naquele momento a FOM-U estava ainda se restabelecendo de uma dura derrota num movimento grevista terminado em outubro de 1919.
- <sup>14</sup> *Boletín de la Unión del Marino*. Nº6, 24/3/1920 - (BPJBJ).
- <sup>15</sup> No *Boletín* nº 48 de 29/9/1920, a FOM é categórica ao traçar a dependência entre os movimentos marítimos na região: “Do resultado da luta que sustentamos com empenho contra a empresa Mihanovich, depende o porvir não só da F.O.M., senão que também das organizações marítimas do Uruguai e Paraguai, assim como também das organizações do litoral e norte argentino...”. Sob o título “De nuestra acción”.
- <sup>16</sup> A decisão da LOM está na carta-resposta ao pedido da *Mihanovich* de pessoal para tripular o “Holanda”: *Boletín* nº10, de 14/4/1920. O *Boletín* destaca ainda a decisão da FOM-U de não tripular os navios da empresa.
- <sup>17</sup> GAONA, F. (Tomo II) *Op cit.* p.71.
- <sup>18</sup> *Idem*. O caso do “Humaitá” é relatado pelo jornal *La Unión del Marino*. “Sabotage... amarillo”, “El caso del Humaitá”. Año XI, Núm.75, Mayo 1º de 1921, p.3 – Biblioteca del Congreso, Argentina (BCA).
- <sup>19</sup> *La Unión del Marino*. “La solución del conflicto”, “La asamblea ultima”. Año XI, Núm. [ilegível], Buenos Aires, Febrero de 1921, p.1. Microfilme. (BCA).
- <sup>20</sup> CENTRO DE MAQUINISTAS Navales. Ata de 15 de enero de 1921. Transcrita em MUSMANO, Jorge Canziani. *El trabajo sindical organizado*. Montevideo, junio de 1996 (mimeo.) – Arquivo do CMN, Montevidéo.
- <sup>21</sup> Em vista da ascendência de greves, o deputado Federerico García apresentou projeto de lei, em 1921, contra o direito de greve que previa a punição com prisão e trabalho forçado. O CORP lança manifesto em 27/6/1921 contra o projeto e chama a FOP para unir forças contra o governo. Mais uma vez as organizações se unificam e saem vitoriosas, impedindo a aprovação do projeto. GAONA, *Op cit.* (Tomo II), p.88-89.
- <sup>22</sup> *Op cit.* p.174-6.
- <sup>23</sup> Participaram da greve geral as seguintes organizações portuárias e marítimas: FOM (10 mil trabalhadores), F.O. em Construc.Navales (6 mil),

F.O.Molineros (2 mil), Obreros Estibadores (10 mil), Conductores de Carros (5 mil), Varios (3 mil), perfazendo um total de 36 mil grevistas, conforme *La Organización Obrera*. “La huelga en el puerto”. Año IV, Núm.193, Junio 4 de 1921, p.1 - (Je/0548) – Arquivo Edgard Leuenroth, Campinas (AEL).

<sup>24</sup> DOESWIJK, A. *Op cit.* p.176.

<sup>25</sup> Entre 1922 e 1928 aconteceram outros movimentos grevistas, inclusive com a criação da *Unión Obrera Marítima* na Argentina, em 1922, com respaldo do patronato mas que também encamparam algumas greves contra, cf. DODERO, L. 1961, *op cit.*, p.120-122.

<sup>26</sup> Jornal *El Marítimo*. “Ecos del último conflicto marítimo”. Asunción, Diciembre 7 1928, núm.2, año I, p.3. (Coleção Francisco Gaona. Microfilme 2, documento s/n.) – (AEL).

<sup>27</sup> Conforme *Bandera Proletaria*. “Los trabajadores en el mar se disponen a la lucha”. Año VII, Núm.377, 15/9/1928, p.? - Federación Libertaria Argentina, os motivos eram a pressão da *Mihanovich* a seus tripulantes para se filiarem numa sociedade operária e de oficiais criada pela empresa. Os 3 pontos de reivindicações iniciais eram: 1º o direito a todo tripulante de pertencer a seus respectivos sindicatos autênticos; 2º a restituição dos benefícios descontados em folha como contribuição sindical às sociedades não reconhecidas pelos operários; 3º o cumprimento de acordos feitos com o *Centro de Cabotaje Argentino*.

<sup>28</sup> GAONA, F. *Op cit.* (Tomo II), p.105. Anterior a este conflito, a LOM havia conquistado, sem chegar à greve, uma significativa vitória contra os armadores paraguaios: a regulamentação do trabalho de bordo e na estiva. Cf. *La Unión del Marino*. “Triunfan los maritimos del Paraguay”. Año VII, Núm.122, Mayo de 1928, p.1 (BCA).

<sup>29</sup> Jornal *La Union del Marino*. Buenos Ayres, ?/9/1928, p.4. (Coleção Francisco Gaona. Microfilme 3, documento AG-17-02-003) – (AEL).

<sup>30</sup> CONSEJO GENERAL de la Unión Obrera del Paraguay. *Manifiesto: al pueblo de la República*. Asunción, octubre 22 de 1928. (Coleção Francisco Gaona. Microfilme 4, documento AG-17-02-005) – (AEL).

<sup>31</sup> A *Cámara de Comercio Argentino-Paraguaya*, criada naquele ano, pressionou o governo paraguaio para a “oficialização” de todos os navios de bandeira paraguaia e para a militarização da *Mihanovich* de cabotagem nacional. Concomitante a isso, a prefeitura do porto abriu registro especial para tripulantes rompe-boicote, não prosperando esta iniciativa. Cf. GAONA, F. *Op cit.* (Tomo II), p.109. O autor cita trechos de documentos da LOM. Sobre o termo *oficialização*, ver DOESWIJK, A. *Op cit.* p.170.

<sup>32</sup> CONSEJO FEDERAL de la Liga de O. Marítimos. *¡Viva la Liga de Obreros Marítimos! ¡Viva la Federación Obrera Marítima Argentina!*. Asunción, Octubre 30,1928. (Coleção Francisco Gaona. Microfilme 4, documento AG-17-02-006) – (AEL).

## FONTES

*Bandera Proletaria*. Buenos Aires. Año VII, Núm.377, 15/9/1928, p.? – Federación Libertaria Argentina, Buenos Aires.

*Boletín de la Unión del Marino*. Órgano de la Federación Obrera Marítima (Adherida a la FORA). Edición diaria. "Nuestro Manifiesto a los marítimos extranjeros". Núm.1 de 19/2/1919 ao Num.29, 26/3/1919 – Biblioteca Popular Juan B. Justo, Buenos Aires.

*Boletín de la Unión del Marino*. Organó de la Federación Obrera Marítima (Adherida a la FORA). Buenos Aires. Nº1 de 6/3/1920 ao nº 73 de 5/2/1921. Buenos Aires – Biblioteca Popular Juan B. Justo, Buenos Aires.

CENTRO DE MAQUINISTAS Navales. Ata de 15 de enero de 1921. Transcrita em MUSMANO, Jorge Canziani. **El trabajo sindical organizado**. Montevideo, junio de 1996 (mimeo.) – Arquivo do CMN, Montevidú.

CONSEJO FEDERAL de la Liga de O. Marítimos. **¡Viva la Liga de Obreros Marítimos! ¡Viva la Federación Obrera Marítima Argentina!**. Asunción, Octubre 30,1928. (Coleção Francisco Gaona. Microfilme 4, documento AG-17-02-006) – Arquivo Edgard Leuenroth, Campinas.

CONSEJO GENERAL de la Unión Obrera del Paraguay. **Manifiesto: al pueblo de la República**. Asunción, octubre 22 de 1928. (Coleção Francisco Gaona. Microfilme 4, documento AG-17-02-005) – Arquivo Edgard Leuenroth, Campinas.

*El Marítimo*. Asunción, Diciembre 7 1928, núm.2, año I, p.3. (Coleção Francisco Gaona. Microfilme 2, documento s/n.) - Arquivo Edgard Leuenroth, Campinas.

GAONA, Francisco. **Introducción a la historia gremial y social del Paraguay**. Asunción: Litocolor, 1987 (Tomo II)

*La Organización Obrera*. Año IV, Núm.193, Junio 4 de 1921, p.1 - (Je/0548) – Arquivo Edgard Leuenroth, Campinas.

*La Unión del Marino*. Buenos Aires, Año XI, Núm. [ilegível], Febrero de 1921; Año XI, Núm.75, Mayo 1º de 1921; Año XII, Núm.122, Mayo de 1928 – Biblioteca del Congreso, Argentina.

*La Union del Marino*. Buenos Ayres, ?/9/1928, p.4. (Coleção Francisco Gaona. Microfilme 3, documento AG-17-02-003) – Arquivo Edgard Leuenroth, Campinas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOESWIJK, Andreas. **Entre camaleones y cristalizados**: los anarcobolcheviques rioplatenses, 1917-1930. Campinas: 1998. Tese (Doutorado em História) UNICAMP-IFCH (Mimeo.)

DUARTE, Evaristo Emigdio Colmán. **Nacionalismo e movimento operário na origem do Estado Nacional Revolucionário Paraguai**: 1936-1947. Assis, 2002. Tese (Doutorado em História) FCL-Unesp/Assis, (Mimeo.)

GORI, Gastón. **La Florestal**: la tragedia del quebracho colorado. Buenos Aires: Ameghino Editora, 1999.



Apoio



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE MATO GROSSO DO SUL**  
Pró-Reitoria de Extensão, Cultura  
e Assuntos Estudantis

ISBN 85-7613-080-7



9 798576 130801